

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

JOÉLCIO GONÇALVES SOARES

**COMUNIDADES FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL-PR:
gênese, características e transformações nos padrões espaciais de
povoamento**

**PONTA GROSSA
2012**

JOÉLCIO GONÇALVES SOARES

**COMUNIDADES FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL-PR:
gênese, características e transformações nos padrões espaciais de
povoamento**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr

PONTA GROSSA
2012

Ficha Catalográfica Elaborada pelo Setor Tratamento da Informação BICEN/UEPG

S676c Soares, Joélcio Gonçalves
Comunidades faxinalenses no Município de Rio Azul-PR :
gênese, características e transformações nos padrões
espaciais de povoamento / Joélcio Gonçalves Soares. Ponta
Grossa, 2012.
200f

Dissertação (Mestrado em Geografia - Gestão do
Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Profª Drª Cicilian Luiza Löwen Sahr

1. Comunidades faxinalenses. 2. Dinâmicas.
3. Temporoespaciais. 4. Estruturas de povoamento. 5. Rio
Azul-PR. I. Löwen Sahr, Cicilian Luiza II. T.

CDD: 307.76

TERMO DE APROVAÇÃO

Joélcio Gonçalves Soares

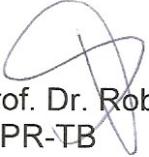
COMUNIDADES FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL – PR: GÊNESE, CARACTERÍSTICAS E TRANSFORMAÇÕES NOS PADRÕES ESPACIAIS DE POVOAMENTO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:


Prof. Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr
UEPG


Prof. Dra. Cecilia Hauresko
UNICENTRO


Prof. Dr. Roberto Martins de Souza
IFPR-TB

Ponta Grossa, 23 de Março de 2012.

Aos faxinalenses.

AGRADECIMENTOS

Primeiro a Deus sem o qual nada do que fiz seria possível.

Aos meus pais João e Dirce, pelo apoio incondicional nas decisões que tomei, e também nas que não tomei, que fizeram com que eu chegasse até aqui. Também agradeço a eles pelo auxílio que me deram na pesquisa, com seus conhecimentos sobre parte do meio rural rio-azulense.

À minha orientadora Prof. Cicilian, pelo seu conhecimento impar sobre os faxinais e por todo o seu apoio durante esses dois anos de estudos e pesquisas.

Ao meu tio Izidio Golemba, por seu auxílio na pesquisa de campo, e pelo seu conhecimento sobre parte das comunidades rurais de Rio Azul.

Aos meus amigos que me acompanharam em grande parte da pesquisa em campo: Lucas, Saul, Amanda, Mari, Rodolfo e Silvano.

Aos colegas de turma, Melânia, Maycon, Zaqueu, Fernando, Carla, Talia, Thales, Tiaro, Wolliver e Higor.

À Prof. Poliana Fabíula Cardozo, minha orientadora no período de graduação, a qual me incentivou a dar os primeiros passos no ramo da pesquisa.

Ao Prof. Woody pelo auxílio na produção do abstract, e pelos apontamentos e inquietações apresentadas sobre esta pesquisa nas conversas que tivemos.

À José Augusto Gueltes, Secretário Executivo da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Azul, pelas informações e material fornecido.

À Eloi Pissaia Junior, pelo fornecimento de documentos do acervo de sua família, de extrema importância para o conhecimento da gênese do município.

À Maria Eliane Pacanaro pelo fornecimento de dados sobre a população das comunidades rurais.

À Inês Bernadete Popovicz pelo fornecimento de dados históricos.

À CAPES, pelo auxílio financeiro.

O que permanece é o bucólico, a nostalgia da natureza, a utopia da comunidade agrária, camponesa, tribal, indígena, passada, pretérita, remota, imaginária. Uma parte dos estudos e interpretações de historiadores, geógrafos, sociólogos, antropólogos, economistas, cientistas políticos e outros revela-se impregnada da nostalgia da utopia pretérita; ou dedica-se a um objeto fugaz, que se modifica, muda de sentido, deixa de ser o que era, o que se imagina que poderá ser.

(Octavio Ianni)

RESUMO

A presente dissertação foi construída a partir do pressuposto de que as comunidades são locais de convívio pautados por processos e relações sociais dinâmicos no tempo e no espaço. Tomou-se o município de Rio Azul-PR como recorte espacial, tendo em vista entender a formação e dinâmicas do seu meio rural a partir de suas comunidades. O município situa-se na região Centro-Sul do Paraná e grande parte de suas comunidades rurais apresentam características de faxinal. Tratam-se de comunidades tradicionais cuja forma de uso do solo estrutura-se através de uma nítida divisão entre 'terras de criar' com uso comum, e 'terras de plantar' com uso familiar. A investigação teve como objetivo central verificar as diferenciações temporoespaciais das comunidades de faxinal a partir da análise dos padrões espaciais de povoamento. Buscou-se apreender a gênese das comunidades rurais identificando aquelas que se estruturaram como faxinais, bem como, analisar as transformações socioespaciais ocorridas nestas entre 1960 e os dias de hoje. Para isso o trabalho seguiu algumas etapas metodológicas. A primeira concerniu no levantamento de bibliografia pertinente para construção do referencial teórico e conceitual da pesquisa, e também do levantamento de dados históricos e estatísticos sobre o município e suas comunidades rurais. Posteriormente tomou-se para estudo a Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e imagens Google Earth (2011), onde foram tomados recortes de comunidades rurais para identificação das transformações temporoespaciais. Em um terceiro momento ocorreram as pesquisas de campo, onde foram aplicadas técnicas de observação e entrevistas. A investigação possibilitou uma nova forma de análise dos faxinais, que parte de suas estruturas espaciais. Quatro tipos de estruturas dinâmicas de povoamento foram identificadas com base no estudo das comunidades faxinalenses de Rio Azul: a) Faxinais com estrutura de povoamento nucleada; b) Faxinais com estrutura de povoamento linear; c) Faxinais com estrutura de povoamento polinuclear e d) Faxinais com estrutura de povoamento mista.

Palavras-chave: Comunidades faxinalenses, dinâmicas temporoespaciais, estruturas de povoamento, Rio Azul – PR.

ABSTRACT

This dissertation is based on the assumption that communities are localities where social processes and relations are lived in space and time. In this context, the municipality of Rio Azul has been chosen to understand the formation and dynamics of rural environments through their communities. The municipality is located in Central-South Paraná and a large portion of its rural communities can be identified as *faxinais*. *Faxinais* are traditional communities of a land use pattern that clearly divides “terras de criar” (pasture land), under common use, from “terras de plantar” (cultivation land), which is planted by individual families. The research is mainly targeted at spatial settlement patterns and temporal-spatial differentiations of faxinal communities. In this context, the genesis of those rural communities, which have been structured as faxinais, has been investigated including an analysis of the socio-spatial transformations that have been occurred between 1960 and today. For this purpose, the research has followed different steps. First, a bibliographical research concerning theoretical and conceptional reflections has been made; this step also has involved statistical and historical data of the municipality and its rural communities. Second, interpretations of the Topographical Map Rebouças (BRASIL 1973) and Google Earth Images (2011) have been used to understand the temporal-spatial transformations of the areas of these rural communities. In a third step, fieldwork has been conducted on the base of observation and interview techniques. Our investigation has paved a new analytical approach to faxinal communities, parting from the perspective of its spatial configurations. 4 types of dynamic settlement structures have been identified in the case of the Rio Azul municipality: a) Faxinais with a nuclear settlement structure; b) Faxinais with a linear settlement structure, c) Faxinais with a poly-nuclear settlement structure; d) Faxinais with a mixed settlement structure.

Keywords: Faxinal communities, temporal-spatial dynamics, settlement structures, Rio Azul-PR.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do município de Rio Azul-PR.....	17
Figura 2 – Aldeia Linear	38
Figura 3 – Aldeia de configuração radial	40
Figura 4 – Estrutura com residências esparsas	42
Figura 5 – Localização dos Portos e Serrarias na porção leste e sudeste de Rio Azul (1919-1938).....	83
Figura 6 – Localização das Serrarias na porção oeste e noroeste de Rio Azul (1919-1938)	85
Figura 7 – Dinâmica populacional entre Rio Azul e seus municípios limítrofes...	89
Figura 8 – Comunidades rurais segundo a origem étnica de seus povoadores na porção a leste, nordeste e sudeste da área urbana de Rio Azul	91
Figura 9 – Comunidades rurais segundo a origem étnica de seus povoadores na porção a noroeste, oeste e sudoeste da área urbana de Rio Azul.....	95
Figura 10 – Localização das comunidades rurais tomadas para estudo no município de Rio Azul.....	117
Figura 11 – Croqui da Comunidade de Água Quente dos Meiras em 1966 e 2011	134
Figura 12 – Croqui da Comunidade de Invernada em 1966 e 2011	137
Figura 13 – Croqui da Comunidade de Lageado dos Mello em 1966 e 2011.....	140
Figura 14 – Croqui da Comunidade de Marumbi dos Elias em 1966 e 2011	144
Figura 15 – Croqui da Comunidade de Porto Soares em 1966 e 2011.....	147
Figura 16 – Croqui da Comunidade de Rio Azul dos Soares em 1966 e 2011 ...	150
Figura 17 – Croqui da Comunidade de Rio Vinagre em 1966 e 2011	153

Figura 18 – Croqui da Comunidade de Salto Braço do Potinga em 1966 e 2011	156
Figura 19 – Croqui da Comunidade de Taquari dos Ribeiros em 1966 e 2011...	159
Figura 20 – Croqui da Comunidade de Vila Nova em 1966 e 2011	162
Figura 21 – Comunidade com estrutura de povoamento nucleada	167
Figura 22 – Comunidade com estrutura de povoamento linear	169
Figura 23 – Comunidade com estrutura de povoamento polinuclear	171
Figura 24 – Comunidade com estrutura de povoamento mista	172

LISTA DE QUADROS

Quadro 1a – Padrão de povoamento: Aldeias/comunidades lineares	36
Quadro 1b – Padrão de povoamento: Aldeias/comunidades lineares	37
Quadro 2a – Padrão de povoamento: Aldeia nucleada/configuração radial	38
Quadro 2b – Padrão de povoamento: Aldeia nucleada/configuração radial	39
Quadro 3a – Padrão de povoamento: Estrutura com residências dispersas	40
Quadro 3b – Padrão de povoamento: Estrutura com residências dispersas	41
Quadro 4 – Elementos de auto-identificação dos povos faxinalenses	45
Quadro 5a – Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)	55
Quadro 5b – Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)	56
Quadro 5c – Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)	57
Quadro 5d – Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)	58
Quadro 5e – Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)	59
Quadro 6a – Comunidades que em 2004 permaneciam com o criadouro comunitário, cercas coletivas e uso coletivo das terras	62
Quadro 6b – Comunidades que em 2004 permaneciam com o criadouro comunitário, cercas coletivas e uso coletivo das terras	63
Quadro 7a – Comunidades que em 2004 apresentavam apenas a paisagem com araucária sem as formas coletivas	64
Quadro 7b – Comunidades que em 2004 apresentavam apenas a paisagem com araucária sem as formas coletivas	65
Quadro 8a – Comunidades que em 2004 eram consideradas apenas como comunidades de agricultores individuais	66

Quadro 8b - Comunidades que em 2004 eram consideradas apenas como comunidades de agricultores individuais	67
Quadro 9a – Faxinais existentes em 2008 por município e posição	69
Quadro 9b – Faxinais existentes em 2008 por município e posição	70
Quadro 10 – Serrarias situadas na vila de Roxo Roiz (1910-1940)	79
Quadro 11a – Principais atividades praticadas na área rural de Rio Azul entre 1930 e 2010	104
Quadro 11b – Principais atividades praticadas na área rural de Rio Azul entre 1930 e 2010	105
Quadro 12 – Comunidades de faxinal em Rio Azul levantadas pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater em 1994.....	110
Quadro 13 – Comunidades de faxinal em Rio Azul levantadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP em 2004	111
Quadro 14 – Comunidades remanescentes de faxinal em Rio Azul levantadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP em 2004.....	111
Quadro 15 – Comunidades de faxinal em Rio Azul levantadas pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF em 2008.....	113
Quadro 16a – Situação atual das comunidades rurais de Rio Azul com base nos mesmos critérios dos levantamentos de 1994, 2004 e 2008.....	114
Quadro 16b – Situação atual das comunidades rurais de Rio Azul com base nos mesmos critérios dos levantamentos de 1994, 2004 e 2008.....	115
Quadro 17a – Caracterização das comunidades faxinalenses do Município de Rio Azul – dez exemplos	120
Quadro 17b – Caracterização das comunidades faxinalenses do Município de Rio Azul – dez exemplos	121
Quadro 17c – Caracterização das comunidades faxinalenses do Município de Rio Azul – dez exemplos	122

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Capítulo 1 - COMUNIDADE E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL: DISCUTINDO CATEGORIAS E CONCEITOS	26
1.1 A COMUNIDADE COMO ESTRUTURA SOCIOESPACIAL	26
1.2 PADRÕES ESPACIAIS DE POVOAMENTO	35
Capítulo 2 - SINGULARIDADES DAS COMUNIDADES FAXINALENSES	44
2.1 RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NOS FAXINAIS	44
2.2 FORMAS DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	47
2.3 LEVANTAMENTOS SOBRE OS FAXINAIS NO ESTADO DO PARANÁ.....	54
2.3.1 Levantamento da Emater de 1994	54
2.3.2 Levantamento do IAP de 2004.....	60
2.3.3 Levantamento da APF de 2008	68
Capítulo 3 - AS COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL-PR	73
3.1 O PEQUENO POVOADO RURAL DE ROXO ROIZ.....	73
3.2 ENTRE COLÔNIAS E FAXINAIS: A GÊNESE DAS COMUNIDADES RURAIS.....	81
3.2.1 As serrarias e sua influência na gênese das comunidades rurais	82
3.2.2 A gênese das comunidades e suas etnias povoadoras.....	87
3.2.3 De pequenas colônias a comunidades de faxinal	99
3.3 AS COMUNIDADES RURAIS NA ATUALIDADE.....	102
Capítulo 4 - TENDÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES TEMPOROESPACIAIS DAS COMUNIDADES FAXINALENSES DE RIO AZUL-PR	109
4.1 AS COMUNIDADES FAXINALENSES DE RIO AZUL	109
4.2 DINÂMICA TEMPOROESPACIAL DAS COMUNIDADES FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL.....	116

4.2.1 Caracterização das dez comunidades objeto de estudo	117
4.2.2 As transformações nos padrões e estruturas de povoamento das comunidades faxinalenses de Rio Azul	132
4.3 ESPACIALIDADES FAXINALENSES A PARTIR DAS COMUNIDADES RURAIS DE RIO AZUL	165
CONSIDERAÇÕES FINAIS	174
REFERÊNCIAS	180
ANEXO 1 – Roteiro para entrevistas nas comunidades onde permanece o faxinal com uso comum.....	186
ANEXO 2 – Roteiro para entrevistas nas comunidades onde o faxinal com uso comum foi extinto.....	188
ANEXO 3 – Mapa de terreno no Quarteirão dos Limas, atualmente comunidade de Faxinal dos Limas (Acervo Família Pissaia)	190
ANEXO 4 – Fotos da comunidade de Água Quente dos Meiras	191
ANEXO 5 – Fotos da comunidade de Invernada	192
ANEXO 6 – Fotos da comunidade de Lageado dos Mello	193
ANEXO 7 – Fotos da comunidade de Marumbi dos Elias.....	194
ANEXO 8 – Fotos da comunidade de Porto Soares	195
ANEXO 9 – Fotos da comunidade de Rio Azul dos Soares	196
ANEXO 10 – Fotos da comunidade de Rio Vinagre.....	197
ANEXO 11 – Fotos da comunidade de Salto Braço do Potinga.....	198
ANEXO 12 – Fotos da comunidade de Taquari dos Ribeiros	199
ANEXO 13 – Fotos da comunidade de Vila Nova	200

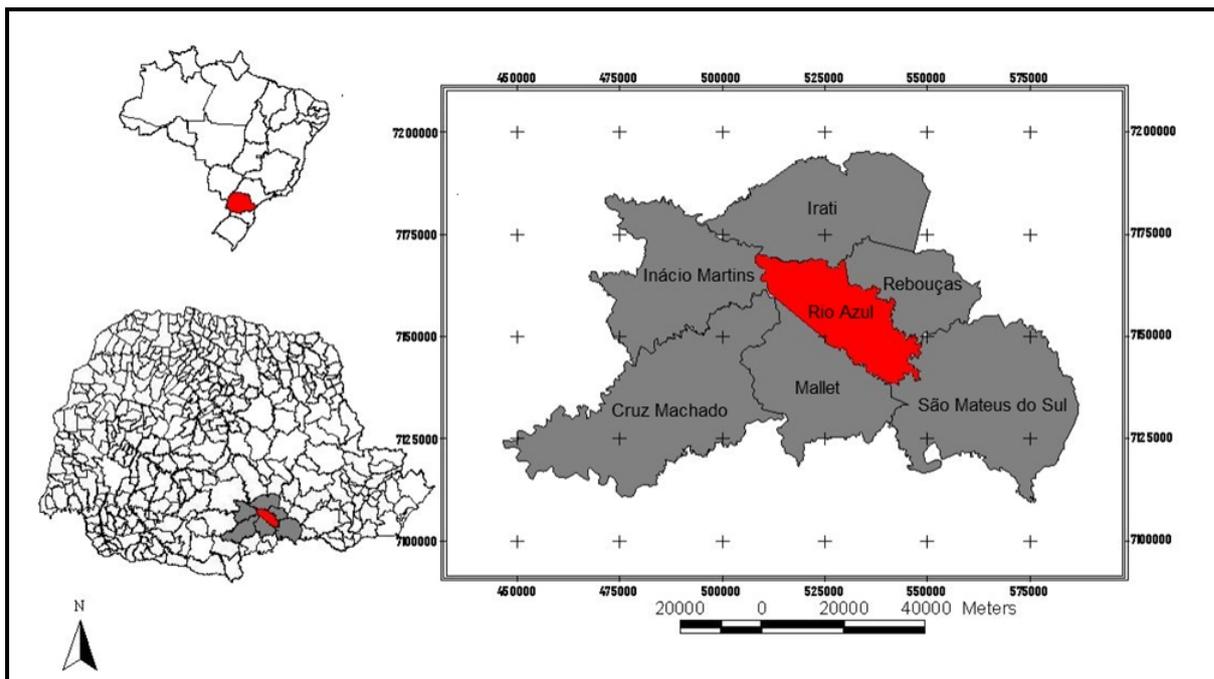
INTRODUÇÃO

Uma comunidade é um local de convívio, no qual grupos humanos coexistem e desenvolvem processos e relações sociais, que geram o sentido de se viver em comum e de ser parte do todo constituído, que por todos deve ser zelado. A convivência do grupo depende, e se dá, em determinado espaço, através das adaptações e transformações que o grupo dá ao mesmo, pensando em suas necessidades. Isso ocorre desde a escolha do local de localização de suas residências e das terras onde ocorrerá o cultivo, de acordo com sua fertilidade, até a existência de facilidades, como a proximidade a vias de circulação e fontes de água, entre outros recursos naturais.

No que se refere ao grupo, para que haja convivência na forma de uma comunidade, há necessidade de processos de organização, que podem ocorrer por meio de relações de interação e cooperação social, com base em uma série de normas que norteiem as atitudes dos indivíduos. Quando essas relações existem e os valores são respeitados, pode ocorrer a geração de uma forma de convívio harmonioso na comunidade, e em decorrência disso, um aumento da força e união de todos em torno destes preceitos e valores coletivos.

É com esta perspectiva que, ao observar uma comunidade e analisar a disposição/organização dos indivíduos no espaço, assim como suas formas de vivência, pode-se afirmar que nada ocorre ao acaso, pois existem lógicas e processos de escolha, tendo como principal objetivo criar um local onde sua sobrevivência seja facilitada. Isso tudo, tem uma forte influência dos aspectos culturais, pois estes funcionam como diretrizes para o grupo, as quais são impostas no espaço da comunidade, o transformando, gerando particularidades e desenhando os contornos do local de vivência.

Partindo destes pressupostos e tendo em vista conhecer de que forma se dá o processo de organização dos grupos, assim como suas transformações no tempo e no espaço, formando comunidades com aspectos particulares, é que se construiu esta investigação. Para isso, foi tomado o município de Rio Azul-PR (Figura 1) como recorte espacial, tendo em vista entender a formação e dinâmicas do seu meio rural a partir das suas comunidades.



Fonte: Adaptado de Barbosa (2007).

Figura 1 - Localização do município de Rio Azul-PR

O município em estudo está situado na região Centro-Sul do estado do Paraná. Grande parte de suas comunidades rurais, algumas de forma mais acentuada e outras menos, apresentam características de faxinal nas suas estruturas de povoamento e formas de uso do solo, assim como em suas manifestações culturais. Isso trouxe à baila a discussão sobre a origem faxinalense destas, que marca o período que se estende do início até meados do século XX.

Tratam-se, portanto, de comunidades tradicionais cuja forma de uso do solo estrutura-se através de uma nítida divisão entre ‘terras de criar’ com uso comum, e ‘terras de plantar’ com uso familiar. Nas terras de criar está localizado o núcleo da comunidade, o qual apresenta aspectos peculiares no que diz respeito aos padrões de povoamento referentes à distribuição das residências e dos elementos de uso comunitário.

Ainda no que se refere à gênese destas comunidades rurais, outro indício que levou a inferir sobre a sua origem faxinalense foram seus nomes, pois algumas apresentam o termo faxinal na composição de sua denominação, tais como: Faxinal de São Pedro, Faxinal dos Elias, Faxinal dos Lima, Faxinal dos Moura e Faxinal dos Paula.

A partir de uma análise em livros que retratam a história do município (MARTYNETZ, 1973; VALASCKI e WZOREK, 1988), que tratam, também, sobre as

comunidades rurais, pôde-se levantar outras comunidades que tinham em sua gênese a denominação de faxinal, sendo estas: Faxinal dos Ribeiros, Faxinal dos Domingues, Faxinal dos Bugres e Faxinal de Santa Cruz. Via de regra, as denominações das comunidades, tanto das aqui citadas como de outras existentes no município, compõem-se dos nomes das famílias que as povoaram, do rio que as cortam ou ainda de santos que as protegem.

Desta feita, estas evidências e indícios acabaram por gerar inquietações científicas, no sentido de investigar com mais profundidade quais comunidades rurais do Município de Rio Azul, realmente, se constituíram como faxinais no passado, possuindo criadouros comunitários sob a Mata com Araucária, quais eram as famílias e as etnias que as povoaram, bem como, quais as possíveis causas da desagregação e transformação deste modo de vida em muitas destas comunidades, e como se dá esse processo, partindo da análise de aspectos socioespaciais.

Há vários levantamentos que trazem à tona a discussão sobre a existência de comunidades faxinalenses no estado do Paraná, como os do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER, 1994), do Instituto Ambiental do Paraná - IAP (MARQUES, 2004) e da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF de 2008, apresentado por Souza (2009a; 2009b). De toda forma, estes trabalhos apresentam resultados divergentes, e assim, podem ser questionados, já que não oferecem um panorama confiável sobre a existência ou não destas comunidades, caso que ocorre com o município de Rio Azul.

Como Löwen Sahr (2008, p. 216) aponta, no que concerne as comunidades de faxinal e os levantamentos existentes, “sabe-se, entretanto, que estes números são subestimados, pois à medida que as investigações avançam, novas comunidades com características de faxinais, tanto em termos paisagísticos como de organização social, vem sendo identificadas”.

Assim, adentra-se no caso de Rio Azul, onde através de um estudo estruturado, com base nos levantamentos já feitos, os respeitando e com base nas metodologias aplicadas por estes, e por meio da agregação de novos critérios, pôde-se corrigir estas divergências, e assim apresentar um cenário mais condizente com a realidade do município no que se refere às comunidades de faxinal. Identifica-se as comunidades que em sua gênese tinham esta forma de vivência em comum, bem como, suas dinâmicas e transformações no tempo e no espaço.

A investigação teve como objetivo geral analisar as diferenciações temporoespaciais das comunidades de faxinal no município de Rio Azul – PR. Como objetivos específicos delinearam-se: a apreensão da gênese das comunidades rurais do município buscando identificar aquelas que se estruturaram como faxinais; a identificação das características socioespaciais das comunidades que ainda na década de 1960 se estruturavam como faxinais; e a análise das transformações socioespaciais ocorridas nestas comunidades entre 1960 e os dias de hoje.

Tendo como finalidade atingir os objetivos propostos, a pesquisa teve como base para sua execução as etapas que estão expressas na sequência. Em um primeiro momento efetuou-se levantamento de informações bibliográficas, tomando dois enfoques. Primeiramente tratou-se de levantar livros, teses, dissertações e artigos que versassem sobre as temáticas: a) comunidade e comunidade rural, buscando entender a organização e relações que ocorrem neste espaço de vida comum, assim como características espaciais, dando atenção especial às tipologias e estudos já efetuados sobre padrões e estruturas de povoamento; e b) comunidades de faxinal, com a finalidade de conhecer as singularidades dos faxinais, no que se refere as suas relações socioespaciais e formas de ocupação e uso do solo. Sendo assim, a execução destes levantamentos, possibilitou construir o referencial conceitual e teórico sobre os temas que a pesquisa aborda, dando embasamento e norteio para o cumprimento das etapas posteriores.

O segundo enfoque do levantamento bibliográfico teve como objetivo levantar bibliografias históricas, que tratassem das comunidades rurais de Rio Azul. Buscaram-se trabalhos de origem local e regional, onde estariam enquadradas as comunidades de faxinal. Para isto, teve-se como principal referência o livro de Valascki e Wzorek (1988), que traz um panorama da história do município de Rio Azul quando este completou 70 anos (1918-1988). A abordagem efetuada tem grande enfoque na área rural, apresentando os pioneiros das comunidades rurais e as atividades realizadas por estes, assim como os ciclos de atividades econômicas que ocorreram no município até 1988. Este livro, enquanto fonte de dados secundários, possibilitou conhecer as comunidades rurais e parte de suas singularidades e mudanças. O segundo livro utilizado foi o de Martynetz (1973). Contudo, este colaborou mais com questões da formação do município e parte de seu histórico, isto por se tratar de uma obra que teve como objetivo retratar a administração do autor enquanto prefeito do município entre 1969 e 1973. Mesmo

assim, em determinadas partes, onde este trata das comunidades rurais, pôde-se levantar alguns indícios sobre a gênese destas.

Para esta primeira etapa, foram ainda utilizados registros históricos do acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Azul, sendo estes: Livro de Lançamento de Impostos Industriais e Profissões de Roxo Roiz (LLIIPRR, 1919-1938), onde se pôde ter um panorama, ano a ano, das atividades realizadas no comércio, indústria e serviços em Roxo Roiz, a partir do momento que este torna-se município. Também de grande importância foi a Ata de Instalação do Município de Roxo Roiz (ROXO ROIZ, 1924), assim como a segunda Ata da Câmara Municipal de Vereadores (MARUMBY, 1930). Na primeira está contido o primeiro código de posturas do município, que dá tratamento especial as comunidades rurais com relação às terras de planta e de criação, além de dados históricos. A segunda tem sua importância no que se refere a aspectos/dados históricos.

Quanto aos dados históricos, foram conseguidos também documentos sobre a divisão de terras de Rio Azul, antes deste se tornar município, com dados referentes a escrituras de terras, livros de registro dos lotes rurais e urbanos, mapas com parte dos lotes rurais, onde há uma série de informações que foram analisadas. Estas informações foram úteis no sentido de conhecer os primeiros proprietários de terra das comunidades. A partir de seus sobrenomes, pôde-se inferir sobre quais foram as etnias povoadoras entre 1910 e 1950. Estes documentos foram fornecidos por Eloy Pissaia Junior, com quem está um acervo de documentos históricos da Família Pissaia, umas das pioneiras de Rio Azul.

No que se refere à bibliografia que trata do contexto regional, foram tomados as seguintes: Wachowicz (1995) que faz uma apresentação da história do Paraná, abordando questões que foram de grande importância para se entender a posição de Rio Azul no contexto regional, principalmente em sua gênese e no que concerne a aspectos da imigração. Também foram utilizados os trabalhos de Arnaldo Monteiro Bach (2005; 2006). A obra de 2005 que tem como enfoque a questão dos carroções, muito utilizados na região para o transporte das famílias imigrantes, bem como, pelas indústrias madeireiras e ervateiras. Já a obra de 2006 se refere aos vapores, enfocando a navegação que ocorria no Rio Iguaçu e parte de seus afluentes, onde fazia parte do contexto o município de Rio Azul, com o Rio Potinga. No que se refere a ferrovia, o trabalho de Luz (2006), que trata da estrada de ferro entre Ponta Grossa-PR e União da Vitória-PR, foi utilizado pela sua validade na apresentação de

dados sobre a construção, desenvolvimento e decadência da ferrovia na região. O estudo efetuado por Barreto (2009) foi utilizado agregando uma série de dados, uma vez que traz informações importantes sobre os modais de transporte, estrada de ferro e navegação, e também sobre a produção da erva-mate e madeira, englobando o contexto regional.

Ainda foram utilizados, para se conhecer o histórico dos municípios vizinhos a Rio Azul, dados presentes em sites oficiais de prefeituras municipais, e também, o histórico apresentado no site do IBGE (2011), o que auxiliou para entender o contexto no qual se insere Rio Azul.

Tendo em mãos os dados referentes à temática da pesquisa, assim como os de ordem histórica, e conhecendo assim o contexto onde se daria a investigação, partiu-se para a análise de estudos já efetuados nas comunidades rurais do município na atualidade e que pudessem trazer dados de interesse à problemática da pesquisa. Assim, os trabalhos levantados se referiram à bibliografia acadêmica de caráter científico, concernentes a estudos realizados nos faxinais de Rio Azul, tais como: Ferreira (2008), referente à comunidade de Lageado dos Mello; Dembeski (2009), que trata de Água Quente dos Meiras; Barbosa (2007; 2010) e Neiverth (2010) sobre Taquari dos Ribeiros, os quais apresentam escopos que tem ligação com a presente pesquisa, trazendo dados importantes que foram agregados. Estes estudos ofereceram uma das bases para o conhecimento de comunidades faxinalenses em Rio Azul e suas particularidades na atualidade, assim como, abordam também aspectos históricos sobre a gênese destas.

Tendo efetuado todos os levantamentos supracitados, passou-se para o estudo de fontes de dados estatísticos sobre o município como um todo, e sobre cada comunidade, individualmente. Desta forma, foram levantados dados estatísticos sobre as comunidades rurais no que concerne a população de cada uma destas atualmente (RIO AZUL, 2010), e do município como um todo, ao longo do tempo de acordo com dados de Valascki e Wzorek (1988), PDRA (2009) e IBGE (2011). Ainda obteve-se dados sobre a população formada pela etnia polonesa e a presença desta nas comunidades em 1980 com base em Valascki e Wzorek (1988). Também foram levantados dados referentes à produção agropecuária que ocorreu e ocorre nas comunidades, com base em LLIIPRR (1919-1938), Martynetz (1973), Valascki e Wzorek (1988), Zub (2009), PDRA (2010) e também nas entrevistas.

Continuando com o levantamento de informações estatísticas sobre Rio Azul, recorreu-se aos levantamentos dos faxinais no Paraná, onde foram efetuadas análises sobre os seguintes estudos: Emater (1994), IAP (2004) e APF de 2008, apresentado por Souza (2009a; 2009b). Estes estudos trazem um panorama das comunidades faxinalenses e sua situação quanto à permanência ou desagregação deste modo de vida, onde se pode conhecer em parte¹ a realidade das comunidades de Rio Azul. Os levantamentos apresentam a existência de nove comunidades de faxinais, sendo estas: Água Quente dos Meiras, Invernada, Lageado dos Mello, Marumbi dos Elias, Porto Soares, Rio Azul dos Soares, Rio Vinagre, Taquari dos Ribeiros e Vila Nova. Estas comunidades apresentam situações distintas, o que as tornou o recorte de análise para aprofundamento do estudo. Somou-se a elas a comunidade de Salto Braço do Potinga, escolhida dentre as outras do município, fechando-se 10 comunidades para estudo.

Ao analisar os trabalhos de Emater (1994), IAP (2004) e APF (2008), foi possível conhecer as diferentes abordagens conceituais e metodológicas tomadas por cada um, e assim observar no município, a partir dos parâmetros de estudo utilizados, quais eram as comunidades que a estes se enquadravam, permitindo incorrer uma análise variada sobre as comunidades de faxinal de Rio Azul. Esta análise ainda possibilitou efetuar a comparação entre 1994, 2004 e 2008, apontando as mudanças que ocorreram nas comunidades referidas.

Cruzando os dados referentes ao recorte temático e aspectos históricos com os dados estatísticos, prosseguiu-se para mais uma análise. Uma vez tendo o conhecimento, com base em dados secundários, sobre as comunidades rurais, e com a finalidade de inferir sobre as características espaciais das comunidades, tendo ênfase em suas formas e estruturas de povoamento, tomou-se para estudo a Carta do Ministério do Exército – Diretoria de Serviço Geográfico de 1966 (BRASIL, 1973), a qual apresenta as comunidades de forma detalhada, nos aspectos que se referem à disposição das residências e de elementos de uso comunitário (igreja, escola), áreas de mata, vias de acesso, rios e entre outros. Assim, pode-se levantar dados destas comunidades para 1966 no que concerne a características espaciais.

¹ Coloca-se “em parte” uma vez que os estudos não abordam todas as comunidades que se propunham a levantar, deixando de focar comunidades que se enquadrariam nos aspectos conceituais e metodológicos propostos pelos mesmos.

Para poder traçar um paralelo entre 1966 e 2011, e poder inferir sobre possíveis mudanças e transformações nas comunidades e suas formas espaciais, efetuou-se análise de recortes das comunidades com base em imagens Google Earth (2011). Esta etapa possibilitou concluir sobre as permanências ou mudanças nas características espaciais das comunidades, principalmente nos seus padrões e estruturas de povoamento.

Tendo uma série de dados secundários, partiu-se para o levantamento de dados primários, com a finalidade de posteriormente poder agregá-los. Sendo assim, tendo como objetivo entender de forma detalhada como essas comunidades se encontravam em 2011 partiu-se para investigação de campo. Esta fase foi dividida em duas etapas.

A primeira etapa se referiu ao levantamento de dados por meio das visitas para observação a campo, onde buscou-se conhecer *in loco* as características levantadas através dos recortes da carta de 1966 (BRASIL, 1973) e do Google Earth (2011), e levantar novos dados, por meio da utilização de técnicas de observação, na tipologia estruturada, com base em dados pré-dispostos. No que concerne a observação estruturada, Costa (2005, p. 341) entende como uma técnica de pesquisa em que o cientista guiado por uma metodologia, por conceitos e indicadores correspondentes ao seu objeto de pesquisa, coleta, seleciona e ordena dados da realidade a fim de tentar explicar sua gênese e suas características. Sendo assim, tendo conhecimento prévio das características das comunidades, com base em dados secundários, esta etapa foi efetuada com êxito.

A segunda etapa constituiu-se na realização de entrevistas. Estas foram feitas com membros das comunidades objeto de estudo, tanto nas comunidades, como em um estabelecimento de comércio na sede do município, frequentemente procurado por membros das comunidades rurais rio-azulenses, estabelecimento este de propriedade da família do pesquisador. Foram levantadas informações tratando da temática dos faxinais, da sua gênese, das famílias pioneiras que povoaram as comunidades, bem como, das dinâmicas ocorridas entre 1960 e 2011. Tratou-se de entrevistas semi-estruturadas, com um roteiro prévio. Esta tipologia de entrevistas é pertinente ao estudo, uma vez que os pontos a serem abordados são especificados, contudo permitem ao pesquisador segui-los conforme achar pertinente, fazendo também com que o entrevistado fique mais livre para ir além das respostas, o que muitas vezes é de muito proveito. Este tipo de entrevista também

permite ao entrevistado responder da forma que achar mais pertinente, nos termos que está acostumado a utilizar (MAY, 2004, p. 148). O roteiro utilizado nas entrevistas se encontra apresentado no Anexo 1 para comunidades que permanecem com o faxinal com uso comum; e no Anexo 2, para as comunidades que já não apresentam o faxinal na sua forma de uso comum.

O conteúdo da dissertação estrutura-se em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da questão comunidade e organização no espaço a partir de categorias e conceitos. Além disso, o capítulo traz a apresentação e discussão de tipologias de povoamento em comunidades, eixo central da investigação.

O segundo capítulo versa sobre as singularidades das comunidades de faxinal, partindo das suas relações socioespaciais e formas de ocupação e utilização do solo. Neste capítulo são caracterizadas as comunidades objeto de estudo. Apresenta-se também, uma análise dos diferentes levantamentos sobre os faxinais no Paraná.

O terceiro capítulo trata do município de Rio Azul, com um enfoque especial em sua área rural. Apresenta-se a gênese do município, as transformações e dinâmicas de suas comunidades rurais, a partir de enfoques específicos. Aponta-se ainda um panorama da situação das comunidades na atualidade.

Finalizando, o quarto capítulo é composto pela análise aprofundada de 10 comunidades tomadas como recorte para o estudo. Em um primeiro momento apresenta-se a análise dos resultados dos levantamentos dos faxinais no que concerne ao município de Rio Azul. As comunidades apresentadas nos levantamentos foram tomadas como objeto de estudo. Posteriormente se apresenta a análise das dinâmicas temporoespaciais das 10 comunidades escolhidas, no que se refere a gênese, características e padrões de povoamento. Fechando o capítulo, infere-se sobre as espacialidades faxinalenses em Rio Azul, o que possibilita apontar para tipologias inerentes ao povoamento em faxinais.

Desta forma, este estudo, além de buscar entender a origem e as transformações das comunidades, no que concerne a características socioespaciais, traz um enfoque especial que parte da análise dos padrões espaciais de povoamento das comunidades, enquanto fator intrínseco destas. Este tipo de estudo, como se inferiu através de levantamentos em bibliografia pertinente, deixou de ser abordado, tanto na sociologia como na geografia. Assim, grande parte dos estudos teóricos utilizados como base nesta dissertação data da década de 1970.

Sendo assim, esta investigação acaba trazendo novamente à discussão os padrões de povoamento em comunidades, aqui mais especificamente nas comunidades rurais de faxinal, onde pôde-se apontar, através da realização dos trabalhos e análises, para uma tipologia própria de povoamento em faxinais devido as suas formas de organização/estruturação do espaço de vivência.

Capítulo 1 - COMUNIDADE E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL: DISCUTINDO CATEGORIAS E CONCEITOS

Neste capítulo é apresentado o referencial teórico e conceitual do presente estudo. Primeiramente é apresentada uma discussão referente à comunidade como estrutura socioespacial, tendo em vista principalmente os apontamentos de autores da sociologia rural. Delineia-se o estado da arte dos conceitos, processos, relações e estruturas de comunidade. Nesta seção, como poderá se inferir, a comunidade é apresentada de forma mais estática, sem as dinâmicas que ocorrem em seu espaço que podem transformá-la como o passar do tempo. Em seguida, a discussão se refere às formas e padrões de povoamento em comunidades rurais, trazendo as tipologias observadas pelos estudiosos da temática.

1.1 A COMUNIDADE COMO ESTRUTURA SOCIOESPACIAL

O homem necessita, para existir, de uma comunidade, assim como esta depende dele para sua formação. Nesta relação de dependência homem-espaço ocorre a geração de características intrínsecas, que derivam das adaptações ao meio, em seus diversos aspectos. É um processo mútuo que envolve, evidentemente, um grupo de pessoas e um local com o qual este se identifica. Contudo, para que os processos de adaptação e identificação ocorram, depender-se-á de um período de tempo. Esta forma de vivência comum surge de uma associação de fatores variados, sejam eles ecológicos, econômicos e culturais (VASCONCELOS, 1977).

Segundo Vasconcelos, cabe salientar ainda, que:

[...] os indivíduos, as famílias e os grupos se organizam sobre o território segundo interesses comuns, para a realização de seus objetivos. Mas, a primordial condição para que estes grupos possam realizar bem seus objetivos comuns, está na fixação a área (1977, p. 89).

Pode-se afirmar, portanto, que a comunidade apresenta e depende de uma fixidez no espaço. Esta, aliada às dinâmicas e fatores supracitados, vai possibilitar a busca pelos objetivos comuns aos seus membros.

É neste sentido que Smith (1971, p. 113-114) ressalta que cada comunidade apresenta características e expressões específicas, tendo em vista sua organização e estruturas. “[...] A comunidade é uma pequena, porém definida, parte da terra, mesmo sem apresentar seus limites definidos nos mapas geográficos, ao lado dos cursos de água, vertentes e outros fenômenos naturais”. Além disso, “seus limites

estão indelevelmente estampados na mente e na memória dos habitantes locais. São de fato esses limites que determinam efetivamente a área de participação social de interesse e identificação mútuos e das atividades coletivas”. Sendo assim, a comunidade rural é uma área importante de integração social, onde as relações de parentesco, de compadrio, religiosas e culturais são fortes e permitem uma coesão social (LÖWEN SAHR, 2008).

É nesta linha que Maia afirma que a comunidade é um “[...] lugar privilegiado onde se reconciliam os valores pessoais e suprapessoais”. É também “o meio onde se opera a síntese entre o indivíduo e a coletividade, não podendo a pessoa se afirmar senão na comunidade, e esta sendo sempre um conjunto de pessoas” (1967, p. 56).

Analisando as afirmações dos autores até então citados, nota-se que eles corroboram sobre a organização e forma da comunidade, uma vez que afirmam sobre o meio/lugar/área, os valores ali gerados pelos indivíduos por meio da integração social e a síntese entre o indivíduo e a coletividade. Estes processos concomitantes, não deixando às vezes de serem intermitentes, começam na família e posteriormente se desenvolvem, com a adaptação (síntese) do indivíduo à comunidade (coletivo), naquele espaço adaptado às suas necessidades.

Na síntese, assegura-se o que Claval (2007) coloca sobre o constituir e viver em comunidade, o que implica que “[...] os parceiros sintam-se pertencentes a um mesmo conjunto pelo qual cada um se sinta responsável e solidário” (p. 113). Esta atitude acaba por tomar uma forma efetiva de vivência, ou seja, “a forma da comunidade”, como aponta o autor.

Este pertencimento ao conjunto depende de alguns critérios, sendo os primários, “[...] a presença de laços ou de elos que mantém unido um grupo de pessoas essencialmente relacionadas e a interação entre essas pessoas” (BERTRAND, 1973, p. 97). Assim, ser parte da comunidade, diz respeito a permitir-se viver em comum e se fazer presente tendo seu papel social. Neste “espaço de vida em comum”, que tem objetivos voltados aos anseios de todos, tudo é mediado por laços de solidariedade, “auxílio mútuo e associação humana” (SMITH, 1971, p. 165).

No entanto, para assegurar a coerência do conjunto e fazer com que cada um desempenhe seu papel, primeiramente são necessárias “Técnicas de organização do espaço e de orientações das comunicações e dos bens”. E, na

sequência, “[...] adesão de todos aos mesmos valores coletivos, a interiorização das mesmas regras de comportamentos e o sentimento de solidariedade e de responsabilidade” (CLAVAL, 2007, p.113).

Isto tudo pressupõe a necessidade de organização no espaço habitado, por meio de relações de interação e cooperação social, bem como, de normas que norteiem as atitudes dos indivíduos. Quando essas relações existem e os valores são respeitados, pode ocorrer a sacralização do vivido na comunidade e, em decorrência disso, um aumento da força e união de todos em torno destes preceitos e valores coletivos. Como Claval (2007) bem coloca, é a interiorização de um conjunto de regras, por parte dos membros, que permitirá a convivência em comunidade.

A organização da comunidade é “[...] condição indispensável para a cooperação consciente da população na gestão e em outros meios de ação em conjunto” (HILMANN, 1974, p. 9). Deste modo, a comunidade pode ser pensada com o intuito de indicar não somente estruturas dentro das quais se realizam atividades de cooperação, mas também, para elucidar outros processos de interação social. O aspecto funcional desta interação tem significação para a população, sua existência e ação, podendo assegurar e fortalecer os laços do meio comum.

Interar-se socialmente corresponde à influência que os indivíduos exercem uns sobre os outros através dos contatos que realizam na vida social. Ao se interar em comunidade, ocorre um processo de duas vias, onde o indivíduo se forma em meio à comunidade, sendo parte dela, ou seja, influenciando e sendo por ela influenciado (VASCONCELOS, 1977). Contudo, “certas formas de interação social, ocorrem visivelmente de maneira reiterada, com grande regularidade e uniformidade. Estes tipos de interação são designados por processos sociais” (BERTRAND, 1973, p.35). Nestes, cada comunidade pode apresentar características diferenciadas de outras, contudo, uniformes a cada grupo.

A interação social, por meio de seus processos sociais, dá luz à organização socioespacial da comunidade, quer seja esta positiva ou negativa, dependendo da classificação do processo social que nela ocorre. Estes podem ser “solidários”, onde ocorre a cooperação, ou “antagônicos”, devido à competição e/ou conflito (BERTRAND, 1973, p. 35). A tipologia dos processos sociais depende dos interesses, das características e das formas de vivência da comunidade, os quais lhe dão contorno.

Tendo processos solidários que gerem unidades sociais e culturais, a comunidade pode se fortalecer e constituir “um grupo coeso, onde os membros estão ligados por relações de confiança mútua, que podem se multiplicar por emigração ou se estender para englobar um grande número de pessoas ligadas por certos traços fundamentais de cultura” (CLAVAL, 2007, p. 114). Além disso, se o grupo é coeso e tem processos sociais solidários, é por saber se utilizar do espaço onde vive, isto devido à sua organização. Os mecanismos de cooperação e interação se fortalecem “[...] quando todos os seus habitantes gozam de níveis de vida elevados em relação aos potenciais da área em que vivem” (SMITH, 1971, p. 117).

Entretanto, se os processos que ocorrem na comunidade são antagônicos, a comunidade pode perder seu sentido, passando de um local de convivência permeado por relações de solidariedade, para um meio onde operaram as relações de interesse, de caráter individual e não em prol do grupo. Como afirma Vasconcelos (1977, p. 242), “[...] o desajustamento pessoal ou social, resulta, antes de mais nada, da falta de participação do indivíduo e do grupo na vida social, considerada em seus aspectos mais amplos”. Neste sentido, a comunidade depende de mais um processo, o de participação social, já que:

[...] à medida que as pessoas e os grupos deixam de participar dos contatos humanos, a sua personalidade ou a sua estrutura vai perdendo os recursos de ajustamento, ou de adaptação às condições físicas e sociais da comunidade. [...] os indivíduos que participam mais intensa e amplamente da vida social, dificilmente apresentam casos de desorganização social. (VASCONCELOS, 1977, p. 242).

Partindo desta premissa, tem-se que a falta de participação social gera a mudança social “que se refere às alterações na organização social” (BERTRAND, 1973, p. 36). Esta mudança, de acordo com sua amplitude, pode gerar a desorganização, citada por Vasconcelos (1977). Bertrand (1973, p. 36) afirma que “A desorganização social existe quando se rompe o equilíbrio da sociedade, que está implícito na organização social. Surge primariamente porque os indivíduos e os grupos começam a lutar por interesses opostos”, ou seja, deixando de lado seus objetivos comuns, e gerando processos sociais antagônicos, que se sobrepõem aos antes solidários.

Como nota-se, são variados os processos que permeiam a vida em comum. Nesta temática, Hillmann (1974, p. 32) ressalta que, sendo a organização da comunidade um processo primordial para sua existência de forma solidária, a

mesma “[...] abrange não somente os elementos da autoridade, da divisão do trabalho e de vias de comunicação, como também os fatores essenciais para a ação comum”. Portanto, há necessidade de uma forma de ajuda mútua e de participação, onde todos se beneficiem e sejam beneficiados, por meio de mecanismos de ação coordenados, que tenham como objetivos a ação pró-comum, e por conseqüência, a manutenção da convivência local por meio de processos solidários.

Ainda, quanto à organização social, estruturas e processos da comunidade, cabe salientar que esta necessita, para existir as formas de vivência, interação e participação social já ressaltadas, de mecanismos de orientação que digam respeito às regras de conduta e as normas morais internas e externas. São estes valores que permeiam a rotina do grupo e, normalmente, apresentam aspectos intrínsecos a cada comunidade, que são denominados como controle social.

Estes mecanismos de controle social dizem respeito a “procedimentos através dos quais os indivíduos e os grupos são levados a se conformarem com as normas ou a se comportarem de acordo com os padrões de expectativas” (BERTRAND, 1973, p. 36). Nesta perspectiva, o controle social consiste de vários processos pelos quais a sociedade impõe a conformidade aos padrões de comportamento que ela considera certos e bons. Ele assegura a manutenção de uma organização social harmônica.

Para Bertrand (1973, p. 36), o controle social opera em dois níveis, podendo ser “formal”, onde é “assegurado por leis, regras e regulamentos”, ou “informal”, que é “assegurado por forças como a consciência, o ridículo, e o ostracismo”. Neste sentido, Vasconcelos (1977, p. 153) argumenta que “no povo está o elemento dinâmico da comunidade, nas instituições o elemento de controle”. Não obstante, associando os apontamentos dos dois autores, pode-se afirmar que nas instituições estariam os elementos de controle social formal, e no povo, por sua dinamicidade e por suas relações na comunidade, o controle social informal. Este não só deriva, mas também está imbuído nas crenças e características culturais dos que habitam determinada comunidade.

Partindo desta premissa, a maneira de agir em comunidade, de definir as responsabilidades e os papéis dos homens e das mulheres, se deve a um conjunto de normas e saberes que compõe o controle social. O controle formal é o que advém de estruturas externas hegemônicas à comunidade, onde “[...] o Estado age como um instrumento formal, prescrevendo as condições gerais externas da vida

social” (MAC IVER, 1944, *apud*, MAIA, 1967, p.55). Já o informal, deriva de estruturas internas, ou seja, de normas culturais e sociais de um grupo que convive e onde estas lhe são familiares, estando “estruturadas conforme as convenções e as normas de determinada cultura”, as quais “não são universais” (CLAVAL, 2007, p. 82).

Portanto, a maneira de agir em comunidade, de definir as responsabilidades e os papéis dos homens e das mulheres, se deve a um conjunto de normativas concernentes ao controle social. Neste, o informal é condizente com a realidade cultural da comunidade e o formal com os valores, regras e leis comuns a sociedade em seu todo.

No que se refere às estruturas internas, estas são aplicadas nas comunidades por “grupos primários e de localidade”, sendo estes o “familiar o de vizinhança e o religioso” (BERTRAND, 1973, p. 31). Estes três grupos são analisados a seguir.

O primeiro grupo, em todos os aspectos do ser humano, é a família, a qual Bertrand (1973, p. 247) define como sendo:

[...] um grupo sancionado socialmente de pessoas unidas por parentesco, casamento ou laços de adoção, que geralmente desfrutam de um habitat comum ou interação de conformidade com papéis sociais estabelecidos nitidamente e criados por uma cultura comum.

Desta forma, a família é “[...] o principal grupo para regular a procriação e educação das novas gerações” (LEONARD e CLIFFORD, 1971, p. 53). “É a instituição básica de todas as sociedades, em virtude de transmitir a herança biológica, a herança cultural, e proporcionar uma agência primária de socialização”, como salienta Vasconcelos (1977, p. 179).

Tomando as considerações dos autores, pode-se afirmar que a família é o ponto de maior referência para o membro da comunidade, dali sua vida parte e têm suas bases. A família é o berço de maior aprendizado, onde o indivíduo primeiramente se envolve com a cultura e passa a representar determinados hábitos. Primeiro na família e posteriormente na comunidade, é que a pessoa tem seu aprendizado social e é guiada a agir perante os membros daquela organização socioespacial e da sociedade como um todo.

Para Vasconcelos, “A família exerce poderosa influência na área rural, onde os contatos dos indivíduos estão sempre em relação primária, formando uma unidade bastante sólida, sobretudo, do ponto de vista social” (1977, p. 140). Sendo

assim, “A família e a comunidade local constituem as matrizes que asseguram a transmissão de uma parte essencial da vida social” (CLAVAL, 2007, p. 119). Para Bertrand, “as primeiras experiências, que são de suma importância para alguém determinar sua auto-imagem com respeito a participação social” (1973, p. 188), ocorrem na família. Portanto, a família exerce para com os filhos o primeiro papel, no sentido de incluí-los na comunidade e de fazê-los participar e interar-se, o que pode resultar na continuidade da vida harmônica na comunidade.

O segundo grupo, o de vizinhança, se configura enquanto “[...] pequenos núcleos de famílias, de um lugar, que se reúnem através dos laços de amizade e ajuda mútua. Caracterizam-se pelo interesse geral e difuso que tem cada membro nas atividades dos demais” (LEONARD e CLIFFORD, 1971, p. 55). “O grupo de vizinhança, é um grupo de localidade, formado por uma reunião de famílias, cujos membros se conhecem uns aos outros e se tratam pelo primeiro nome” (VASCONCELOS, 1977, p. 140).

Nestes grupos as famílias estão, normalmente, reunidas em torno de um elemento comunitário, como a igreja, a escola ou a pequena mercearia. “É o segundo maior grupo depois da família”, envolvendo dois elementos importantes: “o geográfico, que é a área ou localidade onde se fixam as famílias, e o psicológico, que é a série de contatos primários, pessoais face a face, que dentro desta área os indivíduos realizam” (VASCONCELOS, 1977, p. 140)

As “visitas entre vizinhos constituem um meio de comunicação importante” entre os membros do núcleo. Esta é a forma pela qual “circulam as notícias sobre qualquer assunto, incluindo desde os detalhes mais íntimos da vida familiar até as informações científicas” (LEONARD e CLIFFORD, 1971, p. 55). Outro fato se refere a ajuda entre vizinhos, processo que ocorre devido a existência de uma aproximação do tipo familiar, promovida por laços de parentesco, compadrio e religiosos (LÖWEN SAHR, 2008).

O terceiro grupo é o de ordem religiosa. “Este grupo quase sempre teve grande influência sobre a vida humana. Há ensinamentos religiosos que se aplicam em qualquer situação. Os valores e normas familiares são elaborados geralmente de acordo com os conceitos religiosos” (LEONARD e CLIFFORD, 1971, p. 58). Isso ocorre por que a igreja é uma das mais importantes agências que atuam na vida comunitária, principalmente em áreas rurais, pois através dela se realiza, com certa

periodicidade, um grande número de contatos, que põem em circulação a experiência dos indivíduos e dos grupos (VASCONCELOS, 1977, pp. 193-194).

Ressaltando sobre a importância da religião para as comunidades rurais, pode-se afirmar que o fenômeno religioso é muito mais acentuado e mais vivo que no meio urbano, isto por uma série de razões que são apresentadas por Bertrand (1973) e Vasconcelos (1977).

Cabe ainda salientar sobre um fator que tem ligação, que se refere à base onde o grupo convive. Este fator é o espaço de vivência, com o qual o homem se identifica. Pode-se apontar que cada comunidade apresenta características distintas, que derivam da cultura do povo que a integra e dos seus interesses perante o espaço que habitam. Fatores referentes à localização e ao aproveitamento dos recursos existentes, acabam, muitas vezes, por configurar formas e padrões de povoamento. Desta feita, é que o modo de viver dos grupos humanos está intimamente ligado à sua localização. Isso é bastante evidente em “espaços rurais” onde “a economia é mais simples, e o homem vive mais em contato direto com a natureza, desenvolvendo a agricultura, criação e/ou extrativismo” (VASCONCELOS, 1977, p. 57).

O indivíduo necessita da terra para fins de sobrevivência, para ter sua moradia, assim como para exercer sua ocupação. Devido a estas necessidades, o homem tem muitas de suas “relações interpessoais voltadas à obtenção e ao uso da terra”. E com este intuito que boa parte da sociologia rural, “[...] devota-se a questões relacionadas a como as pessoas possuem e dividem a terra e nela se radicam”. Incluídos neste aspecto da organização social rural “estão tópicos como padrões sociais de colonização, combinações de posse e distribuição da terra” (BERTRAND, 1973, p. 38).

Ainda em relação ao homem rural e seu local de sobrevivência, uma primeira característica que se sobressai se refere ao seu trabalho que se dá a céu aberto, em associação íntima com coisas que vivem e crescem, que dependem de uma gama de fatores sobre os quais ele não tem controle, como a chuva, o sol, os ventos, a umidade, etc (BERTRAND, 1973). Desta forma, é para as forças sobrenaturais que ele apela freqüentemente, quando sente necessidade ou é ameaçado, por algum desses fenômenos (VASCONCELOS, 1977).

A segunda característica, é que o homem do campo tenda a incutir uma filosofia de vida diferente da do homem urbano (BERTRAND, 1973). Sendo assim, o

homem rural vive mais ao influxo do sentimento. Por estes motivos e por muitos outros, é que a religião encontra um ambiente mais propício à sua continuidade no meio rural. “A atitude religiosa é uma atitude comum a todos os povos, qualquer que seja o estágio de sua evolução” (VASCONCELOS, 1977, p. 193). No meio rural, ela opera, sobretudo, no sentido de fortalecer a comunidade, de manter as famílias unidas e de conservar seus dogmas e suas normas vivas, com a finalidade de permanecer e perpetuar sua atuação na vida da comunidade.

Partindo destes pressupostos, pode-se afirmar que o local de sobrevivência tem um papel de extrema importância. Ele é parte intangível do contexto onde se dão as relações sociais, e possibilita, através da convivência dos membros, a criação e “existência de interesses comuns e um padrão definido de interação”, fazendo com que os habitantes se identifiquem com o local, configurando um grupo associado ao meio. Esta identificação é importante quando do fortalecimento de laços de “solidariedade social e do sentimento de lealdade”, tornando o grupo unido (LEONARD e CLIFFORD, 1971, p. 60).

Ao observar os três grupos primários - familiar, vizinhança e religioso – e sua atuação, por meio de relações e processos sociais no espaço das comunidades, nota-se seu papel fundamental de formar o indivíduo para a vida em sociedade, lhe mostrando quais são seus papéis, suas obrigações e formas de agir. Este aprendizado lhe permite fazer parte da comunidade, uma vez que irá atuar nesta de acordo com os seus preceitos. Esta introdução do indivíduo, quando positiva, pode ser primordial para manutenção da estrutura de uma comunidade unida, organizada e com relações de solidariedade e ajuda mútua.

Ao refletir sobre a organização socioespacial da comunidade, cabe apontar o quadro das relações sociais, que são o “âmago da organização social” e tem papel fundamental quando se trata do bem-estar social. Para Hillmann, “O processo de organização da comunidade nunca termina, e depende das relações sociais” (1974, p. 31). Anjos salienta, todavia, que “É importante lembrar, que estas relações variam no tempo e no espaço, de acordo com as etapas dos processos historiográficos e das implicações e especificidades nos arranjos geográficos” das comunidades (2009, p. 114).

Tanto as relações sociais como a organização social variam de um local para outro, tendo características específicas para que a comunidade evolua, atrelando todos os membros ao mesmo sentimento. O homem tem a necessidade

de viver em comunidade devido ao suporte que advêm desta para ele, assim como a comunidade inexistente sem o homem, que agrupado torna este espaço o que ele é, ou seja, um local de convívio comum. Contudo, cada membro tem que fazer sua parte para que ele permaneça com a comunidade e ela através dele.

Através dos argumentos aqui apresentados, pode-se considerar que a comunidade se configura, primordialmente, enquanto uma área de convívio comum. Esta forma de vida traz consigo características próprias que dão sentido e coesão a sua organização social. Cabe ressaltar, que a partir do momento em que os homens tomam estas formas de vida coletiva, eles desenvolvem, em certo grau, “características comuns bem determinadas, como comportamentos, tradições, modos de falar”, entre outros (MAIA, 1967, p. 56).

Não há como fugir dos sinais que ficam marcados devido ao contexto social e cultural que é vivenciado por um indivíduo em cada comunidade que pertence ou pertenceu. É neste recorte do espaço de vida intensa, neste núcleo comum que apresenta limites inconstantes, uma vez que não há como estabelecer espacialmente onde começam e terminam as relações sociais de determinada comunidade, e onde se iniciam as de outra, que o homem vive e atua por meio das relações sociais. Embora tais delimitações entre comunidades sejam fluídas, podem ser observados certos padrões espaciais. Estes serão apresentados no próximo tópico.

1.2 PADRÕES ESPACIAIS DE POVOAMENTO

Determinados fatores locais são decisivos para os grupos se firmarem em determinado espaço e, agindo de acordo com sua cultura e necessidades, o transformarem. “Os rios, as montanhas, os solos e outras condições físicas servem como base para a existência de interesses comuns” por se apresentarem enquanto recursos que são de interesse do grupo. Tem-se que, “ao mesmo tempo, também existem fatores mais especificamente sociais, que contribuem para a formação e adaptação dos grupos”, e também fatores físicos, que podem facilitar a relação do grupo no local habitado (LEONARD e CLIFFORD, 1971, p. 60).

Portanto, “ao se examinar as relações de uma população com determinado espaço”, verifica-se logo que “a distribuição dos indivíduos, dos grupos e das organizações não se faz ao acaso, mas obedece a princípios ou leis que podem ser, cientificamente, determinados” (VASCONCELOS, 1977, p. 46). Ou seja, analisando

os grupos, sua localização e estruturas de povoamento, pode-se afirmar que estas não se configuram de tal forma por um acaso, pois sempre há um motivo, um objetivo, que leva o homem a se organizar daquela forma.

O local de sobrevivência, ou o “habitat” como afirma Mendras (1978, p. 31) “tanto para o homem como para os animais [...] designa a organização de um lugar para nele construir uma residência que seja ao mesmo tempo habitação, refúgio, local de trabalho”. O autor ainda afirma que “O habitat é também um reflexo da sociedade que abriga” (p. 33), ou seja, corrobora com Vasconcelos (1971) no sentido de que cada grupo se organiza de acordo com suas necessidades, e assim, o espaço apropriado torna-se um reflexo das especificidades do grupo.

Tendo em vista estas afirmações apontadas, parte-se para a exposição dos padrões de povoamento, que são parte fundamental desta dinâmica do homem na comunidade, buscando entender quais são as formas e estruturas de povoamento utilizadas pelos grupos para se organizarem sobre o espaço. A discussão se dá através do que foi estudado por autores como Smith (1967), Leonard e Clifford (1971), Smith (1971), Bertrand (1973), Vasconcelos (1977), Mendras (1978) e Anjos (2009). Os conceitos destes autores foram analisados e agrupados de acordo com as tipologias que eram comuns entre eles.

A primeira tipologia apresentada se refere às comunidades lineares, que como pode-se observar no Quadro 1, tem como característica principal a localização das residências orientadas pelo sistema viário ou por um rio, ou pelo mar. As terras de planta estão dispostas nos arredores da área da vivência.

Autor	Conceito
Smith (1967, pp. 275-283)	O povoado linear assemelha-se muito a forma de aldeia nucleada, onde as residências dos agricultores se encontram próximas umas das outras. Contudo, no povoado linear, cada agricultor vive em seu terreno, e não afastado dos campos onde ele efetua suas plantações. Os terrenos de residências estendem-se ao lado de uma linha comum, como uma estrada, riacho ou praia.
Leonard e Clifford (1971, p.74)	Há o grupo de vizinhança e os serviços estão concentrados no povoado maior ou aldeia. Os agricultores saem todos os dias para a roça, regressando à tarde ao povoado. As residências se encontram geralmente em linha ao lado de um rio ou estrada, ou ao redor de uma praça principal e das terras comunais.

Elaborada por: SOARES, J. G.

(Continua)

Quadro 1a - Padrão de povoamento: Aldeias/comunidades lineares

Autor	Conceito
Bertrand (1973, p. 101)	As casas se encontram dispostas em fila em ambos os lados de um riacho ou estrada, e a terra agricultável está em longas e estreitas faixas, a certa distância das casas.
Vasconcelos (1977, p. 49)	É o tipo modificado de aldeia comum, de modo a permitir que o indivíduo esteja associado ao seu semelhante, em núcleo de concentração demográfica e residindo, ao mesmo tempo, dentro de sua própria terra. As aldeias em linha se formam, em geral, ao longo das grandes estradas, das enormes rodovias, ou então às margens dos rios.
Anjos (2009, pp.114-116)	Pode ser orientada pelo mar, pelo sistema viário, ou tem sua estrutura conduzida pelos cursos de água.

Elaborada por: SOARES, J. G.

(Conclusão)

Quadro 1b - Padrão de povoamento: Aldeias/comunidades lineares

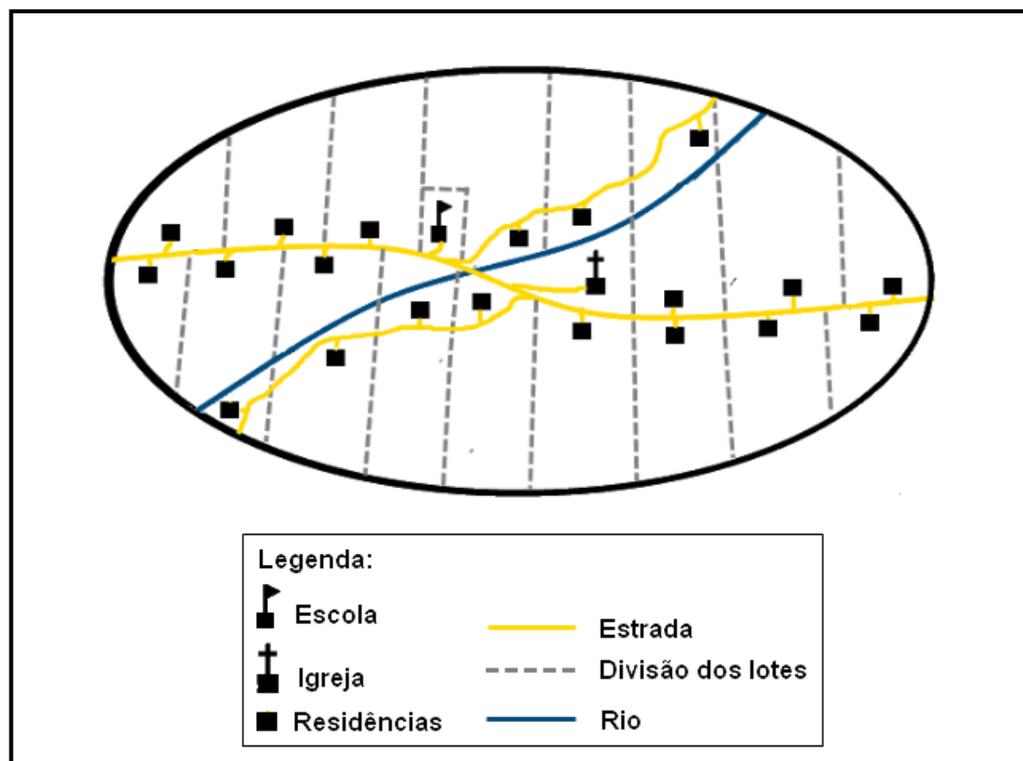
Este tipo de povoamento tem origem francesa e é bastante presente no Brasil. Foi usado, principalmente, em sistemas de colonização pública. Smith (1971), em sua viagem pelo Brasil, aponta sobre a presença deste tipo de organização no sul do país. Em seu diário de viagem ele se refere, por exemplo, ao trecho de Curitiba no Paraná até Blumenau em Santa Catarina, apontando que:

O padrão de povoamento aqui é uma variedade bem definida do tipo de aldeia linear. Os vales são estreitos e o solo de fundo muito limitado e em certos lugares praticamente inexistente. Os sítios se alinham em ambos os lados do curso de água. Como se trata provavelmente de pequenos lotes dispostos desta maneira, há grande proximidade entre as casas (p. 246).

Vasconcelos (1977, p. 52) corrobora com as afirmações de Smith (1971), afirmando que “A localização dessas aldeias em linha se observa, de preferência, nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul”.

Ao analisar esta tipologia de povoamento, Smith (1967) aponta a existência destes padrões em Portugal e na Espanha. Para ele, dois fatores são determinantes na origem dessas comunidades, certos aspectos particulares da paisagem e imperativos culturais e hábitos locais.

Na Figura 2 pode-se observar um croqui com a disposição/estrutura de uma aldeia linear, formulado com base nos conceitos apresentados no Quadro 1. Como nota-se, as casas estão localizadas próximas ao rio ou a estrada. Os espaços que seguem atrás das casas, são os locais onde ocorrem as plantações, onde permanecem os animais, assim como pode haver também ali áreas de mata. Há ainda a presença da escola e da igreja, elementos de uso da comunidade, ficando mais ao centro desta.



Elaborado por: SOARES, J. G.

Figura 2 - Aldeia Linear

A segunda tipologia diz respeito às comunidades/aldeias nucleadas (Quadro 2). Estas têm sua estrutura de povoamento orientada por um elemento central, seja ele a escola, a igreja ou qualquer elemento comunitário. As áreas de cultivo estão distribuídas nos arredores da comunidade. Tem como ponto negativo o econômico, uma vez que as terras de planta estão distantes das residências, fazendo com que se perca tempo até alcançá-las e também que não se cuide como se deve das culturas, em muitos casos (BERTRAND, 1973).

Autor	Conceito
Smith (1967, pp. 275-283)	São aquelas em que as residências dos lavradores se agrupam longe da gleba onde trabalham. Um traço característico desse tipo de povoamento é que os agricultores não vivem na gleba, mas devem deslocar-se diariamente do centro do povoado para o campo a fim de executar as tarefas rotineiras da agricultura.

Elaborada por: SOARES, J. G.

(Continua)

Quadro 2a - Padrão de povoamento: Aldeia nucleada/configuração radial

Autor	Conceito
Bertrand (1973, p. 101)	A característica mais evidente é que as casas dos agricultores estão aglomeradas e as terras de planta se encontram distante de sua residência. Não é raro os animais e aves partilharem dos alojamentos do proprietário ou serem abrigados próximos dali. As aldeias variam em suas formas, mas normalmente são circulares, retangulares ou de contornos irregulares. Há uma forte organização social interligada devido à proximidade das residências.
Vasconcelos (1977, p. 49)	Aldeia de forma circular, que tem no centro os edifícios públicos e as sedes das instituições mais importantes, como a igreja e a escola. Os terrenos da comunidade se estendem no entorno, em forma também circular e concêntrica, sendo a primeira faixa destinada às culturas, a segunda às pastagens e a terceira às reservas florestais.
Mendras (1978, p. 33)	É uma aglomeração compacta de uma ou várias centenas de casas. A aldeia agrupada pode abrigar uma intensa vida comunitária. Este tipo de habitat presta-se, evidentemente, melhor às atividades coletivas.
Anjos (2009, pp.114-116)	Caracteriza-se por uma distribuição das habitações de forma circular, tendo ao centro um elemento comunitário.

Elaborada por: SOARES, J. G.

(Conclusão)

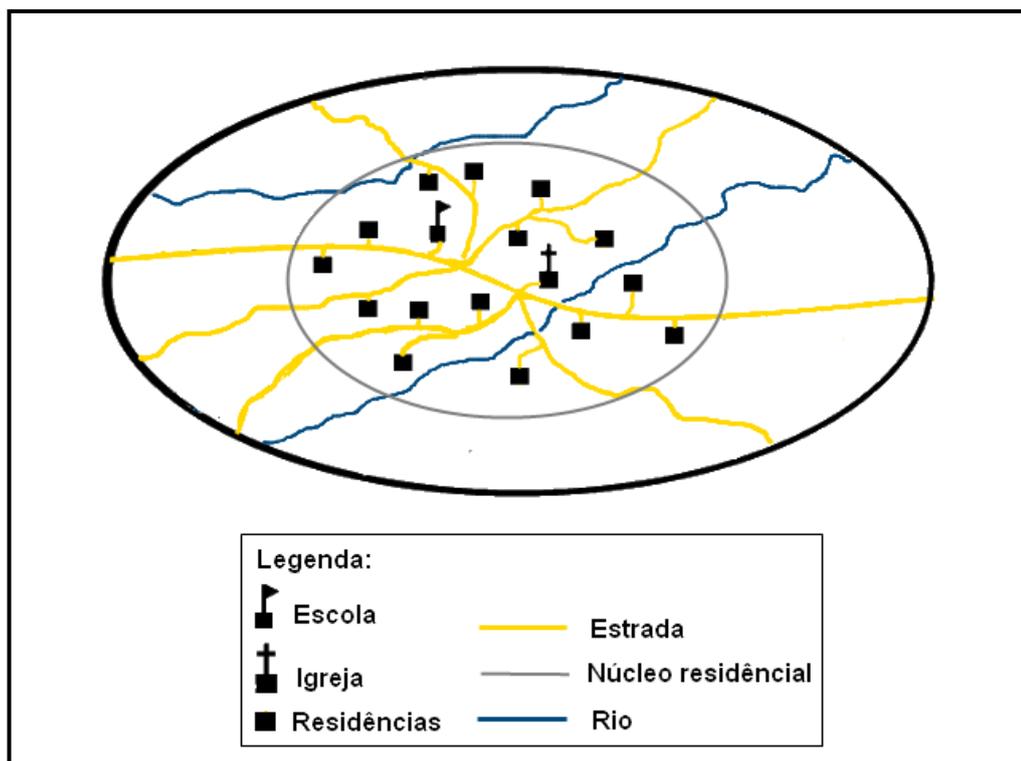
Quadro 2b - Padrão de povoamento: Aldeia nucleada/configuração radial

Smith² (1953, *apud*, BERTRAND, 1973, p. 99) coloca que “em termos de número de pessoas afetadas, a forma de colonização do tipo aldeia nucleada é, de longe a mais importante do mundo”. Este tipo de comunidade pode ser encontrada nos Estados Unidos, tendo em vista a influência da colonização inglesa, e também sendo presente na Alemanha, Rússia, Itália, Suíça, Espanha e outros (VASCONCELOS, 1977).

No Brasil, segundo aponta Anjos (2009, p. 114), as ocorrências deste tipo são verificadas principalmente na região nordeste, centro-oeste e sul do país, em comunidades quilombolas, e pode ter influência de comunidades indígenas.

Na Figura 3, pode-se observar o croqui representando uma aldeia de configuração radial. Nota-se que há um núcleo residencial, localizado nos arredores dos elementos comunitários, sendo eles a igreja e a escola. As terras de cultivo ficam fora do núcleo residencial, para onde os membros da comunidade se deslocam diariamente para seu trabalho. Ainda cabe salientar que no núcleo residencial pode haver o direito de uso comum dos bosques e das pastagens para criação de animais, extração de lenha e frutos, como afirma Smith (1971).

² SMITH, T. Lynn. **Sociology of rural life**. 3. ed. Nova Iorque: Harper & Brothers, 1953. p. 20.



Elaborado por: SOARES, J. G.

Figura 3 - Aldeia de configuração radial

A terceira tipologia de povoamento se refere às organizações com estrutura esparsas ou as fazendas dispersas (Quadro 3). Caracterizam-se pela distância entre as residências, ou seja, dificilmente há um núcleo de vizinhança habitado por agricultores, o que pode haver é um núcleo comercial, no qual as famílias se abastecem de medicamentos, gêneros alimentícios e onde pode estar a igreja e a escola (VASCONCELOS, 1977).

Autor	Conceito
Smith (1967, pp. 275-283)	Caracteriza-se por uma forma particular de o agricultor se organizar e viver no campo, onde as residências não ficam próximas umas das outras, criando assim o padrão das propriedades isoladas ou dispersas. Esta forma também pode ser conceituada como fazendas dispersas.
Leonard e Clifford (1971, p. 74)	Nas comunidades de residências dispersas as famílias vivem em suas próprias terras e, muitas vezes, constroem a residência mais ou menos no centro da propriedade. Em tal caso, é usual encontrar os serviços econômicos e ações sociais localizados num lugar estratégico.
Vasconcelos (1977, p. 49)	Este tipo de povoamento consiste na difusão dos grupos pela área. Ao contrário da aldeia ou vila rural, o povoamento se caracteriza, sobretudo, pela fixação do fazendeiro na área por ele explorada.

Elaborada por: SOARES, J. G.

(Continua)

Quadro 3a - Padrão de povoamento: Estrutura com residências dispersas

Autor	Conceito
Mendras (1978, pp. 30-33)	Dentre as formas de habitat rural, o agricultor constrói sua casa no seu próprio campo de plantação e criação, isolado dos seus congêneres e afastado dos vizinhos.
Anjos (2009, pp.114-116)	Esse tipo de organização das habitações, de forma aparentemente desorganizada, se dá tendo em vista que o núcleo familiar reside no seu espaço de terra cultivável.

Elaborada por: SOARES, J. G.

(Conclusão)

Quadro 3b - Padrão de povoamento: Estrutura com residências dispersas

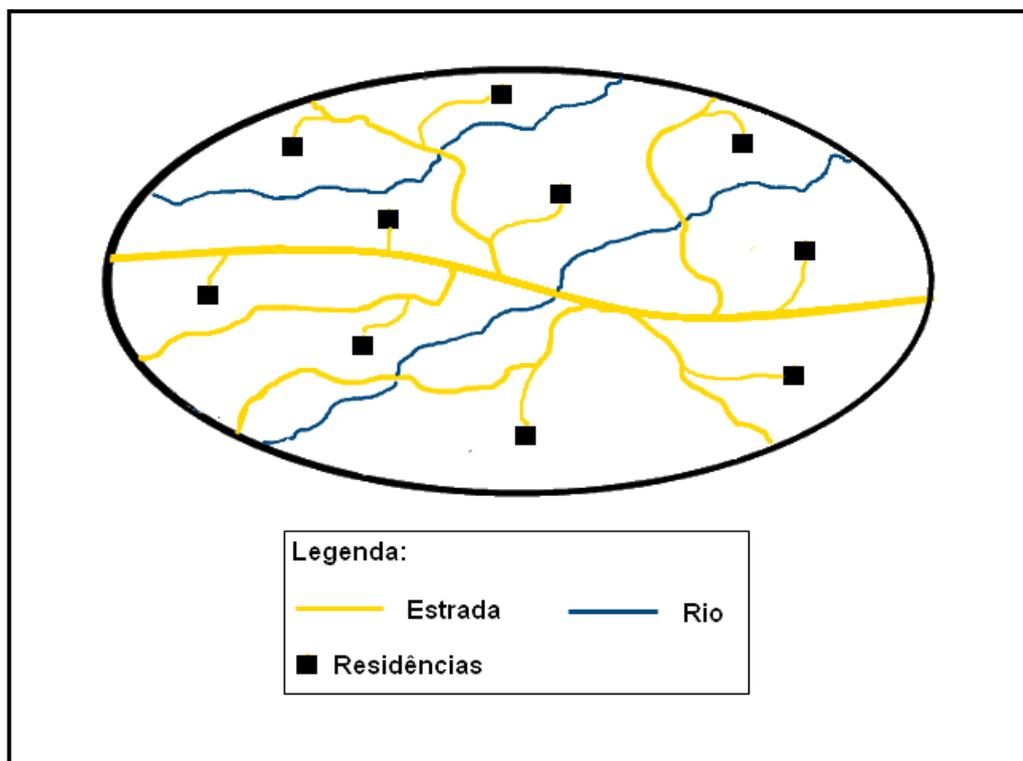
Quanto ao núcleo comercial, Bertrand (1973) define como “centro de comércio” e salienta que ele toma a forma de uma comunidade, estando localizado a certa proximidade de uma cidade. Neste espaço “se efetuam as trocas e também se obtêm outros serviços” (p. 101).

Este tipo de povoamento é predominante nos Estados Unidos. Já no Brasil, há manifestações deste nos estados de Minas Gerais, Mato Grosso e Maranhão, onde estas propriedades isoladas dominam a paisagem (SMITH, 1971; VASCONCELOS, 1977).

No Brasil, esse tipo de povoamento foi predominante até meados do século XIX tendo perdurado cerca de 300 anos. Desde o início, o Brasil tinha “[...] um povo de latifundiários”, fato que se deu durante o período colonial, e que “a história da pequena propriedade, pode-se dizer que data de apenas um século” (VIANNA³, *apud*, SMITH, 1971, p. 150). Portanto, isso muda a partir de meados e final do século XIX, quando começam aparecer no território brasileiro as pequenas propriedades, que geram as vizinhanças e comunidades, de acordo com sua evolução, e que são povoadas principalmente por imigrantes (SMITH, 1971, p. 150).

Na Figura 4 pode-se observar um croqui criado a partir dos apontamentos dos autores apresentados no Quadro 3, onde procurou-se apresentar a estrutura de povoamento com residências esparsas. Nota-se que não há um núcleo residencial como na aldeia nucleada, e que as residências não ficam a beira da estrada ou rio como nas aldeias em linha. Os agricultores fixam sua residência na sua terra de trabalho, na qual vivem e a dividem, de acordo com suas necessidades, em locais para criar os animais, para efetuar seus cultivos, entre outros usos.

³ Smith (1971) não apresenta referências sobre a citação feita de Oliveira Vianna.



Elaborado por: SOARES, J. G.

Figura 4 - Estrutura com residências esparsas

Normalmente não há elementos comunitários próximos dos locais onde ocorre este tipo de povoamento, uma vez que não há formação de comunidade, já que cada família vive isolada em sua gleba. Sendo assim, igreja, escola e outras facilidades vão estar presentes em um “centro de comércio” (BERTRAND, 1973, p. 101), para o qual as famílias se deslocam quando necessário.

Como se observa, ao analisar as formas de povoamento, há certa dualidade entre as comunidades lineares e nucleadas, que são formadas por pequenos proprietários, e as estruturas de povoamento esparsas, onde há predomínio dos grandes proprietários, das fazendas, tendo em vista os apontamentos dos autores aqui analisados. Certamente as estruturas de povoamento esparsas são geradas pela existência de grandes propriedades, sendo que estas grandes extensões de terra pertencem a um só dono ou família, a qual é habitada por esta.

Essa dualidade, entre a fazenda e os pequenos proprietários, é bastante presente não só no Brasil, mas em grande parte da América Latina, e o que nota-se é que estas formações ocorrem com base em lógicas diferenciadas, o que leva a configurações espaciais de povoamento e uso do solo também distintas, devido a

dinâmicas que ocorrem no tempo e no espaço, permeadas por fatores sociais e principalmente econômicos (SAHR, 2005).

Tendo sido apresentada as estruturas e padrões de povoamento que são mais comuns em comunidades rurais, assim como os conceitos referentes às comunidades e suas formas de organização no espaço de vivência, aprofunda-se, a seguir, a discussão em torno de uma modalidade de comunidade encontrada no sul do Brasil, as comunidades faxinalenses. Busca-se caracterizá-las no que diz respeito às suas relações socioespaciais e suas formas de povoamento, ocupação e uso do solo.

Capítulo 2 - SINGULARIDADES DAS COMUNIDADES FAXINALENSES

As comunidades de faxinal, bem como, seus moradores possuem características particulares que as diferenciam, em parte, das demais comunidades rurais. Partindo-se da premissa que “o rural apresenta-se com duas características particulares”, sendo a primeira “a relação homem/natureza” e a segunda “suas relações sociais, estas relações geram particularidades nos modos de organização do espaço rural” (GRZEBIELUKA, 2010, p. 22). Cabe, desta feita, elencar essas características. Neste sentido, as subseções que seguem, tem por objetivo apresentar as singularidades das comunidades rurais de faxinal, assim como dados referentes aos levantamentos dos faxinais no estado do Paraná, elaborados pela Emater (1994), IAP (2004) e APF (2008), este último apresentado por Souza (2009a; 2009b).

2.1 RELAÇÕES SOCIOESPACIAIS NOS FAXINAIS

Os faxinais são uma forma de organização no meio rural que apresenta características particulares, e estão localizados na região das Matas com Araucária do Paraná. São consideradas diferenciadas devido a uma série de aspectos culturais que têm origem em meados do século XIX e por possuírem uma forma particular de organização socioespacial (CHANG, 1988). Outro ponto que as faz serem consideradas diferenciadas se refere ao uso que dão ao espaço e aos recursos naturais nele existentes, que é uma condição e base para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica (BRASIL, 2007).

Sendo assim, as comunidades de faxinal podem ser entendidas como:

grupos humanos culturalmente diferenciados, que historicamente reproduzem seu modo de vida, [...] com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (DIEGUES, 1999, p. 22).

A origem etimológica do termo “faxinal” está na palavra latina “fasces”, que significa feixe de ramos. No Paraná, estado onde há ainda uma forte manifestação deste tipo de comunidade, o termo designa, segundo Löwen Sahr (2009, pp. 39-40) “uma área de povoamento agrossilvopastoril caracterizada pela existência de um criadouro comunitário em ambiente de floresta, separado das áreas de plantar por cercas, tradicionalmente constituídas por “fasces”. Quanto aos moradores dessas

comunidades, eles “[...] são denominados “faxinalenses” por apresentarem uma distinção cultural, que tem como característica a manutenção de fortes laços de solidariedade e compartilhamento” (p. 40).

Os laços de solidariedade e também os de parentesco/compadrio são alicerces que tem como objetivo manter o viver em comum fortalecido nestas comunidades, onde o criadouro ainda permanece, gerando uma forte dependência entre os seus membros no que se refere a aspectos econômicos, sociais, familiares e culturais. Estas comunidades se apresentam enquanto uma “[...] alternativa de sobrevivência no campo, por meio do trabalho comunitário, da preservação ambiental e da policultura de subsistência dos pequenos proprietários de terras” (LÖWEN SAHR e IEGELSKI, 2003, p. 9).

Salientando as características principais dos povos faxinalenses, Löwen Sahr (2005a, p. 57) apresenta uma série de elementos de auto-identificação, que estão apresentados no Quadro 4.

Elemento de identificação
<ul style="list-style-type: none"> • Associam a pecuária, a agricultura e o extrativismo, num sistema singular; • Partilham o chão, ou seja, as terras do criadouro são de uso comum; • Criam em espaços coletivos animais de pequeno e grande porte soltos e misturados; • Praticam uma agricultura de subsistência com instrumentos tradicionais (enxada, tração animal); • Partilham as sementes, criações, produtos através de trocas; • Praticam uma cultura de extrativismo (erva-mate, madeira, pinhão); • Desenvolvem uma atividade agroflorestal e prezam pela conservação da biodiversidade; • Possuem uma forte convivência e integração com o meio ambiente; • Possuem uma história e uma cultura própria; • Preservam e respeitam as suas tradições, os seus costumes e a sua cultura (festas, rezas); • Praticam uma religiosidade popular; • Apresentam uma vida comunitária, solidária e de união; • Integram em sua convivência famílias com terra e famílias que não tem terra; • Possuem normas e fazem acordos baseados na cultura e tradição; • Trabalham de forma solidária em Multirões/Puxirões; • Partilham os bens, os serviços e os conhecimentos; • Lutam pela sobrevivência; e • Possuem alegria de viver, amor a natureza, liberdade, esperança, confiança e união.

Fonte: Adaptado de LÖWEN SAHR, (2005a, p. 57).

Quadro 4 - Elementos de auto-identificação dos povos faxinalenses

No Quadro 4 está apresentado todo um conjunto de relações que ocorre entre os faxinalenses. Essa relação de dependência e de luta, baseada em sua tradição e cultura envolvendo um espaço comunitário, têm nos laços de solidariedade o cerne de suas relações sociais. Isso evidencia o quanto as comunidades de faxinal são um grande exemplo de vivência em comum, ou seja, um exemplo singular de comunidade.

Dentro das formas de trabalho em conjunto destaca-se o “puxirão”, uma tipologia de trabalho solidário, realizado nas comunidades em que o criadouro comunitário ainda persiste, que além de proporcionar a realização de trabalhos em prol de todos, indiretamente, se apresenta enquanto um elo que une os membros.

Sobre esta forma de trabalho em grupo, Nerone (2000) salienta que:

Dentre as manifestações de solidariedade que envolviam o trabalho comunitário e que estava aliado ao caráter festivo, destacava-se entre os habitantes dos faxinais, a prática do mutirão, denominado puxirão (trabalho coletivo realizado num dia determinado, por um grande grupo de homens, em favor de alguém da comunidade), pixirum ou pitoco, cuja marca comunitária estava presente também nos dias de viação (limpeza das estradas e caminhos, consertos de pontes e bueiros) e na manutenção das cercas.

Com a finalidade de comemorar o trabalho concluído, ao final do dia de puxirão, normalmente ocorria uma festa, que era oferecida pela pessoa beneficiada pelo trabalho, ou se não, quando o trabalho havia sido em benefício coletivo, como a viação das estradas por exemplo, a festa era organizada em forma de partilha por todos os moradores do faxinal. Atualmente não há festa após o dia de trabalho. Esta deixou de ser realizada em grande parte dos faxinais, tanto pela falta de interesse por parte dos membros, como também por que o convívio entre eles já não é tão harmonioso (RUPP e MARTINS, 2008, p. 90). Esta festa era organizada pelas pessoas mais antigas das comunidades, que mantinham essa tradição que fora repassada por seus pais e avós. Atualmente, nota-se que as novas dinâmicas nos faxinais exigem muito tempo dos seus membros nas atividades econômicas, desta forma, as características culturais perdem espaço.

Outro aspecto marcante dos povos faxinalenses é a sua religiosidade, sua devoção aos santos católicos. Dentro da comunidade, normalmente há uma Capela, em homenagem a determinado santo. Os santos mais comuns são: São Sebastião, Santa Ana, São Pedro, São João Batista, São João Maria⁴, Santo Antonio, São

⁴ São João Maria não é um santo da igreja católica. Trata-se de uma figura mística do catolicismo popular.

Benedito, São Cristóvão, Senhor Bom Jesus, e Divino Espírito Santo. Várias características originais destas festas foram perdidas com a vinda dos padres católicos, contudo, as Capelas existem até hoje, algumas com manifestações que envolvem traços da tradição faxinalense que ainda se mantêm, e a maioria com manifestações mais simples, uma vez que houve certa repressão por parte dos padres às manifestações que eram mais intrínsecas dos povos dos faxinais (TOLEDO, 2008, pp. 138-141; LÖWEN SAHR, 2005b, p. 6). Percebe-se atualmente, também, a presença em algumas comunidades de igrejas que pregam outras crenças, além da católica.

Löwen Sahr e Iegelski (2003, p. 15), tratando das relações entre os membros das comunidades faxinalenses, apontam mais algumas peculiaridades referentes ao seu cotidiano. As autoras apontam que este é permeado pelas rodas de conversa, pela hora de tomar chimarrão, pela forma de divisão do trabalho entre os membros da comunidade, pelo tipo de construção das casas, pelas épocas de plantação, colheita e entressafra, pelos mutirões de ajuda, assim como, pelas festas religiosas em louvor ao padroeiro ou a um santo querido dos faxinalenses e pelas festas pagãs.

Tudo isso compõe uma estrutura de representações de um modo de vida que vem se transformando continuamente, embora várias características ainda permaneçam. “Essas permanências se refletem nas relações de compadrio e nos laços de solidariedade, que demonstram a dependência entre os membros da comunidade e o caráter próprio de sua organização” (LÖWEN SAHR e IEGELSKI, 2003, p. 15).

No que se refere a sua organização e relações socioespaciais, há uma forma associativa nestas comunidades, uma espécie de simbiose, no que se refere ao homem e seu ambiente de vivência. Esta gera mais algumas características espaciais, que se manifestam nas formas de uso dos recursos naturais, na utilização e divisão das terras e na distribuição das residências. Estas têm sua gênese quando da adaptação destas populações ao espaço, onde este é desenhado com contornos que visam dar coerência e melhores condições de vivência em comunidade. Contudo, estes aspectos são tratados na subseção que segue, com a finalidade de apresentar uma discussão mais aprofundada.

2.2 FORMAS DE OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

As comunidades faxinalenses apresentam características que são intrínsecas ao seu arranjo socioespacial, onde envolvem aspectos que perduram durante mais de um século. O mais evidente destes diz respeito à divisão do espaço para uso. O espaço faxinalense encontra-se dividido por meio de cercas comunitárias, separando as terras de criar, que são de uso comum, e as terras de plantar, onde cada um usufrui de sua propriedade. Esta organização social tradicional tem mais de cem anos de existência, e predominou em cerca de um quinto do território paranaense, isto até meados do século XX (CHANG, 1988).

As terras de criação “são áreas de uso comum dos moradores nas quais se preserva a Floresta com Araucária e onde se encontram suas casas e seus animais”, são áreas de domínio privado, contudo são constituídas por propriedades dos moradores circunvizinhos que usufruem deste espaço. Já as terras de plantar, “se constituem em áreas de uso particular de cada morador, onde se desenvolve a agricultura de subsistência” (SCHUSTER e LÖWEN SAHR, 2009, p. 2).

Quanto ao uso do solo, é importante salientar a particularidade da questão da propriedade/posse sobre a terra. Embora as terras de criar sejam de uso comum, a propriedade/posse da terra não o é, tendo cada família sua parcela. Nas terras de criação há extração sustentada de erva mate, do pinhão (fruto da Araucária) e de madeira. Esta é realizada pelo proprietário da respectiva parcela, todavia, para a criação de animais o uso é comunitário (NERONE, 2000). Existem dentro da comunidade os que são donos da terra, que representam a maioria, e aqueles que não têm a posse da terra. Estes são denominados, segundo Chang (1988), como agregados ou camaradas. Eles moram no criadouro e trabalham para os que possuem as terras de plantar. A estes também é atribuído o direito de ter animais no criadouro.

Como salientado, as terras são divididas por cercas comunitárias, fator característico nas comunidades faxinalenses, e estas “[...] dentro do complexo do Sistema Faxinal têm um papel fundamental, [...] pois são elas que vão garantir que os animais que vivem à solta dentro do criadouro comum não escapem e estraguem a plantação” (LÖWEN SAHR e IEGELSKI, 2003, p. 16).

Löwen Sahr e Iegelski (2003, p. 17) salientam que:

O espaço das cercas é o espaço que delimita e ordena toda a lógica do Sistema Faxinal, além de ser fundamental para a sobrevivência da organização camponesa deste sistema [...]. A cerca é um elemento ambivalente, pois ao mesmo tempo em que divide e delimita o espaço da habitação e da criação de animais com o espaço da plantação, ela é

também um dos elementos que exercem a coesão social da comunidade pelo comprometimento de seus membros na organização de trabalhos e tarefas que envolvam sua manutenção.

Em sua gênese, as áreas de criação em comum eram imensas, denominadas pelos faxinalenses como “terras sem limites” e onde cada família tinha sua criação solta. Neste tempo (até 1920/1930), as terras de plantação eram cercadas, por serem pequenas. Os rios, a mata densa e outros obstáculos naturais apareciam como formas de impedir que os animais adentrassem em terras de planta (SOUZA, 2009a).

Contudo, esta estrutura se transforma a partir do momento que começa a aumentar a população nas comunidades, o que gera a necessidade de mais terras para planta, onde a mata é derrubada para “limpar” a terra. Assim, com o passar dos anos as terras de planta tomam proporções maiores em espaço em relação às de criação, o que leva as terras de criar a serem cercadas. Como salienta Sahr (2005, p. 7) o resultado disso é “[...] uma mudança completa da vegetação dos campos e a expansão do processo de desmatamento nas áreas florestais”. Com isso “a lógica de utilização racional e homogênea da terra vem suplantando os sistemas integrados tradicionais” (p. 7). Essa e outras transformações ocorrem “em decorrência de necessidades ligadas a contextos socioeconômicos específicos” (CAMPOS, 2011, p. 117).

Primeiramente, antes do surgimento das cercas, a passagem dos animais às terras de plantar era vedada por uma grande vala de aproximadamente três metros de profundidade. Porém, por ser um processo trabalhoso e tendo em vista a abundância de araucárias (*Araucaria angustifolia*) e de imbuia (*Ocotea porosa*) surgiram as cercas de frechame⁵ ou pranchões, feitos com a madeira da floresta. Contudo, a partir do momento que foi ficando escassa esta matéria prima, optou-se por cercas com arame farpado ou tela, presos em palanques, primeiramente de imbuia, e posteriormente de concreto. Quanto às estradas que cruzam pelo criadouro, em alguns locais existem o mata-burro⁶ e a porteira, ou somente a porteira para impedir a fuga dos animais (TOLEDO, 2008, pp. 140-141).

Uma particularidade da organização espacial faxinalense diz respeito à distribuição das residências, que normalmente ficam próximas as estradas gerais, como aponta Ferreira (2008), uma vez que facilita o deslocamento. Outra é que as

⁵ Frechame: cerca construída com pedaços/tábuas de pinheiro ou imbuia.

⁶ Mata-burro: ponte de traves espaçadas destinada a vedar o trânsito de animais.

residências ficam nos vales próximas a rios, como coloca Löwen Sahr (2005a). Essa organização espacial e forma de utilização das terras, embora singular, toma características que se aproximam, ou podem ser classificadas, como “aldeias em linha”, baseando-se nas tipologias referidas por Smith (1967), Leonard e Clifford (1971), Bertrand (1973), Vasconcelos (1977), Mendras (1978) e Anjos (2009). Todavia, as comunidades faxinalenses diferem quanto à delimitação de propriedades, sendo caracterizadas pelo uso comum das terras do criadouro.

A característica de povoamento a beira dos cursos de água é parte da gênese das comunidades. Os pioneiros buscaram o riacho devido à necessidade do recurso água, pois próximo dali podiam fazer seu poço, bem como, construir seu monjolo para moagem do milho para fazer o biju, a farinha, a canjica, e também onde seus animais saciarão a sede.

Ainda tratando das aldeias em linha, Bertrand (1973, p. 99) reforça que são aquelas onde “as casas estão em fila, geralmente em ambos os lados de um riacho ou estrada, e a terra agricultável está em longas e estreitas faixas estendendo-se por traz da casa”. Para este autor, o tipo de organização espacial deve-se as vantagens sociais de aglomeração residencial e as de cunho econômico de se morar na própria terra. No caso dos faxinais, todavia, esta proximidade ocorre apenas com relação às terras de criar, já que os cultivos ocorrem nas terras de plantar que circundam o criadouro ou tem localização afastada, em determinados casos.

Nas tipologias de Smith (1967), Bertrand (1973), Vasconcelos (1977) e Anjos (2009) têm-se também as comunidades do tipo aldeia nucleada ou de configuração radial. Nelas trazem-se particularidades que também são intrínsecas às comunidades faxinalenses. A primeira diz respeito à distribuição das residências próximas a um elemento comunitário, como a igreja ou escola, formando núcleos de povoamento, bastante característicos nos faxinais. A segunda se refere à disposição das terras de cultivo, uma vez que neste tipo de aldeia, “as terras agricultáveis estão a alguma distância das casas dos agricultores” (BERTRAND, 1973, p. 99). O criadouro comunitário, onde estão às residências dos faxinalenses, poderia ser comparado à “aldeia nucleada”, sendo necessário se deslocar até as terras agricultáveis.

Os faxinalenses, desde sua gênese, têm no caráter religioso uma de suas mais ricas manifestações culturais, e isso também configura a tipologia de aldeias nucleadas nestas comunidades, já que a Capela fica normalmente no centro da

comunidade, tendo ao redor e a certa proximidade desta grande número de residências.

Vasconcelos (1977, p. 49) nomeia como “aldeias em linha” aquelas que visam permitir que o “[...] indivíduo esteja associado ao seu semelhante, em núcleo de concentração demográfica, e residindo, ao mesmo tempo, dentro de sua própria terra”. Neste conceito se apresenta mais uma característica do faxinal, desta vez da associação entre seus vizinhos, que é uma das características da cultura faxinalense. Contudo essa associação pode ser observada também quando se trata das aldeias nucleadas, uma vez que nestas há “uma intensa vida comunitária”, onde “[...] presta-se, evidentemente, melhor às atividades coletivas” (MENDRAS, 1978, p. 33) devido à proximidade entre as residências e a convivência que dali nasce.

Smith, quando ressalta o início da colonização em Portugal e na Inglaterra, parece estar descrevendo os faxinais brasileiros. O autor descreve que:

[...] a propriedade rural [...] consistia de uma casa e de um terreno para a horta⁷ num lugarejo ou pequena aldeia, e mais alguns trechos de terra arável, espalhados pelos campos que circundavam o centro residencial. Eram freqüentes os direitos comunitários de utilizar as pastagens e os bosques. (1971, p. 166).

Analisando a afirmação de Smith (1971), pode-se visualizar a descrição tanto da propriedade familiar como da própria estrutura da comunidade de faxinal. No caso das hortas, nos faxinais tem-se o cuidado de cercá-las para evitar que os animais criados soltos a destruam. Com relação aos direitos comunitários de utilização das pastagens e bosques, estes se assemelham a criação de animais em espaço comum nos faxinais.

No entanto, seguindo sua discussão, Smith (1971, p. 166) aponta que este tipo de comunidade não é presente no Brasil e nos Estados Unidos. Para ele:

A vizinhança européia, [...] constituía-se de um número de famílias, cujas casas se amontoavam num lugarejo ou pequena aldeia, com suas terras, pastagens e bosques.

A observação dos “grupos de localidade” do Brasil e dos Estados Unidos demonstra como têm eles se diferenciado grandemente dos padrões do Velho Mundo. **O Brasil nunca teve a aldeia composta de pequenos proprietários⁸.**

Uma afirmação equivocada, pois como se nota com base nos argumentos de Vasconcelos (1977), Nerone (2000), Löwen Sahr (2008), Ferreira (2008),

⁷ Cada família nuclear tem sua casa, geralmente de madeira. Nos arredores das residências existem os quintais para o cultivo de verduras, temperos e ervas medicinais, que são cercados para impedir a invasão das criações (FERREIRA, 2008, p. 53).

⁸ Grifo nosso.

Campos (2011), entre outros autores, há sim comunidades deste tipo no Brasil. Todavia, Smith (1971) é relevante quando traz para a discussão a influência européia neste tipo de organização. Há estudos, como o de Nerone (2000), que afirmam a existência de comunidades semelhantes às faxinalenses não só em Portugal, mas também na Espanha.

Pode-se apontar ainda o estudo de Campos (2011, p. 49-67) que além de afirmar sobre a existência no passado das terras de uso comum na antiga Península Ibérica, que se assemelham aos faxinais, forma conhecida como *baldios*, houve ainda outros regimes de uso comum na Europa, sendo estes: “o *ager publicus* da Roma antiga, o *allmend* na Alemanha, os *commons* na Grã-Bretanha e os *communaux* na França” (p. 49).

Tratando ainda das características do espaço onde se encontram as comunidades faxinalenses, cabe ainda ressaltar sobre tipo de floresta na qual os faxinalenses estão inseridos, assim como o uso que fazem desta em seu cotidiano. Como aponta Ferreira (2008, p. 54), “Geralmente no centro do criadouro há uma vegetação rasteira com gramíneas e outras espécies. À medida que se afasta das estradas, encontra-se arbustos e árvores, como a erva-mate, sombreada pelas copas das Araucárias”. Reforçando a questão da existência destas populações no bioma com a Araucária, pode-se ainda colocar que “[...] é nas terras de faxinal que encontram-se as reservas mais originais do bioma da Mata com Araucária” (LÖWEN SAHR 2005b, s/p.).

Partindo desta discussão e apresentação de conceitos, pode-se afirmar, portanto, que as comunidades de faxinal, como uma forma de organização ainda presente na região Centro-Sul do estado do Paraná, apresentam um tipo de organização peculiar. Esta se traduz na divisão das terras para uso, na criação extensiva de animais para tração e consumo em áreas comuns, assim como, pela extração florestal dentro do criadouro comum, principalmente da erva-mate, que desempenha ainda hoje um papel de renda complementar em determinadas comunidades. Também tem particularidades a policultura alimentar de subsistência e a produção comercial nas terras de plantio.

Contudo, alguns estudos apontam que “os faxinais remanescentes encontram-se, sem exceção, todos em processo de desintegração, uns em estágio mais avançado que outros” (RUPP e MARTINS, 2008, p. 113), sendo os “[...] principais fatores do processo de desagregação, a modernização da agricultura, a

legislação, o esgotamento dos recursos naturais e o desmatamento” (TÚLIO, 2004, p. 23).

Hauresko (2009) vem corroborar com as afirmações de Rupp e Martins (2008) e Túlio (2004), afirmando que as comunidades de faxinal vêm passando constantemente por um processo de perda da tradição, que vem se dando de forma lenta, tendo seu começo a partir da década de 1970, quando muitos faxinais deixam de existir devido a vários motivos, sejam eles a modernização da agricultura, a inclusão de culturas exógenas como a do tabaco, assim como a alienação do sistema capitalista, que faz com que haja esta necessidade de sempre produzir além do que se pode (pp. 269-270).

Já Löwen Sahr (2008, p. 216), ao tratar da dualidade entre tradicional e moderno em comunidades faxinalenses, vai apontar que estas:

[...] vêm-se constantemente em uma situação conflituosa. De um lado, buscam manter suas características tradicionais, num processo de integração sistêmica, e de outro lado, para continuar existindo vêm-se obrigadas a se abrir a dinâmicas modernas, num processo de integração social.

Sendo assim, pode-se apontar para as considerações de Mendras (1978, p. 201), onde ele afirma que “o fato de as sociedades camponesas serem consideradas tradicionais e de viverem sob a égide do costume e da rotina não as impede, no entanto, de receber e adaptar as inovações que pouco a pouco induzem a mudanças”. Ou seja, as comunidades não são estáticas, mas sim dinâmicas, sendo influenciadas por transformações externas, a partir das mudanças nos contextos social, econômico e político.

De toda forma, estas comunidades, mesmo passando desde sua gênese por momentos difíceis de adaptação às novas dinâmicas impostas, ainda conseguem, até certo ponto, manter suas tradições e costumes, não deixando, por outro lado, de terem se adaptado às mudanças derivadas da modernidade e de seus efeitos globalizadores, que se refletem do ambiente “global” para o “local” (HALL, 2006, pp. 77-78). Sendo assim, o faxinal não permanece estático, uma vez que ele mantém uma dinâmica e se adéqua aos novos contextos aos quais é exposto, passando, portanto, por processos tanto de “modernização”, como de “retradicionalização” (LÖWEN SAHR, 2008, p. 224). Contudo, estas novas dinâmicas, muitas vezes, provocam que estas comunidades tradicionais percam os traços que fazem com que elas sejam assim denominadas.

Este pensamento explicitado nos últimos parágrafos terá sua discussão aprofundada no Capítulo 4, onde se efetua a análise sobre as distintas transformações ocorridas em dez comunidades faxinalenses do município de Rio Azul. Agora se segue para a apresentação dos levantamentos sobre os faxinais efetuados no estado do Paraná.

2.3 LEVANTAMENTOS SOBRE OS FAXINAIS NO ESTADO DO PARANÁ

Nas subseções que seguem são apresentados os levantamentos, de caráter mais abrangente, efetuados até o momento sobre os faxinais no estado do Paraná. Trata-se dos levantamentos da Emater (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) de 1994, do IAP (Instituto Ambiental do Paraná) de 2004 e da APF (Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses) de 2008. Os dois primeiros ligados à órgãos públicos estaduais e o último ao movimento social. Trata-se, portanto, de levantamentos com critérios e objetivos diferenciados.

2.3.1 Levantamento da Emater de 1994

A Emater em seu levantamento toma como base dois conceitos, ou seja, se delimita o que será considerado faxinal e criadouro comum em sua pesquisa. Não se dá atenção ao caráter sociocultural e a reprodução e adaptação destes ao dinâmico ambiente de vivência das comunidades. Aponta-se, sobretudo, as características físico-espaciais, para, posteriormente, se a comunidade apresentar tais características, buscar conhecer suas dinâmicas internas.

Para Emater (1994, s/p.) “criadouro comum é o espaço de uso comum (terras de criar), com cercas coletivas, onde animais circulam livremente e onde localizam-se as moradias”. E “faxinal é um tipo de vegetação própria da região centro-sul composta por: pinheiro, erva-mate, imbuia, canela, murta, e outros. Local historicamente utilizado como criadouro comunitário”.

Analisando o roteiro de formulário utilizado para o levantamento, cabe ressaltar alguns pontos. Primeiro, parte-se das definições de faxinal e criadouro comum. Na sequência, apontam-se aspectos referentes à identificação do faxinal, número de famílias que residem e que são proprietárias no criadouro, área do criadouro, área até então desmembrada do mesmo e área de produção vegetal ocupada pelos que residem no criadouro.

Após levantar estes aspectos, passa-se a questão das criações, quanto ao número e tipo que está presente no espaço do criadouro comunitário. Levanta-se, também, qual a situação do criadouro, se tem somente criação, ou se já há plantações neste espaço, se há extração de madeira e erva-mate, e qual a situação da infra-estrutura no que concerne a bueiros, pontes e estradas. O formulário finda com questões que tem como finalidade levantar: a) o atual estado de conservação das cercas; b) a opinião dos agricultores quanto ao futuro do faxinal; c) os principais problemas existentes no que se refere à permanência do espaço de criação comum, e; d) as medidas que deveriam ser tomadas para a manutenção dos faxinais/criadouros (EMATER, 1994).

O estudo deu-se em 25 municípios, sendo este o primeiro levantamento realizado sobre faxinais no Paraná. Apresentando dados preliminares, contabilizou-se a existência de 118 faxinais, onde habitavam 38.224 pessoas em uma área de 43.620,35 ha. “Poucas informações descritivas informam sobre esta pesquisa”, entretanto, “pelos dados coletados tal levantamento tinha como propósito o “cadastramento” dos faxinais buscando avaliar sua situação fundiária, aspectos produtivos e sociais” (SOUZA, 2009a, p. 24).

Pode-se observar no Quadro 5, que foi elaborado com base nos formulários⁹ que foram aplicados nas comunidades, parte dos dados contidos nestes. Tem-se nele a situação das comunidades no que concerne às cercas, elemento importante dentro da lógica do faxinal, assim como, a opinião dos residentes, quanto à situação do criadouro comunitário e sua permanência.

Nome da comunidade/faxinal	Município	Número de pessoas que moram no criadouro	Conservação das cercas	Opinião dos agricultores quanto ao criadouro
Criadouro de Areias	Agudos do Sul	175	Regular	Favoráveis
Criadouro do Taboão	Agudos do Sul	200	Ruim	Favoráveis
Criadouro do Pavãozinho	Agudos do Sul	112	Ruim	Favoráveis

Fonte de dados: Emater (1994). Org.: SOARES, J. G.

(Continua)

Quadro 5a - Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)

⁹ Cabe salientar que no quadro constam 112 comunidades, faltando seis, das quais não se teve acesso aos formulários.

Nome da comunidade/faxinal	Município	Número de pessoas que moram no criadouro	Conservação das cercas	Opinião dos agricultores quanto ao criadouro
Criador do Ribeirãozinho/Leão	Agudos do Sul	1000	Boa	Extinção
Criadouro dos Queimados	Agudos do Sul	500	Boa	Favoráveis
Campina	Antonio Olinto	480	Regular	Favoráveis
Pedroso / Canta Galo	Antonio Olinto	305	Ruim	Extinção
Imbuial	Antonio Olinto	400	Ruim	Favoráveis
Água Amarela de Cima, do Meio e de Baixo	Antonio Olinto	220	Regular	Favoráveis
Rio Negro	Fazendinha	392	Ruim	Extinção
Condomínio Andorinha	Guaraniaçu	4	Boa	Favoráveis
Mato Branco	Imbituva	300	Regular	Favoráveis
Faxinal dos Stadler	Imbituva	4	Boa	Favoráveis
Água Branca	Imbituva	180	Boa	Extinção
Colônia Alemanha	Inácio Martins	250	Regular	Extinção
Matão	Inácio Martins	28	Regular	Favoráveis
Quarteirão dos Stresser	Inácio Martins	38	Regular	Favoráveis
São Miguel	Inácio Martins	133	Boa	Favoráveis
São Domingues	Inácio Martins	20	Boa	Extinção
Góes Artigas	Inácio Martins	175	Boa	Extinção
Faxinal do Posto	Inácio Martins	180	Boa	Extinção
Papagaios	Inácio Martins	30	Ruim	Extinção
Rio do Couro	Irati	915	Ruim	Dividido
Bonito	Lapa	350	Regular	Favoráveis
Água Azul	Lapa	600	Ruim	Favoráveis
Bairro dos Lima	Mallet	342	Regular	Dividido
Lageado de Baixo	Mallet	58	Regular	Favoráveis
Guapiara	Mandirituba	95	Regular	Favoráveis
Campestre Paulas	Mandirituba	489	Ruim	Favoráveis
Rio da Varzea	Mandirituba	350	Ruim	Favoráveis
Paraguai II	Mandirituba	60	Ruim	Favoráveis

Fonte de dados: Emater (1994). Org.: SOARES, J. G.

(Continuação)

Quadro 5b - Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)

Nome da comunidade/faxinal	Município	Número de pessoas que moram no criadouro	Conservação das cercas	Opinião dos agricultores quanto ao criadouro
Quatro Pinheiros	Mandirituba	50	Ruim	Favoráveis
Caivo	Mandirituba	120	Ruim	Favoráveis
Silirio	Mandirituba	100	Regular	Dividido
Sítio Laranjal	Mandirituba	27	Ruim	Favoráveis
Rio Vargem Borges	Mandirituba	52	Regular	Favoráveis
Espigão Meleiro	Mandirituba	1200	Regular	Favoráveis
Paraguai I	Mandirituba	30	Ruim	Favoráveis
Nossa Senhora Aparecida	Mandirituba	300	Ruim	Favoráveis
Santo Antonio	Mandirituba	50	Ruim	Favoráveis
Lavezzo	Mato Rico	30	Ruim	Dividido
Bernartczuk	Mato Rico	13	Boa	Dividido
Saqueto	Mato Rico	18	Boa	Favoráveis
Chatoski	Mato Rico	35	Regular	Favoráveis
Boiko	Mato Rico	17	Regular	Favoráveis
Os Coelhos ou Baianos	Mato Rico	27	Regular	—
Do Zé Henrique	Mato Rico	24	Regular	Favoráveis
Dos Lech	Mato Rico	26	Regular	Favoráveis
Cachoeirinha	Palmeira	180	Boa	Favoráveis
Faxinal	Palmeira	400	Ruim	Extinção
Guaraúna dos Borges	Palmeira	300	Regular	Extinção
Guarauninha	Palmeira	550	Regular	Favoráveis
Turvo	Palmeira	400	Ruim	Extinção
Faxinal dos Mineiros	Palmeira	140	Boa	—
Dos Rodrigues	Piên	100	Ruim	Favoráveis
Dos Suras	Piên	25	Ruim	Extinção
Poço Frio dos Moreiras	Piên	196	Ruim	Dividido
Faxinal dos Ribeiros Chácara do Salto	Pinhão	16	Boa	Dividido
Faxinal dos Carvalhos	Pinhão	21	Regular	Extinção
Faxinal dos Ribeiros Lageado Feio	Pinhão	20	Boa	Extinção
Kruger	Pitanga	180	Ruim	Favoráveis
Mato Queimado	Ponta Grossa	170	Ruim	Favoráveis
Faxinal dos Antunes	Ponta Grossa	175	Ruim	Favoráveis
Carandá	Ponta Grossa	39	Ruim	Favoráveis
Caçador	Ponta Grossa	22	Ruim	Favoráveis

Fonte de dados: Emater (1994). Org.: SOARES, J. G.

(Continuação)

Quadro 5c - Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)

Nome da comunidade/faxinal	Município	Número de pessoas que moram no criadouro	Conservação das cercas	Opinião dos agricultores quanto ao criadouro
Faxinal do Carazinho	Ponta Grossa	80	Regular	Favoráveis
Caçador dos Gonçalves	Ponta Grossa	26	Ruim	Favoráveis
Sete Saltos de Baixo	Ponta Grossa	190	Regular	Favoráveis
Guanabara	Prudentópolis	140	Regular	Dividido
Linha Paraná Anta Gorda	Prudentópolis	370	Ruim	Favoráveis
Faxinal do Marcondes	Prudentópolis	550	Ruim	Dividido
Faxinal das Queimadas	Prudentópolis	800	Regular	Dividido
São Pedro	Prudentópolis	350	Regular	Dividido
Ponte Nova	Prudentópolis	150	Boa	Favoráveis
Rio do Meio	Prudentópolis	180	Ruim	Dividido
Rio Bonito	Prudentópolis	30	Boa	Favoráveis
Patás Velhas	Prudentópolis	100	Boa	Favoráveis
Taboãozinho	Prudentópolis	450	Regular	—
Tijuco Preto	Prudentópolis	4500	Boa	Favoráveis
Palmital/Cachoeira do Palmital	Prudentópolis	650	Regular	Favoráveis
Manduri	Prudentópolis	400	Regular	Dividido
Caízinho	Quitandinha	360	Regular	—
Andrades	Quitandinha	300	ruim	Favoráveis
Cerro Verde	Quitandinha	500	Regular	Extinção
Reis	Quitandinha	29	Ruim	Extinção
Doce Grande	Quitandinha	725	Boa	Favoráveis
Rio da Varzea/ Água Clara	Quitandinha	860	Ruins	Favoráveis
Marmeleiro de Baixo	Rebouças	900	Ruim	Favoráveis
Marmeleiro de Cima	Rebouças	178	Regular	Favoráveis
Salto	Rebouças	325	Regular	Dividido
Nossa Senhora do Rozário	Rebouças	463	Boa	Favoráveis
Faxinal dos Francos	Rebouças	394	Ruim	Dividido
Água Quente dos Luz	Rebouças	200	Ruim	Favoráveis
Água Quente dos Meiras	Rio Azul	274	Boa	Favoráveis
Rio Vinagre	Rio Azul	190	Boa	Favoráveis
Lageado dos Mellos	Rio Azul	186	Boa	Favoráveis
Taquari dos Ribeiros	Rio Azul	371	Ruim	Favoráveis
Rio Azul dos Soares	Rio Azul	263	Ruim	Dividido
Marumbi dos Elias	Rio Azul	288	Boas	Dividido
Rio Baio	São João do Triunfo	1500	Boa	Desativado

Fonte de dados: Emater (1994). Org.: SOARES, J. G.

(Continuação)

Quadro 5d - Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)

Nome da comunidade/faxinal	Município	Número de pessoas que moram no criadouro	Conservação das cercas	Opinião dos agricultores quanto ao criadouro
Faxinal Mato Queimado	São João do Triunfo	31	Boa	Favoráveis
Coxilhão Santa Rosa	São João do Triunfo	240	Boa	Extinção
Faxinal dos Rodrigues	São João do Triunfo	230	Regular	Extinção
Taquaral	São Mateus do Sul	360	Boa	Extinção
Emboque	São Mateus do Sul	120	Ruim	Extinção
Handirá	São Mateus do Sul	58	Ruim	Favoráveis
Ribeirão de Cima	Teixeira Soares	340	Boa	Dividido
Dos Mineiros	Teixeira Soares	230	Ruim	Dividido
Bituva dos Lopes	Teixeira Soares	125	Boa	Favoráveis
Faxinal dos Carriel	Turvo	150	Boa	Favoráveis
Saudade	Turvo	650	Boa	Dividido
Arroio Fundo	Turvo	36	Boa	Favoráveis
Total – 112 faxinais	25 municípios	33280	-	-

Fonte de dados: Emater (1994). Org.: SOARES, J. G.

(Conclusão)

Quadro 5e - Comunidades de Faxinal levantadas pela Emater (1994)

Das 112 comunidades apresentadas, em 66 os residentes eram favoráveis a manutenção do faxinal; em 20 os membros estavam divididos entre os que queriam que permanecesse o espaço de criação comum e àqueles que desejavam que o mesmo fosse desativado; em 21 comunidades os residentes estavam favoráveis a extinção do espaço de criação comum; em 1 afirmaram que o criadouro já não existia mais; e em 4 a questão não foi respondida.

Quanto ao estado das cercas, nas 66 comunidades onde havia interesse de manter o criadouro, em 19 estavam boas, em 20 regulares e em 27 as cercas se encontravam em estado ruim. Já nas 20 comunidades que os membros estavam divididos, as cercas em 5 estavam em situação boa, em 7 regular, e em 8 ruins. Nas 21 comunidades onde os moradores eram favoráveis a extinção do espaço de criação comum, a situação das cercas era em 8 boa, em 4 era regular e em 8 ruim.

Nota-se que na maior parte das comunidades a cerca encontrava-se em estado precário, ou seja, em 40% as cercas estavam em estado ruim e 30% em estado regular. Esta situação em estado ruim e regular sinalizava para a desagregação do criadouro, uma vez que as cercas têm papel importantíssimo na manutenção das relações de harmonia entre os moradores do faxinal. No restante, ou seja, em apenas 30% das comunidades as cercas se encontravam em bom estado.

Pode-se apontar ainda sobre uma contradição inquietante que ocorre nos dados apresentados nesse levantamento. Em 27 comunidades em que as cercas, um dos principais fatores de manutenção da coesão da comunidade, são citadas como ruins, os membros dizem estar favoráveis quanto à manutenção do criadouro. Outro ponto se refere à 8 comunidades nas quais as cercas estariam boas segundo o levantamento em 1994, no entanto, os membros estariam com o anseio de acabar com o espaço de criação em comum.

Estes são alguns aspectos que ficam sem explicação no levantamento da Emater (1994), o que gera situações controversas e que evidenciam problemas que podem ter ocorrido no momento da pesquisa ou que podem ser considerados como falhas nos formulários.

Observando os aspectos levantados pela pesquisa realizada pela Emater em 1994, pode-se afirmar que ela sinalizava para o que Marques (2004) iria levantar em 2004, ou seja, para a extinção de vários espaços de criação, como poderá ser observado na seção que segue.

2.3.2 Levantamento do IAP de 2004

O levantamento efetuado por Marques (2004), encomendado pelo IAP - Instituto Ambiental do Paraná, teve como objetivo conhecer a situação dos faxinais que ainda possuíam o criadouro comum, assim como, apontar àqueles que o criadouro havia sido extinto, seja mantendo a paisagem de faxinal, com a Mata de Araucária, ou não. Para isso teve-se como base o trabalho da Emater de 1994. Marques (2004) apresenta para caracterizar seu objeto de estudo, definições de sistema faxinal e faxinal, apregoadas por Carvalho (1985), Chang (1988) e Souza (2001). Contudo, o estudo toma como referência o conceito oficial de “sistema faxinal”, ou seja, o apresentado no parágrafo 1º, do artigo 1º, do Decreto Estadual nº 3.446/1997. Neste, entende-se como sistema faxinal:

o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso coletivo da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola – policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto – manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas.

Ao analisar o conceito, nota-se que como no estudo da Emater (1994), se prioriza, para caracterizar e levantar as comunidades de faxinal, aspectos físico-espaciais, apesar de estes estarem imbuídos na característica cultural dos faxinalenses. Ao observar os três pontos integrantes que fundamentam a lógica do sistema faxinal, colocados no decreto citado, infere-se que, o caráter humano, é deixado de lado em detrimento das características de um espaço de vivência que é temporalmente organizado, apresentando tais contornos devido ao elemento humano (SOUZA, 2009a).

Partindo para os aspectos metodológicos da pesquisa, cabe salientar, que o levantamento de dados se deu com base na aplicação de formulários variados, elaborados de acordo com as características das instituições e agentes sociais que foram entrevistados.

Num primeiro momento, Marques (2004) enviou formulários para organizações não governamentais (ONG's) “que desenvolvem projetos e ações em faxinais ou que assessoram famílias que residem nos faxinais” (p.7), “e também para prefeituras municipais e escritórios locais da Emater, dos municípios onde estão (ou estavam) situados os faxinais” (p.7). Esta etapa teve como objetivo efetuar uma coleta de dados primários, a partir dos quais ele teria base para apontar diretrizes aos passos seguintes do levantamento. Este primeiro passo teve como base o levantamento da Emater (1994), por meio do qual Marques (2004) pode apontar os municípios onde existiam faxinais em 1994.

A partir das informações coletadas nesta primeira etapa da pesquisa, por meio do levantamento primário foi possível apresentar um panorama preliminar das transformações ocorridas nas comunidades de faxinais entre 1994 e 2004. Marques (2004) classificou os faxinais em: a) comunidades que permaneciam com o criadouro comunitário (Quadro 6); b) aquelas que permaneciam somente com a paisagem característica com Araucária e em forte processo de desagregação

(Quadro 7); e c) aquelas que tinham sido transformadas em simples comunidades de agricultores ou tinham desaparecido (Quadro 8)¹⁰.

Nome da comunidade / Faxinal	Município	Região	Área do criador comunitário (ha)	Nº famílias Residentes	Situação atual geral conservação ambiental
Tijuco Preto (1)	Prudentópolis	Guarapuava	2.066,48	400	Regular
Paraná-Anta Gorda (1)	Prudentópolis	Guarapuava	252,0	97	Regular
Ivaí – Anta Gorda (1)	Prudentópolis	Guarapuava	726,0	50	Regular
Marcondes (1)	Prudentópolis	Guarapuava	600,0	100	Regular
Barra Bonita (1)	Prudentópolis	Guarapuava	1.144,0	180-200	Regular a ruim
Taboãozinho (1)	Prudentópolis	Guarapuava	363,0	86	Regular
Cachoeira do Palmital (1)	Prudentópolis e Irati (divisa)	Guarapuava e Irati	195,0	57	Regular a ruim
Guanabara (1)	Prudentópolis	Guarapuava	72,0	43	Regular
Papanduva de Baixo (1)	Prudentópolis	Guarapuava	1.340,0	130	Boa a regular
Rio do Meio	Prudentópolis	Guarapuava	N.I.	85	Regular
Rio Bonito	Prudentópolis	Guarapuava	N.I.	07	Regular
Saudade Santa Anita	Turvo	Guarapuava	738,10	60 a 80	Boa a regular
Carriel	Turvo	Guarapuava	120,0	50	Ruim
São Roquinho	Pinhão	Guarapuava	18,15	13	Boa
Marmeleiro de Baixo (1)	Rebouças	Irati	433,18	200 a 250	Boa a regular
Salto (1)	Rebouças	Irati	131,89	56	Boa a regular
Barro Branco (1)	Rebouças	Irati	492,58	97	Boa
Marmeleiro de Cima (1)	Rebouças	Irati	60,5	63	Regular
Barreirinho dos Beltrão	Rebouças	Irati	N.I.	10	Boa
Faxinal dos Mellos (1)	Irati	Irati	400,0	40	Regular a péssima
Rio do Couro (1)	Irati	Irati	585,64	70	Regular a Ruim
Itapará	Irati	Irati	121,0	70	Regular
Lageado dos Melos (1)	Rio Azul	Irati	235,75	30-35	Boa
Taquari (1)	Rio Azul	Irati	220,61	90-95	Boa a regular

Nota: N.I. – Não Identificado

(Continua)

Elaborada por Marques (2004), adaptada por SOARES, J. G.

Quadro 6a - Comunidades que em 2004 permaneciam com o criadouro comunitário, cercas coletivas e uso coletivo das terras

¹⁰ As informações contidas nos quadros, uma parte deriva das entrevistas efetuadas nas 13 comunidades visitadas por Marques (2004), e outra das entrevistas e consultas aos órgãos públicos e organizações da sociedade civil, do respectivo município e/ou região, que permitiu conhecer a situação das comunidades rurais onde não foram efetuadas entrevistas (MARQUES, 2004).

Nome da comunidade / Faxinal	Município	Região	Área do criador comunitário (ha)	Nº famílias Residentes	Situação atual geral conservação ambiental
Água Quente dos Meiras (1)	Rio Azul	Irati	215,38	40 a 50	Boa a regular
Rio Azul dos Soares	Rio Azul	Irati	366,80	50	Regular a ruim
Lageado de Baixo (1)	Mallet	Irati	64,70	12	Boa
Mansani	Inácio Martins	Irati	474,32	27	Ótima a Boa
São Miguel	Inácio Martins	Irati	50,0 a 100,0	50	Boa
Faxinal dos Krüger (1)	Boa Ventura de São Roque	Pitanga	532,40	45	Regular
Sítio Viana	Boa Ventura de São Roque	Pitanga	N.I.	10	Boa
Sete Saltos de Baixo	Ponta Grossa (Itaiacoca)	Ponta Grossa	180,0	56	Boa
Barreiro	Ipiranga	Ponta Grossa	12,10	04	Regular
Faxinal dos Betin	Imbaú	Ponta Grossa	30,0	35	Péssima
Manduri	São Mateus do Sul	União da Vitória	40,0	10	Regular
Emboque	São Mateus do Sul	União da Vitória	45,98	35 a 40	Regular
Água Amarela de Cima	Antônio Olinto	União da Vitória	1.200,0	151	Regular
Espigão / Meleiro	Mandirituba	Curitiba	800,0	120	Boa
Avencal/ Barco	Mandirituba	Curitiba	250,0	65	Boa
Lagoa dos Ferreiras	Mandirituba	Curitiba	180,0	75	Boa
Tronco/Ilha	Mandirituba	Curitiba	600,0	90	Boa
Campestre Paulas	Mandirituba	Curitiba	350,0	85	Boa
Água Clara de Baixo	Quitandinha	Curitiba	96,80	250	Péssima
São Gabriel	Quitandinha	Curitiba	60,50	45	Regular
Totais – 44 faxinais	16 municípios	6 regiões	15.914,86 ha	3.409 famílias	-

Nota: N.I. – Não Identificado

(Conclusão)

Elaborada por Marques (2004), adaptada por SOARES, J. G.

Quadro 6b - Comunidades que em 2004 permaneciam com o criadouro comunitário, cercas coletivas e uso coletivo das terras

Observando o Quadro 6, nota-se que em 2004 existiam, com base nestes dados preliminares, pelo menos 44 comunidades com o criadouro comunitário ativo, totalizando uma área de 15.914 há e envolvendo aproximadamente 3.400 famílias. Os faxinais ativos estavam distribuídos nas regiões: de Guarapuava (14 faxinais), de Irati (15 faxinais), de Pitanga (2 faxinais), de Ponta Grossa (3 faxinais), de União da Vitória (3 faxinais) e na região de Curitiba (7 faxinais).

Nome da comunidade	Município	Região	Área total aproxim. (ha)	Nº famílias Residentes	Situação atual geral conservação ambiental
Ponte Nova	Prudentópolis	Guarapuava	72,60	35	Regular a ruim
Patos Velhos	Prudentópolis	Guarapuava	39,83	62	Regular a ruim
São Pedro	Prudentópolis	Guarapuava	780,0	80	Regular
Queimadas	Prudentópolis	Guarapuava	1.096,0	180	Regular a ruim
Manduri	Prudentópolis	Guarapuava	1.374,0	125	Regular
Capanema	Prudentópolis	Guarapuava	N.I.	N. I.	Regular
Papanduva de Cima	Prudentópolis	Guarapuava	N.I.	N. I.	Regular
Faxinal dos Vidal	Turvo	Guarapuava	300,0	10	Boa
Faxinal dos Coutos	Pinhão	Guarapuava	10,89	03	Boa
Faxinal dos Ribeiros	Pinhão	Guarapuava	330,0	15	Regular
Faxinal dos Carvalhos	Pinhão	Guarapuava	55,0	07	Regular
Faxinal dos Francos	Rebouças	Irati	242,0	45-50	Regular
Água Quente dos Luz	Rebouças	Irati	363,0	20	Regular
Conceição	Rebouças	Irati	217,80	20-30	Regular
Fax. Neves/Água Mineral	Irati	Irati	484,0	60-70	Boa a Regular
Faxinal dos Antônio	Irati	Irati	363,0	37	Boa a regular
Rio Vinagre	Rio Azul	Irati	297,38	81	Boa
Marumbi dos Elias	Rio Azul	Irati	484,0	90-100	Ruim
Vila Nova	Rio Azul	Irati	N.I.	N.I	Ótima
Ribeirão de Cima	Teixeira Soares	Irati	727,0	100	Ruim
Carneiros	Teixeira Soares	Irati	N. I.	20	Regular
Faxinal dos Mineiros	Teixeira Soares	Irati	N.I.	36	Ruim
Faxinal Policenos	Teixeira Soares	Irati	N.I.	08	Regular
Bituva dos Lopes	Fernandes Pinheiro	Irati	22,0	06	Péssima
Assungui	Fern. Pinheiro	Irati	72,0	30	Regular
Fax dos Stadler	Imbituva	Irati	400,0	10	Boa
Barra Zampier	Imbituva	Irati	150,0	15	Regular
Mato Branco	Imbituva	Irati	1.500,0	400	Ruim
Faxinal do Posto	Inácio Martins	Irati	1.200,0	100	Boa
São Domingos	Inácio Martins	Irati	1.500,0	120	Boa
Campina Bonita	Inácio Martins	Irati	900,0	70	Boa
Colônia Dallegrove	Inácio Martins	Irati	750,0	40	Boa
Rio Pequeno	Inácio Martins	Irati	700,0	35	Boa

Nota: N.I. – Não Identificado

(Continua)

Elaborada por Marques (2004), adaptada por SOARES, J. G.

Quadro 7a - Comunidades que em 2004 apresentavam apenas a paisagem com araucária sem as formas coletivas

Nome da comunidade	Município	Região	Área total aproxim. (ha)	Nº famílias Residentes	Situação atual geral conservação ambiental
Mato Queimado	Ponta Grossa (Itaiacoca)	Ponta Grossa	198,0	50	Regular a ruim
Carazinho	Ponta Grossa (Itaiacoca)	Ponta Grossa	60,0	20	Regular a ruim
Caçador dos Gonçalves	Ponta Grossa (Itaiacoca)	Ponta Grossa	30,0	07	Regular a ruim
Caçador dos Cassimiro	Ponta Grossa (Itaiacoca)	Ponta Grossa	25,0	06	Regular a ruim
Carandá	Ponta Grossa (Itaiacoca)	Ponta Grossa	24,0	09	Regular a ruim
Antunes	Ponta Grossa (Itaiacoca)	Ponta Grossa	25,4	35	Regular a ruim
Fax. Rodrigues e Andrade	São João do Triunfo	Ponta Grossa	924,0	308	Boa
Mato Queimado	São João do Triunfo	Ponta Grossa	240,0	73	Boa
Rio Baio	São João do Triunfo	Ponta Grossa	620,0	290	Boa
Poço Grande	Palmeira	Ponta Grossa	200,0	N.I.	Regular
Faxinal dos Mineiros	Palmeira	Ponta Grossa	180,0	N.I.	Regular
Guaraúna dos Borges	Palmeira	Ponta Grossa	300,0	N.I.	Boa
Faxinal Santos	General Carneiro	União da Vitória	1.450,0	28	Regular
Campo do Meio	General Carneiro	União da Vitória	1.050,0	14	Regular
Iratim	Gen. Carneiro	União da Vitória	1.600,0	18	Regular
Santa Rosa	Gen. Carneiro	União da Vitória	3.900,0	35	Regular
Tesoura	São M. do Sul	União da Vitória	200,0	45	Regular
Mico Magro	São Mateus do Sul	União da Vitória	300,0	25	Regular
Fax. Ilhéus/ Taquaral	São Mateus do Sul	União da Vitória	250,0	60	Regular
Paiol da Barra Feia	São Mateus do Sul	União da Vitória	60,0	20	Péssima
Campina	Antonio Olinto	União da Vitória	900,0	90	Regular
Pedroso – Canta Galo	Antonio Olinto	União da Vitória	900,0	70	Regular
Imbuial	Antonio Olinto	União da Vitória	1.100,0	110	Regular
Total – 56 faxinais	16 municípios	4 regiões	28.966,90 ha	3.208 famílias	-

Nota: N.I. – Não Identificado

(Conclusão)

Elaborada por Marques (2004), adaptada por SOARES, J. G.

Quadro 7b - Comunidades que em 2004 apresentavam apenas a paisagem com araucária sem as formas coletivas

Observando o Quadro 7 e comparando os dados deste com os do levantados pela Emater em 1994, constata-se que no período de dez anos 56 comunidades deixaram de possuir as formas coletivas de uso do solo para criação. Estas estão distribuídas nas regiões de: Guarapuava (11 comunidades), Irati (22 comunidades), Ponta Grossa (12 comunidades) e União da Vitória (11 comunidades).

Estas comunidades apresentavam como característica principal a existência da paisagem com Mata de Araucária, remanescentes de faxinal. “A área total destes faxinais é de, aproximadamente, 28.966,90 ha, envolvendo um mínimo de 3.208 famílias (não se obteve todos os dados em relação à área e nº de famílias)” (MARQUES, 2004, p. 15).

Nome da antiga comunidade/Faxinal	Município	Região
Arroio Fundo	Turvo	Guarapuava
Barra dos Andrade	Rebouças	Irati
Bairro dos Lima	Mallet	Irati
Lageado dos Mello	Mallet	Irati
Água Branca	Guamiranga	Irati
Quarteirão Stresser	Inácio Martins	Irati
Matão	Inácio Martins	Irati
Goes Artigas	Inácio Martins	Irati
Colônia Alemanha	Inácio Martins	Irati
Papagaios	Inácio Martins	Irati
Dos Lavezzo	Mato Rico	Pitanga
Dos Bernartczuk	Mato Rico	Pitanga
Dos Saqueto	Mato Rico	Pitanga
Dos Chatoski	Mato Rico	Pitanga
Dos Boiko	Mato Rico	Pitanga
Bananas	Mato Rico	Pitanga
Dos Henrique	Mato Rico	Pitanga
Dos Lech	Mato Rico	Pitanga
Condomínio Andorinha	Guaraniaçu	Cascavel
Lustosa	Ipiranga	Ponta Grossa
Charqueada de Baixo	Imbaú	Ponta Grossa
Coxilhão Santa Rosa	São João do Triunfo	Ponta Grossa
Cachoeirinha	Palmeira	Ponta Grossa
Turvo	Palmeira	Ponta Grossa
Guarauninha	Palmeira	Ponta Grossa
Queimados	Agudos do Sul	Curitiba
Ribeirãozinho/Leão	Agudos do Sul	Curitiba
Taboão	Agudos do Sul	Curitiba
Pavãozinho	Agudos do Sul	Curitiba
Areias/Palmito	Agudos do Sul	Curitiba
Bonito	Lapa	Curitiba
Água Azul	Lapa	Curitiba
Guapiara	Mandirituba	Curitiba

Fonte: Marques (2004, p. 14).

(Continua)

Quadro 8a - Comunidades que em 2004 eram consideradas apenas como comunidades de agricultores individuais

Nome da antiga comunidade/Faxinal	Município	Região
Nossa Senhora Aparecida	Mandirituba	Curitiba
Paraguai - I	Mandirituba	Curitiba
Paraguai – II	Mandirituba	Curitiba
Rio Várzea Borges	Mandirituba	Curitiba
Sítio Laranjal	Mandirituba	Curitiba
Silirio	Mandirituba	Curitiba
Santo Antônio	Mandirituba	Curitiba
Quatro Pinheiros	Mandirituba	Curitiba
Caivo	Mandirituba	Curitiba
Rio da Várzea	Mandirituba	Curitiba
Faxinal dos Soares	Piên	Curitiba
Faxinal dos Rodrigues	Piên	Curitiba
Poço Frio dos Moreiras	Piên	Curitiba
Caiezinho	Quitandinha	Curitiba
Fax. dos Andrades	Quitandinha	Curitiba
Cerro Verde	Quitandinha	Curitiba
Reis	Quitandinha	Curitiba
Doce Grande	Quitandinha	Curitiba
Fazendinha	Rio Negro	Curitiba
Total – 52 ex-faxinais	17 municípios	6 regiões

Fonte: Marques (2004, p. 14).

(Conclusão)

Quadro 8b - Comunidades que em 2004 eram consideradas apenas como comunidades de agricultores individuais

Observando o Quadro 8, tem-se a relação de 52 comunidades que em um passado próximo, antes e/ou pelo menos até 1994, tinham o criadouro comunitário dentre outras características de faxinal, e que em 2004 já não apresentavam nem mesmo remanescentes da paisagem com Araucária. As antigas comunidades de faxinal estavam distribuídas nas regiões de: Guarapuava (1 ex-faxinal), Irati (9 ex-faxinais), Pitanga (8 ex-faxinais), Cascavel (1 ex-faxinal), Ponta Grossa (6 ex-faxinais) e Curitiba (27 ex-faxinais). Estas comunidades citadas foram consideradas por Marques (2004, p. 15) “como comunidades de agricultores que produzem individualmente. A maioria teve a área do antigo criadouro comunitário transformada em áreas de lavouras anuais”.

Com base nos dados levantados e em comparação com o estudo da Emater (1994), Marques conclui que “[...] existiam no estado do Paraná, há mais de 10 anos atrás, um total de 152 faxinais. Destes, hoje restam apenas 44 que ainda conservam parte das origens e características do sistema faxinal” (2004, p. 15). Dos demais faxinais, 56 ainda apresentam algumas características remanescentes, com a Mata com Araucária, e 52 foram totalmente descaracterizados.

Nota-se, se comparado ao estudo da Emater (1994), que Marques (2004) levanta um número superior de comunidade, sendo 152 perante 118 do

levantamento anterior. Contudo, como já afirmado anteriormente, os dois levantamentos são considerados como preliminares, ou seja, não apresentavam dados finais e completos sobre o número e situação das comunidades de faxinal no Paraná, tanto em 1994 como em 2004.

Interessante notar que Marques (2004), dez anos depois do primeiro levantamento feito pela Emater (1994), consegue afirmar que existiam, pelo menos até 1994, mais 34 comunidades de faxinal, além das 118 levantadas na ocasião. Lembrando que os dois levantamentos tinham a mesma concepção conceitual quando às comunidades que tinham o criadouro comum ativo. Isto aponta, portanto, para uma subestimativa no trabalho da Emater (1994).

De toda forma, parte-se agora para o terceiro e mais recente levantamento efetuado sobre os faxinais do Paraná, o qual traz características metodológicas distintas dos já apresentados, e assim, traz também resultados que destoam dos apresentados nos levantamentos de 1994 e 2004.

2.3.3 Levantamento da APF de 2008

Para realização do levantamento de 2008 a Articulação Puxirão de Povos Faxinalenses (APF) elaborou um modelo de análise com base nos levantamentos anteriores e suas metodologias (EMATER, 1994; MARQUES, 2004) e acrescentou novos elementos. Na análise, existem quatro posições para enquadramento das comunidades, sendo três destas (posição 1, 2 e 3) para as áreas onde ainda permanecem com uso comum, e uma destas (posição 4) para àquelas em que o uso comum já foi extinto. Tem, assim, as seguintes classes de faxinais:

- *Posição 1* - Faxinais com uso comum – criadouro comum aberto: são consideradas áreas com mais de 1.000 ha, que podem ser acessadas por criações altas e baixas. Cabe ressaltar que na aplicação do modelo, esta situação foi observada somente nos municípios de Inácio Martins e Pinhão.
- *Posição 2* - Faxinais com uso comum – criadouro comum cercado: se apresentam, enquanto àqueles espaços onde há uso comum dos recursos essenciais, com as extensões de terras variáveis para circulação de criações livremente, tanto criações altas como baixas, delimitadas por cercas de uso comum, mata-burros, portões, valos e rios.
- *Posição 3* - Faxinal com uso comum restrito – criador com criação grossa ou alta: Tem como características as cercas de 4 fios de arame nas “[...] divisas

das propriedades antes destinadas para o uso do “criador comum”, ficando disponíveis apenas algumas áreas privadas, além das áreas públicas (beiras de estradas, campos de futebol, pátio de igrejas,...)” (SOUZA, 2009a, p. 22). Nestes espaços predominam as criações altas. Já as criações baixas, porcos e cabritos, são mantidas em mangueirões familiares isolados das áreas do criadouro comum ou fechadas em chiqueiros. De toda forma, nestes ainda são mantidos os portões e mata-burros, devido às suas finalidades.

- *Posição 4 - Faxinais sem uso comum – mangueirões ou poteiros:* “Representam situações em que o uso comum da criação animal (“baixa” ou “alta”) ocorre somente pelo grupo familiar ou ao grupo doméstico” (SOUZA, 2009a, p. 23). Quanto ao uso dos recursos naturais, como fontes de água para os animais, fica restrito ao espaço fechado. Quando o espaço de criação abriga criações altas pode ser denominado como poteiro, e quando abriga criação baixa é conhecido como mangueirão. “Em alguns casos observamos a permanência de “mata-burros”, cercas para “criações baixas” e portões, todavia sem função aparente, apenas simbolizam a recente ausência da posição de “criador comum”” (p. 23).

Observando a classificação apresentadas, nota-se a amplitude dada ao conceito e a diferença de significado, se comparado ao que se usou em pesquisas de levantamento efetuadas anteriormente. Isso permitiu o levantamento de mais de uma centena de comunidades como “faxinal”, segundo os parâmetros supracitados, que estavam esquecidas e na invisibilidade (SOUZA, 2009a).

Cabe ressaltar que na aplicação do modelo, os pesquisadores encontraram, em determinadas situações, mais de uma forma de faxinal em uma mesma comunidade. Nestes casos, enquadrava-se a mesma, de acordo com a manifestação que mais se destacava. Os dados levantados referentes às comunidades, sua situação e respectiva posição, dentre as quatro propostas, são apresentadas no Quadro 9.

Mesorregião	Microrregião	Município	Número Faxinais	Posição - Faxinal			
				1	2	3	4
Metropolitana Curitiba	Curitiba	Mandirituba	15	-	3	1	11
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Quitandinha	13	-	7	3	3

Fonte: Pesquisa Mapeamento Social Faxinais, 2008 (SOUZA, 2009a, p. 30).

(Continua)

Quadro 9a - Faxinais existentes em 2008 por município e posição

Mesorregião	Microrregião	Município	Número Faxinais	Posição - Faxinal			
				1	2	3	4
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Tijucas do Sul	9	-	3	1	5
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Agudos do Sul	6	-	-	1	5
Metropolitana Curitiba	Rio Negro	Piên	4	-	-	1	3
Metropolitana Curitiba	Lapa	Lapa	16	-	1	4	11
Sudeste	Prudentópolis	Prudentópolis	14	-	9	4	1
Sudeste	Prudentópolis	Imbituva	8	-	-	3	5
Sudeste	Prudentópolis	Fernandes Pinheiro	5	-	2	1	2
Sudeste	Prudentópolis	Teixeira Soares	1	-	-	-	1
Sudeste	Irati	Rio Azul	7	-	4	2	1
Sudeste	Irati	Irati	14	-	4	4	6
Sudeste	Irati	Rebouças	15	-	5	1	9
Sudeste	Irati	Mallet	1	-	1	-	-
Sudeste	São Mateus do Sul	São Mateus do Sul	4	-	2	1	1
Sudeste	São Mateus do Sul	São João do Triunfo	16	-	2	3	11
Sudeste	São Mateus do Sul	Antonio Olinto	1	-	1	-	-
Centro-Oriental	Ponta Grossa	Palmeira	9	-	-	2	7
Centro-Oriental	Ponta Grossa	Ponta Grossa	1	-	1	-	-
Centro-Oriental	Telêmaco Borba	Imbaú	4	-	-	-	4
Centro-Oriental	Telêmaco Borba	Reserva	3	-	1	-	2
Centro-Sul	Guarapuava	Inácio Martins	17	8	2	6	1
Centro-Sul	Guarapuava	Pinhão	15	2	1	-	12
Centro-Sul	Guarapuava	Reserva do Iguçu	3	-	1	-	2
Centro-Sul	Guarapuava	Turvo	13	-	3	6	4
Centro-Sul	Guarapuava	Guarapuava	4	-	-	4	-
Centro-Sul	Guarapuava	Campina do Simão	1	1	-	-	-
Centro-Sul	Guarapuava	Guaraniaçu	1	-	-	-	1
Centro-Sul	Guarapuava	Nova Laranjeiras	1	-	-	-	1
Centro-Sul	Pitanga	Pitanga	3	-	-	1	2
Centro-Sul	Pitanga	Mato Rico	1	-	-	-	1
Centro-Sul	Pitanga	Boa Ventura de São Roque	2	-	1	1	-
Total			227	11	54	50	112

Fonte: Pesquisa Mapeamento Social Faxinais, 2008 (SOUZA, 2009a, p. 30).

(Conclusão)

Quadro 9b - Faxinais existentes em 2008 por município e posição

Os dados apresentados trazem um panorama bastante amplo no que se refere aos faxinais, trazendo mais 109 comunidades, se comparado este com o levantamento efetuado em 1994 pela EMATER, e mais 73 se comparado ao de Marques em 2004. Mesmo assim, cabe salientar, que alguns faxinais que estão nos levantamentos de 1994 e 2004, não constam neste.

Marques (2004) quando se refere às comunidades com criadouro comunitário, apresenta 5 faxinais¹¹, que não estão contidos no levantamento de

¹¹ Comunidades: Cachoeira do Palmital, Rio Bonito e Rio do Meio em Prudentópolis; Barreiro em Ipiranga; e Manduri em São Mateus do Sul. As comunidades apresentavam situação regular quanto à situação do criadouro e conservação ambiental.

2008. Já se comparado aos dados do levantamento de 1994, neste constam 58 comunidades, não citadas em 2008, que podem ter perdido todas as características de faxinal, ou também, podem não ter sido abordadas pela pesquisa em 2008.

Contudo, esse número superior de comunidades apresentado pela APF em 2008, se deve também a forma abrangente na qual foi considerado o faxinal. Pode-se afirmar que nas pesquisas anteriores, considerava-se faxinal, o que no presente levantamento se enquadra nas posições 2 e 3. Mesmo assim, somando as comunidades apresentadas nestas posições, há grande diferença, sendo 104, perante as 44 de Marques (2004), ou seja, 60 comunidades a mais. Isto pode sinalizar que este levantamento tenha sido mais completo e não preliminar como o de 2004.

Ainda ao se comparar o levantamento de 2004 e 2008, nota-se que no segundo foram levantados um grande número de comunidades nas posições 1 e 2 nos municípios próximos de Curitiba (Quitandinha, Mandirituba, Agudos do Sul e Tijucas do Sul) e nos municípios de São João do Triunfo e Inácio Martins. Nestes, nota-se que a pesquisa em 2008 foi aprofundada. Marques (2004) não teve a mesma situação, já que no seu estudo ele apresenta somente a visita a uma comunidade de Inácio Martins, a do Faxinal Mansani, sendo que nos outros municípios citados não houve coleta de dados. Sobre estes, Marques se baseou nos dados de 1994 e nos formulários aplicados na primeira etapa de sua pesquisa, os quais ele enviou a prefeituras e outros órgãos que estavam envolvidos na questão dos faxinais.

Tomando estes apontamentos, pode-se observar alguns fatores que levam a este número bastante expressivo levantado pela APF em 2008. Primeiramente, por que a pesquisa não foi preliminar como as de 1994 e 2004. Em segundo lugar tem-se o fato de que o faxinal neste estudo não foi enquadrado somente como aquelas comunidades onde ainda existe o criadouro comum, levou-se em conta também locais que apresentam resquícios/manifestações, que trazem a baila a antiga forma de organização em faxinais e que deixaram de tê-lo de forma íntegra. Ou seja, considerou-se a gênese das comunidades considerando-as como “terras tradicionalmente ocupadas”.

Embora o levantamento da APF aponte que tenha deixado de lado os termos “sistema faxinal” (CHANG, 1988) e “faxinal ou criadouro comum” (EMATER, 1994; MARQUES, 2004) usados nas pesquisas anteriores por estes designarem

apenas os espaços analisados, através do seu uso, e que tenham analisado os fatos socioculturais (SOUZA, 2009a), não é isso que se observa. O que ocorreu foi o acréscimo de novas modalidades de uso, como os mangueirões e poteiros individualizados. O que pode ter superestimado o fenômeno.

Ao justificar sobre as formas de análise e a designação aos faxinais de “terras tradicionalmente ocupadas”, Souza (2009a) chama a atenção para alguns pontos, sendo que:

a caracterização não se resume unicamente pela presença de “estruturas objetivas”, tal como, o “criador comunitário” ou “sistema faxinal”, mas sim pela sua identidade coletiva redefinida pela defesa de uma tradicional modalidade de uso dos recursos (p. 26).

Isso equivale a dizer, que o fato que realmente vale não é a manifestação espacial do criadouro, mas sim as manifestações dos faxinalenses, com a finalidade de manter seu local de sobrevivência mais apropriado, de acordo com o que ele viveu e vive, mesmo em meio a conflitos diversos. Sendo assim, se considera o caráter humano, da construção social da comunidade enquanto faxinalense, e não das características de “faxinal, criador comum ou sistema faxinal”. Trata-se, portanto, de formas de resignificação deste espaço, onde entra a posição 4, com os mangueirões e poteiros individualizados, sinais desta nova forma de organização espacial, derivada da reestruturação do espaço faxinalense anteriormente coletivo, contudo agora com novos contornos.

Há que se ressaltar, todavia, que esse “crescimento” no número de faxinais em 2008 dá-se também pela finalidade deste levantamento. Enquanto os de 1994 e 2004 foram realizados pelo poder público buscando subsidiar possíveis políticas públicas, o de 2008 foi realizado pelo movimento social buscando reivindicar políticas públicas.

Neste sentido, tendo caracterizado as comunidades faxinalenses, assim como apresentado os levantamentos dos faxinais no Paraná, passa-se agora a apresentação e caracterização do município de Rio Azul, aqui objeto de estudo.

Capítulo 3 - AS COMUNIDADES RURAIS NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL-PR

O objetivo desta seção é apresentar o município de Rio Azul e suas comunidades rurais, partindo de sua gênese. Para isso, são utilizados pressupostos históricos, com base em bibliografia sobre o município e também sobre o Paraná. Apresentam-se ainda dados levantados por meio de entrevistas nas comunidades, salientando o contexto histórico regional do município como subsídio para se aferir sobre a gênese de suas comunidades rurais, assim como, sobre as transformações que se deram no tempo e no espaço.

Esta seção está dividida em três partes. A primeira constitui-se da apresentação da formação do pequeno povoado de Roxo Roiz, que deu origem ao município de Rio Azul. A segunda traz um panorama do município no que se refere à gênese e as dinâmicas das comunidades rurais a partir de enfoques específicos. Na terceira se apresenta a situação atual destas.

3.1 O PEQUENO POVOADO RURAL DE ROXO ROIZ

A região onde se inicia o pequeno povoado de Roxo Roiz, atual município de Rio Azul, até por volta de 1870 era denominada Sertão do Jararaca¹². A denominação se devia ao grande número existente do réptil, que até os dias de hoje ainda existe, e pode-se dizer que em grande quantidade. As primeiras comunidades a aparecerem no espaço onde hoje se constitui o município, foram as de Butiazal e Rio Azul dos Soares (VALASCKI e WZOREK, 1988). A primeira está localizada na divisa com o município de Rebouças¹³, ao nordeste da área urbana de Rio Azul e distante 8 km desta. Já a segunda se encontra na parte central, ao sul da área urbana e também a 8 km de distância desta. “Estes núcleos de povoação foram formados por elementos de origem portuguesa, que passaram pelas terras do município entre 1870 e 1890” (MARTYNETZ, 1973, p. 2).

¹² Designação comum a várias espécies de répteis ofídios, crotalídeos, gênero *Bothrops*, que ocorrem em todo o Brasil, e têm presas anteriores solenóglifas, cauda afilada bruscamente, sem guizo, cabeça triangular e revestida de escamas.

¹³ Rebouças teve seu início na comunidade de Butiazal, posteriormente, alguns que ali residiam migram para as proximidades do local por onde passariam os trilhos da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande. Este povoado inicialmente leva o nome de Rio Azul, depois, por volta de 1902, o povoado passa a ser denominado Antonio Rebouças, em homenagem a um engenheiro que trabalhava nas obras da ferrovia. Em 1943 finalmente o nome é simplificado para Rebouças, em virtude de existir no estado de São Paulo um distrito com o nome de Antonio Rebouças (PMR, 2011).

Contudo, muito antes disso, a partir de meados do século XVII, já se efetuavam as primeiras penetrações na região situada no “Vale do Iguaçu, onde está hoje o território de Rio Azul, que foi outrora, nos idos tempos da colonização hispano-lusitana, parte integrante do Histórico-Reino de Guairá, quando então era região habitada pelos índios Kaigangs¹⁴” (VALASKI e WZOREK, 1988, p. 33). Estas penetrações foram efetuadas por “Bandeirantes Paulistas, que se deslocavam a procura de metais e pedras preciosas, porém tendo como escopo a preação de índios” (MARTYNETZ, 1973, p. 2).

Estes bandeirantes paulistas, também passam pelo Sertão do Jararaca, no século XVIII quando se deslocavam em:

[...] demanda dos Campos de Palmas, de grande importância econômica naquela época, e que proporcionavam elevados rendimentos com o franco crescimento da criação de gado. Tinham um caráter transitório, pois apesar da exploração da pecuária, o objetivo principal destes exploradores era a caça do índio (VALASKI e WZOREK, 1988, p. 34).

Os bandeirantes abriram os primeiros caminhos, pelos quais transitavam o gado oriundo dos campos de Palmas com destino a São Paulo e Minas Gerais, principais mercados consumidores na época (MARTYNETZ, 1973; NADALIN, 2001).

Consta que os primeiros povoadores a se radicarem e formarem as primeiras comunidades, e posteriormente também a vila de Roxo Roiz¹⁵, foram Zeferino Marinho, Pedro Alves Cardoso, Cláudio Amâncio de Oliveira, Domingos Soares de Ramos, Frederico Ferreira, Joaquim Correia Lopes, Joaquim Marinho, José Lourenço Cardoso. Eles chegam entre 1870-1885 (VALASKI e WZOREK, 1988; IBGE, 2011).

A região até por volta de 1880 não apresentava nenhum centro populacional. Contudo, em 1882¹⁶ inicia-se a navegação entre o Porto Amazonas e União da Vitória, a qual, como afirma Wachowicz (1995, p. 149), “[...] desenvolvia-se em todo o vale médio do Iguaçu, em terras cobertas de matas e praticamente despovoadas”. O início da navegação, vai proporcionar o desenvolvimento na região da exploração da erva-mate.

¹⁴ Além dos Kaigangs, que eram em maior número, habitavam e percorriam a região índios Guaranis e Xetas, segundo Valascki e Wzorek (1988).

¹⁵ Nesta época, as terras de Roxo Roiz pertenciam ao termo de São João do Triunfo, da Comarca de Palmeira. Em 27 de novembro de 1907, através do Decreto Estadual nº 461, o povoado foi elevado a distrito, denominada Distrito do Rio Cachoeira, passando a pertencer ao Termo de Santo Antonio de Ibituva, da Comarca de Ponta Grossa (MARTYNETZ, 1973, p. 2).

¹⁶ Mais detalhes em Bach (2006, p. 24).

Com a finalidade de povoar o vale, ocorreria em 1890 o início da vinda de imigrantes para colônias que foram localizadas à margem direita do rio Iguaçu, já que na época a margem esquerda estava sendo disputada entre Paraná e Santa Catarina. Assim surgem as primeiras colônias, algumas delas vizinhas ao hoje território de Rio azul, sendo estas: São Mateus (1890), atual município de São Mateus do Sul, Rio Claro (1891), hoje distrito Rio Claro do Sul pertencente ao município de Mallet, Eufrosina (1892), atual distrito de Fluvópolis pertencente ao município de São Mateus do Sul, e Mallet (1896), atualmente município. Para estas predominou a vinda de imigrantes de nacionalidade polonesa e ucraniana (WACHOWICZ, 1995, pp. 149-150).

Já para Roxo Roiz, a partir de 1894 inicia-se a vinda de imigrantes poloneses, ucranianos e italianos, além de sírios-libaneses, estes em menor número, principalmente para o local onde hoje se encontra a área urbana de Rio Azul¹⁷. Tal vinda decorre do início das obras da estação ferroviária a partir de 1894, pois passariam por ali os trilhos da estrada de ferro São Paulo - Rio Grande (VALASKI e WZOREK, 1988). Esta estrada cortava também os municípios vizinhos de Irati, Rebouças e Mallet, entre outros. Os que residiam nesta época no pequeno povoado, lutavam para sobreviver cortando as matas e fazendo dormentes para a construção da estrada de ferro, além de praticar uma agricultura de subsistência.

No entanto, o povoamento de forma mais acentuada e sistemática se inicia quando entra em operação a estrada de ferro, em 1902. Assim, “[...] ao lado da estação começaram a serem estabelecidas as primeiras residências e casas comerciais”, de forma progressiva e “com a vinda dos colonos de outras localidades, principalmente dos arredores de Curitiba que se estabeleciam na povoação e nas suas proximidades” (MARTYNETZ, 1973, p. 2).

É com o passar dos trilhos, todavia, que começa a se consolidar um pequeno povoado próximo a estação ferroviária, a qual foi denominada como Jaboticabal, tendo sua inauguração em 1902. Assim, a primeira colônia, hoje área urbana de Rio Azul, recebeu também o nome de Jaboticabal. Os nomes da estação e do povoado, porém, não se mantêm. No mesmo ano, a localidade e a estação

¹⁷ As terras onde atualmente situa-se a área urbana de Rio Azul, foram outrora de propriedade de Elizeu de Campos Mello e de sua esposa, Ubaldina Batista de Campos Mello, os quais doaram as terras para estabelecimento das primeiras residências e início da área urbana (MARTYNETZ, 1973).

recebem a denominação de Roxo Roiz¹⁸. Isso ocorreu devido a uma homenagem feita ao engenheiro que chefiava os serviços da estrada de ferro na região (VALASKI e WZOREK, 1988).

Contudo, o povoado veria o maior número de imigrantes chegar para integrá-lo a partir de 1908, quando ocorre o segundo ciclo migratório para a região¹⁹. Segundo Wachowicz (1995), a mesma dinâmica ocorre nos municípios vizinhos de Irati (1908) e Cruz Machado (1910). Nesta imigração predominou a vinda de poloneses²⁰, ucranianos e alemães. Contudo, para o povoado de Roxo Roiz predominou a vinda de poloneses a partir de 1908.

No que se refere ao povoado rural de Roxo Roiz, “[...] Os imigrantes vinham de localidades próximas de Curitiba, como Araucária, Lapa, Campo Largo e Lagoa das Almas. Esses pioneiros requeriam terras na região, junto ao presidente da Província²¹ do estado do Paraná” (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 35). Assim, começam a se deslocar para as terras cedidas pelo estado, deixando os locais onde haviam ficado quando da chegada ao Brasil. A maioria deles se deslocavam até Roxo Roiz de trem, alguns vinham transportados pelos barcos a vapor, saindo de Porto Amazonas e chegando até os portos próximos a Roxo Roiz, e também em comunidades vizinhas, tendo também os que vieram em suas carroças, desbravando o sertão e com muita luta chegando até o povoado (p. 35).

¹⁸ Antonio Roxo de Rodrigues era engenheiro, conhecido também como *Roxo Roiz*. Foi presidente e acionista majoritário da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande entre 1899 e 1906, quando vendeu suas ações para a Brazil Railway (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 142).

¹⁹ Pode-se observar que são dois períodos da imigração na região, um próximo a 1890 e outro em 1907. Isso se dá, pois “Em 1885, a revolução federalista paralisou o serviço de imigração para o estado; este somente foi retomado em 1907, quando ocorreu um surto, que foi denominado de *novas colônias federais*” (WACHOWICZ, 1995, p. 150, grifo do autor). Cabe salientar que Rio Azul, na época ainda Distrito do Rio Cachoeira, não foi uma destas novas colônias, como ocorre com os municípios vizinhos. Não houve planejamento e criação de colônias, a vinda dos imigrantes e o povoamento se deu de forma esporádica, tendo como grande influência o fenômeno que ocorria nos municípios vizinhos.

²⁰ Estes imigrantes fundaram no território do Distrito de Rio Cachoeira a Colônia Rio Azul, na área ao leste do centro do distrito, a beira do Rio Azul, o qual deu nome à colônia. Contudo, o distrito até se tornar município e posteriormente a isso, passa por várias denominações, sendo: entre 1907 e 1913, Distrito Policial do Rio Cachoeira; de 1913 até o início de 1918, Distrito Judiciário de Roxo Roiz; de 1918 (passa a município) a 1920, Vila de Roxo Roiz; de 1920 a 1929, Vila de Marumby; e depois de 1929, Rio Azul. A mudança do nome para Rio Azul faz com que a comunidade tenha que mudar sua denominação, já que a sede do município teria a mesma denominação. Assim ela passa a ser conhecida como Barra do Rio Azul (ROXO ROIZ, 1924, p. 8-34; MARUMBY, 1930, p.44; IBGE, 2011).

²¹ “O período provincial do Paraná teve uma duração de 36 anos, desde 1853 até 1889, quando o Brasil aderiu ao regime republicano de governo” (WACHOWICZ, 1995, p. 121). Sendo assim, podem ter ocorridos requerimentos antes de 1889, mas como o início da vinda se dá em 1894, pode ser que muitos dos requerimentos tenham sido feitos no momento em que o Paraná já havia deixado de ser província.

De acordo com dados do Plano Diretor de Rio Azul (PDRA, 2009), a partir de 1902, com a ferrovia operando, o transporte ficou facilitado e, assim, atraiu a instalação de atividades comerciais e industriais para o povoado. Em 1907 ele se tornou Distrito Policial e em 1913 foi elevado à categoria de Distrito Judiciário. Por essa época ocorreu um grande fluxo populacional à região, atraídos pelas atividades de extração da madeira e da erva-mate, bem como, pelas atividades agropastoris. Este crescimento se dá, principalmente, devido à busca, por parte dos países platinos, pela erva-mate paranaense, uma vez que estes passavam por problemas políticos, o que os impossibilitava de adquirirem o produto em mercados fronteiriços. Isto ocasiona, também na região de Roxo Roiz, o aumento da sua exploração, já que o mercado platino oferecia preços compensadores (MARTYNETZ, 1973).

A exploração da erva-mate, “desencadeia um surto progressista, que aliado à extração madeireira e às atividades agropastoris, com as produções escoadas pela estrada de ferro”, faz com que a região seja favorecida na questão econômica, “havendo um elevado aumento populacional com o influxo de imigrantes” (MARTYNETZ, 1973, p. 3).

Outro fator que teve grande importância no desenvolvimento da comunidade rio-azulense, desde sua gênese até por volta de 1940²², foi o segundo modal de transporte, por onde saíram inúmeras cargas de erva-mate beneficiada em barbaquás e madeira serrada, entre outros produtos, sendo também utilizado no transporte de pessoas. Esse modal é o referente à navegação com barcos a vapor²³.

A área do município, em sua divisa com Rebouças (leste) e São Mateus do Sul (sudeste), tem como ponto divisor o Rio Potinga. Segundo Bach (2006, p. 28), este rio possuía 110 km navegáveis. A profundidade média era de seis metros, por quarenta metros de largura. Neste rio:

[...] Realizava-se a navegação com vapor de pequeno calado, a remo, a varejão, com lancha a motor e com balsas puxadas por cabo de aço. No Potinga, além do Porto Soares, não existiam vilas ou cidades ao longo de suas margens, mas pequenos portos de carga e descarga de erva-mate e madeira (BACH, 2006, p. 28).

²² Segundo Bach (2006, p. 24), o primeiro vapor a navegar no Rio Iguazu foi o denominado Cruzeiro, no ano de 1882. De toda forma, não se sabe ao certo em que ano se inicia a navegação no Rio Potinga.

²³ Segundo Barreto (2009, p. 59), o transporte hidroviário estava ativo até a década de 1940, uma vez que, nesta época, os portos do Rio Iguazu, entre eles o de São Mateus do Sul, que recebia as cargas de erva mate e madeira dos portos de Rio Azul, já havia encerrado suas atividades.

Ao longo desta área navegável existia ainda o Porto Mineiros. Ele ficava na comunidade de Barra do Rio Azul, ao leste vila de Roxo Roiz, e o Porto Cortiça, próximo às comunidades de Charqueada e Cortiça, na porção ao sul do município²⁴, na divisa com o Município de São Mateus do Sul (VALASCKI e WZOREK, 1988).

Desta forma, o transporte fluvial vem a beneficiar a porção leste e sudeste do município. Grande parte do que era produzido nas comunidades aí localizadas era vendido e posteriormente transportado até os pólos de beneficiamento, em São Mateus do Sul, Porto Amazonas e União da Vitória, por meio deste modal (BARRETO, 2009).

Outro fato relevante concerne à povoação nas proximidades destes portos, que deram origem a algumas comunidades. Por meio dos barcos a vapor vieram também inúmeros imigrantes e migrantes, que se estabelecem na área rural de Roxo Roiz, fazendo com que o povoado fosse beneficiado e crescesse, com o que, posteriormente, viria a possibilidade de ser emancipado.

Este progresso que o pequeno povoado vinha assistindo fez com que surgisse entre seus membros o desejo pela emancipação, para torná-lo município. Isso ocorreria no ano de 1918, quando é desmembrado do Termo de São João do Triunfo e seu território deixa de ser chamar Distrito do Rio Cachoeira, passando a denominação de Município de Roxo Roiz (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 71).

Mesmo tendo apontado vários fatores que tiveram influência na formação do povoado de Roxo Roiz, ainda cabe salientar sobre um dos vetores que fez com que o povoado rural crescesse e se desenvolvesse, e assim chegasse a sua emancipação. Este vetor diz respeito às madeireiras, que operavam na pequena vila e na área rural, pois, uma vez tendo meios de transporte para escoamento da produção e havendo mercado para a madeira, começam a se instalar várias serrarias tanto na área urbana como na área rural. Isso gera um grande movimento, juntamente com a exploração da erva-mate. O Quadro 10 apresenta as serrarias que estavam situadas na vila de Roxo Roiz²⁵.

²⁴ Parte da porção sul do que hoje constitui o território de Rio Azul pertencia a São Mateus do Sul. Eram as comunidades de Invernada, Soares, Cortiça e Charqueada e onde se encontrava o Porto Soares. Contudo essa situação muda em 1938, quando pelo Decreto/Lei Estadual n.º 7573 de 20 de outubro de 1938 esta área denominada distrito de Soares passa a fazer parte de Rio Azul. Ficaria assim, o município constituído dos distritos Rio Azul e Soares. A situação muda novamente pela Lei Estadual n.º 7518, de 05 de novembro de 1981, quando é extinto o distrito de Soares e o município passa a ser constituído somente do distrito sede Rio Azul (IBGE, 2011).

²⁵ As madeireiras da área rural são citadas na seção que segue, onde se trata mais especificamente

Serraria/ Proprietário
Felippe Abrahão
Jacob Burko
Camargo Kulka e Cia
Adelermo Camargo
Cordeiro Souza e Cia
P.A. Exportadora Sonyro
Estanislau Ostrawski Madeiras
Paulo Herman Madeiras
Felipe Jaconucci Madeiras

Fonte: LLIPRR (1919-1938) Org.: SOARES, J. G.

Quadro 10 - Serrarias situadas na vila de Roxo Roiz (1910-1940)

No Quadro 10 são apresentadas as nove serrarias, estas que estavam localizadas e operando no povoado entre 1910 até meados da década de 1940. Elas exploravam a madeira das comunidades mais próximas ao pequeno povoado, e sua produção era escoada pela estrada de ferro. Pequena parte era comercializada para as construções na vila e também na área rural. As principais madeiras exploradas eram a araucária, a imbuia, o cedro e o sassafrás (LLIPRR, 1919-1938; VALASCKI e WZOREK, 1988).

O segundo vetor se refere à exploração da erva-mate, que juntamente com a exploração madeireira, traz muitas riquezas ao povoado de Roxo Roiz. Nos pequenos núcleos de povoação, na área rural do município como um todo, havia uma grande produção de erva-mate. O produto era abundante naquelas matas ainda virgens e, sendo assim, as famílias que possuíam porções de terra com mata para exploração tinham seu barbaquá de beneficiamento. A erva-mate, até a década de 1950-1960, mesmo tendo oscilações negativas e positivas dependendo da época, representava a atividade econômica que gerava a maior parte da renda das famílias rurais de Rio Azul.

Esta erva-mate, geralmente, era vendida a um negociante e este fazia a transação final no que concerne a venda e transporte, via linha férrea para Curitiba ou União da Vitória, ou pelos vapores para São Mateus do Sul, onde havia o porto de descarga e infra-estrutura de beneficiamento (BACH, 2006; BARRETO, 2009).

destas e seu papel na gênese de algumas comunidades.

Além das atividades já citadas, como a erva-mate e a madeira, a localidade era conhecida por volta de 1910-1930 devido à existência de uma grande indústria de palhões, que serviam para proteger vasilhames de vidro. Os agricultores vendiam as palhas do milho que produziam para a empresa, gerando uma renda complementar. A fábrica, uma das mais prestigiadas do ramo no estado, levava o nome de Roxo Roiz e trazia inúmeros benefícios ao povoado, como geração de emprego e renda, e também contribuindo para o seu desenvolvimento (VALASCKI e WZOREK, 1988).

Haviam também, distribuídos nas colônias polonesas/ucranianas e também na área do povoado, um grande número de moinhos de trigo e centeio. A produção era tanto para consumo próprio como para venda. A comercialização se dava na localidade e comunidades, mas também fora destas, sendo transportados por meio da estrada de ferro e pelos barcos a vapor (LLIIPRR, 1919-1938).

Pode-se citar também, com base no Livro de Lançamento de Impostos Industriais e Profissões de Roxo Roiz (1919-1938), outras atividades que eram desenvolvidas nesta época, tais como: ferreiros, seleiros, sapateiros, alfaiates, hotelaria, padaria, tabernas, negociantes (venda/troca de produtos alimentícios e outros), barbearia e açougue. Os estabelecimentos estavam distribuídos na pequena vila e também nas comunidades rurais.

Sendo assim, observando as considerações apontadas, pode-se afirmar que os dois modais de transporte, o ferroviário e o fluvial, tiveram um papel fundamental na criação e crescimento da comunidade de Roxo Roiz. Tal crescimento deu-se tanto na área rural como na pequena vila, pois possibilitaram o povoamento, e por conseqüência, a exploração dos potenciais que a região apresentava, servindo ainda como canais de escoamento destes produtos para as localidades consumidoras e exportadoras.

Certamente o transporte fluvial teve sua influência na porção por onde operava, ou seja, na parte leste e sudeste do atual município de Rio Azul. Assim como levava produtos da área rural, por meio dele também vinham produtos que eram deixados nos portos, onde eram negociados e passados às pessoas, que tinham suas pequenas bodegas e armazéns nas comunidades próximas.

O transporte ferroviário foi primordial na formação do povoado donde se originaria a área urbana de Rio Azul, com a aglomeração de residências e casas comerciais nas proximidades da estação. Cabe ressaltar que, por meio deste,

vieram centenas de imigrantes que residiam em regiões próximas a Curitiba. Grande parte destes buscava as áreas rurais do município, que por meio da exploração mais intensiva das matas, com o corte da madeira e o trabalho com a erva-mate, se radicavam e começavam a dar origem no que hoje se constituem as comunidades rurais.

Partindo destes pressupostos até então apresentados, que dão as bases do contexto no qual se cria o pequeno povoado de Roxo Roiz, parte-se agora, mais especificamente, para uma análise das suas comunidades rurais, onde buscar-se-á apresentar fatores que influenciaram na sua gênese, enfocando ainda a questão da formação dos faxinais no meio rural rioazulense.

3.2 ENTRE COLÔNIAS E FAXINAIS: A GÊNESE DAS COMUNIDADES RURAIS

Na seção anterior pode-se observar que Rio Azul tem seu início atrelado, principalmente, a ferrovia. Esta passa a operar a partir de 1902 e faz com que se crie o pequeno povoado nas proximidades da estação. Este primeiramente teria a denominação de Roxo Roiz e Marumby, até ser denominado Rio Azul, o que constitui hoje sua área urbana. Teve também no transporte fluvial, um forte ponto de desenvolvimento, contudo este mais atuante no que concerne a origem de algumas comunidades rurais, sobretudo na porção do município que por este era afetada.

Tem-se também a exploração madeireira e da erva-mate, com seu papel primordial no que se refere à formação dos núcleos rurais para exploração destes recursos. A existência de meios de escoamento da produção para fora do município, trem e barco, facilitou o incremento destas atividades.

Contudo, no que tange a área rural de Rio Azul, além dos caboclos que por ali residiam, os imigrantes tiveram um papel primordial, principalmente quando da vinda de poloneses, ucranianos e italianos que se deslocavam para os espaços ainda não explorados, e iniciavam suas atividades. Nestes, eles logo começam a construção de residências, formando assim pequenos núcleos, que mais tarde dariam origem a parte das comunidades rurais que até hoje existem. Estando instalados, começam suas práticas agrícolas, além da extração de madeira e erva mate. Passam também a desenvolver a criação de gado e suínos, entre outros animais, além de aves (VALASCKI e WZOREK, 1988).

A maior parte destes imigrantes chega no povoado a partir de 1908. Uma parte menor, aí não só de imigrantes mas também de migrantes, tiveram sua chegada entre 1895 e 1900. Vieram para Roxo Roiz após terem fixado residência em outros locais, nos quais já haviam começado a desenvolver atividades. Diferente dos que chegam a partir de 1908, que vão buscar no corte da mata, exploração da erva-mate e na agricultura suas bases, principalmente na área rural, estes primeiros desbravadores, em sua maioria, já chegam aqui com o objetivo de trabalhar com atividades comerciais. São estes que abrem os primeiros armazéns, as primeiras serrarias e os primeiros pontos de compra da erva-mate na vila, os denominados negociantes.

Como citam Valascki e Wzorek (1988, p. 69):

Ao lado das atividades extrativas de erva-mate apareceram outros grandes empreendimentos que proporcionavam bons lucros. A fertilidade do solo atraiu para Roxo Roiz uma considerável quantidade de imigrantes de origem polonesa e ucraniana que se dedicaram à indústria extrativa de erva-mate, à agricultura, desenvolviam criações de gado e em especial a criação de suínos.

[...] Aumentavam assim a população e progresso econômico de Roxo Roiz. Para se dedicar ao comércio e indústria madeireira, imigraram famílias sírias, libanesas, e italianas vindas da região de Curitiba.

Observa-se, assim, que os que possuíam mais recursos, como é o caso dos sírios, libaneses e italianos, acabam ficando na área urbana. Alguns vão para a área rural do povoado, mas tendo o mesmo objetivo, nesse caso, o de montar suas serrarias e explorar as matas, não só no que se refere ao corte da madeira, mas também na extração da erva-mate. Estes seriam os grandes empreendimentos.

Neste eixo tomado, é que se passa a apresentar os fatores de influência para existência de algumas comunidades, mas especificamente, no que se refere a sua gênese. Primeiro ocorre uma apresentação das serrarias na área rural de Roxo Roiz e sua influência na gênese das comunidades. Segue a discussão com a apresentação das comunidades rurais e suas etnias povoadoras. Ao final, é apresentada a dinâmica que ocorre, onde as pequenas colônias passam a faxinais com uso comum cercado.

3.2.1 As serrarias e sua influência na gênese das comunidades rurais

Primeiramente, efetuando-se uma análise da porção ao leste da área urbana, tem-se a ela atrelada a questão das serrarias, bem como, dos portos de carga e descarga no Rio Potinga. De início, cabe salientar que observa-se que

algumas serrarias tinham localização estratégica, levando-se em conta a localização dos portos que existiam na área rural a nordeste e leste da área urbana do atual município de Rio Azul. Estas inferências podem ser observadas na Figura 5.

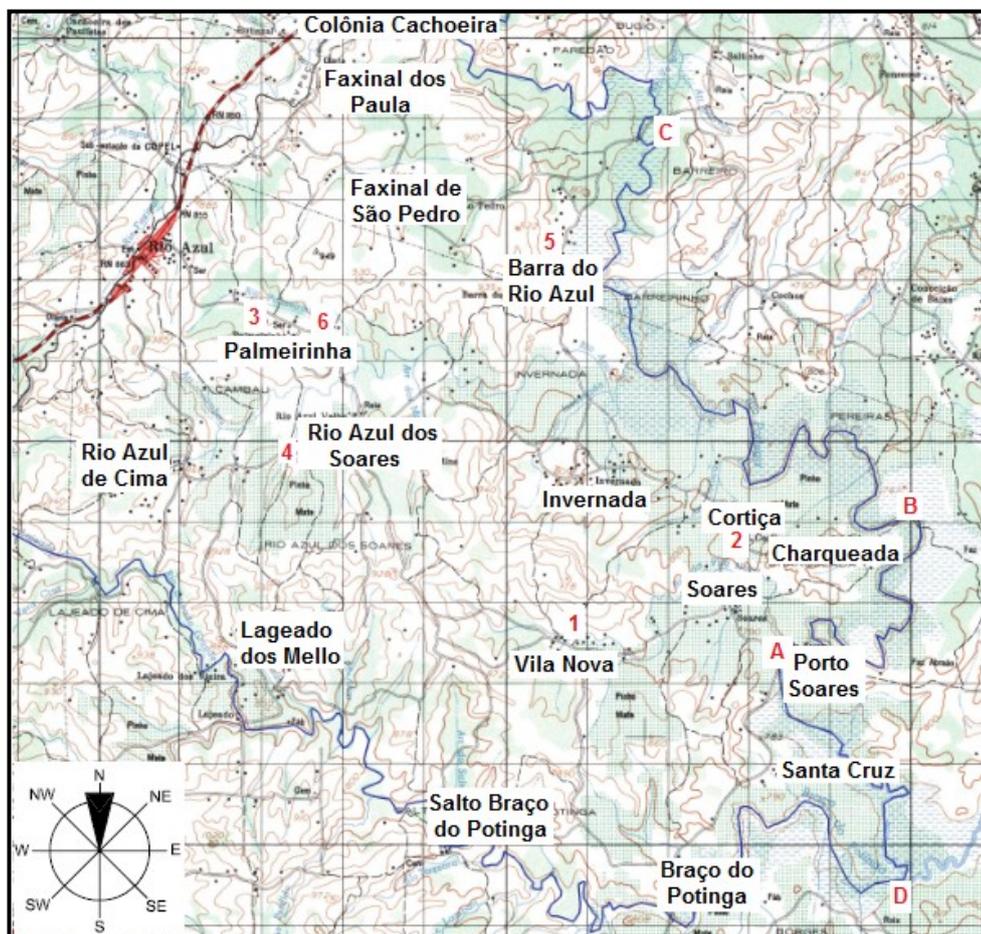


Figura 5 - Localização dos Portos e Serrarias na porção leste e sudeste de Rio Azul (1919-1938)

Legenda:

 Divisas do município de Rio Azul.

A – Porto Soares; **B** – Porto Cortiça; **C** – Porto Mineiros; **D** – Porto Braço do Potinga²⁶.

1 – Serraria da Família Pissaia na comunidade Vila Nova.

2 – Serraria da Família Pissaia na comunidade de Cortiça/Charqueada.

3 – Serraria de Felipe Abrahão na comunidade de Palmeirinha.

4 – Serraria de Saladino do Vale na comunidade de Rio Azul dos Soares.

5 – Serraria Irmãos Curi/Angelo Sguário comunidade de Barra do Rio Azul.

6 – Serraria de Jacob Pissaia na comunidade de Palmeirinha.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973). Dados de localização dos portos e localização e propriedade das serrarias, levantados por meio de entrevistas e com base em LLIIPRR (1919-1938).

Org.: SOARES, J. G.

²⁶ Bach (2006, p. 487) apresenta uma tabela com os portos e com as taxas que eram cobradas para transporte, partindo de cada um destes. Assim, nesta ele acaba citando “Porto Soares e Braço do Potinga” e os referidos valores. Braço do Potinga é um rio que deságua no Potinga, na parte citada (D) da Figura 5. Sendo assim, trata-se de uma evidência, que ali pode ter existido mais um porto de carga, no ponto de deságüe do Rio Braço do Potinga no Rio Potinga.

Nota-se que as serrarias 1 e 2, da família Pissaia, ficavam mais próximas aos portos Soares e Cortiça. A produção destas serrarias tinha como destino o estado de São Paulo e, também, grande parte era exportada para Argentina pelo Porto de Paranaguá. Cabe salientar que mesmo tendo proximidade aos portos fluviais locais, o transporte ferroviário era o mais utilizado para envio da produção. Esta chegava a 240 vagões/ano somente pela serraria existente em Cortiça (VIDA PRINCESINA, 1943, p. 67).

Levantou-se, por meio de entrevistas, que a serraria 4, de Saladino do Vale, apesar de estar situada distante dos portos, escoava uma parte da produção pelo Porto Soares. Quanto à produção das serrarias de Felipe Abrahão e Jacob Pissaia, a mesma era trazida para a pequena vila, de onde partia pela estrada de ferro. A serraria dos Irmãos Curi, localizada na comunidade de Barra do Rio Azul, passa a operar a partir de 1926, passando em 1932 a ser de propriedade de Angelo Sguário. Nota-se que esta também tinha localização estratégica, pois ficava próxima ao Porto Mineiros (LLIIPRR, 1919-1938).

Percebe-se que a área de influência destas serrarias e destes portos era grande, uma vez que havia 6 serrarias e 4 portos dentro de uma porção territorial que hoje tem 17 comunidades²⁷.

Observando a Figura 6, nota-se a existência de 7 serrarias na porção noroeste, oeste e sudoeste do município. A produção destas era trazida até a área urbana e escoada pela estrada de ferro. Estas serrarias iniciam suas atividades mais tarde que as da porção sul do município (LLIIPRR, 1919-1938). Como na outra porção do município, pode-se inferir que estas influíram na dinâmica de criação de algumas comunidades.

²⁷ Pela divisão administrativa do município existem nesta porção da área rural somente 14 comunidades, não entram as de Santa Cruz, Charqueada e Cortiça, sendo estas consideradas parte de outra comunidade. De toda forma, os membros integrantes destas, as têm como suas comunidades. Para estes, elas não são parte de outra comunidade, como apregoa a divisão administrativa.

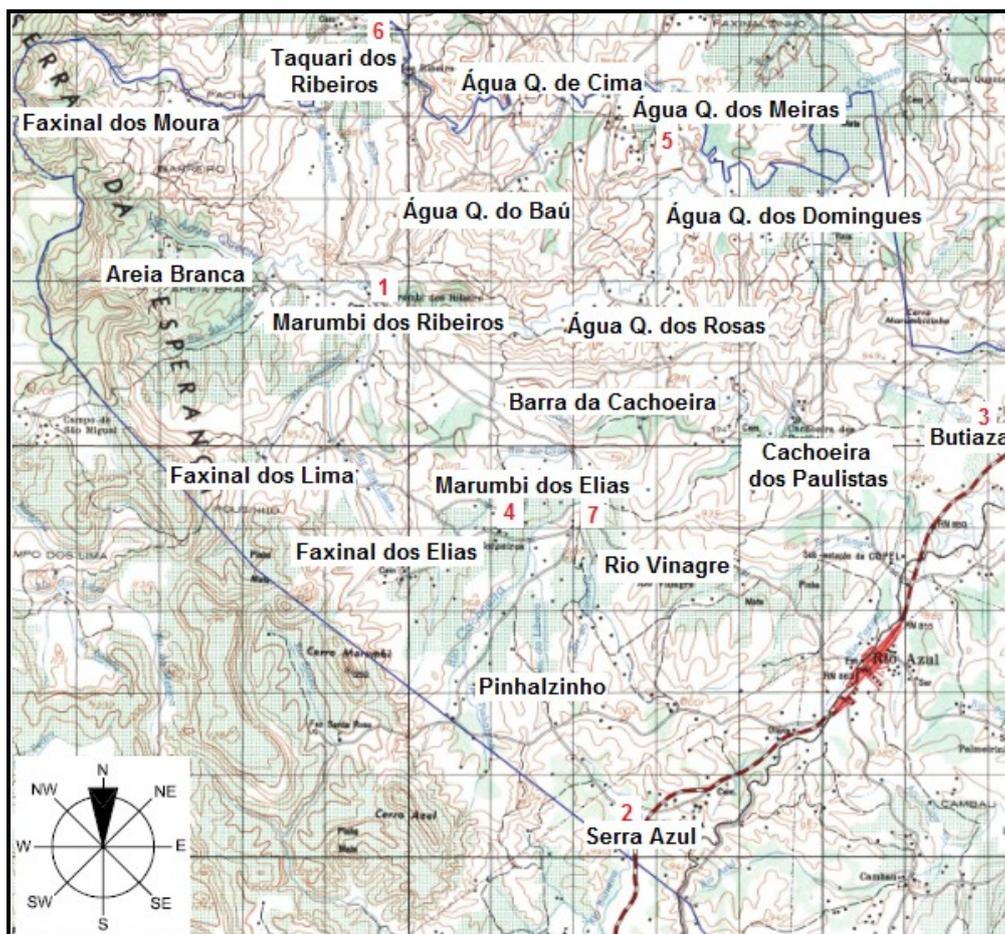


Figura 6 - Localização das Serrarias na porção oeste e noroeste de Rio Azul (1919-1938)

Legenda:

 Divisas do município de Rio Azul.

- 1 – Serraria de Dr. Elizeu de Campos Mello na comunidade de Marumbi dos Ribeiros.
- 2 – Serraria de Dr. Elizeu de Campos Mello na comunidade de Serra Azul.
- 3 – Serraria de Caetano Zarpelon e Irmãos na comunidade de Butiazal.
- 4 – Serraria de Francisco Gluszczyński na comunidade de Marumbi dos Elias.
- 5 – Serraria de Francisco Lazzari na comunidade de Água Quente dos Meiras.
- 6 – Serraria de Maluceli e Cia na comunidade de Taquari.
- 7 – Serraria de R. Souza e Cia na comunidade de Marumbi dos Elias.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973). Dados sobre a localização e propriedade das serrarias levantados por meio de entrevistas e com base em LLIIPRR (1919-1938).

Org.: SOARES, J. G.

Cabe salientar que juntamente com as serrarias, tanto as apontadas na Figura 5, como as da Figura 6, as famílias pioneiras instalavam barbaquás. Sendo assim, eram atividades conjuntas, ou seja, no momento que se explorava a madeira, também ocorria a exploração da erva-mate.

O transporte dos produtos até os portos, assim como até a estação ferroviária na área urbana, era feito em “carroções até por volta 1930/1940, [...] estes que foram introduzidas pelos Alemães do Volga, e depois passaram a ser utilizados

também por ucranianos e poloneses”. Estes carroções “tinham características de origem eslava, quatro rodas, grandes dimensões e construção muito forte” (BACH, 2005, pp. 124-125). Posteriormente, começam a surgir os primeiros caminhões, adquiridos pelos madeireiros.

A partir da apresentação efetuada, no que se refere ao ramo madeireiro e sua influência na gênese das primeiras comunidades, e ainda, a partir de entrevistas efetuadas, pode-se inferir sobre uma série de premissas e hipóteses do que ocorreu nestes locais.

A primeira se refere à questão do trabalho de corte da madeira, que exigia mão de obra. Esta mão de obra era formada por caboclos que já residiam na região, e também pelos imigrantes. Estes trabalhadores acabam, pelo seu vínculo ao trabalho, tendo que residir nas proximidades das serrarias, muitas vezes nos terrenos do proprietário da serraria. Essa dinâmica tem papel fundamental na formação dos primeiros grupos de vizinhança nas localidades onde estas serrarias atuavam e que se tornariam comunidades que permanecem até hoje.

O corte da madeira começa a gerar os primeiros espaços abertos, e isso vinha de encontro com a necessidade dos colonos, que precisavam de locais para o plantio de gêneros alimentícios e cereais. Assim, como a atividade madeireira vai diminuindo, vão aumentando as atividades agropecuárias, permanecendo a ervateira.

Com o passar dos anos a população aumenta e vai se dedicando as atividades de agricultura e também de pecuária. Estas serrarias no interior do município operam entre as décadas de 1910 e 1950, no caso, até se esgotarem as reservas de madeira que existiam nas suas proximidades. Uma vez sem matéria prima, estas são fechadas, ficando, muitas vezes, um grande número de casas de trabalhadores, que normalmente se tornariam agregados ou camaradas daqueles que residiam nas comunidades que tinham o faxinal como forma de organização. Estes iriam morar nos criadouros e trabalhar para aqueles que tinham terras e matas, labutando na agricultura e na extração da erva-mate. Outra parte destes se dirige para a vila em busca de trabalho.

Sendo assim, no que se refere às serrarias, elas tiveram parte importante na gênese das comunidades. Na porção sudeste, criam-se as comunidades de Vila Nova, Cortiça, Charqueada, Rio Azul dos Soares (com pouca influência, pois a serraria vem depois de já existir um povoado nesta comunidade, uma das primeiras

do município), Palmeirinha e Barra do Rio Azul. Já na porção noroeste criam-se as comunidades de Marumbi dos Ribeiros, Marumbi dos Elías, Faxinal dos Elías, Água Quente dos Meiras, Butiazal e Serra Azul.

No que se refere à porção a leste da área urbana, é importante lembrar dos portos. Estes influenciam na formação das comunidades de Cortiça e Porto Soares. Nas proximidades do Porto Mineiros localizado na comunidade de Barra do Rio Azul, nota-se que trata-se de uma área pouco povoada, onde este elemento não teve influência na formação de núcleos de povoamento.

Essa dinâmica concernente aos portos ocorre devido à necessidade que se tinha de galpões para armazenamento de erva-mate e madeira, além de barbaquás para beneficiamento, bem como, de outras atividades no que se refere à compra e venda de cereais e também ao transporte de pessoas. Com isso, muitas famílias fixam residência nas proximidades dos portos para poder trabalhar no armazenamento de produtos, carga e descarga. Tem-se, assim, o início das comunidades de Porto Soares, Cortiça e Charqueada, as quais formavam o Distrito de Soares, que pertencia ao município de São Mateus até 1938, quando passa a ser parte de Rio Azul.

A comunidade de Soares tem sua origem atrelada à formação deste distrito, onde havia uma grande exploração de erva-mate. O povoado era habitado por caboclos, que viviam por meio desta atividade. Todas as comunidades próximas a de Soares eram núcleos com forte influência cabocla. Contudo, ao adentrarem etnias para o povoamento das comunidades, assiste-se a uma nova dinâmica, que comporá um segundo eixo de análise visando explicar a gênese das comunidades.

A comunidade de Braço do Potinga, que segundo os dados de Bach (2006), pode ter abrigado também um porto de carga/descarga, não tem seu povoamento atrelado apenas à questão do porto, já que seu povoamento foi influenciado pela imigração, como poderá se observar com mais detalhes na seção seguinte, que trata das etnias povoadoras.

3.2.2 A gênese das comunidades e suas etnias povoadoras

A região onde está localizado o município de Rio Azul foi alvo de imigrações planejadas e não planejadas pelo governo. No que concerne a imigrações planejadas essas ocorreram em municípios que tem divisas com a área rural de Rio Azul. Wachowicz (1995, p. 150) afirma que a partir de 1890 se inicia através do

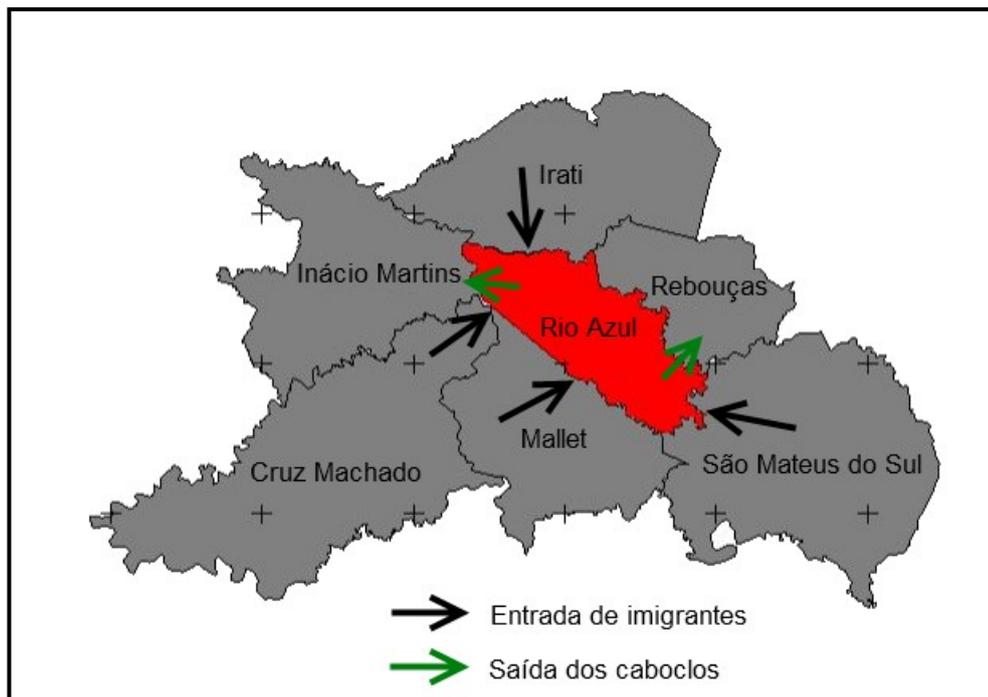
transporte fluvial no Rio Iguaçu, a localização das primeiras colônias de imigrantes. As primeiras colônias formadas foram as de São Mateus (1890), hoje município de São Mateus do Sul, e Mallet (1896) atual município de Mallet. Trata-se do primeiro ciclo organizado de imigração que ocorreu na região. As colônias foram povoadas principalmente com elementos de origem polonesa e ucraniana.

Houve um segundo momento, no qual veio um maior número de imigrantes à região. Esta divisão em dois períodos ocorreu por que “em 1885 a revolução federalista paralisou o serviço de imigração para o estado; este somente foi retomado em 1907, quando ocorreu um surto, que foi denominado de *novas colônias federais*” (WACHOWICZ, 1995, p. 150, grifo do autor). Neste segundo ciclo surgiram nas divisas com o município de Rio Azul, as colônias Irati (1908) e Cruz Machado (1910). Os imigrantes que predominaram nesta vinda foram os poloneses e ucranianos.

Nesta segunda etapa da imigração, além dos imigrantes serem dirigidos às novas colônias, eles também eram mandados às colônias já existentes, anteriormente citadas, fundadas durante o primeiro ciclo migratório.

Ao observar a Figura 7, com a localização de Rio Azul e seus municípios vizinhos, pode-se notar onde se deu a imigração organizada pelo governo na região. Sendo assim, os municípios que receberam correntes migratórias organizadas pelo governo, que tem divisas a Rio Azul, foram Mallet, Irati, São Mateus do Sul e Cruz Machado.

Na Figura 7 pode-se observar também, através da representação com as setas, tanto a dinâmica de entrada dos imigrantes e migrantes, como a de saída dos caboclos. Estes se viram obrigados a deixar as terras que habitavam por não possuírem a propriedade da terra e nem documentos que comprovassem seus direitos sobre o espaço que ocupavam, algo que não ocorria com os imigrantes, que recebiam do governo, os dos que tinham propriedade sobre a terra e as vendiam, documentos de seus lotes.



Fonte: Adaptado de Barbosa (2007) Org.: SOARES, J. G.

Figura 7 - Dinâmica populacional entre Rio Azul e seus municípios limítrofes

Para o município de Rio Azul ocorre a vinda de imigrantes, que normalmente adquiriam terras junto a uma subsidiária da companhia que administrava a estrada de ferro, denominada *Southern Brazil Lumber and Colonisation Company*. Esta subsidiária tinha terras devido a contratos firmados com o governo do Paraná, antes e durante a construção e operação da ferrovia. Em um dos decretos que regeu a construção da ferrovia tinha uma cláusula estipulando que a companhia que construísse a estrada de ferro teria direito sobre as terras nacionais e devolutas numa faixa de 15 quilômetros de cada lado da ferrovia (LUZ, 2006²⁸).

Sendo assim, em Rio Azul, na época Sertão do Jararaca, foram várias as faixas de terras que ficaram nas mãos da companhia da estrada de ferro, tendo esta um papel de administradora, no que concerne a divisão de lotes rurais e ao assentamento dos colonos. Portanto, a própria companhia assumia também o papel de agente da colonização. Algumas comunidades nas quais esta companhia conseguiu a posse de parte das terras e as revendeu, foram as de Faxinal dos Paula, Colônia Cachoeira e Rio Azul de Cima (DSJ, 1910-1950).

No que se refere às terras na área onde se localiza o município de Rio Azul, nota-se ainda que havia a dominância de um grande latifundiário, Dr. Elizeu de

²⁸ Para mais detalhes sobre as estratégias de implantação da estrada de ferro, vide Luz (2006, pp. 62-80).

Campos Mello²⁹, que também passou a comercializar terras. Importante frisar, que grande parte da atual área urbana de Rio Azul foi doada por este, depois da construção da estação ferroviária, para que fossem nestes terrenos instaladas atividades comerciais. Nota-se, através da análise em um livro de registros de compra e venda de lotes urbanos e rurais de Rio Azul, intitulado *Divisão do Sertão do Jararaca*, que as terras deste latifundiário estavam situadas, em sua maioria, na porção ao oeste, noroeste e sudoeste da área urbana (DSJ, 1910-1950).

Sendo assim, pode-se inferir sobre alguns aspectos da vinda e localização dos imigrantes para Rio Azul, na época ainda denominado Roxo Roiz. Primeiro, havia o interesse por parte da companhia *Southern Brazil Lumber and Colonisation Company* na venda das terras. Segundo, havia também o interesse do latifundiário Dr. Elizeu de Campos Mello, que incentivava a criação da vila com a doação dos terrenos. Para o latifundiário, a criação do pequeno povoado significaria um negócio promissor, já que existindo o povoado, a área rural começaria a ser explorada e suas terras seriam valorizadas.

Desta forma, a imigração em Rio Azul, mesmo não sendo planejada pelo governo, como ocorreu nos municípios vizinhos já citados, ocorreu por meio dessa organização, que tinha como agente principal a própria companhia da estrada de ferro. Tal fato possibilitou a vinda de um grande número de pessoas e, assim, o desenvolvimento daquela pequena vila. A ferrovia foi a principal base estrutural do povoado desde sua gênese, o qual tornou-se município de Roxo Roiz em 1918.

Assim, após esta breve explanação sobre o contexto que envolveu Rio Azul em sua gênese no que se refere à imigração e sua influência e dinâmica na região, parte-se a seguir para a análise das comunidades, tomando o enfoque da origem destas e suas etnias povoadoras.

Novamente serão utilizadas figuras com a finalidade de poder explicar o processo de povoamento, assim como a dinâmica de influência dos municípios vizinhos e de sua colonização. Primeiramente seguem as considerações acerca da porção ao leste, nordeste e sudeste da área urbana do município (Figura 8).

²⁹ Dr. Elizeu de Campos Mello foi prefeito do município de Ponta Grossa, deputado estadual, fundador e proprietário do jornal "Diário dos Campos" de Ponta Grossa-PR (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 44).

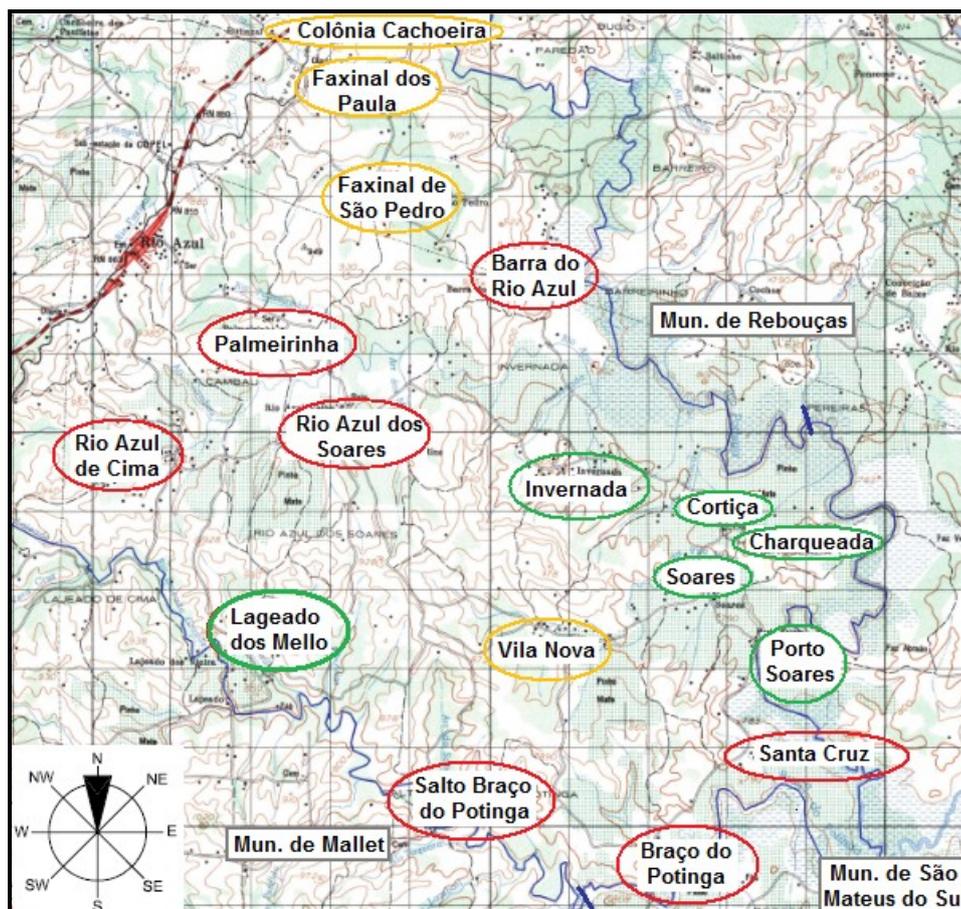


Figura 8 - Comunidades rurais segundo a origem étnica de seus povoadores na porção a leste, nordeste e sudeste da área urbana de Rio Azul³⁰

Legenda:

- Divisas do município de Rio Azul.
- Elementos de origem variada, entre poloneses, ucranianos, caboclos e italianos.
- Predominância de elementos de origem cabocla, tendo outras etnias.
- Predominância de elementos de origem polonesa, tendo outras etnias.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973). Dados sobre as etnias levantados por meio de entrevistas e com base em Valascki e Wzorek (1988, p. 150) e Martynetz (1973). Org.: SOARES, J. G.

Como nota-se na Figura 8, das 17 comunidades desta porção do município, 7 delas são povoadas predominantemente por integrantes de origem polonesa, tendo também membros de outras etnias. Já em 6 delas, há uma predominância da origem cabocla, tendo nestas ainda integrantes poloneses, ucranianos e italianos. Em 4 delas, há uma forte mistura de elementos de origem polonesa, ucraniana, italiana e cabocla. Tem-se assim, a predominância da etnia polonesa nesta porção rural do município.

³⁰ Os dados sobre a comunidade de Lageado dos Mello, foram retirados em Ferreira (2008, p. 77).

Ainda podem ser tecidas algumas considerações acerca da influência das divisas do município, que se buscou apontar na Figura 7. Como se pode observar, as comunidades com predominância de poloneses - Salto Braço do Potinga, Braço do Potinga e Santa Cruz³¹ - tem sua gênese atreladas a das colônias que ficam no município de Mallet. Neste ocorreu uma divisão em lotes, os quais eram denominados colônias, sendo cinco existentes. Estas, como já citado anteriormente, foram organizadas pelo governo, onde predominou o assentamento de elementos poloneses.

Nos relatos de membros das comunidades, percebe-se que os imigrantes, muitas vezes, chegavam nas colônias em Mallet, mas posteriormente, pelos terrenos serem de um relevo bastante acidentado, ou ainda improdutivos, uma vez que não haviam formas de correção do solo na época - como o calcário por exemplo - e alguns tendo problemas com a documentação, eles buscavam outras terras. Isso acabou gerando um fluxo para o município de Rio Azul, refletindo na formação de comunidades que tiveram sua gênese atrelada em parte a esta ocupação pelos imigrantes.

Outro fato que deve ser ressaltado, é que tanto a comunidade de Lageado dos Mello, com predominância de caboclos, como a de Salto Braço do Potinga são contíguas com as comunidades de Mallet, a primeira com a de Lageado de Baixo, com predominância de poloneses e a segunda com a de Colonia V. Há uma divisão administrativa, contudo para os membros não há distinção. Pela divisão administrativa são comunidades distintas, contudo, entre os membros as relações se dão na forma de uma comunidade única, pois há dependência por parte dos dois lados, onde se utilizam de uma mesma estrutura.

Já nas comunidades de Rio Azul de Cima, Rio Azul dos Soares, Palmeirinha e Barra do Rio Azul, com predominância de poloneses, nota-se que estas foram tomadas por imigrantes que vieram via estrada de ferro. Todavia, há nestas também alguns integrantes que migraram das comunidades supracitadas que tem divisa com o município de Mallet.

³¹ Straube e Urben-Filho (2006, p. 32), em seu dicionário geográfico das expedições zoológicas polonesas no Paraná, apresentam uma série de lugares por onde o ornitólogo Tadeuz Chrostowski, havia passado e efetuado coletas para seus estudos. Dentre estes locais eles citam o denominado Santa Cruz, no município de Rio Azul, onde havia uma colônia de imigrantes poloneses. Sua passagem por Santa Cruz foi entre 1910 e 1911.

As comunidades com predominância de membros de origem cabocla têm uma dinâmica diferenciada. Como já salientado anteriormente, as comunidades de Invernada, Soares, Porto Soares, Cortiça e Charqueada faziam parte do município de São Mateus do Sul, até 1938, quando este distrito de Soares passa a ser parte de Rio Azul. Ao tomar os relatos dos entrevistados nestas comunidades, conclui-se que elas foram povoadas antes mesmo de Rio Azul dos Soares e Butiazal, que são ditas como as primeiras comunidades de Rio Azul. Considerando que o Distrito de Soares é anexado a Rio Azul em 1938, estas não faziam parte do município quando da sua criação (DSJ, 1910-1950; VALASCKI e WZOREK, 1988).

De toda forma, o município de São Mateus do Sul foi criado anteriormente ao de Rio Azul, no ano de 1908. Sua gênese esta fortemente atrelada à questão da navegação no Rio Iguaçu e a extração e beneficiamento de erva-mate (BACH, 2006). Este município foi um dos maiores centros ervateiros da região, pois ali foram instaladas várias unidades de beneficiamento do produto (BARRETO, 2009). Nota-se que estas comunidades já se encontravam povoadas anteriormente ao maior surto de povoamento em Rio Azul, entre 1900 e 1920. Elas existiam com os portos em operação e com forte exploração da erva-mate.

Tais comunidades foram povoadas, portanto, antes do período de imigração, tendo fluxo de pessoas vindas da região de São Mateus do Sul e São João do Triunfo, fluxo este da etnia luso-brasileira, ou seja, dos chamados caboclos (SAHR, 2005). Contudo, elas recebem posteriormente pessoas de outras origens étnicas, principalmente imigrantes poloneses, ucranianos e italianos. Um fato interessante é que a exploração madeireira nestas comunidades se inicia quando os imigrantes italianos chegam em Rio Azul, entre 1900 e 1910. Estes adquirem alguns terrenos nestes locais, isso por volta de 1910, e criam a serraria da família Pissaia (vide Figura 5, serraria nº 2) (DSJ, 1910-1950).

Já a comunidade de Lageado dos Mello, também com maioria cabocla, nota-se que ela fica em meio a comunidades de origem polonesa, tendo ainda no município de Mallet, a comunidade vizinha de Lageado de Baixo onde predominam os ucranianos. Contudo ela não sofre influência das divisas. Infere-se que está predominância de caboclos ocorre, uma vez que Lageado dos Mello começou a ser povoada por volta de 1880, antes do momento que ocorre a imigração. Sendo assim, ali se reuniram várias famílias desta etnia, principalmente da família Mello que somavam 16 famílias, onde foi criado o faxinal. Sendo assim, quando ocorreu a

imigração a comunidade já estava povoada pelos elementos caboclos. As terras da comunidade eram devolutas, e foram requeridas e loteadas por elementos de origem cabocla. Os imigrantes chegam em Lageado dos Mello a partir de 1920, sendo estes em sua maioria ucranianos. Contudo, mesmo com esta vinda, a comunidade permaneceu com maioria cabocla (FERREIRA, 2008, p. 51)

A comunidade de Vila Nova, estando em meio a essas várias comunidades, acaba tendo influências diversas. Assim, a mesma foi povoada por elementos de origem polonesa, ucraniana, italiana, assim como pelos caboclos que estavam ali quando da chegada destes imigrantes.

Fato parecido ocorreu com as comunidades de Faxinal de São Pedro, Faxinal dos Paulas e Colônia Cachoeira, onde também existe esta influência variada. Sobre estas comunidades, cabe salientar que elas eram cortadas pela estrada de ferro e isso também teve influência na sua origem. Nelas ocorria uma forte produção de dormentes, que eram utilizados na construção da ferrovia, o que também impulsionou seu povoamento.

Parte-se a seguir, para apresentação das comunidades rurais situadas a noroeste, oeste e sudoeste da área urbana do município (Figura 9).

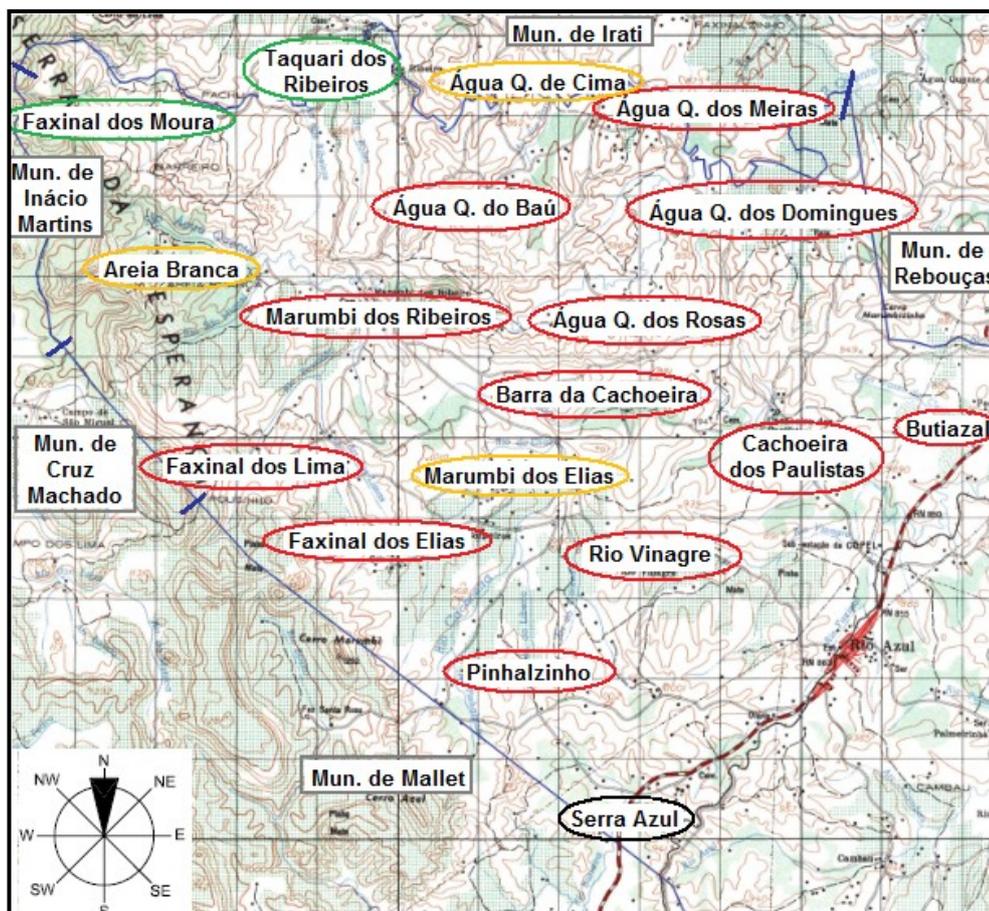


Figura 9 - Comunidades rurais segundo a origem étnica de seus povoadores na porção a noroeste, oeste e sudoeste da área urbana de Rio Azul

Legenda:

- Divisas do município de Rio Azul.
- Elementos de origem variada, entre poloneses, ucranianos, caboclos e italianos.
- Predominância de elementos de origem cabocla, tendo outras etnias.
- Predominância de elementos de origem polonesa, tendo outras etnias.
- Predominância de elementos de origem ucraniana.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973). Dados sobre as etnias levantados por meio de entrevistas, e com base Valascki e Wzorek (1988, p. 150) e Martynetz (1973). Org.: SOARES, J. G.

Como pode-se observar na Figura 9, das 18 comunidades existentes na porção ao noroeste, oeste e sudoeste da área urbana do município, 12 delas tiveram como principal etnia povoadora a polonesa, 3 tiveram origem variada tendo poloneses, ucranianos, caboclos e italianos, e 2 apresentaram predominância de caboclos. Um caso único no município é comunidade de Serra Azul, que apresenta maioria de ucranianos.

A maioria das comunidades foi alvo da imigração, com os poloneses, ucranianos e italianos. Aqui ocorre a dinâmica no que se refere às áreas de terreno de propriedade do Dr. Elizeu de Campos Mello. Os terrenos se estendem até a

comunidade de Marumbi dos Ribeiros, que como pôde-se observar na Figura 6, trata-se da porção do município com serrarias, uma delas de propriedade de Campos Mello. Sendo assim, a porção de terra que a ele pertencia foi vendida aos imigrantes que ali chegaram, fazendo com que predominasse a existência de comunidades com origem polonesa, como as de Rio Vinagre, Cachoeira dos Paulistas, Barra da Cachoeira e Pinhalzinho. Todas foram alvo da imigração, povoadas principalmente por poloneses. Campos Mello tinha também uma serraria em Serra Azul, onde se forma a comunidade de predominância de ucranianos.

O povoamento desta porção do município também teve influência das divisas da área rural com os municípios que receberam imigração organizada pelo governo. O município de Irati fica na divisa com as comunidades de Água Quente dos Meiras e Água Quente de Cima e o município de Mallet na divisa com as comunidades de Pinhalzinho, Faxinal dos Elias e Serra Azul. Estas comunidades, como pôde-se levantar por meio das entrevistas, receberam migrantes dos municípios vizinhos, principalmente poloneses e ucranianos.

Um fato que cabe ressaltar, é sobre a saída destes imigrantes das colônias formadas pelo governo, tanto em direção ao município de Rio Azul, como também para outros municípios da região. Na época que ocorreu a imigração, não existiam produtos para correção do solo, como o calcário por exemplo. Muitas das terras que eram repassadas pelo governo, fato que nota-se que aconteceu no município de Mallet, eram improdutivas, ou apresentavam um relevo onde o trabalho se tornava difícil. Não havendo como sobreviver nestes terrenos, muitos os deixavam e vinham para Rio Azul, que ainda estava sendo povoado. Eles se estabeleciam em terras onde pudessem produzir seus alimentos, e assim viver de forma mais digna. Muitas destas terras, como se observa no livro de Divisão do Sertão do Jararaca (DSJ, 1910 - 1950), foram adquiridas ou trocadas por outras terras, e em grande parte dos registros consta que as terras foram adquiridas do Sr. Elizeu de Campos Mello.

Na divisa de Rio Azul com o município de Cruz Machado, este que também teve a imigração organizada pelo governo, pode-se inferir que não ocorreu a vinda de imigrantes eslavos, mas de caboclos para a comunidade de Soares, após a chegada dos eslavos naquela colônia. Nesta porção sudeste do município encontram-se as comunidades de Soares, Cortiça e Charqueada, que como se observa na Figura 8, predominam os caboclos.

As comunidades de Taquari dos Ribeiros³² e Faxinal dos Mouras tiveram em sua gênese o predomínio de caboclos. Fato interessante é que estas comunidades fazem divisa com Inácio Martins, que é um município povoado por maioria cabocla, tendo vários faxinais caboclos ainda ativos e com suas manifestações culturais bastante preservadas.

Têm-se 3 comunidades onde ocorreu uma mescla de etnias. Trata-se de Areia Branca, Água Quente de Cima e Marumbi dos Elias. Estas ficam entre as comunidades de predominância polonesa e as de caboclos, fato que pode ter levado as mesmas a se configurar desta forma. A comunidade de Marumbi dos Elías teve uma dinâmica interessante. Nessa havia um grande proprietário de terras de origem luso-brasileira, da família Cordeiro, que chegou na década de 1880 trazendo com ele parte de sua família. Assim, embora em sua gênese a comunidade tenha essa influência cabocla, a partir de 1905-1910 passa a ser ocupada por imigrantes ucranianos e poloneses, aos quais tanto a família Cordeiro como o Dr. Elizeu de Campos Mello revendem suas terras em pequenos lotes.

Esta comunidade em sua gênese era chamada de Faxinal dos Elias. Como se observa na Figura 9, hoje a comunidade, que divisa com a de Marumbi dos Elías, leva também essa denominação. Elas eram uma só comunidade, contudo, quando ocorreu a divisão do município em Quarteirões (1920), o que se acredita que culminou com o cercamento dos criadouros comuns dos faxinais pelo fato destes terem áreas muito extensas, a comunidade foi dividida. Ela passou a pertencer a dois quarteirões distintos, e com isso, com o passar do tempo, se tornam duas comunidades. Isso ocorre, uma vez que se formaram dois grandes núcleos de povoamento no centro de cada um dos quarteirões, conhecidos também como criadouros comunitários. A porção de Faxinal dos Elias é povoada mais tarde, e assim, teve predominância dos imigrantes poloneses. Dinâmica semelhante aconteceu no Faxinal dos Lima, o qual em sua gênese era conhecido como quarteirão dos Lima (Anexo 3).

As comunidades de Água Quente dos Meiras, dos Rosas, dos Domingues e do Baú, constituíam uma porção de terra denominada como Água Quente e Santa Cruz da Água Quente. Água Quente é o nome do principal rio que corta estas comunidades. Segundo os dados levantados nas entrevistas, esta porção de terras

³² Os dados sobre as etnias nesta comunidade foram levantados com base em Barbosa (2007).

foi requerida na década de 1880 ao governo do Paraná pelas famílias Meira, Rosa e Domingues, tendo os lotes áreas de 300 a 400 alqueires. Assim, cada família iniciou suas atividades em seu lote, todavia, ao longo do tempo ocorre um fenômeno parecido com o da comunidade de Marumbi dos Elías, onde os imigrantes começam a chegar e foram adquirindo terras das famílias que as haviam requerido.

No entanto, outro fato que se constatou é que muitos imigrantes que haviam sido estabelecidos pelo governo em Irati se desfizeram de suas terras, grande parte destes residia na localidade de Guamirim que faz divisa com o município de Rio Azul. Estes acabaram comprando lotes de terras melhores para planta, passando a residir nas comunidades de Água Quente dos Meiras, das Rosas, dos Domingues e do Baú. O município de Irati, na divisa com Rio Azul, recebeu a imigração organizada pelo governo a partir de 1907.

A comunidade de Água Quente do Baú teria sido também mais um lote de terras requeridas ao governo, contudo, os membros da comunidade não souberam explicar que família fez o requerimento, até por que é uma comunidade pequena, pouco povoada. Há alguns que afirmam que as terras pertenciam a uma empresa madeireira, mas não se tem certeza sobre isso. Quanto ao seu nome, leva a denominação do Rio Água Quente. Quanto à denominação Baú, há uma lenda contada pelos moradores mais antigos, que na porção de terras da comunidade havia um baú no curso do Rio Água Quente, que seria um objeto deixado pelos jesuítas, e que nele havia um grande tesouro. De toda forma, nunca ninguém conseguiu abrir ou tirar o baú do rio. Por tanto se falar na lenda do baú, a comunidade acabou levando o termo em sua denominação.

A comunidade de Butiazal era também parte da extensão de terras de Elizeu de Campos Mello. Nota-se, a partir da análise do livro de registro (DSJ, 1910 - 1950), que havia faixas de terra nessa comunidade que por serem terras devolutas passaram a fazer parte do patrimônio da empresa que operava a estrada de ferro. Os registros fazem várias menções de compras de lotes efetuadas junto a companhia *Southern Brazil Lumber and Colonisation Company*. A comunidade tem predominância de poloneses.

Ainda quanto à comunidade de Butiazal, cabe salientar que ela foi uma das primeiras comunidades do município, junto com Rio Azul dos Soares. Ela era habitada, primeiramente, por pessoas de origem luso-brasileira. Contudo, a maioria destes deixou a comunidade quando ocorreu a construção da estrada de ferro, indo

residir tanto nas proximidades da Estação Antonio Rebouças, onde se formaria mais tarde a área urbana do município de Rebouças, como também nas proximidades da Estação de Roxo Roiz, onde, como já salientado, começaria a se formar o núcleo urbano de Rio Azul (PMR, 2011; VALASCKI e WZOREK, 1988).

Com a passagem da ferrovia, as terras passam a serem exploradas através da venda para os imigrantes, tanto pela *Southern Brazil Lumber and Colonisation Company*, como pelo Sr. Elizeu de Campos Mello. Assim, muitos dos caboclos que ali residiam não tinham como comprovar que eram donos das terras, sendo obrigados a deixá-las, uma vez que os imigrantes iriam começar a povoá-las. Estes caboclos passaram a ser parte da mão de obra que construiria a ferrovia, fazendo dormentes, trabalhando para aqueles que tinham matas para cortar, e também cortando lenha para ser comercializada com a companhia da estrada de ferro, para tocar os trens a vapor.

Tendo-se apresentado as etnias e suas dinâmicas no povoamento da área rural de Rio Azul, passa-se agora a seção que busca apresentar como estas grandes extensões de terra passaram de pequenos núcleos de povoamento a comunidades de faxinal, apresentando uma forma particular de organização do uso da terra. Todavia, antes que chegassem a configuração de apresentar terras de criar cercadas, porção conhecida como criadouro comum, e terras de plantar que ficam fora do criadouro, algumas transformações ocorrem. Estas serão apresentadas na seção que segue.

3.2.3 De pequenas colônias a comunidades de faxinal

Tendo em vista os dados apresentados nas seções anteriores, infere-se que as comunidades do município têm sua gênese atrelada a várias dinâmicas, sejam elas a questão das serrarias e da porção que constituía o distrito de Soares, a imigração que veio propriamente a Roxo Roiz via estrada de ferro, e ainda a migração que ocorre dos municípios vizinhos de comunidade para comunidade. Observou-se também, comunidades com a predominância de caboclos, poloneses ou ucranianos em sua gênese e comunidades que tiveram mais de uma etnia predominante. Trazendo este contexto do povoamento das pequenas colônias, cabe agora entender a questão dos faxinais e de sua gênese nas comunidades, assim como as transformações que fazem com que estes se configurem da forma que se apresentam hoje, nas comunidades onde esta forma de uso da terra permanece.

As terras do município de Rio Azul entre 1870 e 1900, como pode-se observar por meio dos estudos efetuados, eram parte das “terras sem limites” (SOUZA, 2009a). Tratava-se de um sertão onde poucos habitavam, o que possibilitava a dinâmica de criação à solta na forma de faxinal com uso comum aberto. O pequeno número de pessoas que habitava tais espaços e a pequena quantidade de criações soltas permitia a existência deste modo de vida.

As primeiras penetrações de imigrantes na área de Rio Azul para a área que constituiria a pequena vila ocorrem a partir de 1895, por causa da construção da ferrovia. Depois disso, iniciou a vinda de imigrantes que se dirigiram à área rural. Tem-se assim, por volta de 1900-1910 o início dos “faxinais”, “criadores”, ou “invernadas”, como os membros das comunidades se referem a essa forma de uso do espaço.

Todas as comunidades da área rural de Roxo Roiz, tanto as da porção mais a leste como as mais a oeste, tiveram em sua gênese esta forma de uso da terra. Cabe salientar, todavia, que essas terras de criar não tinham divisas, e seus limites adentravam as fronteiras dos municípios vizinhos, como ocorria com São Mateus do Sul, Mallet, Rebouças e Irati. Isso se deu uma vez que estes municípios tiveram sua origem na mesma época que Roxo Roiz e também porque o povoamento deu-se por imigrantes de origem étnica similares.

Não há registro de que os imigrantes tenham trazido este modo de vida faxinalense de seus países de origem, provavelmente eles tenham aprendido com moradores caboclos que os precederam no lugar que vieram a ocupar (LÖWEN SAHR e CUNHA, 2005). Já os caboclos teriam conhecido este tipo de organização a partir de seu contato com índios Guaranis, que teriam aprendido uma forma parecida de utilização do solo nas Reduções Jesuítas. Esta forma pode vir sendo utilizada desde o século XVIII, uma vez que “os fragmentos de conhecimento deste sistema podem ter sobrevivido com alguns sertanejos solitários que continuaram na floresta, a utilizando como base de subsistência” (SAHR, 2005, p. 4).

No entanto, a chegada dos imigrantes cria situações distintas daquelas até então vividas nestes locais habitados pelos caboclos. O primeiro ponto diz respeito às cercas, pois os imigrantes ao chegarem já providenciam uma forma de cercar o quinhão que tinham adquirido. Isso se contrapõe à lógica ali existente vivenciada pelos caboclos. Ocorre também que muitos destes são expulsos de suas terras por

não terem documentos de comprovação de suas terras, o que os diferenciava dos imigrantes.

Com o aumento da população na área rural e com essa mistura de etnias, começam a aparecer os primeiros conflitos sobre a questão do faxinal. Esses problemas levam os então governantes do município, logo após a sua emancipação, a criarem um código de posturas, isso em 1918. Neste código havia artigos que tratavam sobre agricultura, cercas e indústria pastoril, bem como, sobre a forma de organização da terra e seus usos.

Consta na Ata de Instalação do Município de Roxo Roiz (1918, pp.10-11), quando trata do Código de Posturas que:

Art. 4. As propriedades rurais são de agricultura e de criar; as primeiras constituem matas especialmente destinadas a cultura, as segundas em faxinais e campinas para criar.

Parágrafo 1. São consideradas terras de culturas propriamente ditas as cobertas de matas em costas de serra ou margem de rio, na extensão mínima de seis quilômetros quadrados.

Art. 5. Havendo dois terrenos limítrofes, um de agricultura outro de criar, serão os seus proprietários obrigados a fechá-los de acordo com a lei de mão comum em toda a extensão que se limitarem; ao infrator pena de 30.000 de multa, além de ser a parte que tocar no fecho feito a sua custa.

Parágrafo Único: Os contraventores serão responsáveis pelo logar que lhe pertencer o fecho.

Art. 6. É proibido recolher e conservar animais de qualquer espécie em terras lavradas sem serem cercadas, de forma a poder danificar plantações dos vizinhos; pena de 20.000 de multa e obrigado a pagar os danos causados.

Parágrafo Único: No caso de serem encontrados animais nas roças os donos destas poderão prendê-los e conduzi-los ao inspetor ou fiscal, para serem recolhidos à mangueira municipal.

Essas atitudes por parte do poder público começam a modificar a dinâmica de vivência naqueles pequenos núcleos de povoamento e vizinhança. Uma das adequações, como se observa, se refere à forma de uso do solo. Os colonos tinham suas terras de plantar, que se constituíam de pequenos espaços onde cultivam o arroz, milho, o feijão, a batata a mandioca, ou seja, uma agricultura de subsistência, separadas das terras de criação em comum.

Contudo, na época, as terras de plantações eram poucas, se comparadas as de criação, o que fazia com que as de planta fossem cercadas, ou separadas por uma grande vala, que impedia a entrada dos animais. Mesmo assim, havendo essas posturas, continuavam a ocorrer conflitos na área rural, o que faz com que se crie uma nova forma de organização destas comunidades, no sentido de diminuir estes problemas.

Uma das primeiras atitudes no sentido de organizar as áreas rurais após a criação do Código de Posturas, foi realizada pelo Prefeito substituto Capitão Joaquim Luiz dos Santos. Este assume o município em janeiro de 1920.

Em seu primeiro trabalho administrativo iniciou a divisão do município em quarteirões e a separação com cercas de arame das terras de cultura e criação (faxinal) e para que tudo corresse bem e sem intrigas nomeia inspetores municipais (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 107).

Esses quarteirões são criados, ocorrendo que, em algumas situações, uma comunidade tinha mais de um quarteirão. Na época desta divisão a área rural do município apresentava poucas comunidades, porém elas eram extensas. Assim, após essa divisão, e com o passar do tempo, cada quarteirão acaba tomando a forma de uma comunidade, uma vez que os membros que ali viviam tinham essa necessidade, devido às tarefas de manutenção das cercas, viação das estradas, além das questões familiares e das relações de compadrio.

Com o aumento da população e, com isso, dos animais criados à solta e das áreas de terra agricultável, ressurgem a questão das cercas. As terras de criação acabam tomando proporções menores que as de planta. Passa-se a cercar nos quarteirões, as terras de criar. É uma nova dinâmica que vem com a finalidade de reorganizar o espaço. Essa mudança se dá de forma concomitante nas comunidades, segundo relatos dos entrevistados, principalmente entre 1940 e 1950.

Assim, surgiria a forma de faxinal com criação em comum num espaço cercado que se tem até os dias de hoje em algumas comunidades, já que na maioria delas, por causa de conflitos diversos, pelo aumento da população e dos animais no criadouro, esse passa a ser inviável. Desta forma, estas comunidades se transformam, e muitas delas hoje são comunidades que possuem apenas vestígios dos antigos criadouros, como as cercas e algumas manifestações culturais.

Uma vez apresentadas as dinâmicas que ocorrem no povoamento das comunidades, por meio das serrarias e etnias povoadoras, assim como algumas transformações desde sua gênese no que concerne a utilização do espaço, cabe agora apresentar qual é a situação das comunidades rurais de Rio Azul na atualidade.

3.3 AS COMUNIDADES RURAIS NA ATUALIDADE

As comunidades rurais apresentam atualmente uma situação similar quanto à forma de sobrevivência e renda. Contudo, para entender sua situação hoje, há

necessidade de apresentar alguns períodos anteriores, que tiveram papel determinante para que as comunidades chegassem à forma como estão.

Atualmente o município tem uma população aproximada de 14.093 habitantes, sendo 64% desta rural e 36% urbana, distribuída em uma área de 627,4 km² (IBGE, 2010). A população rural está dividida em 30 comunidades (PDRA, 2009), que possuem em média 229 habitantes, variando de 46 habitantes, na comunidade de Faxinal de São Pedro, a 393 habitantes, na comunidade de Marumbi dos Ribeiros (RIO AZUL, 2010).

A principal cultura e atividade que gera renda para os membros das comunidades é a do tabaco. Rio Azul tem sua área rural dividida, em sua maioria, em pequenas propriedades, onde ocorre agricultura familiar. Agregado ao plantio do tabaco, são plantados cereais para o consumo próprio, e também, como no caso do milho, para alimentar cavalos, gado de leite e de corte, porcos e aves principalmente. Existem agricultores que criam ainda cabritos e carneiros. Quanto à produção de cereais, um pequeno excedente é para venda.

Nota-se ainda uma nova tendência na área rural, onde os agricultores passaram a cultivar soja, mesmo os pequenos proprietários. Estes tendo áreas de terras que não estão sendo utilizadas em outro cultivo, passam a utilizá-la para o plantio da oleaginosa.

Um fato que também vem ocorrendo, é que a cultura do tabaco por exigir muito tempo dos agricultores, faz com que eles deixem a pequena agricultura de subsistência, passando a comprar nos mercados da área urbana gêneros alimentícios que antes eles mesmo produziam, já que o tabaco é uma atividade rentável, e faz com que eles tenham recursos para isso. Essa dinâmica faz com que os produtores tenham mais tempo para se dedicar ao cuidado na safra do tabaco, o que lhes gera renda e possibilita sua permanência no campo.

Esse fato citado ocorre devido ao trabalho no campo com o tabaco ser uma cultura que está subordinada as regras e normas da indústria, que compra o produto e financia a produção. Isso leva a mudanças diversas nas relações sociais das comunidades, já que nota-se certo isolamento de cada família em prol de seu trabalho. A convivência na comunidade, que antes era um valor, vem sendo deixada de lado, em prol das atividades de trabalho.

De toda forma, para chegar ao tabaco, enquanto cultura principal, a área rural de Rio Azul passou por alguns ciclos na agricultura, tendo altos e baixos em

várias culturas. Segundo dados levantados por meio das entrevistas, e também em LLIIPRR (1919-1938), Martynetz (1973), Valascki e Wzorek (1988) Zub (2009) e PDRA (2010), pôde-se sistematizar, década a década, quais foram as atividades realizadas no campo que geraram, assim como as que atualmente são realizadas e geram renda no meio rural.

Observando o Quadro 11, pode-se entender as mudanças no campo até a chegada do plantio do tabaco.

Período	Principais atividades praticadas e mudanças ocorridas
1930 – 1940	Período áureo de plantio de batata. O município, grande produtor do tubérculo, tem um surto de crescimento devido à procura pelo produto no mercado. Tem-se ainda o plantio de trigo, feijão e milho, além da criação de animais em faxinal, principalmente de suínos. Mantêm-se a atividade ervateira e madeireira, com os barbaquas e serrarias.
1941 – 1950	Plantio da batata decai, contudo, continua sua produção. O plantio do trigo toma proporções maiores, mantendo-se o plantio de feijão, milho e as atividades de criação de animais em faxinal, principalmente de suínos, assim como, as atividades ervateira e madeireira com os barbaquas e serrarias.
1951 – 1960	Plantio do trigo decai, devido ao surgimento de pragas e baixo preço. Fecham-se vários moinhos coloniais no interior do município. Mantêm-se o plantio da batata, feijão e milho, assim como as atividades de criação de animais em faxinal, período bom de venda de suínos. Inicia-se o plantio de cebola. A atividade ervateira se mantém com barbaquas em operação, mas a madeireira decai, com fechamento de serrarias na área rural do município. Começa a adentrar a cultura do tabaco, com as primeiras estufas sendo instaladas na comunidade de Cachoeira dos Paulistas em 1958/1959. Na área da urbana fecha a fábrica de palhões, que atuava desde a década de 1920 e que comprava palhas dos agricultores que plantavam milho. Outras empresas fecham ocorrendo um período de decadência do município. Mantêm-se ainda o plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e batata para consumo próprio e venda do excedente.
1961 – 1970	Período de dificuldade no município. Mantêm-se as atividades na área rural de agricultura com o plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e batata para consumo próprio e venda do excedente, extração de erva-mate e criação de animais em faxinal, tendo ainda como fonte auxiliar de renda a venda de suínos. Serrarias operam na área urbana, cortando remanescentes de Mata com Araucária, com a atividade já em decadência. O tabaco começa a tomar lugar nas comunidades gradativamente.
1971 – 1980	Período de crescimento da cultura do tabaco, onde já havia cerca de 500 produtores com estufas em operação. Extração de erva-mate se mantém, contudo, em menor proporção, sendo que muitos barbaquas são desativados, uma vez que se inicia a compra da erva por empresas as quais beneficiariam de forma industrial a mesma. A criação de animais começa a diminuir, com o fim das áreas de criação comum em várias comunidades. Mantêm-se ainda o plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e batata para consumo próprio e venda do excedente. Atividade madeireira ocorre na área urbana com 4 serrarias em operação.

(Continua)

Fonte: Elaborado com base em dados de entrevistas, LLIIPRR (1919-1938), Martynetz (1973), Valascki e Wzorek (1988), Zub (2009) e PDRA (2010).

Org: SOARES, J. G.

Quadro 11a – Principais atividades praticadas na área rural de Rio Azul entre 1930 e 2010

Período	Principais atividades praticadas e mudanças ocorridas
1981 – 1990	A cultura do tabaco toma conta da área rural, tendo em 1987, 1.300 agricultores, com uma produção de 3.750 toneladas. Havia previsões para 1988, de aumento da produção para 10.000 toneladas, com 2.000 produtores. Atividade ervateira decai com maioria dos barbaquas sendo desativados, a erva mate é vendida para empresas de beneficiamento. A produção de cereais diminui, sendo a fonte de renda para aqueles que não produzem o tabaco. Mantêm-se ainda o plantio de milho, arroz, feijão, mandioca e batata para consumo próprio e venda do excedente. A criação de animais em faxinal já é presente em poucas comunidades. Atividade madeireira ocorre na área urbana com 2 serrarias em operação.
1991 – 2000	O município fica conhecido como a capital do fumo pela alta produção e pela instalação de empresas compradoras. O plantio de cereais é praticado por agricultores que possuem maiores extensões de terra, surgem os monocultivos em diversas comunidades (soja e milho), e também reflorestamentos (pínus e eucalipto). A erva-mate passa a ser vendida para as empresas no pé, onde estas vão e cortam a erva no próprio terreno, sendo que em alguns locais os próprios donos das terras que possuem o produto o extraem, e as empresas vão e compram na localidade. Barbaquas são abandonados. Decai o plantio de milho, arroz e feijão para consumo próprio e venda do excedente, sendo que os agricultores acabam adquirindo estes produtos ou dos grandes proprietários que produzem em grande escala, ou em empresas de grãos na área urbana do município. Mais comunidades deixam de possuir o criadouro comum.
2001 – 2010	O plantio do tabaco é a principal atividade na área rural. Plantações de soja e milho predominam entre os grandes proprietários de terra. Os pequenos proprietários também aderem ao plantio da soja em pequenos espaços de terra que não são ocupados com o plantio do tabaco. Os reflorestamentos passam a ser parte da paisagem das comunidades, com o plantio de eucalipto que é cortado para servir como lenha na secagem do tabaco. O pínus também é plantado e vendido às laminadoras existentes na área urbana. A erva-mate continua sendo comprada pelas empresas, mas representa uma pequena parcela de renda para as comunidades, já que grande parte das matas foram cortadas, restando poucas com erva-mate que seja de interesse das empresas de beneficiamento. Pequeno plantio de milho, arroz e feijão, para consumo próprio, sendo que os agricultores acabam optando por adquirir estes produtos ou dos grandes proprietários que produzem em grande escala, ou em empresas de grãos na área urbana do município e em mercados.

(Conclusão)

Fonte: Elaborado com base em dados de entrevistas, LLIIPRR (1919-1938), Martynetz (1973), Valascki e Wzorek (1988), Zub (2009) e PDRA (2010).

Org: SOARES, J. G.

Quadro 11b – Principais atividades praticadas na área rural de Rio Azul entre 1930 e 2010

Como pode-se observar no Quadro 11, há uma série de atividades que se mantém em diversas décadas na área rural de Rio Azul. As mudanças de culturas ocorrem devido a contextos socioeconômicos diversos, onde em determinado momento, uma cultura deixa de ser viável dando lugar a outra que se apresente mais rentável para a população no campo.

O tabaco vem a cerca de 40 anos tomando espaço e sendo a principal fonte de renda das comunidades, por ser uma atividade rentável para pequenos proprietários, que praticam uma agricultura familiar. Ele vem a entrar no contexto da área rural de Rio Azul a partir do momento que as atividades referentes a erva-mate

e a madeira perdem força. Vai se tornar a atividade que mais gera renda às comunidades e movimenta a economia do município como um todo. Contudo, como se observa, as atividades de plantio de arroz e feijão para consumo, e de milho para o trato dos animais se mantêm, com a venda de pequenos excedentes.

Mesmo com a entrada do tabaco, a erva-mate tinha certo mercado, e segundo os relatos dos entrevistados, haviam motivos para continuar com a extração. À medida que o tabaco vai sendo visto como atividade rentável, todavia, as outras atividades vão sendo deixadas de lado, chegando ao que ocorre hoje, onde os produtores de tabaco preferem comprar seus gêneros alimentícios que anteriormente eles mesmos produziam.

A partir do momento que estas novas culturas, seja a dos monocultivos, do tabaco, passam a ser valorizadas há “[...] uma desvalorização das agriculturas alimentares básicas e de tradição nacional (como o arroz, feijão e mandioca), e isso se dá com a colaboração do crédito público, da informação, da propaganda e dos novos consumos” (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 120).

Nota-se que se mantêm os quintais nas proximidades das casas, para produção de verduras, legumes, ervas medicinais e temperos. Estes quintais são parte dos vestígios dos antigos faxinais, já que nos arredores da casa era cercado um espaço de terra para se efetuar estes cultivos.

Cabe salientar que estas transformações se devem em grande parte à modernização da agricultura que teve seu início na década de 1950. Modernização esta que “[...] não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira recente” (GRAZIANO NETO, 1985, p. 27).

Em Rio Azul, nota-se que esta modernização começa a influenciar com mais peso a partir da década 1980, tendo seu ápice a partir da década de 1990, quando os monocultivos começam a ser parte da dinâmica rural do município. Essa modernização da agricultura, juntamente com as mudanças na legislação sobre o uso do solo no meio rural e o esgotamento dos recursos naturais por meio do desmatamento, são os “principais fatores do processo de desagregação” por meio da transformação das dinâmicas internas das comunidades rurais, principalmente das faxinalenses (TÚLIO, 2004, p. 23).

Como Hauresko (2009, p. 269) afirma, essa grande transformação que ocorre no meio rural do Centro-Sul do Paraná, se dá de forma lenta, tendo seu

começo na década de 1970 quando diversas comunidades rurais, onde se incluem fortemente as faxinalenses, se transformam e deixam de possuir o criadouro comunitário, mudando toda a lógica interna de vivência de seus membros. Isso ocorre por motivos como a modernização da agricultura e a inclusão de culturas exógenas, primeiramente o tabaco, seguido posteriormente da soja e dos reflorestamentos.

A partir do momento que novas técnicas e equipamentos mais modernos invadem o meio agrícola, “o produtor passa a depender cada vez menos da generosidade da natureza, adaptando-a mais facilmente de acordo com seus interesses”. De toda forma isso levou a agricultura a ficar cada vez mais dependente e subordinada à indústria, a qual dita as regras de produção (TEIXERA, 2005, p. 22).

Esses fatores que levam as transformações apresentadas apontam para a realidade que se dá nas pequenas propriedades, já que as grandes conseguem subsistir a esta forma de trabalho no campo subordinada a indústria. Não que o pequeno proprietário tenha deixado de existir, ele consegue subsistir e desenvolver-se, mas de uma forma mais lenta e com mais dificuldades. No entanto, pode-se observar que:

[...] essa pequena produção encontra-se em geral determinada pelas exigências da grande produção. De modo direto ou indireto, pode estar satelizada pela dinâmica da grande empresa. Em muitos casos, o pequeno produtor produz matéria-prima para a grande empresa [...]. Pode inclusive estar obtendo assistência técnica, créditos e preços mínimos garantidos pela grande empresa (IANNI, 2007, p. 39).

Observando o Quadro 11, onde são apresentadas as mudanças ocorridas no meio rural de Rio Azul, pode-se concluir que todas estas transformações acabam por atingir as pequenas propriedades, já que havia certo favorecimento aos grandes proprietários. Enquanto isso, “restou as pequenas propriedades a possibilidade de subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos” (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109). Isto foi o que ocorreu em Rio Azul, quando quase todo o meio rural, que é constituído por pequenos proprietários, adere a cultura do tabaco, passando a ser subordinados às regras impostas pela empresa fumageira, que financia sua produção e na hora da compra ainda lhe impõe qual será o preço a ser pago pelo produto.

No entanto, para o agricultor que quer continuar no campo, não só quer como precisa disso, ela vai acabar tendo que:

[...] seguir as exigências do progresso técnico (mecanizar-se etc) e do mercado econômico (produzir mais, com melhores custos). Ele deve fazê-lo porque isso lhe é imposto pela sociedade envolvente e porque a sociedade aldeã é o palco de uma competição encarniçada entre todos os agricultores que pretendem sobreviver (MENDRAS, 1978, p. 191).

Apesar desta crítica sobre a situação dos pequenos agricultores perante a indústria, que deriva desta “sociedade envolvente”, citada por Mendras (1978), há que se ter certa cautela, já que ainda não há uma alternativa que se apresente viável para mudar esse contexto que se apresenta no meio rural de Rio Azul, assim como de outros municípios onde o tabaco predomina. O que ocorre é que o tabaco, mesmo sendo uma atividade que prejudica a saúde do agricultor e que lhe torna mais individualista, é rentável, gerando grandes quantias em dinheiro que outra atividade não geraria em curto prazo.

Mesmo sendo apresentadas algumas alternativas aos agricultores que trabalham com o tabaco, como a produção de alimentos orgânicos, a produção frutífera, o trabalho com laticínios, a maioria dos agricultores se negam a deixar o tabaco, por saberem que estas atividades poderiam somente a longo prazo gerar a renda que o tabaco gera.

Essa é uma problemática que fica para reflexão, por ser uma mudança necessária, porém, que deve ser ainda debatida, pensada e planejada, para buscar mudar, mais uma vez, a forma de vivência nas comunidades rurais de Rio Azul, com meios favoráveis que permitam ao agricultor permanecer no campo, no entanto, para viver de forma mais digna.

Capítulo 4 - TENDÊNCIAS E TRANSFORMAÇÕES TEMPOROESPACIAIS DAS COMUNIDADES FAXINALENSES DE RIO AZUL-PR

Este capítulo tem como intuito analisar as comunidades faxinalenses de Rio Azul nas suas permanências e mudanças. Num primeiro momento, apresentam-se os faxinais partindo da análise dos resultados dos levantamentos efetuados no Paraná em diferentes temporalidades (EMATER, 1994; MARQUES, 2004; APF 2008³³). Num segundo momento se apresenta uma atualização dos levantamentos no que concerne ao município de Rio Azul, com base nas metodologias e formas de enquadramentos de comunidades apregoados em cada um dos levantamentos analisados.

Posteriormente, aprofunda-se o estudo em 10 comunidades, no que se refere às suas transformações temporoespaciais, forma e estruturas de povoamento. Finalizando o capítulo, são apresentadas tipologias de povoamento de comunidades de faxinal, criadas a partir da análise efetuada nas comunidades de Rio Azul.

4.1 AS COMUNIDADES FAXINALENSES DE RIO AZUL

Nesta seção é apresentada uma análise dos levantamentos de 1994, 2004 e 2008, enfocando o município de Rio Azul. Busca-se apontar para os problemas e pontos positivos apresentados nestes, no que concerne a realidade do município no momento em que foram efetuadas estas pesquisas. A análise se dá com base em dados primários, principalmente entrevistas e também observações efetuadas em campo nas comunidades rio-azulenses, tanto as que aparecem nos levantamentos como também em outras, que por alguma razão não foram apresentadas por eles.

O estudo da Emater (1994), mesmo sendo o primeiro, é aquele em que levanta menos comunidades de faxinais em Rio Azul. Ao analisar os levantamentos posteriores, são observadas comunidades de faxinal que não foram abordadas por este, e que se enquadrariam nos parâmetros que a metodologia da Emater apregoava em 1994. Nota-se, a partir da comparação com os resultados dos estudos posteriores, que este teria sido um levantamento preliminar.

³³ Este estudo é analisado segundo as apresentações de sua metodologia e resultados feitas por Souza (2009a; 2009b).

Neste estudo de 1994 não são citadas as comunidades de Vila Nova e Porto Soares, que apresentam até hoje o faxinal com uso comum, e que posteriormente são apresentadas nos levantamentos de 2004 e 2008. No Quadro 12 pode-se observar as comunidades levantadas no estudo da Emater (1994) em Rio Azul.

Comunidade	Município	Situação quanto à permanência do criadouro
Água Quente dos Meiras	Rio Azul	Favoráveis
Rio Vinagre	Rio Azul	Favoráveis
Lageado dos Mellos	Rio Azul	Favoráveis
Taquari dos Ribeiros	Rio Azul	Favoráveis
Rio Azul dos Soares	Rio Azul	Dividido
Marumbi dos Elias	Rio Azul	Dividido

Fonte: EMATER (1994). Org.: SOARES, J. G.

Quadro 12 - Comunidades de faxinal em Rio Azul levantadas pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - Emater em 1994

Das comunidades apresentadas no Quadro 12, as de Rio Vinagre, Marumbi dos Elias e Rio Azul dos Soares não possuem mais a forma de uso comum, portanto, mantendo-se os critérios do levantamento da Emater para hoje, estas não seriam mais enquadradas como faxinais.

Vale apontar que mesmo havendo discrepância entre os dados levantados de 1994 e o que se apresentava em Rio Azul, o estudo foi importante e bastante detalhado quando trata de conhecer a comunidade nos aspectos do criadouro comum, número de cada tipo de animais/aves criados à solta, questões referentes à extração de erva-mate e madeira, assim como, dos pontos positivos e negativos que cada comunidade enfrentava.

O estudo é pertinente, também, no que se refere à sua base para pesquisas posteriores, apresentando questionamentos, e por ser o primeiro levantamento desta natureza, através do qual se pode inferir sobre diversas situações e transformações ocorridas nas comunidades, se comparados seus dados aos estudos posteriores, da mesma temática, do IAP (2004) e APF (2008).

Já o trabalho do IAP, apresentado por Marques (2004), como é bem apontado, foi um levantamento preliminar, fato que não o exime de avaliação. Também apresenta falta de dados sobre as comunidades, assim como dados

incoerentes, como no caso da comunidade de Vila Nova em Rio Azul. Para o autor, esta teria deixado de possuir o criador comunitário, contudo, em pesquisa de campo, nota-se a existência não só de um, mas de dois espaços de criação em comum nesta comunidade, com Mata com Araucária bastante preservada.

Marques (2004) enquadrou esta comunidade como remanescente de faxinal, como se apresentasse somente paisagem com Araucária, portanto, uma classificação incorreta. Ele divide as comunidades de Rio Azul em duas tipologias, aquelas em que permanece o uso comum (Quadro 13), e as que permanecem com a paisagem da Mata de Araucária, remanescente de faxinal (Quadro 14).

Comunidade	Município	Situação do criadouro e conservação ambiental
Lageado dos Mellos	Rio Azul	Boa
Taquari	Rio Azul	Boa a regular
Água Quente dos Meiras	Rio Azul	Boa a regular
Rio Azul dos Soares	Rio Azul	Regular a ruim

Fonte: Marques (2004). Org.: SOARES, J. G.

Quadro 13 - Comunidades de faxinal em Rio Azul levantadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP em 2004

No Quadro 13 estão apresentadas as comunidades que permaneciam com o criadouro comunitário ativo no município, estes dados estão corretos, porém, falta a comunidade de Vila Nova, que consta no Quadro 14 das comunidades remanescentes de faxinal, que não teriam o criadouro ativo já em 2004.

Comunidade	Município	Situação do criadouro e conservação ambiental
Rio Vinagre	Rio Azul	Boa
Marumbi dos Elias	Rio Azul	Ruim
Vila Nova	Rio Azul	Ótima

Fonte: Marques (2004). Org.: SOARES, J. G.

Quadro 14 - Comunidades remanescentes de faxinal em Rio Azul levantadas pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP em 2004

De toda forma, quanto à realidade das comunidades de Rio Azul no que se refere às comunidades remanescentes de faxinal com a paisagem com Araucária, pode-se afirmar que a pesquisa foi bastante falha, pois, por meio de pesquisa de

campo efetuada na zona rural do município, pode-se apontar várias outras comunidades com estas características até os dias de hoje.

Ao se analisar o levantamento da APF (2008), são apresentadas mais duas comunidades de faxinal, sendo estas as de Porto Soares e Invernada, as quais se enquadrariam enquanto remanescentes de faxinal com a paisagem com Araucária, segundo os parâmetros de Marques (2004). Estas comunidades tiveram o criadouro extinto na mesma época que as duas comunidades apontadas por Marques (2004) como remanescente de faxinal, como é o caso das de Rio Vinagre, que ainda permanece com as mesmas características de remanescente, e a de Marumbi dos Elias, que hoje está descaracterizada, predominando os monocultivos de soja, milho e reflorestamentos.

Sobre o estudo de Marques (2004), cabe ressaltar que é bastante relevante, por vir a ser um trabalho de base, bastante buscado e utilizado por inúmeros pesquisadores da temática faxinal. Apresenta um panorama, até certo ponto, coerente sobre a situação dos faxinais no Paraná, mostrando, como vinha se dando a desagregação deste modo vida. A pesquisa efetuada, tendo em vista a base metodológica que Marques (2004) se propõe a aplicar, chega aos objetivos propostos. Bastante ciente o autor sempre afirma, que seus dados são preliminares, pois o levantamento teve essa natureza.

Os trabalhos da Emater (1994) e de Marques (2004) tomam o criadouro comum como espaço de análise e como caráter identificador do “faxinal” ou “sistema faxinal”. Uma vez o mesmo não existindo mais, os estudos desconsideravam as comunidades, tomando aquele espaço como de uma comunidade de agricultores individuais, sem as características de faxinal, ou ainda no caso de Marques (2004), enquadrando a comunidade enquanto remanescente de faxinal com Mata de Araucária.

Contudo, ao partir para o estudo da APF (2008), nota-se que o mesmo é mais abrangente, pois analisa o faxinal dentro de outros enfoques, não só no que se refere ao criadouro em suas características econômicas e espaciais. A análise parte em busca de levantar as manifestações culturais inerentes aos faxinalenses, e as resignificações e reestruturações ocorridas nestas comunidades, que se adaptam às diversas dinâmicas e conflitos que operaram e obrigaram os faxinalenses a criar novas formas de manter viva sua cultura e tradição secular (SOUZA, 2009a).

Neste sentido, a APF, na sua análise nas comunidades, levanta as manifestações que se configuram enquanto uma forma de manter a tradição através da adaptação aos novos contextos impostos às comunidades faxinalenses. Para isso, se elencam e criam novas categorias de faxinal, com base nas manifestações humanas de adaptação ao espaço, que é modificado em diversas ocasiões contra o anseio da comunidade, mas, mesmo assim, apresenta formas de manutenção através de mudanças e ressignificações, que indelevelmente são observadas no espaço organizado.

Sendo assim, o levantamento da APF (2008) apresenta 4 categorias de faxinal³⁴. O levantamento, naturalmente, por ter mais categorias de análise e enquadramento, e por se basear em um conceito mais abrangente, apresentou um número maior de faxinais em Rio Azul, como se pode observar no Quadro 15.

Comunidade	Município	Posição
Água Quente dos Meiras	Rio Azul	2
Lagado dos Mello	Rio Azul	2
Taquari	Rio Azul	2
Rio Azul dos Soares	Rio Azul	3
Porto Soares	Rio Azul	3
Invernada	Rio Azul	4
Vila Nova	Rio Azul	2

Fonte: Souza (2009b, p. 120). Org: SOARES, J. G.

Quadro 15 - Comunidades de faxinal em Rio Azul levantadas pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses - APF 2008

Em observação em campo no município de Rio Azul, pôde-se conhecer as comunidades apontadas no levantamento da APF, e assim, foi possível assimilar qual era a abrangência dos critérios de enquadramento, ou seja, das posições propostas. Importante afirmar que das comunidades apresentadas no Quadro 15, verificou-se em campo que duas comunidade apresentaram mudanças, sendo estas as de Rio Azul dos Soares e Porto Soares, onde o criadouro comum foi extinto, passando agora, como pôde-se inferir, à posição 4, em virtude da piqueteação. As demais comunidades apresentam-se na mesma situação, ou seja, 4 na posição 2 (Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mello, Taquari e Vila Nova), e uma na

³⁴ São as seguintes: posição 1: criadouro com uso comum aberto; posição 2: criadouro comum cercado com criações altas (bovinos, muares, cavalari) e baixa (aves, suínos, caprinos); posição 3: criadouro comum cercado com uso restrito, somente com criações altas (bovinos, muares, cavalari); posição 4: faxinal sem uso comum, com as criações criadas em poteiros e manguieirões.

posição 4 (Invernada). No entanto, o estudo também apresenta problemas, pois na pesquisa de campo no município de Rio Azul detectou-se que existem outras comunidades, além das apresentadas pela APF, que se enquadrariam nas posições 3 e 4.

Desta forma conclui-se que os estudos até o momento efetuados e analisados, não apresentam dados que condigam com a realidade das comunidades faxinalenses do município de Rio Azul. Sendo assim, buscou-se atualizar estes dados no município, de acordo com os critérios de cada levantamento, enquadrando as comunidades e apontando para a realidade destas hoje.

Primeiramente, levantou-se quais comunidades em sua gênese tiveram a forma de organização em faxinal. Posteriormente, estas foram analisadas, a partir de trabalho em campo, utilizando-se de técnicas de observação e entrevistas. Com isso, pôde-se chegar aos resultados, que estão explicitados no Quadro 16.

Comunidade	Emater (1994)	Marques (2004)	APF (2008) por posições
Água Quente de Cima	-	Remanescente	4
Água Quente do Baú	-	Remanescente	4
Água Quente dos Domingues	-	Remanescente	4
Água quente dos Meiras	Faxinal Ativo	Faxinal Ativo	2
Água Quente dos Rosas	Faxinal Ativo	Faxinal Ativo	3
Areia Branca	-	Remanescente	4
Barra da Cachoeira	-	Remanescente	4
Barra do Rio Azul	-	Remanescente	4
Braço do Potinga	-	Remanescente	4
Butiazal	-	Remanescente	4
Colônia Cachoeira	-	Remanescente	4
Cachoeira dos Paulistas	-	Remanescente	4
Charqueada/Cortiça	-	Remanescente	4
Faxinal dos Elias	-	Remanescente	4
Faxinal de São Pedro	-	Remanescente	4
Faxinal dos Lima	-	Remanescente	4
Faxinal dos Moura	-	Remanescente	4
Faxinal dos Paula	-	Remanescente	4
Invernada	-	Remanescente	4
Lageado dos Mello	Faxinal Ativo	Faxinal Ativo	2
Marumbi dos Elias	-	Comunidade de Agricultores	4
Palmeirinha	-	Remanescente	4
Marumbi dos Ribeiros	-	Remanescente	4
Pinhalzinho	-	Remanescente	4
Porto Soares	-	Remanescente	4
Rio Azul de Cima	-	Remanescente	4
Rio Azul dos Soares	-	Remanescente	4
Rio Vinagre	-	Remanescente	4
Salto Braço do Potinga	-	Remanescente	4

Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: SOARES, J. G.

(Continua)

Quadro 16a - Situação atual das comunidades rurais de Rio Azul com base nos mesmos critérios dos levantamentos de 1994, 2004 e 2008

Comunidade	Emater (1994)	Marques (2004)	APF (2008) por posições
Serra Azul	-	Remanescente	4
Soares	-	Remanescente	4
Taquari dos Ribeiros	Faxinal Ativo	Faxinal Ativo	2
Vila Nova	Faxinal Ativo	Faxinal Ativo	2

Fonte: Pesquisa de Campo. Org.: SOARES, J. G.

(Conclusão)

Quadro 16b - Situação atual das comunidades rurais de Rio Azul com base nos mesmos critérios dos levantamentos de 1994, 2004 e 2008

Quanto ao estudo da Emater (1994), nota-se que se este fosse efetuado hoje, ele deveria apresentar seis comunidades de faxinal. Este estudo considerava somente comunidades que tinham o criadouro comum cercado ativo.

No que concerne a Marques (2004), este teria, na atualidade, cinco comunidades que seriam abordadas pelo critério do levantamento de 1994, na categoria criadouro comum ativo. Isto incluindo a comunidade de Vila Nova, levantada pelo estudo em 2004 de forma incorreta, que se mantém até hoje com criadouro comum ativo, além da comunidade de Água Quente dos Rosas, que não havia sido citada em nenhum dos levantamentos, e que permanece com criadouro para criação alta. Já na categoria de remanescente, entrariam 27 comunidades. A comunidade de Marumbi dos Elias, que foi abordada pelo estudo de 1994, hoje se encontra tomada por monocultivos, feitos por grandes proprietários. Ela hoje entra na terceira categoria de Marques (2004), sendo uma “comunidade de agricultores individuais”.

Quanto aos dados referentes à aplicação do enquadramento das comunidades segundo a APF (2008), pode-se salientar diversos pontos. Foi levantada mais uma comunidade que se enquadrava na posição 3, no caso, faxinal com uso comum restrito, somente para criação alta. Trata-se da Água Quente dos Rosas. Na posição 2 a situação de 2008 mantém-se. Para as comunidades na posição 3, apresentadas em 2008, ocorreram mudanças no que concerne a de Rio Azul dos Soares e Porto Soares. Estas deixariam de ser enquadradas como tendo uso comum e passariam à posição 4, de faxinal sem uso comum. É na posição 4, de faxinal sem uso comum, que os números são mais divergentes. Pode-se identificar hoje em Rio Azul 28 comunidades nesta posição, variando as características, algumas somente com os piquetes/potreiros ativos e outras, a maior parte, tendo os mangueirões para criação de suínos.

Nota-se, portanto, um grande número de comunidades em Rio Azul que mantêm as características de remanescentes, ou seja, comunidades que no passado tinham o uso comum, mas que hoje possuem uso restrito. Trata-se, desta forma, de comunidades rurais que em sua gênese eram faxinais.

A análise e atualização dos levantamentos não tiveram como objetivo a simples crítica, mas sim a discussão de suas metodologias, assim como, buscar apresentar a situação das comunidades rurais de Rio Azul nos dias de hoje, estas que em sua gênese eram faxinais. Assim, tendo efetuado a apresentação das comunidades de Rio Azul abordadas pelos levantamentos sobre os faxinais no Paraná, passa-se agora para uma análise mais profunda das dinâmicas ocorridas em 10 comunidades.

4.2 DINÂMICA TEMPOROESPACIAL DAS COMUNIDADES FAXINALENSES NO MUNICÍPIO DE RIO AZUL

O objetivo desta seção é apresentar as dinâmicas temporoespaciais que ocorreram nas comunidades de faxinal de Rio Azul, a partir do estudo de suas mudanças no que concerne a forma de organização e uso do solo, bem como, as estruturas e padrões de povoamento. Toma-se como recorte temporal os anos de 1960 e 2011, analisando-se as transformações do período.

Das trinta comunidades rurais existentes em Rio Azul, tomaram-se para aprofundamento de estudo dez comunidades³⁵, sendo estas: Água Quente dos Meiras, Invernada, Lageado dos Mello, Marumbi dos Elias, Porto Soares, Rio Azul dos Soares, Rio Vinagre, Salto Braço do Potinga, Taquari dos Ribeiros e Vila Nova. A localização das comunidades pode ser observada na Figura 10.

³⁵ As comunidades tomadas para estudo foram apresentadas nos levantamentos já analisados na subseção 4.1 (EMATER, 1994; MARQUES, 2004; APF, 2008). Cabe salientar que para formar um grupo de dez comunidades, foi escolhida aleatoriamente mais uma, dentre as demais comunidades não abordadas nos levantamentos sobre os faxinais, sendo esta a de Salto Braço do Potinga.

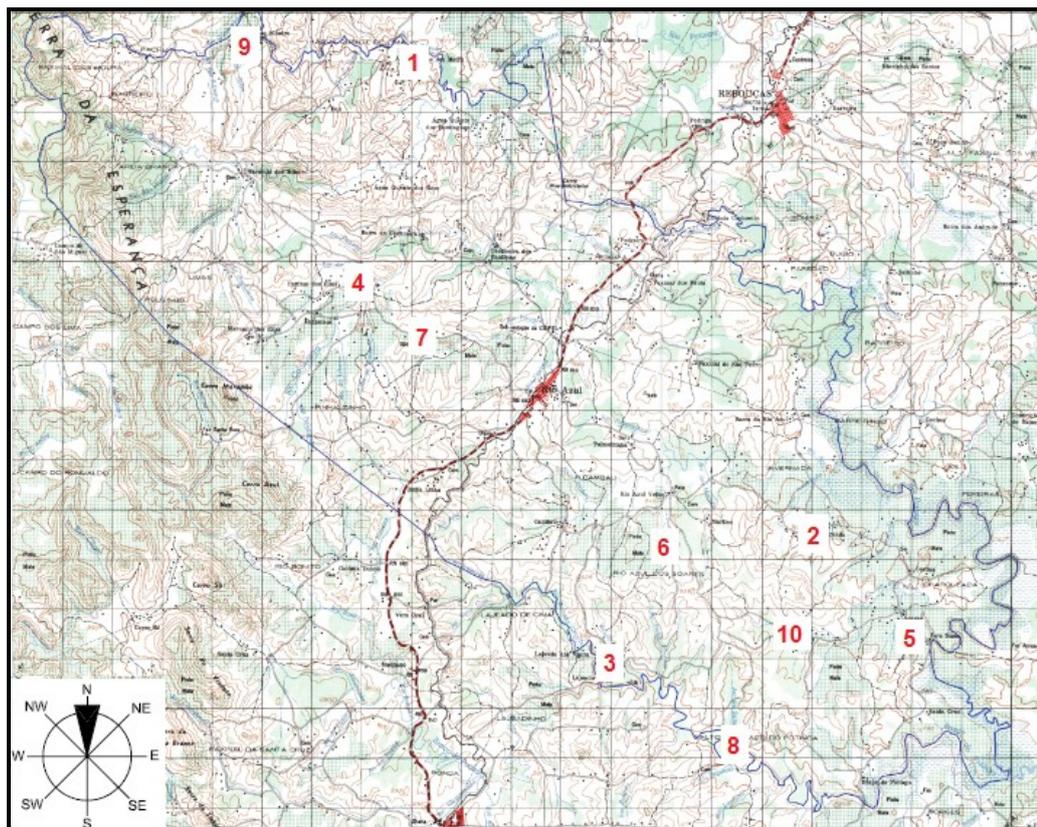


Figura 10 - Localização das comunidades rurais tomadas para estudo no município de Rio Azul

Legenda:

 Delimitação do município de Rio Azul.

1 – Água Quente dos Meiras; **2** – Invernada; **3** – Lageado dos Mello; **4** – Marumbi dos Elias; **5** – Porto Soares; **6** – Rio Azul dos Soares; **7** – Rio Vinagre; **8** – Salto Braço do Potinga; **9** – Taquari dos Ribeiros; **10** – Vila Nova.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973). Org.: SOARES, J. G.

Esta seção está dividida em duas partes. A primeira tem por objetivo apresentar dados sobre a origem das comunidades, suas atividades e situação quanto ao criadouro, caracterizando e contextualizando as comunidades rurais aqui objeto de estudo. A segunda parte versa sobre a análise dos padrões e dinâmicas de povoamento das comunidades entre 1960 e 2011.

4.2.1 Caracterização das dez comunidades objeto de estudo

As comunidades aqui tomadas para estudo apresentam muitos aspectos similares, o que leva as mesmas, muitas vezes, a passarem por dinâmicas parecidas desde sua gênese. Todas estas comunidades tiveram terras de uso comum para criação, que passaram por transformações, desde o período em que o criadouro comum era aberto e as terras de planta eram cercadas. A partir de 1920, um ato da Prefeitura Municipal cria nas comunidades rurais os quarteirões, que seriam na verdade a gênese em Rio Azul do espaço de criação comum cercado,

tendo-se núcleos residenciais em cada quarteirão, e fora desta área cercada as terras de planta.

A princípio estas comunidades tinham como atividades principais o trabalho com a extração da erva-mate, que se configurou até a década de 1960, como principal fonte de renda. Tinham ainda no corte da madeira e venda desta, outra fonte de renda. Contudo, o esgotamento das reservas de Araucárias e Imbuías, que eram as que mais interessavam aos madeireiros, fez com que se encerrasse o ciclo madeireiro mais próspero das comunidades rurais, isso por volta de 1950, quando as serrarias do interior do município foram fechadas, permanecendo apenas algumas na área urbana, contudo, já trabalhando com os remanescentes de mata que ainda existiam. Importante frisar que o corte da madeira vinha de encontro com a necessidade de “limpar a terra” para poder torná-la agricultável, o que foi um dos principais fatores do desmatamento, certamente, aliado ao rendimento obtido com a comercialização do produto.

As comunidades, além da erva-mate e da madeira, tinham uma fonte de renda na criação de suínos, os quais eram comercializados principalmente com empresas localizadas em União da Vitória e Curitiba, que trabalhavam na produção de banha, já que não existia óleo de soja e outros na abundância que se tem hoje, no lugar destes, era utilizada a banha de suíno para o preparo de alimentos. Aliado a estes trabalhos, os membros das comunidades praticavam uma agricultura de subsistência, com o plantio de arroz, feijão, trigo, centeio, milho para o trato dos animais, e ainda a batata, que foi a principal cultura nas décadas de 1930 e 1940.

Cabe salientar que os excedentes da produção de alimentos eram vendidos para negociantes que trabalhavam na área urbana, com seus armazéns. Parte era revendida no município, e também seguiam grandes quantias, via estrada de ferro, para Curitiba e União da Vitória, onde havia empresas de armazenamento.

Havia também nas comunidades analisadas a existência de barbaquás para o trabalho de beneficiamento da erva-mate, já que a produção era grande e por não existir em Rio Azul, até a década de 1950, nenhuma empresa que efetuasse esse beneficiamento, estes eram muito utilizados. Além disso, existiam moinhos para moagem do trigo, centeio, além dos monjolos para moagem do milho, para fazer canjica, biju e outros. Essa foi uma peça que adentrou no município por influência dos caboclos.

Tendo todas estas atividades e dinâmicas, pode-se apontar que o desenvolvimento pelo qual passou o município de Rio Azul desde sua gênese, se deve em grande parte ao transporte ferroviário e fluvial, e também aos imigrantes que ali chegaram. Com o passar do tempo, aqueles espaços de matas virgens transformaram-se em comunidades, movimentando a economia local.

O transporte ferroviário foi o grande fator de impulso para a criação do município, pois possibilitou a vinda de imigrantes, a instalação de empresas, possibilitando o escoamento da produção. Não deixando ainda de apontar para o segundo modal de transporte que existia na porção a leste da área urbana, o dos navios a vapor, que teve sua importância, influenciando na criação de algumas comunidades e no desenvolvimento destas.

Quanto aos imigrantes, ao analisar o Quadro 17, onde se apresenta uma caracterização das comunidades, nota-se que elas tiveram e têm grande influência destes, tanto poloneses, ucranianos, como italianos. Eles chegaram, principalmente, entre 1885 e 1930 em Rio Azul. Nas dez comunidades aqui analisadas, há grande presença de poloneses, como pode-se inferir na segunda coluna do quadro.

Nas comunidades de Porto Soares e Rio Azul dos Soares os imigrantes encontraram uma população considerável de caboclos já residindo. Em outras seis comunidades quando eles chegaram também encontraram caboclos, porém, em pequeno número. Somente nas comunidades de Rio Vinagre e Salto Braço do Pottinga os imigrantes não encontram os caboclos residindo previamente.

Nome da comunidade	Nº de habitantes poloneses em 1980 ¹	Nº de habitantes em 2010 ²	Origem ³	Principais atividades até 1960 ⁴	Principais atividades entre 1960 e 2011 ⁴	Estrutura de povoamento ⁵
Água Quente dos Meiras (1)	24 famílias; 170 habitantes.	96 famílias; 229 habitantes.	1890 – 1900 Faxinalenses Caboclos; 1900 – 1910 Poloneses.	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de trigo, centeio, arroz, feijão, batata; moinho; barbaquás; e serraria.	Faxinal ativo; pequena extração de erva-mate; plantio de tabaco (principal atividade); plantio para consumo; criação de animais para tração e consumo.	1966 e 2011: Aldeia nucleada.
Invernada (2)	20 famílias; 100 habitantes.	105 famílias; 335 habitantes.	1870 – 1885; Faxinalenses Caboclos.	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de feijão, milho, trigo, centeio, batata; moinhos; e barbaquás.	Pequena extração de erva-mate; plantio de tabaco (principal atividade); plantio para consumo; monocultivo de soja; reflorestamentos de pinus e eucalipto; criação de animais para tração e consumo.	1966: Aldeia nucleada; 2011: Aldeia linear e nucleada
Lageado dos Mello (3)	6 famílias; 30 habitantes.	70 famílias; 187 habitantes.	1870 – 1880 Faxinalenses Caboclos; 1910 – 1920 Poloneses ⁶ .	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de trigo, centeio, arroz, feijão, batata; barbaquás; e monjolo.	Faxinal Ativo; extração de erva-mate; plantio de tabaco (principal atividade); plantio para consumo; criação de animais para tração e consumo.	1966 e 2011: Aldeia linear.
Marumbi dos Elias (4)	15 famílias; 90 habitantes.	107 famílias; 263 habitantes.	1890 Faxinalenses Caboclos 1900 – 1910 Ucrânicos Poloneses	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de feijão, milho, trigo, centeio, batata; moinhos; barbaquás; monjolos; e agricultura de subsistências.	Pequena extração de erva-mate; monocultivos de soja e milho reflorestamentos pinus e eucalipto; plantio de tabaco; criação de animais para tração e consumo.	1966: Aldeia nucleada; 2011: Aldeia linear.

(Continua)

Quadro 17a - Caracterização das comunidades faxinalenses do Município de Rio Azul – dez exemplos

Notas:

1 - Dados com base em Valascki e Wzorek (1988).

2 - Dados com base em Rio Azul (2010).

3 - Dados levantados por meio de entrevistas, agregados a informações contidas em Martynetz (1973) e Valascki e Wzorek (1988).

4 - Dados levantados por meio de entrevista com membros das comunidades.

5 - Observação, trabalho em campo e análise dos recortes de 1966 e 2010 de cada comunidade.

6 - Ferreira (2008, pp. 50-52).

7 - Barbosa (2007, p. 68).

Org.: SOARES, J. G.

Nome da comunidade	Nº de habitantes poloneses em 1980 ¹	Nº de habitantes em 2010 ²	Origem ³	Principais atividades até 1960 ⁴	Principais atividades entre 1960 e 2011 ⁴	Estrutura de povoamento ⁵
Porto Soares (5)	12 famílias; 80 habitantes.	96 famílias; 293 habitantes.	1870 – 1885 Faxinalenses Caboclos.	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de feijão, milho, trigo, centeio, batata; moinhos, barbaquás; monjolos; e agricultura de subsistência.	Pequena extração de erva-mate; monocultivos de soja e milho; reflorestamentos de pinus e eucalipto; plantio de tabaco (principal atividade); criação de animais para tração e consumo.	1966 e 2011: Aldeia linear.
Rio Azul dos Soares (6)	44 famílias; 235 habitantes.	170 famílias; 371 habitantes.	1870 – 1895; Faxinalenses Caboclos. 1910-1920 Poloneses.	Faxinal ativo; extração de madeira e erva-mate; cultivo de batata; moinhos; barbaquás; monjolos; serraria; e agricultura de subsistência.	Pequena extração de erva-mate; plantio de tabaco (principal atividade); monocultivos de soja e milho; reflorestamento de eucalipto; e criação de animais para tração e consumo.	1966: Aldeia nucleada; 2011: Aldeia linear e nucleada.
Rio Vinagre (7)	65 famílias; 365 habitantes.	70 famílias; 219 habitantes.	1900 – 1910; Faxinalenses Poloneses.	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de batata, trigo, centeio; e agricultura de subsistência.	Pequena extração de erva-mate; plantio de tabaco (principal atividade); agricultura de subsistência; criação de animais para tração e consumo.	1966: Aldeia nucleada e linear; 2011: Aldeia linear.
Salto Braço do Potinga (8)	20 famílias; 120 habitantes.	45 famílias; 180 habitantes.	1900 – 1910; Faxinalenses poloneses e ucranianos.	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de batata, trigo e centeio; e agricultura de subsistência.	Pequena extração de erva-mate; plantio de tabaco; criação de animais para tração e consumo; plantio de pinus e eucalipto; e agricultura de subsistência.	1966: Aldeia nucleada; 2011: Aldeia linear.

(Continuação)

Quadro 17b - Caracterização das comunidades faxinalenses do Município de Rio Azul – dez exemplos

Notas:

1 - Dados com base em Valascki e Wzorek (1988).

2 - Dados com base em Rio Azul (2010).

3 - Dados levantados por meio de entrevistas, agregados a informações contidas em Martynetz (1973) e Valascki e Wzorek (1988).

4 - Dados levantados por meio de entrevista com membros das comunidades.

5 - Observação, trabalho em campo e análise dos recortes de 1966 e 2010 de cada comunidade.

6 - Ferreira (2008, pp. 50-52).

7 - Barbosa (2007, p. 68).

Org.: SOARES, J. G.

Nome da comunidade	Nº de habitantes poloneses em 1980 ¹	Nº de habitantes em 2010 ²	Origem ³	Principais atividades até 1960 ⁴	Principais atividades entre 1960 e 2011 ⁴	Estrutura de povoamento ⁵
Taquari dos Ribeiros (9)	79 famílias; 180 habitantes.	20 famílias; 110 habitantes.	1890 – 1900 Faxinalenses Caboclos ⁷	Faxinal ativo; extração de erva-mate e madeira; cultivo de feijão, milho, trigo, centeio e batata; moinhos; barbaquás; monjolos; serraria; e agricultura de subsistência.	Faxinal ativo; extração de erva-mate; plantio de tabaco (principal atividade); plantio para consumo; criação de animais para tração e consumo.	1966: Aldeia linear; 2011: Aldeia linear e nucleada.
Vila Nova (10)	20 famílias; 120 habitantes.	80 famílias; 210 habitantes.	1890 – 1910 Faxinalenses Caboclos; 1900 – 1910 poloneses, ucranianos e italianos.	Faxinal ativo; extração de madeira e erva-mate; cultivo de batata; moinhos; barbaquás; serraria; e agricultura de subsistência.	Faxinal Ativo; extração de erva-mate; plantio de tabaco (principal atividade); plantio para consumo; criação de animais para tração e consumo.	1966 e 2011: Aldeia linear.

(Conclusão)

Quadro 17c - Caracterização das comunidades faxinalenses do Município de Rio Azul – dez exemplos

Notas:

1 - Dados com base em Valascki e Wzorek (1988).

2 - Dados com base em Rio Azul (2010).

3 - Dados levantados por meio de entrevistas, agregados a informações contidas em Martynetz (1973) e Valascki e Wzorek (1988).

4 - Dados levantados por meio de entrevista com membros das comunidades.

5 - Observação, trabalho em campo e análise dos recortes de 1966 e 2010 de cada comunidade.

6 - Ferreira (2008, pp. 50-52).

7 - Barbosa (2007, p. 68).

Org.: SOARES, J. G.

A partir da chegada dos imigrantes, as comunidades passaram a ter grande influência das práticas que estes traziam de seus países de origem³⁶ e que começaram a transformar as formas de trabalho e as relações sociais nas mesmas. Uma das principais influências se refere ao cercamento/delimitação das propriedades adquiridas pelos imigrantes, algo contrário à lógica de vivência dos caboclos, pois estes normalmente cercavam apenas um espaço próximo a casa para fazer um quintal.

O uso comum da terra pelos caboclos parece ter grande influência da cultura indígena³⁷, na qual não havia a ideia de propriedade privada, mas sim de propriedade coletiva, onde todos partilhavam do que lhes pertencia (CAMPOS, 2011). De toda forma, nas comunidades analisadas, nota-se, até os dias de hoje, traços das culturas étnicas dos países de origem dos imigrantes, embora, já bastante hibridizados, o que caracteriza a cultura do meio rural de Rio Azul e da região como um todo.

Tendo passado os ciclos econômicos da erva-mate e da madeira, as comunidades vão aderindo gradativamente a produção de tabaco, este que representa, atualmente, a principal fonte de renda no meio rural. Nota-se ainda a presença de alguns grandes proprietários de terra nas comunidades de Marumbi dos Elias, Invernada, Rio Azul dos Soares e Porto Soares, que trabalham com monocultivos de soja e milho, além da presença de reflorestamentos de pinus e eucalipto.

³⁶ Aliada a essa concepção de propriedade privada dos imigrantes, ocorre o fato da transformação do Brasil Império em República, o que também iria atingir as formas de uso comum da terra. Segundo Campos (2011, pp. 257-258), “Com a constituição de 1981, os Estados passaram a organizar seu governo e administração. Muitos dos aspectos jurídicos relativos a questão da terra foram alterados”. Assim, os Estados passam a desenvolver sua “[...] política de concessão de terras, começando aí as transferências maciças de propriedades fundiárias para grandes fazendeiros e grandes empresas de colonização interessadas na especulação imobiliária. Esse processo caracterizou principalmente os Estados do Sul e do Sudeste” (MARTINS, 1983, *apud*, CAMPOS, 2011, p. 258). Isso também atinge os caboclos, já que quando chegaram os fazendeiros e imigrantes eles não tinham como comprovar a posse das terras, pois não tinham documentos, e como citado não os preocupava a ideia do privado, mas sim do uso comum. Muitos deles são expulsos de seu local de vivência, outros se adaptam a nova lógica, cabendo salientar que também os imigrantes acabam por aprender o modo de organização em faxinal, e passam a usá-lo, uma vez que não há registros de que estes imigrantes o tenham trazido de seu país de origem, mas que tenham aprendido com os caboclos, que teriam sido influenciados pela forma de organização indígena (SAHR, 2005; LÖWEN SAHR e CUNHA, 2005).

³⁷ Como salienta Sahr (2005, p. 5) ao tratar sobre os sistemas agrários no Paraná do século XVIII, os “[...] Faxinais são (eram) assentamentos de caboclos cujas origens estão abertas a especulação”, contudo, esta forma de organização assemelha-se muito “[...] ao sistema de produção ameríndio-jesuítica dos índios Guarani”.

Todas as comunidades analisadas têm em sua paisagem a presença de reflorestamentos, sobretudo de eucalipto, mesmo naquelas onde existem grandes áreas de remanescentes da Mata com Araucária. Isso ocorre devido à necessidade de lenha para secagem do tabaco. Uma exigência das empresas que financiam e compram a produção é a de que os agricultores utilizem madeira extraída de reflorestamentos, pois a madeira nativa, que antes era utilizada como lenha, foi ficando escassa e não é permitida pelos organismos de fiscalização e proteção do meio ambiente.

Quanto ao modo organização nos dias de hoje, o faxinal permanece nas comunidades de Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mello e Taquari dos Ribeiros, as quais estão enquadradas como ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado, que recebem ICMS Ecológico³⁸. Tem-se ainda a comunidade de Vila Nova, que permanece com dois criadouros comuns ativos. Parte dos membros da comunidade, juntamente à Prefeitura Municipal, fez solicitação ao IAP para serem efetuados os tramites para torná-la ARESUR.

Esta forma de organização em faxinal nas comunidades rurais faz com que o viver em comum seja mais efetivo, pois há necessidade de envolvimento entre os seus membros, por se tratar de um sistema de ajuda mútua. Cabe ressaltar, todavia, que a comunidade de Vila Nova, após passar por alguns conflitos e mudanças teve o criadouro extinto, no entanto, se reorganizou e hoje possui duas áreas de criação comum. Os membros estão unidos e se organizam, lutando pela permanência do faxinal, por acharem esta forma de organização profícua para o local onde residem. Nesta comunidade ainda há grande extração de erva-mate, devido à existência de mata preservada.

Nas comunidades citadas que permanecem com o criadouro, sempre ocorrem pequenos conflitos e discussões entre os membros das mesmas, principalmente devido à fuga de animais que acabam invadindo espaços de plantação. De toda forma, há uma boa união entre a maioria dos membros, que são favoráveis quanto à permanência do criadouro, já que eles dependem deste espaço para continuarem criando seus animais.

³⁸ “O ICMS Ecológico é um instrumento de política pública, criado pioneiramente no Paraná, que trata do repasse de recursos financeiros aos municípios que abrigam em seus territórios Unidades de Conservação ou áreas protegidas” (IAP, 2012).

A comunidade de Água Quente dos Meiras possui uma área de criadouro de 215,38 ha e recebeu no ano de 2010 a quantia de R\$ 84.999,07 referente ao ICMS Ecológico (SEMA, 2010, p. 50). De acordo com os dados levantados nas entrevistas, a mesma não apresenta problemas no que se refere ao criadouro, tendo neste criações altas e baixas. Este permanece bem preservado, com uma grande área de Mata com Araucária, cabendo salientar que a maioria dos membros é favorável a permanência do criadouro. Todavia, existem alguns espaços de terra que foram cercados dentro da área de criação por alguns proprietários, onde se observa a presença de estufas para secagem de tabaco nas proximidades das residências das famílias que as utilizam. As cercas que separam terras de criar e plantar estão em bom estado, e no final de 2011, a comunidade recebeu palanques de concreto e tela para arrumá-la onde tivesse problemas. Também receberam sal e vermífugos para o trato dos animais. Estes produtos foram adquiridos com recursos do ICMS Ecológico.

Em Água Quente dos Meiras houve uma iniciativa interessante que não ocorre em outros faxinais de Rio Azul. Com o apoio da Prefeitura Municipal, por meio do Departamento de Turismo, foram desenvolvidas algumas ações com a finalidade de fomentar o turismo rural e gastronômico. Isso vinha se dando desde 2005. Contudo, a partir de 2010, com a saída do responsável pelo Departamento de Turismo de Rio Azul, não foi dado seguimento as ações, já que a pessoa que assumiu o cargo, por algum motivo, deixou de lado os trabalhos que vinham ocorrendo. A comunidade havia se organizado e oferecia passeios pelo faxinal e café colonial, além de almoço típico (DEMBESKI, 2009). Atualmente eles ofertam somente o café colonial quando ocorre a festa em homenagem ao Senhor Bom Jesus, padroeiro da capela da comunidade.

A comunidade de Lageado dos Mello possui uma área de criadouro de 287 ha e recebeu no ano de 2010 a quantia de R\$ 113.263,69 referente ao ICMS Ecológico (SEMA, 2010, p. 50). A comunidade permanece com o criadouro bem preservado, tendo criações altas e baixas. As cercas estão em bom estado, tendo algumas partes que necessitam de reformas. Segundo os depoimentos dos membros, a maioria da comunidade é favorável a permanência do criadouro, apesar de existirem problemas referentes à falta de união quando há necessidade de arrumar as cercas e fazer a viação das estradas. Um ponto negativo é que há a ocorrência no interior do criadouro de um grande número de áreas cercadas onde

foram construídas estufas para secagem de tabaco, além de espaços onde se efetua também a plantação do tabaco. De toda forma, neste criadouro há ainda uma grande reserva de Mata com Araucária, onde ocorre extração de erva-mate.

A comunidade teve problemas no ano de 2006 com a empresa Abbaspel de Porto União (SC) que adquiriu uma área de 40 alqueires de terras dentro do criadouro comum, que era de propriedade da empresa Popasa que foi desativada a cerca de 30 anos. O que ocorre é que a empresa compradora começou a cercar a área adquirida, e isso levou os faxinalenses a buscar uma forma de impedir esta ação que levaria a redução do criadouro (FERREIRA, 2008).

As lideranças da comunidade se reuniram e buscaram ajuda junto ao Conselho Gestor do Território Centro-Sul do Paraná e à Prefeitura Municipal. Assim, efetuou-se uma denúncia (Ação Civil Pública) no Ministério Público da Comarca de Rebouças. O cercamento foi interrompido por uma liminar provisória concedida pela juíza da Comarca de Rebouças em julho de 2006, onde a empresa foi obrigada a retirar as partes de cerca que já havia feito, e liberar os espaços para o acesso dos animais, sob pena de multa (FERREIRA, 2008).

Um fato interessante ocorreu em Lageado dos Mello no ano de 2010. Trata-se de um mutirão para construção de um pavilhão de festas para a Capela da comunidade, que é em homenagem a São João Batista. Para isso teve-se como parte dos recursos financeiros os referentes ao ICMS Ecológico.

A comunidade de Taquari dos Ribeiros, que tem o criadouro com uma área de 220,61 ha, recebeu em 2010 o equivalente a R\$87.063,07 referente ao ICMS Ecológico (SEMA, 2010, p. 50). Segundo os dados levantados por meio das entrevistas, havia graves problemas e conflitos por causa do mal estado de conservação das cercas. No entanto, a comunidade utilizando os recursos do ICMS Ecológico conseguiu efetuar uma reforma nas cercas, utilizando tela e palanques de concreto, e isso fez com que a harmonia, pelo menos em parte, voltasse à comunidade. A maioria dos membros é favorável a permanência do criadouro, mesmo havendo sempre pequenos conflitos entre as famílias. Na área do criadouro encontra-se uma reserva considerável de Mata com Araucária, onde ocorre a extração de erva-mate.

Ainda há certo questionamento por parte dos membros sobre a distribuição dos recursos do ICMS Ecológico, que recai sobre as lideranças da comunidade, onde foi relatado que há certo favorecimento por parte do poder público municipal a

algumas famílias do faxinal. Em conversa na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do município com o responsável por organizar e distribuir os recursos do ICMS ecológico nos faxinais, o mesmo afirma que os recursos são repassados à comunidade e o uso deste fica a cargo dos seus integrantes. A comunidade faz o pedido do que necessita, e estes bens e produtos são entregues a eles para darem o fim que acharem melhor.

Um problema que ocorre nas comunidades onde o criadouro permanece é o grande número de animais criados à solta. Por meio das entrevistas, nota-se certa preocupação por parte dos membros, pois a população no criadouro vem aumentando gradativamente, e assim, as criações também aumentam, todavia, a área do criadouro é mantida ou reduzida.

O crescimento da população também gera uma dinâmica nas comunidades, já que quando se constrói uma nova residência no criadouro, normalmente é cercada uma porção de terras próxima a casa para uso como quintal. Há também aqueles que constroem a estufa para secagem do tabaco no interior do criadouro. O fato é que esse cercamento, mesmo que em pequenas porções, a longo prazo pode ser negativo, pois, se as terras de criar diminuírem muito, as possibilidades de extinção do criadouro aumentam. De toda forma, as comunidades se mantêm, se adaptando às novas lógicas e dinâmicas.

Nas comunidades de Invernada, Marumbi dos Elias, Porto Soares, Rio Azul dos Soares, Rio Vinagre e Salto Braço do Potinga, a estrutura de faxinal com o criadouro comum deixou de existir, efetivando-se a perda dos laços de compadrio que mantinham o espaço comum. Isso trouxe também perdas no que concerne a coerência das comunidades, pois o fim do criadouro comum representou um rompimento de sua coesão social. Estas comunidades apresentam hoje situação de remanescente de faxinal, com a presença de piquetes para criação alta e mangueirões para criação de suínos.

A comunidade de Rio Azul dos Soares vivenciou em 2011 um processo final de desestruturação do faxinal. Com a diminuição gradativa do criadouro comum da localidade, acirraram-se os conflitos, até este ser extinto. O cercamento das propriedades no interior do criadouro comunitário foi o principal fator visível do processo de desestruturação. Para a comunidade, isso foi reflexo de atos de alguns de seus membros, que acabaram por gerar desunião, e o fim do espaço de criação comum.

Outro fato que ocorreu em Rio Azul dos Soares, se referiu a divisão de grandes extensões de terra por herança. Isso levou a um retalhamento do criadouro comum, diversificando os interesses dos proprietários em jogo. Aumentaram os conflitos e até situações criminosas, como a matança de animais por envenenamento entre outros atos.

Houve também uma forte influência por parte do poder público municipal, que sem o consentimento da comunidade derrubou os três portões do criadouro de Rio Azul dos Soares, retirando os trilhos dos mata-burros e tapando as valas onde estes estavam localizados. Esse fato foi o ápice para a já difícil situação que a comunidade vinha enfrentando. Assim, cada família se viu abrigada a fechar seus animais, já que sem os portões e mata-burros os animais poderiam fugir para comunidade vizinhas e invadir áreas de planta, causando danos e criando problemas diversos. Diante disso, a própria comunidade se obrigou a optar pelo fim do criadouro comunitário, mesmo contra a vontade da maioria dos seus membros.

As comunidades de Invernada e Porto Soares passaram por uma dinâmica parecida com a de Rio Azul dos Soares. Invernada deixa de possuir o criadouro na década de 1980, quando o tabaco estava se tornando a principal atividade na área rural. Já em Porto Soares a dinâmica de desestruturação se deu em 2011. O tabaco foi um dos fatores que certamente influenciou na dinâmica de desestruturação destes faxinais, e de muitos outros em Rio Azul. Fato que ocorre é que para a secagem do tabaco, o produtor passa de dois a três dias e noites a cuidar da estufa, com a finalidade de obter boa qualidade no produto. Sendo assim, ter a estufa próxima de sua casa se tornava uma facilidade. Assim, os agricultores começam a cercar suas porções de terra dentro do criadouro, normalmente próxima de sua casa, tendo em vista instalar a estufa para secagem, e também, optam pela derrubada de espaços de mata, que antes eram do criadouro, para torná-los local de plantio do tabaco. A madeira derrubada, em sua maioria, é usada para secagem do tabaco nas estufas.

Isso gera uma dinâmica de transformação do núcleo residencial onde se localizava o criadouro, já que cada novo produtor de tabaco toma a mesma atitude, e com isso, o espaço de criação gradativamente diminui, até não haver mais condições para mantê-lo.

Além disso, as comunidades de Invernada e Porto Soares, são influenciadas pela vinda de agricultores gaúchos. Estes tinham uma lógica diferenciada de uso do

solo, e as áreas de criação em comum não eram de seu interesse. Estes cercam e destocam suas propriedades, gerando mais uma dinâmica para extinção das terras de criar nas comunidades, que aliada as transformações ocorridas pela produção do tabaco, não deixaram outra alternativa, a não ser optar pela forma individual de uso da terra.

A comunidade de Marumbi dos Elias, que teve o criadouro extinto na década de 1990, como pode-se levantar por meio de entrevistas, teve além da influência da dinâmica do tabaco, outro forte fator de desestruturação do criadouro. Na década de 1990, período onde os monocultivos entram de forma mais efetiva no meio rural de Rio Azul, os grandes proprietários optam por tomar suas terras que faziam parte do criadouro e nelas efetuar a destoca, passando a plantar soja e milho, além de pinus e eucalipto.

Os pequenos proprietários de terras de Marumbi dos Elias que aderem a cultura do tabaco mudam sua forma de organização, pois suas terras eram poucas para manter o criadouro. Assim, eles acabam as cercando e nelas, além de residir, tem agora suas estufas de secagem nas proximidades de sua casa. Essa mesma dinâmica ocorre também em Invernada e Porto Soares.

A comunidade de Rio Vinagre, com fortes traços da imigração polonesa, tinha no faxinal a forma de organização e vivência no campo. Este faxinal polonês, todavia, passou por uma dinâmica distinta das outras comunidades, tendo novamente influência do poder público municipal. Entre os anos de 1998 e 2000 foram iniciadas as obras de pavimentação na estrada que corta a comunidade, a qual tornou-se asfaltada. Esta estrada cortava o criadouro comunitário. Sendo assim, o poder público começou a pressionar os membros da comunidade para que fosse extinto o criadouro, já que a presença de animais na rodovia municipal traria perigo aos que ali fossem trafegar, podendo haver acidentes. Isso veio ao encontro de alguns problemas que a comunidade vinha tendo, tais como a falta de união dos membros para a manutenção das cercas e também o problema da existência de um número grande de suínos criados à solta. Estes normalmente escapavam para as terras de planta, causando sérios problemas entre os membros.

Sendo assim, houve iniciativa de alguns membros no sentido de dividir o criadouro em duas partes, uma de cada lado da rodovia. No entanto, como já havia vários problemas, faltou união dos membros para lutar pela causa, e o criadouro foi

extinto. A comunidade apresenta ainda as cercas para criação baixa, remanescente do faxinal, além de Mata com Araucária bastante preservada.

A comunidade de Salto Braço do Potinga até final da década de 1970 preservava a forma de uso comum da terra. Eminentemente polonesa, se configurava enquanto mais um faxinal desta etnia no município, juntamente com a comunidade de Rio Vinagre. O criadouro comunitário era pequeno, se comparado aos outros que foram estudados no município. Os membros denominavam a área de uso comum como magueirão e não como faxinal.

O fato que leva ao final da área de criação em Salto Braço do Potinga, se refere a necessidade de áreas de terra para planta, que passaram a ser alvo de especulação. Assim os membros chegam ao consenso de extinguir a área de criação, para cada um poder se utilizar de suas terras da forma que lhe fosse mais conveniente. Essa decisão transforma as relações na comunidade, onde as de solidariedade e compadrio dão lugar a uma nova forma de convivência mais individualizada. Perdeu-se, desta forma, um traço característico da comunidade, um elo que tornava seus membros mais unidos.

As relações de entre-ajuda e de solidariedade, presentes nestas comunidades que deixaram de possuir o criadouro, foram se reduzindo gradativamente quando os faxinalenses passaram a se subjugar às inter-relações impessoais com as empresas, sobretudo as fumageiras e principalmente a partir da década de 1980. As horas de trabalho se ampliaram e passaram a envolver todos os membros da família, que se viram obrigados a restringir o convívio comunitário. Nestas comunidades ocorre um processo de mudança social, onde se modificam as formas de vida, e com isso, sua forma de organização. O tradicional criadouro comum foi perdendo força, modificando-se até ser extinto.

Nota-se que a partir do momento que começam a ocorrer conflitos nas comunidades, são deixados de lados os processos sociais solidários e de interação, as mudanças vão ocorrendo e a comunidade passa por uma fase de desorganização social. Isso acaba gerando relações antagônicas, contrárias as solidárias, que se davam quando a comunidade tinha uma vivência baseada no seu próprio sentido.

Analisando as várias dinâmicas ocorridas, pode-se inferir que determinadas comunidades tendem a resistir e manter mais as tradições, outras são mais abertas a elementos modernizadores ou sofrem pressões externas mais fortes,

principalmente no que concerne a contextos socioeconômicos. Nos casos de Invernada, Marumbi dos Elias, Porto Soares, Salto Braço do Potinga, Rio Vinagre e Rio Azul do Soares trilharam-se novos caminhos. Existem, todavia, aquelas que tendem a se retraditionalizar, como é o exemplo da comunidade de Vila Nova, que reestruturou seu criadouro comunitário. Tendo ainda as comunidades de Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mello e Taquari dos Ribeiros, que conseguiram manter a forma de vivência com o criadouro desde sua gênese, mesmo tendo passado por diversas transformações.

Essas transformações ocorrem, uma vez que as comunidades não são estáticas, e sim dinâmicas, recebendo influências diversas advindas de contextos externos, que quando adaptadas às lógicas internas e tradicionais, geram efeitos que levam a mudanças na forma de organização que lhes era particular.

Observando o município de Rio Azul, nota-se que o fator de maior influência nas comunidades, que levou a transformações na forma de vivência, diz respeito à entrada da cultura do tabaco nestes contextos tradicionais, transformando aquela agricultura de subsistência, com base local, em uma agricultura subordinada à indústria, que traz aspectos de uma ordem global. Certamente, a necessidade dos agricultores em sobreviver e a falta de alternativas naquele momento, os leva a aderir a esta nova cultura, a qual aos poucos, muda toda a forma de organização e vivência no meio rural.

Hoje, já existe uma iniciativa em teste, que pode levar a uma nova dinâmica no meio rural rio-azulense. Em entrevista com o membro da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, o qual é responsável pelo trabalho com os faxinais, o mesmo apontou sobre a aplicação de projetos piloto³⁹ em 2012, onde estará sendo testada uma nova cultura, que se refere ao trabalho com ervas medicinais. Muitos faxinalenses estão dispostos a aderir a esta cultura, uma vez que ocorreram visitas em comunidades de faxinal dos Municípios de Turvo e Prudentópolis – PR, aonde vem se trabalhando a certo tempo com essa atividade, e essa cultura vem dando certo, o que deixou os faxinalenses confiantes.

Assim, a adesão a produção de ervas medicinais pode levar a uma nova mudança, que ainda não pode ser prevista, mas que poderá beneficiar o meio rural,

³⁹ Estes projetos piloto, primeiramente se darão nas comunidades de Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mello e Taquari dos Ribeiros. Se houver sucesso, a intenção é implementá-los em outras comunidades.

já que poderá fazer com que o tabaco deixe de ser a principal cultura que movimentava o município. Sabe-se que a dependência do município à cultura do tabaco não é positiva, pois com a crise do produto Rio Azul enfrentara sérios problemas de ordem econômica. No entanto, é preciso se analisar de que forma as comunidades irão se transformar a partir da inclusão de novas atividades e culturas no meio rural.

Sendo assim, tendo-se apresentado uma caracterização das comunidades, passa-se agora à análise das transformações e dinâmicas de povoamento, partindo de suas formas e estruturas.

4.2.2 As transformações nos padrões e estruturas de povoamento das comunidades faxinalenses de Rio Azul

Para estabelecimento das estruturas e padrões de povoamento das comunidades em estudo, tomou-se como ponto de partida as tipologias de Smith (1967), Leonard e Clifford (1971), Bertrand (1973), Vasconcelos (1977), Mendras (1978) e Anjos (2009), que foram apresentadas na seção 1.2 deste estudo. Realizou-se também pesquisa de campo em dez comunidades selecionadas, utilizando-se técnicas de observação e entrevistas⁴⁰.

Para elaboração de croquis das estruturas de povoamento foram tomadas por base imagens do Google Earth de 2011. Em parte das comunidades - Água Quente dos Meiras, Porto Soares, Rio Azul dos Soares, Rio Vinagre, Salto Braço do Pottinga e Vila Nova - foi delimitado o criadouro comum por meio de pesquisa em campo acompanhada pelos entrevistados. A delimitação do criadouro da comunidade de Lageado dos Mello foi feita com base em Ferreira (2008, p. 74) e a do criadouro da comunidade de Taquari dos Ribeiros foi feita com base em Barbosa (2010, p. 27). Não é apresentada a delimitação do extinto criadouro comunitário das comunidades de Invernada e Marumbi dos Elias, por não se ter conseguido uma pessoa nas comunidades que pudesse repassar as informações referentes aos espaços/divisas das áreas de criação no passado. De toda forma, foi apontado de forma estimada nos croquis os limites desses criadouros.

⁴⁰ O texto não contém relatos diretos adquiridos através das entrevistas, uma vez que foram agregadas as informações levantadas com a finalidade de apresentar o fenômeno como um todo, e não casos específicos a partir da opinião de cada entrevistado. As informações apresentadas foram inferidas a partir do cruzamento dos dados das entrevistas de cada comunidade. As entrevistas foram tomadas de forma sistemática com membros de cada comunidade, até que se tivesse reunido uma base de dados considerada satisfatória para os objetivos que se buscava alcançar.

Também foi utilizada a Carta Rebouças (BRASIL, 1973)⁴¹. Nesta foram tomados recortes das comunidades em estudo com a finalidade de conhecer e comparar as estruturas de povoamento da década de 1960 com as existentes em 2011.

Assim, segue-se agora com a apresentação dos padrões e estruturas de povoamento das dez comunidades objeto de aprofundamento.

1) Comunidade de Água Quente dos Meiras⁴²

Ao observar os croquis onde se apresenta a comunidade de Água Quente dos Meiras, nota-se a existência de dois núcleos de povoamento tanto em 1966 como em 2011 (Figura 11). Através do croqui de 1966, e também de dados levantados por meio de entrevista, pode-se inferir que no Núcleo 1 estavam presentes os equipamentos comunitários, sendo eles a capela e escola. Nos arredores destes se encontra um aglomerado denso e concêntrico de residências. Além disso, pode-se levantar que as terras de planta não ficavam próximas as residências, e sim, estavam a certa distância do núcleo residencial. Estas características apresentadas se enquadram nas formas de povoamento de aldeia nucleada.

⁴¹ Embora a carta base date de 1973, ela se refere a informações de 1966.

⁴² Vide fotos da comunidade no Anexo 4.

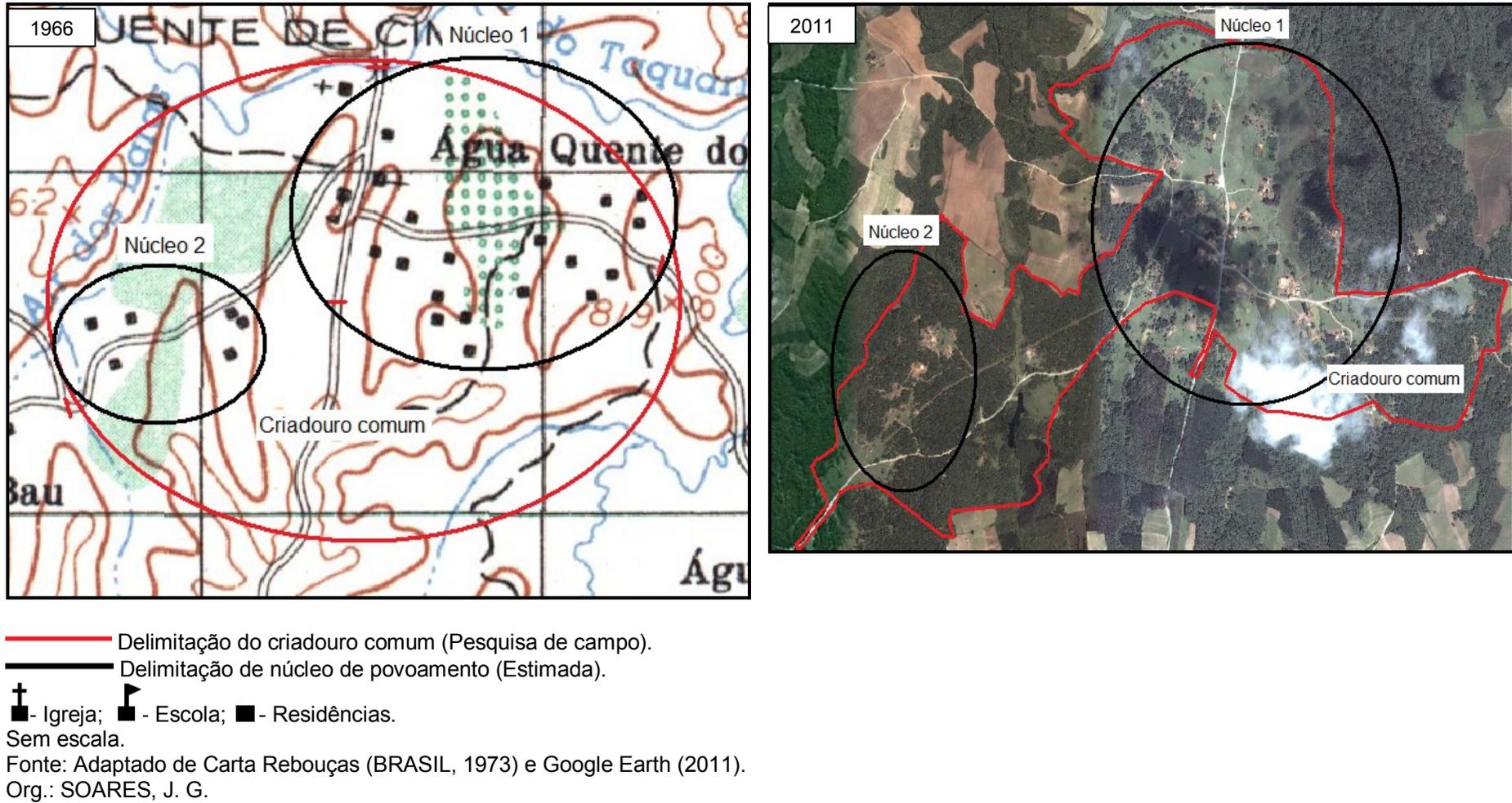


Figura 11 – Croqui da Comunidade de Água Quente dos Meiras em 1966 e 2011

Observando o Núcleo 2 em 1966, bem menor e menos denso se comparado ao Núcleo 1, neste não existia nenhum equipamento de uso comunitário. Quanto a disposição das residências, nota-se que as mesmas estão alinhadas à beira da estrada e do Arroio dos Laras. Neste núcleo, como ocorre no Núcleo 1, as terras de planta também ficam distantes das residências. Isso leva a crer que no Núcleo 2 ocorre uma simbiose, tendo características tanto de aldeia linear, por causa da distribuição das residências, como aldeia nucleada, tendo em vista a localização das terras de planta.

Sendo assim, pode-se considerar que na comunidade em 1966 prevaleciam as características de povoamento de aldeia nucleada, uma vez que o Núcleo 1 é eminentemente nucleado e porque o 2 também apresenta características dessa tipologia.

Passando para a análise do croqui de 2011, pode-se levantar por meio da pesquisa de campo, que no Núcleo 1, além da capela e escola, há presença do posto de saúde municipal e de uma bodega, algo que não ocorria em 1966. Desta forma, tem-se quatro elementos comunitários. Aliado a isso, pode-se observar que a distribuição das residências continua concêntrica aos elementos comunitários. Permanece, desta forma, as mesmas características e formas de povoamento entre 1966 e 2011, configurando o núcleo como aldeia nucleada.

Já o Núcleo 2 apresenta em 2011 um número maior de residências, contudo, a forma de povoamento continua a mesma de 1966. As residências, todavia, continuam próximas ao Arroio dos Laras e a estrada. Quanto as terras de planta, como nota-se no croqui de 2011, estas não se encontram na área do núcleo. Configura, assim, a simbiose de aldeia linear com nucleada.

Contudo, tanto em 1966 como em 2011 prevalece na comunidade a característica de aldeia nucleada, pois o Núcleo 1, maior da comunidade, apresenta essa tipologia de povoamento.

Importante frisar que o Núcleo 1, tanto em 1966 como em 2011, não deixa de apresentar características de aldeia linear, com as residências próximas a estrada e rios. Contudo, a existência dos elementos comunitários, aliada a forma concêntrica e aglomerada de residências nas proximidades destes, faz com que sobressaiam as características de aldeia nuclear sobre as de aldeia linear. Além disso, há mais uma característica de aldeia nuclear presente, que se refere as terras de planta, pois estas estão a certa distância das residências, fazendo com que os

membros da comunidade se desloquem diariamente até estas terras, afim de efetuar seus trabalhos agrícolas.

Fator que pode ser considerado primordial, e que faz com que se configure esta tipologia de povoamento em Água Quente dos Meiras, se refere a permanência do criadouro comum na comunidade. Como salientado no Capítulo 2, onde são caracterizados os faxinais, nestas comunidades as terras de planta ficam fora da área de criação, sendo necessário o deslocamento dos faxinalenses até elas para trabalhar e cuidar de suas culturas. Nota-se na comunidade que nas terras de criar encontram-se os núcleos residenciais, e fora destes as terras de planta.

A estrutura de povoamento poderia ser outra, se por acaso o criadouro houvesse sido extinto. As residências poderiam passar a ser construídas fora da antiga área do criadouro, ou ainda, as terras do antigo criadouro poderiam passar a ser terras para planta, próximas as residências, onde tomaria uma particularidade das estruturas de povoamento lineares.

2) Comunidade de Invernada⁴³

Observando o croqui da comunidade em 1966 (Figura 12), nota-se a presença de dois núcleos. O Núcleo 1 apresenta um grande número de residências, além de nele estarem situados a capela e as escolas da comunidade. As residências estão dispostas nas proximidades destes equipamentos comunitários. Por meio das entrevistas pode-se inferir que as terras de planta dos membros da comunidade ficavam a certa distância das residências. Desta feita, o núcleo apresenta características que se enquadram na tipologia de aldeia nucleada.

⁴³ Vide fotos da comunidade no Anexo 5.

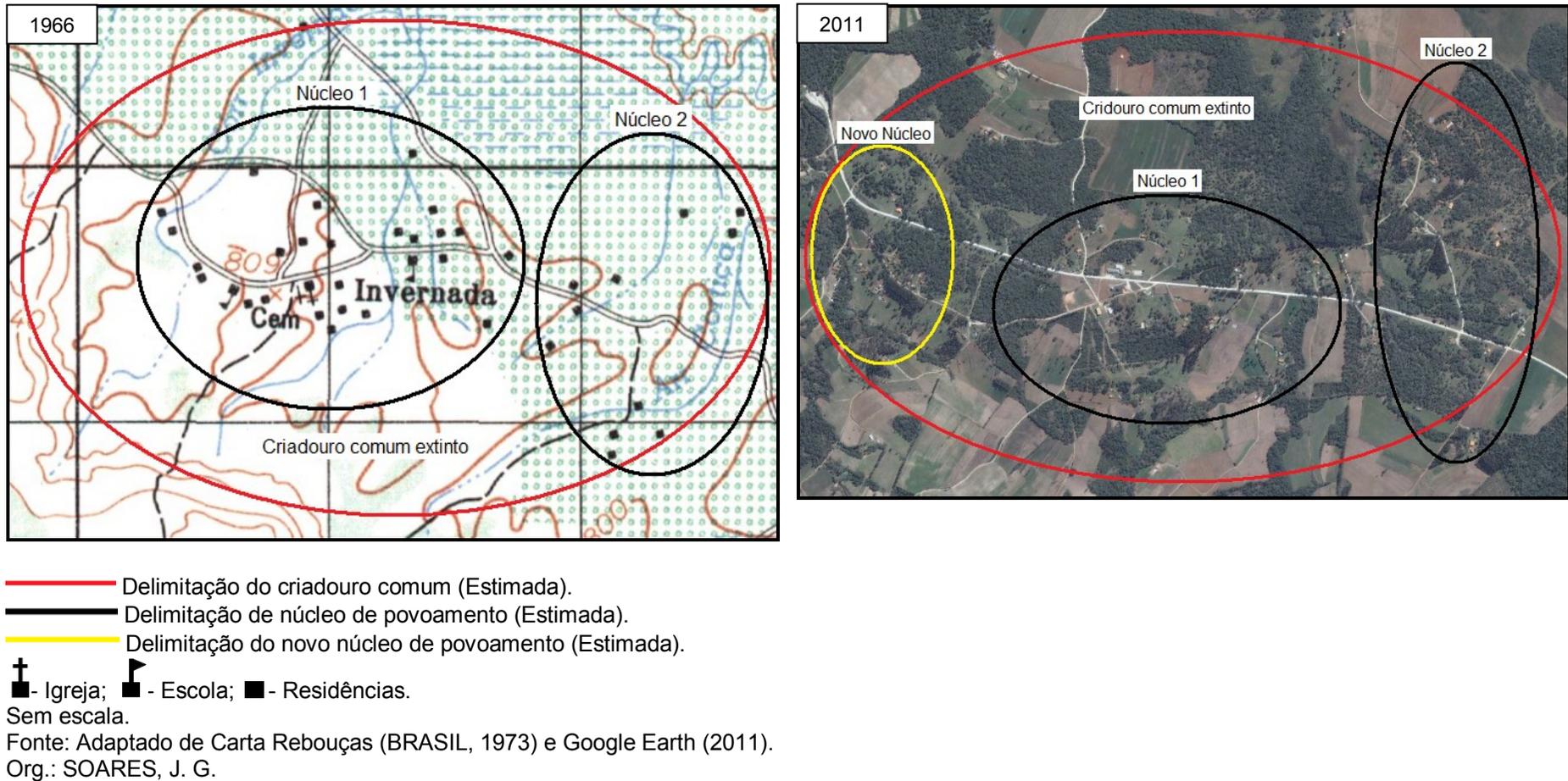


Figura 12 – Croqui da Comunidade de Invernada em 1966 e 2011

Já o Núcleo 2, menor em número de residências, não possui nenhum equipamento comunitário. Neste as residências estão distribuídas próximas aos Rios Invernada e Cortiça, e também na beira das estradas. Quanto as terras de planta, como no Núcleo 1, estão a certa distância, fora do local de moradia. Sendo assim, este núcleo apresenta em 1966 formas tanto de aldeia linear como de nucleada. Observando as características dos núcleos em 1966, prevalecem as formas de aldeia nucleada.

Passando para o croqui de 2011, nota-se que ocorreram algumas mudanças na comunidade. O Núcleo 1 encontra-se bem mais povoado, contudo este povoamento se expandiu nas proximidades dos equipamentos comunitários, onde a mata do antigo criadouro comum foi cortada e transformada em terras de planta e onde estão instaladas diversas estufas para secagem de tabaco. As características de aldeia nucleada permanecem, porém não tão eminentes como em 1966.

A extinção do criadouro gera uma dinâmica no que concernem as terras de planta, estas passam a ocupar também antigas áreas de criação. Os agricultores preferem ter sua terra de plantação próxima da residência em função da facilidade que isso representa. Ali eles instalam suas estufas, e assim não precisam se deslocar diariamente para longe para trabalhar nos lides com a agricultura. Isso leva a estrutura de aldeia nucleada começar se transformar e tomar características de linear.

Mesmo com essa transformação, nota-se em algumas partes do núcleo a presença de Mata com Araucária, remanescente do faxinal extinto, bastante preservada.

O Núcleo 2, como acontece no Núcleo 1, também aumentou em população, se comparado a 1966. Ao observar o croqui, há uma área de mata com características de faxinal, cabendo salientar que esta é remanescente do criadouro extinto. Contudo, esta não foi cortada, pois as terras de planta das famílias que ali residem ficam próximas e, mesmo com as estufas instaladas vizinhas as suas casas neste núcleo, eles se deslocam das terras de planta com o produto (fumo) até as suas residências para a secagem deste nas estufas. Este núcleo apresenta em 2011 características mais ligadas a forma de aldeia linear.

Essa dinâmica referente ao Núcleo 2, se dá também no Novo Núcleo que foi criado a oeste do centro da comunidade. Algumas residências deste Núcleo eram parte do Núcleo 1 em 1966, contudo, o seu crescimento fez com que agora se

considere como mais um Núcleo. Este terceiro núcleo apresenta características de aldeia linear, pois não possui equipamentos de uso comunitário e as residências estão alinhadas a estrada, com as terras de planta próximas das residências.

Nota-se assim, que na comunidade de Invernada a extinção do criadouro gerou uma dinâmica que vem modificando as formas de povoamento por meio da nova utilização que é dada as terras que antes eram de criação. Anteriormente a comunidade tinha mais características de aldeia nucleada, com as terras fora do criadouro comum e distantes da residência.

Mesmo assim, a comunidade ainda apresenta grande área remanescente de Mata com Araucária, a qual constituía o criadouro, apesar da forma de vivência adotada ser mais individualizada.

3) Comunidade de Lageado dos Mello⁴⁴

Esta comunidade apresenta uma dinâmica interessante, já que seu criadouro comunitário, na porção a oeste e sul, faz divisa com o criadouro comum da comunidade de Lageado de Baixo no município de Mallet.

No croqui de 1966 (Figura 13) vai se observar a presença de dois núcleos. O Núcleo 1 é o mais povoado e tem as residências dispostas tanto a beira da estrada que corta a comunidade, como também, próximas aos Arroios Grande e do Veado. Havia uma bodega neste núcleo em 1966, contudo ela não aparece referenciada no mapa base da Figura. Esta ficava a beira da estrada e ao fundo desta passava o Arroio do Veado. Quanto às terras de planta, estas ficavam a certa distância e fora do núcleo, para onde os membros se deslocavam para trabalhar na agricultura.

⁴⁴ Vide fotos da comunidade no Anexo 6.

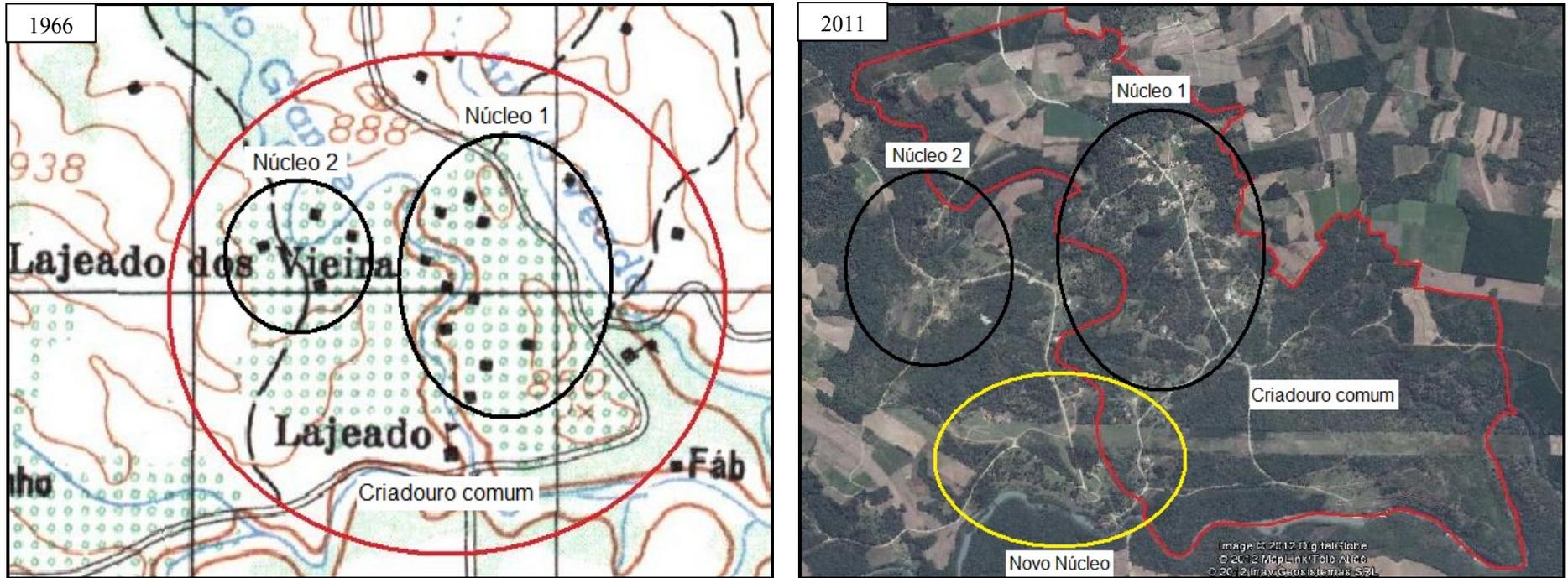


Figura 13 – Croqui da Comunidade de Lageado dos Mello em 1966 e 2011

Analisando as características apresentadas, conclui-se que no Núcleo 1 tem mais características de aldeia linear, embora não deixe de ter uma das características de aldeia nucleada quando se refere as terras de planta. Porém, as formas de aldeia linear prevalecem.

O Núcleo 2 apresenta-se dividido no croqui de 1966, com uma parte na comunidade de Lageado dos Mello e outra em Lageado de Baixo. Este núcleo apresenta as mesmas características de povoamento do Núcleo 1, com as residências próximas das estradas e do Arroio Grande, e as terras de planta fora do núcleo, ou seja, uma simbiose entre aldeia linear e nucleada. Desta maneira, observando as formas de povoamento de 1966, se visualiza a predominância dos contornos de aldeia linear.

Partindo para a análise do croqui referente a 2011, nota-se a presença dos dois núcleos apresentados em 1966, e de um Novo Núcleo, que se forma na divisa das comunidades de Lageado dos Mello e Lageado de Baixo. O Núcleo 1 se encontra bem mais povoado que em 1966. Ali encontram-se instalados novos equipamentos comunitários. Foram construídas duas capelas, sendo uma do rito católico e outra do evangélico. Nota-se que o povoamento neste núcleo se deu de forma expressiva nas proximidades da bodega e das capelas, bem como, a beira da estrada principal da comunidade, nos locais onde não havia residências em 1966.

Observando então, tanto o Novo Núcleo quanto o Núcleo 2, que foram apontados nos croquis, percebe-se que eles estão, em sua maioria, localizados em Lageado de Baixo, ou seja, na porção do município de Mallet. Os mesmos são citados aqui, uma vez que os membros do Núcleo 2 se utilizam da bodega e da igreja existente no Núcleo 1. Também o Novo Núcleo está dividido entre as duas comunidades, a capela se encontra em Lageado de Baixo, mas também é utilizada por membros da comunidade de Lageado dos Mello.

Essa proximidade faz com que os membros das comunidades, em parte, considerem aquele espaço como se fosse uma comunidade só, sem dar atenção para as divisas. Isso ocorre devido às diversas relações que ali se dão, o que acaba por gerar um sentido de comunidade única, mesmo nestes pequenos núcleos, justificando assim, a forma conjunta tomada para esta apresentação.

As escolas, tanto a de Lageado de Baixo como a de Lageado dos Mello, estão fora dos núcleos. No Núcleo 1 havia uma bodega já em 1966, contudo ela

ficava a beira da estrada maior que corta a comunidade, neste local pode-se observar em 2011 uma maior densidade de povoamento.

Quanto à localização das terras de planta, no croqui de 2011 pode-se notar que elas se encontram fora dos núcleos residenciais. De toda forma, pode-se observar que há nas proximidades do Núcleo 1 terras cultivadas onde antes eram parte das áreas de mata do criadouro.

Assim, infere-se que permanecem as características de povoamento de 1966, tendo a comunidade simultaneamente as características de aldeia linear e nucleada. Cabe salientar que as de aldeia nucleada começam a se sobressair, com a presença dos equipamentos comunitários. Contudo, a localização das terras de planta próximas ao núcleo de moradia é característica particular das aldeias lineares. Tem-se, desta forma, que as dinâmicas levaram a reforçar características que versam tanto sobre as aldeias lineares como nucleadas.

Observando o Núcleo 2 em 2011, este também apresenta um maior número de residências se comparado a 1966. Permanecem as características de povoamento de 1966, com as residências próximas a estrada e ao Arroio Grande. Elemento novo neste Núcleo é a existência de terras de planta próximas as residências. Não há nenhum equipamento comunitário presente neste Núcleo. Desta forma, este núcleo que apresentava em 1966 características de aldeia linear e nucleada, hoje, devido à disposição das terras de planta, passa a ser configurar somente como aldeia linear.

No Novo Núcleo que foi apontado no croqui de 2011, a partir das pesquisas de campo, pode-se observar que ali estão instaladas a escola e a capela de Lageado de Baixo. O mesmo já era povoado em 1966, porém as residências não foram referenciadas no mapa-base do croqui. Por esse núcleo passa a rede de energia elétrica de alta tensão, o que faz com que parte de suas terras fique inutilizada.

Quanto à forma de povoamento do Novo Núcleo, este vai apresentar uma simbiose entre aldeia linear e nucleada. Linear, uma vez que as residências estão situadas nas proximidades do Rio Lageado e do Arroio Grande, assim como alinhadas próximas à estrada. Nucleada, devido à presença da escola e da capela.

Nesta comunidade, como ocorreu em Água Quente dos Meiras, tem-se a influência da manutenção do criadouro no que se refere às estruturas de povoamento. Contudo, nota-se a dinâmica da existência de uma grande área de

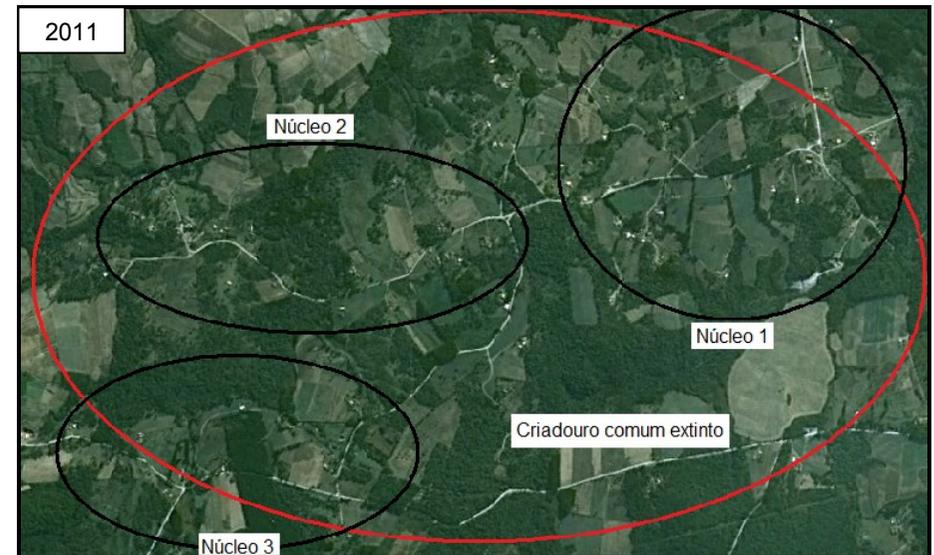
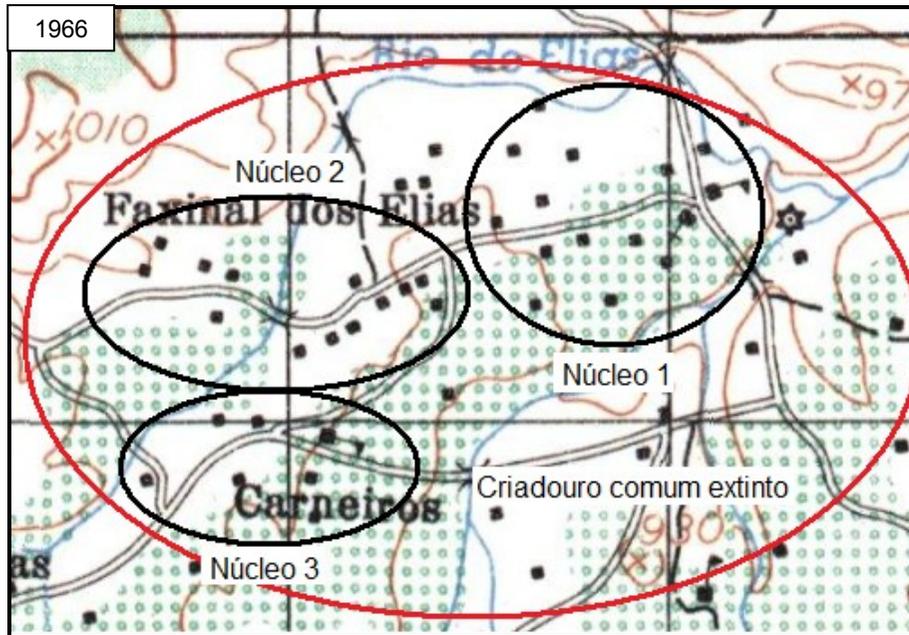
terras de planta que foi desmembrada do criadouro, o que começa a apresentar mudanças nas formas de povoamento e utilização do solo. A mesma dinâmica é observada no Núcleo 2 em 2011, contudo, as terras de planta se encontram no criadouro da comunidade vizinha de Lageado de Baixo.

De toda forma, a permanência do criadouro faz com que as famílias continuem buscando residir dentro dessa área, devido à facilidade para criação de animais à solta. Se estes forem residir fora, os mesmos terão que possuir uma extensão considerável de terras para criar os seus animais e também para efetuar seus cultivos. Como a comunidade é constituída principalmente de pequenos proprietários que sobrevivem da agricultura familiar, com o plantio do tabaco, a forma de organização em faxinal para eles é muito apropriada, segundo o que pôde-se levantar nas entrevistas.

4) Comunidade de Marumbi dos Elias⁴⁵

Ao observar a Figura 14, onde está apresentada a comunidade de Marumbi dos Elias, nota-se tanto em 1966 como em 2011 a presença de três núcleos de povoamento. Contudo esta comunidade passa por dinâmicas que fazem com que suas formas de povoamento se modifiquem rapidamente.

⁴⁵ Vide fotos da comunidade no Anexo 7.



- Delimitação do criadouro comum (estimada).
- Delimitação dos núcleos de povoamento (Estimada).
- Delimitação do novo núcleo de povoamento (Estimada).

- Igreja;
 - Escola;
 - Residências.

Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011).
Org.: SOARES, J. G.

Figura 14 – Croqui da Comunidade de Marumbi dos Elias em 1966 e 2011

Em 1966 a comunidade tinha uma grande área de Mata com Araucária e o faxinal permanecia ativo, fatos que podem ser observados no croqui em 1966 e que foram comprovados por meio das entrevistas.

No Núcleo 1, em 1966, nota-se a presença de um grande número de residências, que estão distribuídas nas proximidades da capela e da escola que ali estavam localizadas. Este núcleo era constituído de campos, onde os animais permaneciam, e áreas de remanescentes de Mata com Araucária. Os agricultores tinham suas terras de planta fora deste espaço que constituía o criadouro. Observando as características deste núcleo, o mesmo se configurava enquanto aldeia nucleada.

O Núcleo 2 não apresentava nenhum equipamento comunitário, como nota-se no croqui de 1966, e as residências estão alinhadas a uma das estradas que cortam a comunidade. Cabe salientar que neste núcleo era pequena a área de mata onde as residências se localizam, e assim, as terras de planta estavam nas proximidades das casas. Estas características configuram o núcleo enquanto aldeia linear.

No Núcleo 3 estava localizada a segunda escola da comunidade. Nas proximidades da escola nota-se que há certa concentração de residências. Neste Núcleo havia uma área de Mata com Araucária que fazia parte do espaço de criação comum. Isso fazia com que as terras de planta ficassem distantes da área de residência. Observando as características de sua configuração, o núcleo se enquadra nas de aldeia nucleada.

Contudo, ao analisar o croqui de 2011, aliado aos dados das entrevistas, infere-se que ocorreu uma grande mudança nesta comunidade. Nota-se, primeiramente, que grande parte da área de mata presente em 1966 não se encontra mais na comunidade. Grande parte desse desmatamento ocorreu devido aos interesses dos grandes proprietários de terra da comunidade. Estes, ao notar que o trabalho com monocultivos de soja e milho seria lucrativo, optaram, a partir de meados da década de 1990, por tomar suas terras, das quais uma porção considerável era parte do criadouro comunitário, para utilizá-las nestes plantios.

Aliado a esse corte de mata efetuado pelos grandes proprietários, ocorreu o corte em pequenas escalas efetuado pelos pequenos proprietários que aderiram a cultura do tabaco. Estes, ao ver o criadouro ser extinto, já que se constituía em sua maioria pelas terras dos grandes proprietários, cercam suas pequenas glebas e passaram a utilizá-las, depois do corte da madeira, como terra de planta.

Entre 1966 e 2011 ocorre ainda um aumento gradativo da população, que foi se instalando na comunidade para trabalhar com o tabaco. Isso transformou os padrões de povoamento, já que as terras que antes eram parte do criadouro comunitário, que foi extinto, passaram a ser terras de planta. Cada um passou a construir sua casa à beira da estrada, tendo ali sua estufa para secagem do fumo e as terras de planta nas proximidades da casa.

Sendo assim, o Núcleo 2 em 2011 vai permanecer com as características que apresentava em 1966, com estrutura linear. Já os núcleos 1 e 3, que em 1966 apresentavam estrutura de aldeia nucleada, atualmente se apresentam também enquanto bons exemplos de aldeias lineares.

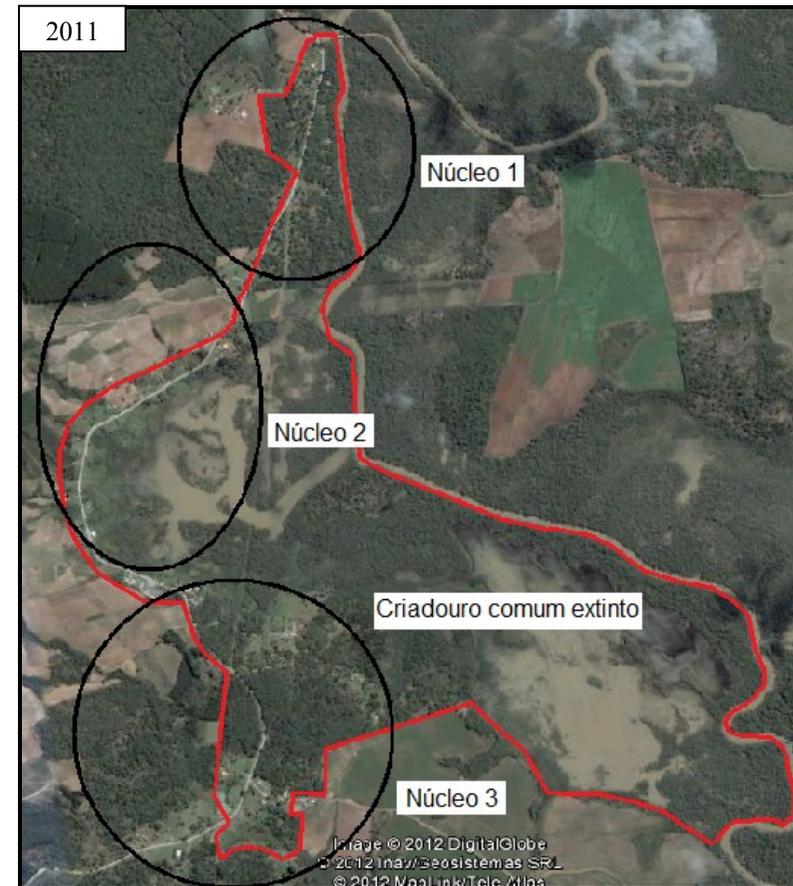
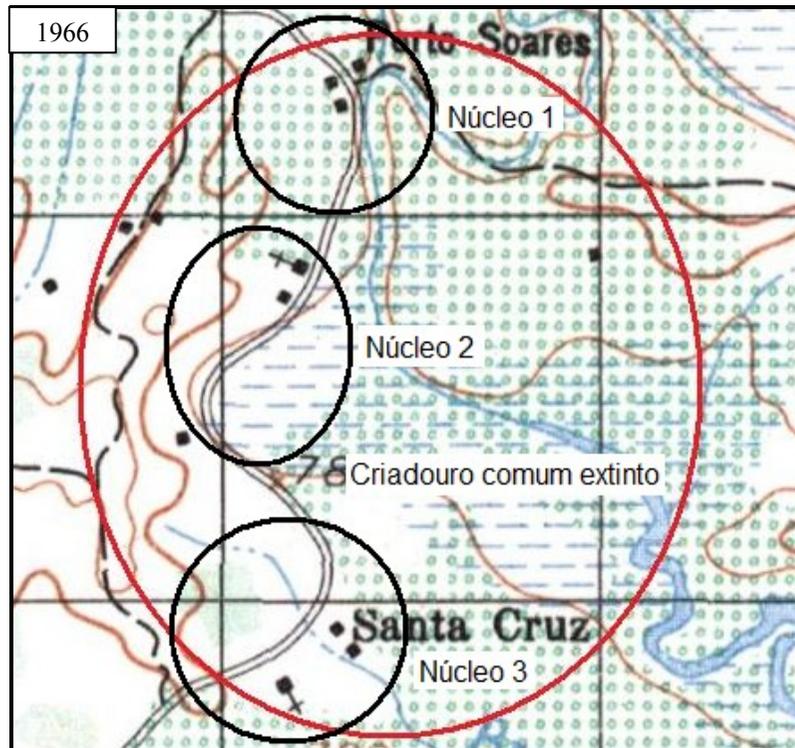
Como pode-se inferir, a extinção do criadouro nesta comunidade transformou a forma de uso do solo, o que recai principalmente sobre a forma de organização da criação de animais, que passa a ser individual, e nas terras para plantação, que passam a ficar próximas as residências. Além disso, a convivência que antes era em comum, com as formas de trabalho em conjunto, hoje é mais individualizada.

Nesta comunidade, todavia, ocorre ainda hoje uma forma de ajuda que se refere à troca de dias de trabalho. No período da colheita de fumo, por exemplo, algumas famílias se reúnem e efetuam os trabalhos conjuntamente, passando uma a uma as glebas daqueles que participam. Essa troca de dias pode ser considerada como um resquício da forma de trabalho em mutirão, onde todos os membros da comunidade se reuniam para efetuar serviços em prol de todos.

5) Comunidade de Porto Soares⁴⁶

A comunidade de Porto Soares, como já salientado anteriormente, tinha um porto fluvial de carga e descarga no Rio Potinga. O mesmo situava-se no Núcleo 1, apresentado nos croquis da Figura 15. Esta comunidade até 1938 era parte do município de São Mateus do Sul, quando o então Distrito de Soares passa a integrar o território de Rio Azul.

⁴⁶ Vide fotos da comunidade no Anexo 8.



— Delimitação do criadouro comum (Trabalho de Campo).
 — Delimitação dos núcleos de povoamento (Estimada).

⊕ - Igreja; 🏫 - Escola; ■ - Residências.

Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011).

Org.: SOARES, J. G.

Figura 15 – Croqui da Comunidade de Porto Soares em 1966 e 2011

Ao observar o croqui em 1966, nota-se que a comunidade apresenta três núcleos de povoamento. São poucas as residências referenciadas no mapa base do croqui, contudo, segundo membros da comunidade, havia um número maior de famílias residindo nos três núcleos apresentados. Pode-se afirmar que ocorreram falhas no levantamento dos dados da carta de 1966 (BRASIL, 1973).

A partir do croqui e das entrevistas, pode-se concluir que em 1966 a comunidade como um todo apresentava características de aldeia linear, tendo as residências localizadas próximas à estrada e ao Rio Potinga. As terras de planta ficavam dispostas já nas proximidades das residências.

Cabe salientar ainda, que no Núcleo 3 tem-se a presença da antiga comunidade de Santa Cruz. Esta pequena comunidade foi uma colônia povoada por poloneses na década de 1910. Nota-se ainda hoje presença da capela. A mesma é utilizada pelos que residem em Porto Soares e também por membros da comunidade próxima de Braço do Potinga.

No croqui de 1966 é apresentada uma capela no Núcleo 2, que hoje não existe mais. Segundo relatos, ela era pequena e havia sido construída por uma família que ali residia, que a desmanchou na década de 1980.

Observando o croqui referente a 2011, pode-se considerar que a estrutura de povoamento não se modifica, continuando com as formas de aldeia linear nos três núcleos de povoamento apresentados. No Núcleo 1, ocorre uma dinâmica interessante, que se refere à existência de cerca de 10 chácaras entre o Rio Potinga e a estrada. Seus proprietários residem na área urbana do município e as utilizam nos finais de semana e feriados. Essas chácaras começaram a ser criadas a partir da década de 1990.

Observando o Núcleo 2 em 2011, este tem as residências alinhadas principalmente do lado esquerdo da estrada, já que a porção de terras do lado direito normalmente alaga quando sobe o nível do Rio Potinga. Nas áreas atrás das residências estão os espaços de planta das famílias, que trabalham principalmente com tabaco. Sendo assim, este núcleo apresenta características eminentes de aldeia linear. Já o Núcleo 3 continua com as mesmas configurações de povoamento de 1966, de aldeia linear. Cabe salientar que neste houve o aumento da população, contudo, as estruturas de povoamento permanecem sem mudança.

Ao observar o croqui de 2011, pode-se notar que os Núcleos 1 e 3, apresentam uma área considerável de Mata com Araucária bastante preservada.

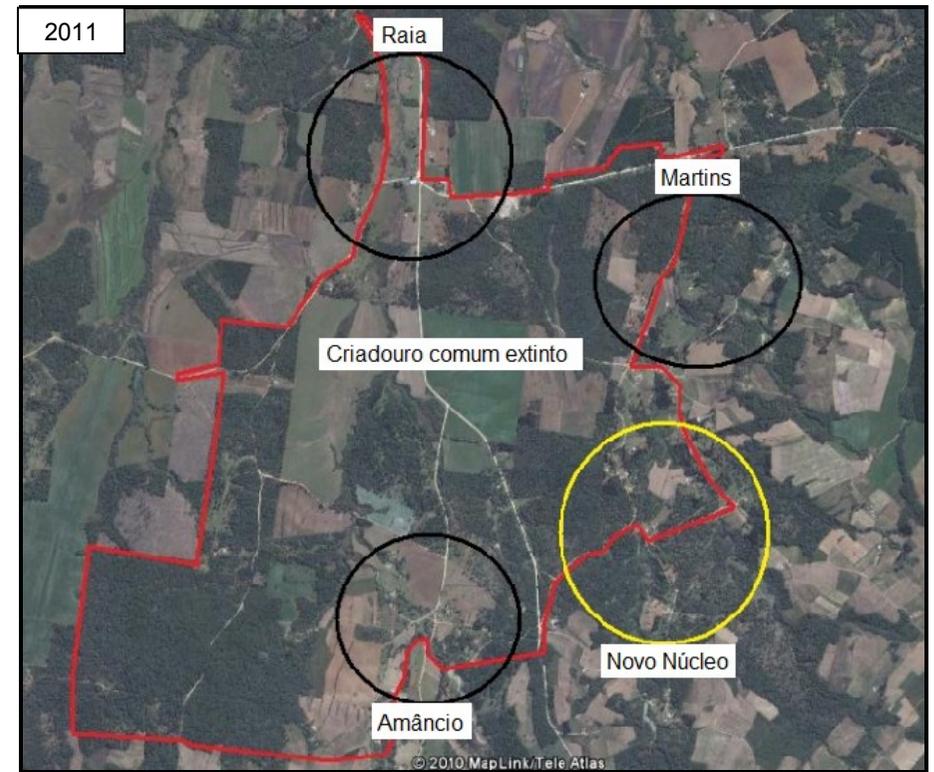
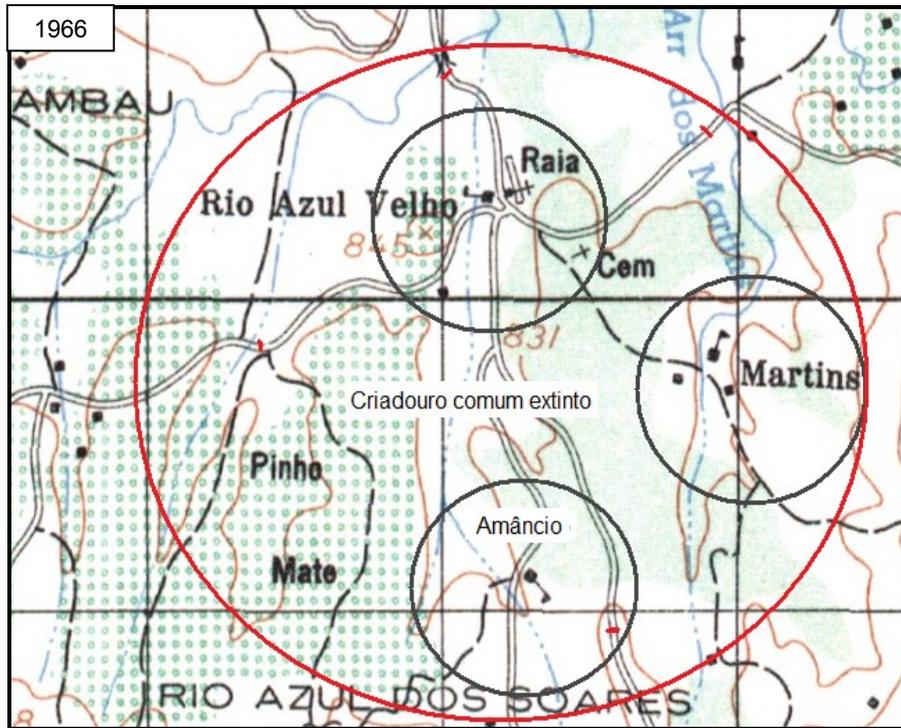
Contudo, nos arredores da comunidade foram cortadas grandes áreas de mata, onde grandes proprietários de terra trabalham com monocultivos de soja e milho.

Ao analisar esta comunidade, tem-se que, mesmo com a extinção do espaço de criação em comum, não ocorreram mudanças nas estruturas de povoamento entre 1966 e 2011, permanecendo as formas de aldeia linear.

6) Comunidade de Rio Azul dos Soares⁴⁷

A dinâmica na estrutura de povoamento da comunidade de Rio Azul dos Soares é apresentada na Figura 16. O primeiro croqui se refere ao ano de 1966. A base cartográfica deste croqui não revela nenhum núcleo de povoamento, todavia, segundo relatos dos moradores existiam ali três núcleos na década de 1960, evidências destes puderam ser observadas em campo. Um fato interessante, que comprova a existência destes núcleos no passado, é a disposição de escolas no centro de cada núcleo, sendo estes assim denominados: Martins, Raia e Amâncio.

⁴⁷ Vide fotos da comunidade no Anexo 9.



- Delimitação do criadouro comum (Pesquisa de campo).
- Delimitação dos núcleos de povoamento (Estimada).
- Delimitação do novo núcleo de povoamento (Estimada).

+ - Igreja; ▣ - Escola; ■ - Residências.

Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011).

Org.: SOARES, J. G.

Figura 16 – Croqui da Comunidade de Rio Azul dos Soares em 1966 e 2011

Tomando por base a disposição dos equipamentos comunitários em 1966, aliados aos dados coletados em campo, se inferiu que a comunidade, nesta época, apresentava uma estrutura de aldeia polinuclear. As residências estavam dispostas no entorno de equipamentos comunitários, as escolas no caso dos três núcleos, somada a igreja no caso do núcleo Raia. Ainda cabe apontar que as terras de planta ficavam, em sua maioria, fora da área que abrangia os três núcleos devido à existência do criadouro comunitário.

Os três núcleos referenciados em 1966 permanecem em 2011, contudo, suas estruturas de povoamento se modificaram, uma vez que houve aumento de população na comunidade, e também pela extinção do espaço de criação comum. As novas residências foram sendo instaladas à beira das estradas. Sendo assim, a estrutura de povoamento da comunidade em 2011 toma características mais de aldeias lineares, nos três núcleos referenciados em 1966. Ao observar o recorte da comunidade em 2011, pode-se notar o surgimento de um Novo Núcleo dentro do antigo criadouro, na parte sudeste deste, o qual apresenta também característica de aldeia linear.

Quanto ao criadouro comum, como já salientado anteriormente, o mesmo vinha tendo sua área reduzida dia a dia, devido a sérios conflitos que estavam ocorrendo entre alguns proprietários de terras. Aliado a isto estava ocorrendo o corte da área de Mata com Araucária, de forma indevida. Como os próprios faxinalenses afirmavam, a área do criadouro estava se restringindo apenas as beiras das estradas, por causa dos cercamentos no interior do mesmo. Estes fatos levaram a extinção do criadouro durante o segundo semestre de 2011, época em que estava sendo realizada esta pesquisa.

No entanto, cabe salientar que parte dos membros da comunidade necessitava do criadouro, não concordando com o final deste. Todavia, uma iniciativa do poder público municipal teve papel determinante neste fato ao derrubar os portões e retirar os mata-burros que delimitavam o criadouro coletivo, ocasião em que cada morador teve que fechar suas criações em piquetes, individualizando o uso de suas propriedades.

Nota-se que, como ocorreu na comunidade de Marumbi dos Elías e Invernada, a modificação das estruturas de povoamento ocorreu devido ao aumento da população, ao corte indiscriminado das áreas de mata para convertê-la em terra de planta e à conseqüente extinção do criadouro comunitário.

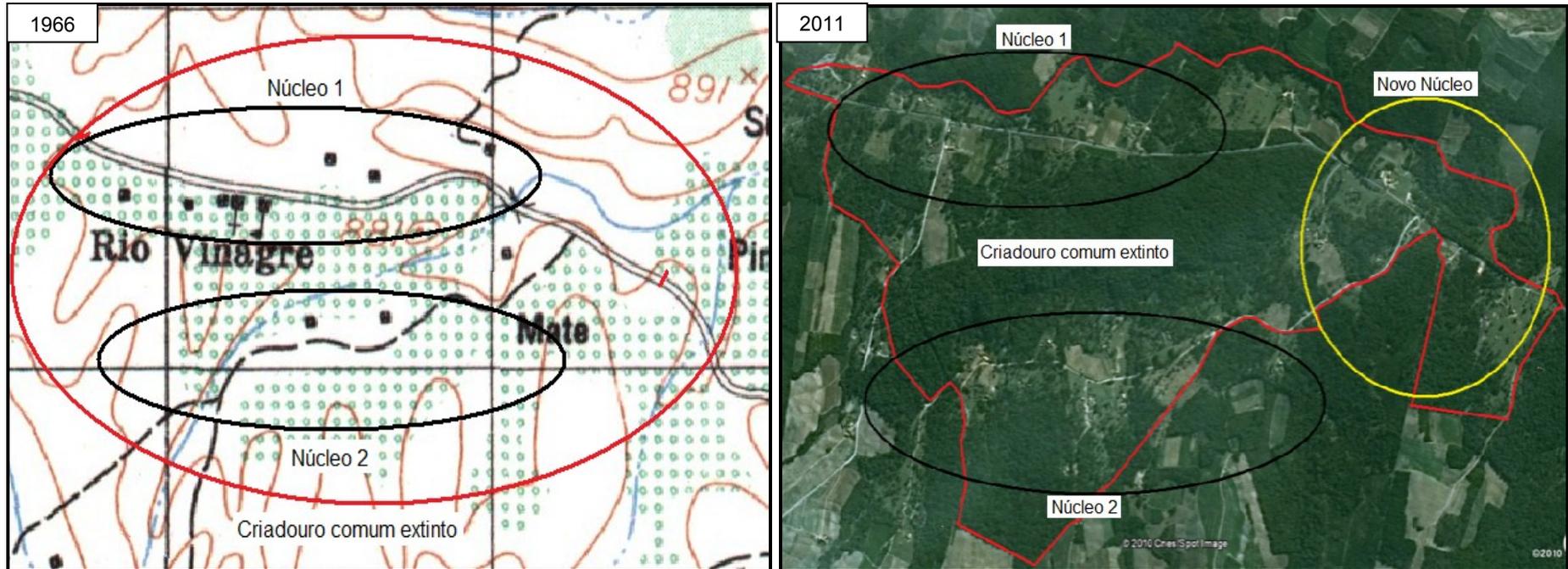
Pode-se afirmar que a dinâmica de aumento da população tem também influência na extinção do espaço de criação comum, pois a falta de terras de planta gera o cercamento de áreas de criação para cultivo, e assim, vai diminuindo o criadouro. Com a existência de áreas de planta próximas às de criação, os animais acabam invadindo e estragando as plantações, o que leva a sérios conflitos. Isto acaba fazendo com que a forma de vivência em grupo seja deixada de lado, passando cada família a viver mais isolada, devido às relações antagônicas entre os membros.

Hoje, há uma discussão entre os membros da comunidade e o poder público, devido às ações efetuadas por este para o fim da área de criação. Estão ocorrendo conflitos, já que muitos membros da comunidade não fecharam seus animais, que estão invadindo áreas de plantação que ficavam tanto dentro como fora da extinta área do criadouro. Contudo, o poder público somente aponta que os proprietários devem fechar suas criações ou serão tomadas providências, já que como não existe mais o faxinal as criações devem ficar nos fechos.

7) Comunidade de Rio Vinagre⁴⁸

Na comunidade do Rio Vinagre, conforme se observa na Figura 17, nota-se a existência em 1966 de dois núcleos de povoamento. Os dois situados, em sua totalidade, dentro da área do criadouro comum. Nesta época o criadouro era bem preservado. As terras de plantar ficavam nos arredores do criadouro.

⁴⁸ Vide fotos da comunidade no Anexo 10.



- Delimitação do criadouro comum (Pesquisa de campo).
- Delimitação de núcleo de povoamento (Estimada).
- Delimitação do novo núcleo de povoamento (Estimada).

- Igreja;
 - Escola;
 - Residências.

Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011).

Org.: SOARES, J. G.

Figura 17 – Croqui da Comunidade de Rio Vinagre em 1966 e 2011

O Núcleo 1 apresenta uma simbiose de duas características de povoamento. É uma aldeia linear, pois o Rio Vinagre acompanha a estrada ao norte, e há várias residências entre o rio e a estrada. Pode ser considerada também uma aldeia de configuração radial, pela existência na época da escola, que foi extinta, e da capela, que permanece até hoje, além de que as terras de planta ficavam a certa distância deste núcleo, uma vez que ele era parte da área de criação comum. Todavia, as características de aldeia nucleada se sobressaem neste núcleo em 1966.

Já no Núcleo 2, notam-se no ano de 1966 poucas residências, no entanto, por meio da observação em campo, aliada aos dados das entrevistas, foi possível inferir que o mesmo era mais povoado, diferindo do que se apresenta na base cartográfica do croqui de 1966. Havia pelo menos mais sete residências, todas de famílias polonesas. O núcleo era habitado somente por poloneses e seus descendentes, com as residências a beira da estrada e dos córregos que desembocam no Rio Vinagre. Neste núcleo não havia nenhum equipamento comunitário, de toda forma, as terras de planta ficavam fora da área residencial, ou seja, uma característica de aldeia nucleada. Mesmo assim, no Núcleo 2 prevalecem as formas de aldeia linear.

Observando na Figura 17 o croqui de 2011, e através das pesquisas em campo, pode-se inferir que o Núcleo 1 passa a tomar mais características de aldeia linear. O mesmo fato ocorre com o Núcleo 2. Isso se dá devido à extinção da área de criação comum, pois como se observa, nestes núcleos atualmente existem áreas de plantação próximas as residências, característica das aldeias lineares, que unida à localização das residências a beira dos rios e estradas, faz com que as características de aldeia nucleada deixem de existir.

No croqui de 2011 nota-se a presença de um novo núcleo de povoação localizado na porção leste do antigo criadouro comum. Este apresenta características de aldeia linear, com as residências próximas ao Rio Vinagre e a estrada, tendo ainda áreas de planta próximas às residências.

Inferese-se que, como ocorre nas outras comunidades aqui apresentadas em que o criadouro comum foi extinto, a forma de povoamento também se modifica em Rio Vinagre devido a fatores já citados nos outros casos, referentes ao aumento da população e escassez de terras para planta, que levam ao fim da área de criação comum. Desta forma, pode ser apontado como este como o principal fator de transformação da comunidade, que passa a utilizar de forma diferenciada aquela

área antes de criação, para planta, e assim a transformando. Estas dinâmicas fazem com que o povoamento que apresentava mais formas de aldeia nucleada, passe a apresentar características de aldeia linear.

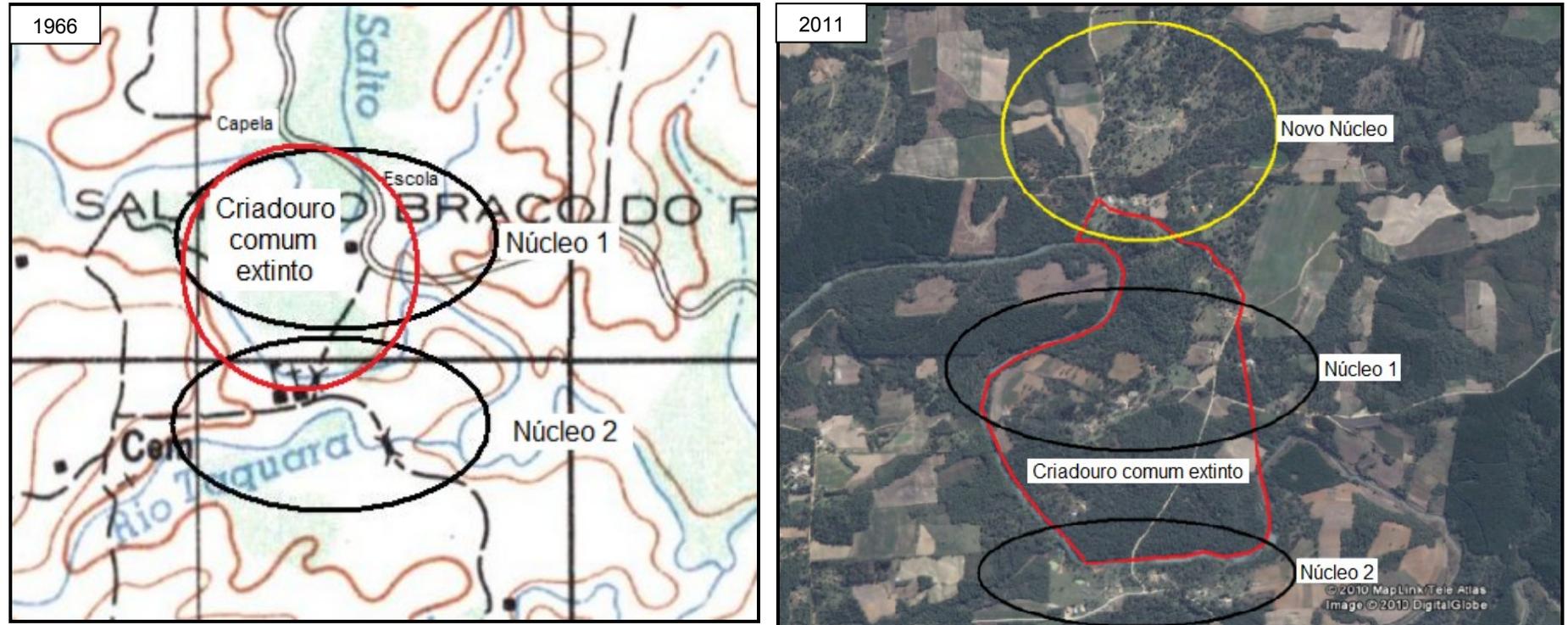
Há nesta comunidade ainda uma grande área de remanescente de Mata com Araucária preservada, tendo em vista que seu proprietário reside na área urbana e a utiliza somente para a extração das folhas de erva-mate. Outra grande parte da área de mata está dividida entre os pequenos proprietários, que a utilizavam como área de criação.

Contudo, em observação na comunidade, nota-se que há um aumento gradativo das áreas de planta, devido ao corte da mata, que vem se dando em pequenas parcelas, tanto para utilizar a lenha na secagem do tabaco, como também para usufruir das terras, antes de mata, para planta. Este fenômeno se dá devido à recente extinção do criadouro, que ocorreu entre 1998 e 2000.

8) Comunidade de Salto Braço do Potinga⁴⁹

Com base no croqui de 1966 da Figura 18 e nos dados das entrevistas, nota-se que na comunidade de Salto Braço do Potinga existiam dois núcleos de povoamento. O Núcleo 1, que somava pelo menos 15 residências, tinha características de aldeia nucleada uma vez que neste localizava-se a escola da comunidade. As casas se distribuíam ao redor desse equipamento comunitário. As terras de planta ficavam fora do pequeno espaço de criação, não muito distante das residências, como ocorre em outras comunidades aqui apresentadas. De toda forma, exigia que os membros se deslocassem até as mesmas para efetuar seus trabalhos agrícolas.

⁴⁹ Vide fotos da comunidade no Anexo 11.



— Delimitação do criadouro comum (Pesquisa de campo).

— Delimitação de núcleo de povoamento (Estimada).

— Delimitação do novo núcleo de povoamento (Estimada).

† - Igreja; ■ - Escola; ■ - Residências.

Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011).

Org.: SOARES, J. G.

Figura 18 – Croqui da Comunidade de Salto Braço do Potinga em 1966 e 2011

No Núcleo 2, da mesma forma que no 1, a base cartográfica de 1966 não referência as residências. Segundo dados recolhidos por meio de entrevistas, havia em 1966 seis famílias ali residindo. Nota-se que este núcleo em 1966 apresentava formas de aldeia nucleada, uma vez que as residências se localizavam próximas a capela e a escola. Parte deste núcleo fica no município de Mallet, na denominada comunidade de Colônia V, ocupada sobretudo por poloneses e seus descendentes. Pode-se afirmar que a comunidade em 1966 tinha como principal forma de povoamento a de aldeia nucleada.

Ao observar o Núcleo 1 em 2011, nota-se que ocorreu aumento da população e que as casas estão alinhadas a estrada. Ainda pode-se observar que grande parte da área de mata que constituía o criadouro e fazia parte deste núcleo, foi cortada. Esta área agora é utilizada para planta. Sendo assim, este núcleo passa a apresentar em 2011 características de aldeia linear, devido à disposição das residências e das terras de planta, que agora ficam nos arredores das casas.

No Núcleo 2, da mesma forma que ocorre no Núcleo 1, em 2011 observa-se que passam a predominar as características de aldeia linear, com as residências próximas a estrada e aos Rios Braço do Potinga e Taquara. Também se observa que as terras de planta, diferente do que ocorria em 1966, estão próximas as residências, evidenciando assim a transformação na forma de povoamento deste núcleo.

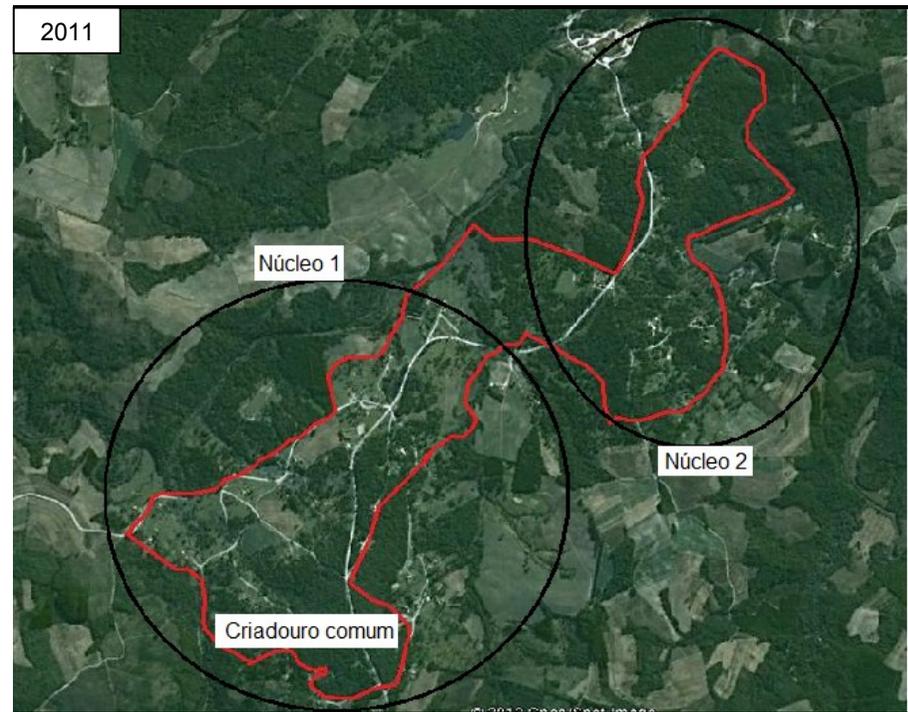
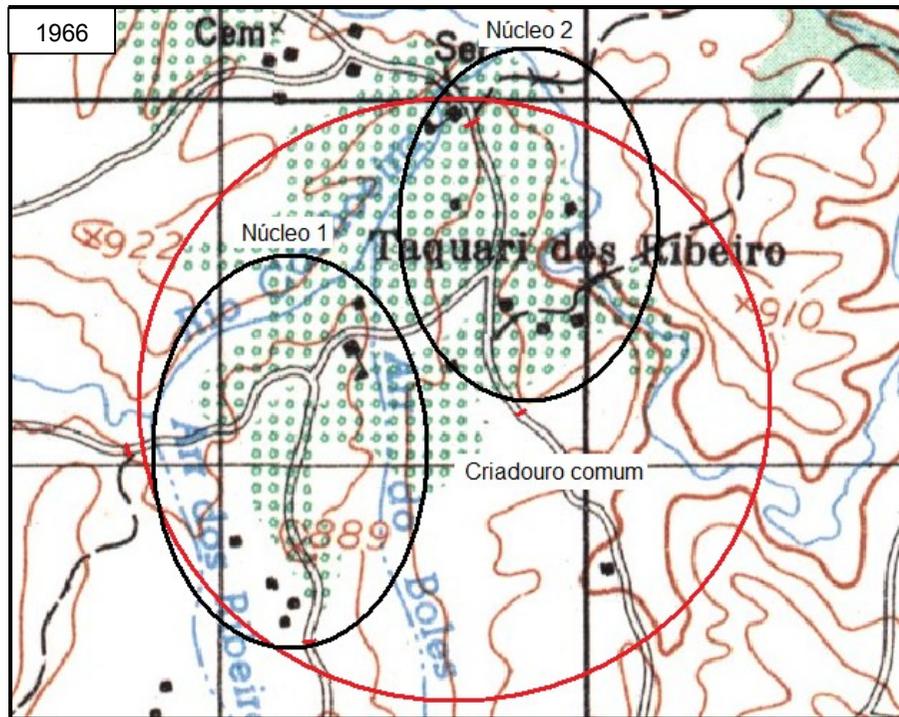
No croqui de 2011 é apresentado um Novo Núcleo de povoação que não existia até 1966. Embora existissem residências no local já em 1966, não se constituiu um núcleo de povoamento. Situa-se neste núcleo a capela da comunidade. As residências estão localizadas próximas ao Arroio do Salto, ao Rio Braço do Potinga e as estradas. As terras de planta estão próximas das residências. Assim, este núcleo apresenta formas de aldeia linear.

Infere-se que a comunidade, em 1966, caracterizava-se pelas estruturas de povoamento de aldeia nucleada. Contudo, com o passar do tempo e com o aumento da população, além da extinção do criadouro, mudaram-se suas estruturas de povoamento, passando assim a configurar-se atualmente como uma aldeia linear.

9) Comunidade de Taquari dos Ribeiros⁵⁰

⁵⁰ Vide fotos da comunidade no Anexo 12.

A comunidade de Taquari dos Ribeiros apresenta tanto em 1966 como em 2011 dois núcleos de povoamento (Figura 19), estes que se encontram em sua maioria dentro da área de criação em comum que permanece até hoje.



— Delimitação do criadouro comum (Com base em Barbosa (2010, p. 27)).

— Delimitação de núcleo de povoamento (Estimada).

† - Igreja; 🚩 - Escola; ■ - Residências.

Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011).

Org.: SOARES, J. G.

Figura 19 – Croqui da Comunidade de Taquari dos RIBEIRO em 1966 e 2011

O Núcleo 1 em 1966 tinha as residências situadas próximas as estradas, ao Rio Cachoeira e aos Arroios do Boles e dos Ribeiros. Além disso, neste núcleo estava localizada a escola e a primeira capela da comunidade que “[...] foi construída por membros da família do Sr. Isaltino Ribeiro e amigos” (VALASCKI e WZOREK, 1988, p. 121).

Ao observar o croqui de 1966, aliado a dados de entrevistas, pode-se apontar que existia uma grande área de Mata com Araucária neste núcleo, a qual era parte do criadouro. Não haviam terras de planta nesta área, elas estavam localizadas fora do criadouro. Pode-se levantar que este núcleo apresentava mais residências em 1966 do que as apresentadas na base cartográfica.

De acordo com suas características, este núcleo apresentava em 1966 formas de aldeia nucleada, devido aos equipamentos comunitários e a disposição das terras de planta, não deixando de possuir formas de aldeia linear devido à proximidade aos rios e estradas. Contudo, a existência do criadouro comum, que não deixa de ser um elemento de uso comunitário, faz que com se sobressaiam as características de aldeia nucleada.

O Núcleo 2 em 1966 apresentava as residências próximas aos Rios Taquari e Cachoeira, e às estradas. Neste Núcleo existia uma escola nas proximidades da divisa da comunidade com o município de Irati. Ele também apresentava mais residências do que apontado pela base cartográfica de 1966. Nota-se também uma grande área de Mata com Araucária, que era parte do espaço do criadouro comum. As terras de planta se localizavam fora do criadouro, distantes das residências. Este núcleo, assim como o Núcleo 1, apresentava uma simbiose entre aldeia nucleada e linear. Porém nenhuma delas se sobressaia.

Ao analisar a comunidade em 2011, pode-se apontar que ocorreram mudanças no dois núcleos. O Núcleo 1, apresenta agora, além da nova capela e escola, o posto de saúde municipal. Houve um grande aumento na população deste núcleo. As formas de povoamento apresentaram modificações, já que há presença de terras de planta próximas as residências de parte dos membros do núcleo, que antes eram parte da área de criação. Observa-se também que uma grande faixa de mata que existia em 1966, já não está presente no núcleo. Uma parte desta se tornou área de planta e outra campos de criação.

Sendo assim, mesmo apresentando em 2011 mais uma característica de aldeia linear, que se refere as terras de planta próximas as residências, o Núcleo 1

continua tendo formas de povoamento também de aldeia nucleada, configurando assim, uma estrutura de povoamento mista.

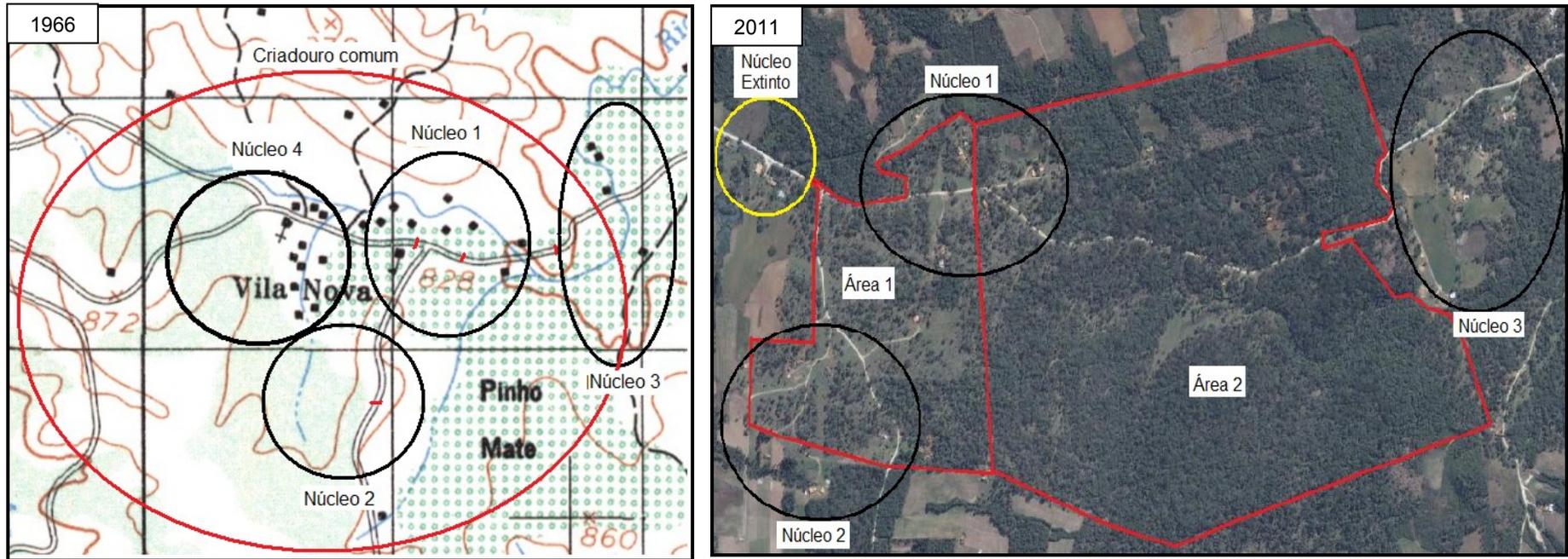
O Núcleo 2 em 2011 não apresenta mudanças significativas nas formas de povoamento, assim como pode-se observar no croqui, a mata neste núcleo permanece bastante preservada, sendo que a mesma é parte da área de criação comum. Neste núcleo nota-se a presença de uma capela do rito evangélico, além de uma antiga escola desativada. As terras de planta, assim como em 1966, estão fora do núcleo residencial, devido a mesma situação do Núcleo 1, pela permanência do criadouro comunitário.

Como se observa, a situação de manutenção das formas de povoamento ocorre, tendo em vista a permanência do espaço do criadouro comunitário, fato que já foi observado nas análises das comunidades de Água Quente dos Meiras e Lageado dos Mello, onde a preservação do criadouro comunitário também influenciou na manutenção das formas e estruturas de povoamento.

10) Comunidade de Vila Nova⁵¹

Essa comunidade apresenta algumas características e dinâmicas de povoamento que a diferenciam das outras aqui analisadas. Nela existiu até a década de 1960 uma serraria de uma família de origem italiana, o que fez com que a comunidade fosse mais densamente povoada que as outras. As comunidades de serrarias costumam ter “vilas” de empregados, oferecendo moradias aos mesmos. Com o fechamento do empreendimento na década de 1960, diminuiu a população da comunidade (Figura 20).

⁵¹ Vide fotos da comunidade no Anexo 13.



- Delimitação do criadouro comum (Pesquisa de campo).
- Delimitação de núcleo de povoamento (Estimada).
- Delimitação do núcleo de povoamento extinto (Estimada).

+ - Igreja; ■ - Escola; ■ - Residências.
 Sem escala.

Fonte: Adaptado de Carta Rebouças (BRASIL, 1973) e Google Earth (2011).
 Org.: SOARES, J. G.

Figura 20 – Croqui da Comunidade de Vila Nova em 1966 e 2011

Ao observar o croqui referente a 1966, nota-se a presença de 4 núcleos de povoamento. O Núcleo 1 tem as residências localizadas próximas a estrada e ao Rio Vila Nova. Neste está localizada a escola da comunidade. As famílias que moravam neste núcleo, em sua maioria, até a década de 1960, trabalhavam na serraria que existia no Núcleo 4, referenciado em 1966. Outra parte das famílias trabalhava com agricultura de subsistência, em terras que ficavam próximas do núcleo, contudo, fora da área de criação em comum, já que ao norte do núcleo ficava a divisa do criadouro com as terras de planta. Sendo assim, este núcleo apresenta forma de povoamento mista, entre aldeia linear e nucleada.

O Núcleo 2 apresenta as residências próximas as estradas e ao Rio Vila Nova e um de seus afluentes. No croqui de 1966, este aparece como se não fosse povoado, mas, segundo relatos da comunidade, havia residências naquele local. Já em 1966 as terras de planta ficavam próximas ao núcleo residencial. Observando as características de povoamento, infere-se que este apresentava contornos de aldeia linear.

O Núcleo 3 tem as residências próximas ao Rio Vila Nova e a estrada que corta a comunidade. Não havia nenhum elemento comunitário neste em 1966. Este núcleo se localizava fora da área de criação comum, tendo a maioria das terras de planta próximas das residências. Sendo assim, apresentava características de aldeia linear.

Já o Núcleo 4, no qual estava localizada a serraria da comunidade, era formado em sua maioria por famílias que trabalhavam naquele empreendimento. Neste núcleo também ficava a residência do dono da empresa, além da bodega que também era de sua propriedade, e a capela da comunidade. As residências estavam alinhadas a um dos afluentes do Rio Vila Nova, e entre a estrada e o Rio Vila Nova. Não havia terras de planta nas proximidades do núcleo, já que seus membros trabalhavam até 1960 na serraria. Sendo assim, se sobressaem neste as características de aldeia linear.

Partindo para a análise do croqui de 2011, pode-se observar que o Núcleo 1 encontra-se na divisa entre duas áreas de criadouro, que no passado eram unidas. Este núcleo, embora apresente características de aldeia linear, apresentou centralidade no passado em torno de uma escola que foi desativada. Hoje apresenta centralidade ao redor de uma bodega, que fica no local onde se situava a escola. As terras de planta ficam fora do núcleo e do criadouro comum, contudo, há

proximidade. Sendo assim, este núcleo mantém as formas que apresentava em 1966, com uma estrutura de povoamento mista entre aldeia linear e nucleada.

O Núcleo 2 teve aumento em sua população, como pode-se observar em campo e através dos dados das entrevistas. De toda forma, as residências foram instaladas próximas a estrada e ao córrego que deságua no Rio Vila Nova. Neste Núcleo vão permanecer as mesmas características de aldeia linear que já se apresentavam em 1966.

Já o Núcleo 3, em sua totalidade, continua a encontrar-se fora da área do criadouro, se apresentado também como aldeia linear, uma vez que além de estar próximo à estrada, também passa ao lado o Rio Vila Nova, e as terras de planta estão próximas das residências. O Núcleo 4, que foi extinto, hoje abriga não só uma nova capela, como também uma nova escola. Este deixou de existir em função do fechamento da serraria que se localizava na localidade.

A partir da análise dos croquis, pode-se afirmar que tanto em 1966 como em 2011, predominam na comunidade as formas de povoamento de aldeia linear. Como nas outras comunidades onde o criadouro comum permanece, nota-se que em Vila Nova a permanência influencia na manutenção dos padrões de povoamento. Fator interessante nessa comunidade, diz respeito à área do criadouro, que mantém bastante preservada a Mata com Araucária. Isso ocorre devido à existência de um grande proprietário que preserva a mata em suas terras.

4.3 ESPACIALIDADES FAXINALENSES A PARTIR DAS COMUNIDADES RURAIS DE RIO AZUL

No decorrer deste estudo pôde-se observar que as comunidades aqui analisadas apresentam dinâmicas parecidas, seja na sua origem, nas atividades econômicas e/ou em suas formas de uso do solo e padrões de povoamento.

A partir do que foi apresentado, pode-se notar também que algumas comunidades tendem a delinear relações e processos sociais similares, assim como, há aquelas, que devido a fatores particulares, apresentam dinâmicas mais inerentes. Estas se transformam e se reorganizem no que concerne as relações entre os membros e, também, nas suas formas de uso do espaço de vivência.

Desta feita, essas dinâmicas acabam por influir nas formas de povoamento, elemento característico da espacialidade faxinalense. Partindo desta premissa, o intuito desta seção é trazer um panorama das formas espaciais de povoamento em

comunidades de faxinal, a partir da análise que se deu nas comunidades rurais do município de Rio Azul.

Tendo em vista o que foi construído neste estudo até o momento, pôde-se inferir sobre espacialidades distintas entre as comunidades, assim como similaridades, o que possibilita apontar para padrões de povoamento em faxinais. Para apresentar tais espacialidades, foram criados croquis, tendo como base as características espaciais observadas e analisadas nas comunidades estudadas.

Identificar tipologias de povoamento para comunidades de faxinais é importante e inédito, uma vez que nada semelhante foi apresentado até então em estudos referentes aos faxinais. Busca-se, assim, suprir tal lacuna nos estudos, bem como, possibilitar uma nova forma de análise de faxinais, que parte de suas estruturas espaciais.

Primeiramente torna-se necessário apontar para algumas singularidades das comunidades de faxinais, que serão destacadas nos croquis. Existem alguns elementos que são comuns a todas as estruturas e outros que são singulares de cada tipologia de povoamento.

Um dos fatores intrínsecos que são apontados nos croquis sobre o povoamento em faxinais se refere às terras de criação e às terras de planta. Para que os animais não entrem nas terras de planta, a área de criação é toda cercada. Cabe salientar que, dependendo da tipologia de povoamento, as terras de planta ficam próximas ou distantes das residências, como poderá se observar nas apresentações da estruturas mais adiante.

Nos acessos as terras de criar pelas estradas principais têm-se o mata-burro e, ao lado deste, um portão. O mata-burro impede a saída dos animais da área do criadouro comum, já o portão permite que transitem animais e, conseqüentemente, carroças. No acesso pelas estradas secundárias é mais comum somente a presença do portão.

Outro fator comum às comunidades de faxinal é que as residências se instalam nas proximidades de cursos d'água. A presença de um rio de primeira ordem, ou de seus afluentes, é fundamental, pois os animais se servem deles como fonte de água. Cabe salientar que os membros das comunidades de faxinal, quando da gênese destas, buscavam os locais próximos a rios não apenas pela necessidade de água para os animais, mas também para uso próprio. Próximo destes é mais fácil se obter sucesso na perfuração de um poço para uso doméstico.

Mais uma característica que é inerente a este tipo de comunidade diz respeito às áreas de mata. Nas proximidades das áreas com residências é comum existirem grandes áreas de campos com pastos, além de mata rala. A certa distância de onde se encontram as residências nota-se a existência de mata mais densa. Nestas áreas de campos e matas os animais são criados soltos, tendo acesso a fontes de alimento.

Um elemento bastante característico destas comunidades são os quintais e hortas, que ficam ao lado das residências. Estes espaços são cercados para evitar que os animais, criados à solta, entrem e estraguem as frutas, verduras, legumes e ervas medicinais.

Pode-se encontrar ainda espaços maiores, também cercados. Trata-se de poteiros, locais onde as famílias fecham as fêmeas que estão para ter filhotes ou animais que serão utilizados no dia seguinte para o deslocamento até as terras de planta para serem utilizados como tração (Ex. cavalos).

Ainda pode ocorrer de haver famílias que não se utilizam do criadouro da comunidade, tendo sua criação alta solta nestes poteiros individualizados, que podem abrigar em seu interior a residência e os quintais. Existem casos em que estes poteiros abrigam pequenos chiqueiros, nos quais os suínos criados à solta são fechados para a aplicação de vermífugos, efetuar engorda e posterior abate.

Quanto aos elementos comunitários, são mais comuns nestas comunidades a capela, a escola e o posto de saúde. Em algumas comunidades pode haver somente a presença da capela, já que muitas escolas rurais foram fechadas, quando ocorreu a nuclearização da educação em comunidades com maior centralidade e principalmente na área urbana⁵² entre as décadas de 1990 e 2000. As crianças e jovens faxinalenses normalmente estudam em comunidades próximas em que a escola permanece, ou se deslocam para a sede do município por meio do transporte escolar. Os postos de saúde geralmente estão nas comunidades que possuem maior número de habitantes, atendendo a membros de comunidades vizinhas nas quais estes não existem.

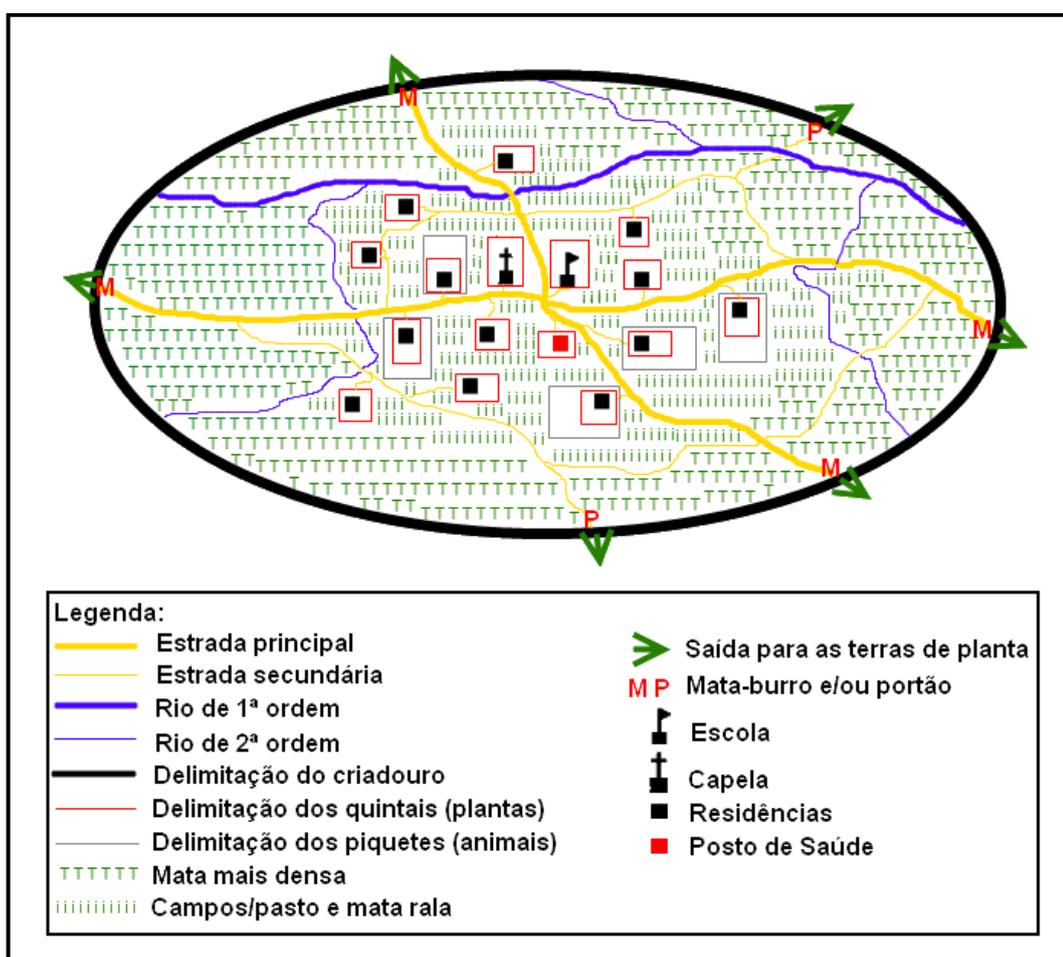
Tendo-se apresentado os elementos que produzem singularidades nestas comunidades, parte-se agora para a exposição das espacialidades e padrões de povoamento intrínsecos aos faxinais. Com base no estudo das comunidades rurais

⁵² Para mais informações sobre a nuclearização e reorganização do ensino ver Simões (2009).

de Rio Azul, quatro tipologias puderam ser identificadas: Comunidades com estrutura de povoamento nucleada; Comunidades com estrutura de povoamento linear; Comunidades com estrutura de povoamento polinuclear; e Comunidades com estrutura de povoamento mista.

a) Comunidade com estrutura de povoamento nucleada

Esta tipologia pode ser observada em comunidades de faxinal que não vivenciaram muitas mudanças, mesmo naquelas onde vem ocorrendo aumento da população. Nela há um núcleo que concentra as residências próximas aos elementos comunitários. As terras de planta estão fora da área de criação, para as quais os habitantes se deslocam diariamente para trabalhar na agricultura. Estas comunidades apresentam contornos irregulares, mas o que as caracteriza é a proximidade ao elemento de uso comum e a maior distância da residência das terras de planta (Figura 21).



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 21 - Comunidade com estrutura de povoamento nucleada

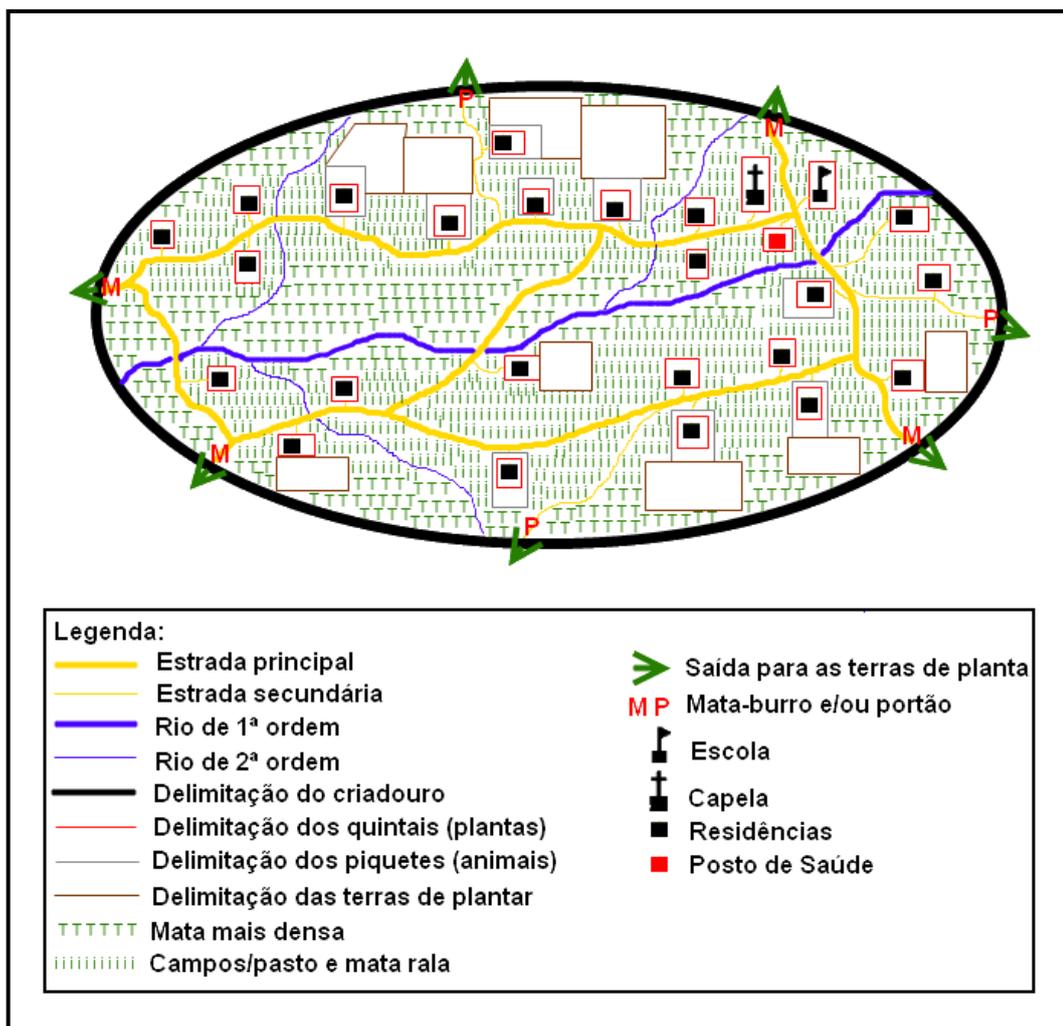
Neste tipo de organização há uma tendência de maior integração entre seus membros, já que as residências estão próximas umas das outras. Isto faz com que o sentido de comunidade seja mais intenso e os processos sociais mais solidários, tendo forte participação e interação sociais.

Observando a Figura 21, onde é apresentado um croqui desta tipologia de povoamento, nota-se ao centro do núcleo residencial os elementos comunitários, sendo eles a capela, escola e posto de saúde. Nem sempre serão observados estes três elementos, mas é comum a presença da capela no centro desse tipo de comunidade. As residências estão distribuídas de forma concêntrica a esta, todavia, apresentando contornos irregulares.

Nota-se a presença de poteiros, contudo não é comum a presença de terras de planta no interior do criadouro.

b) Comunidades com estrutura de povoamento linear

Nesta tipologia as residências se estendem ao longo e a beira das estradas ou rios/cursos de água. Há numa área bem localizada da comunidade os elementos comunitários, como a igreja, a escola ou o posto de saúde. As terras de planta estão localizadas logo atrás das residências ou, a certa distância, fora da área de criação, necessitando o deslocamento para se trabalhar na agricultura (Figura 22). Nos casos em que as terras estão nas áreas detrás das casas, isso pode ser considerado um sinal de desestruturação de um elemento fundamental do faxinal, que é o criadouro coletivo.



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 22 - Comunidade com estrutura de povoamento linear

Observando a Figura 22, onde são apresentadas as formas de povoamento linear, nota-se como principal característica a distribuição das residências ao longo dos cursos de água e das estradas, duas facilidades eminentes para os membros da comunidade. Os rios servem de fonte de água para os animais e a proximidade às estradas facilita o deslocamento, acesso a energia elétrica, telefonia rural e, em algumas comunidades, a água tratada. Neste tipo de povoamento não nota-se a presença de um núcleo residencial principal.

A disposição das terras de planta também varia, diferindo da existente nas comunidades nucleadas, já que existem terras de planta por detrás dos poteiros, além de que, há localização das residências nas proximidades das divisas entre terras de criar e de planta. Assim, as residências ficam mais próximas as terras de planta, facilitando o acesso às áreas de agricultura. Esta proximidade é mais um fator peculiar desta forma de povoamento.

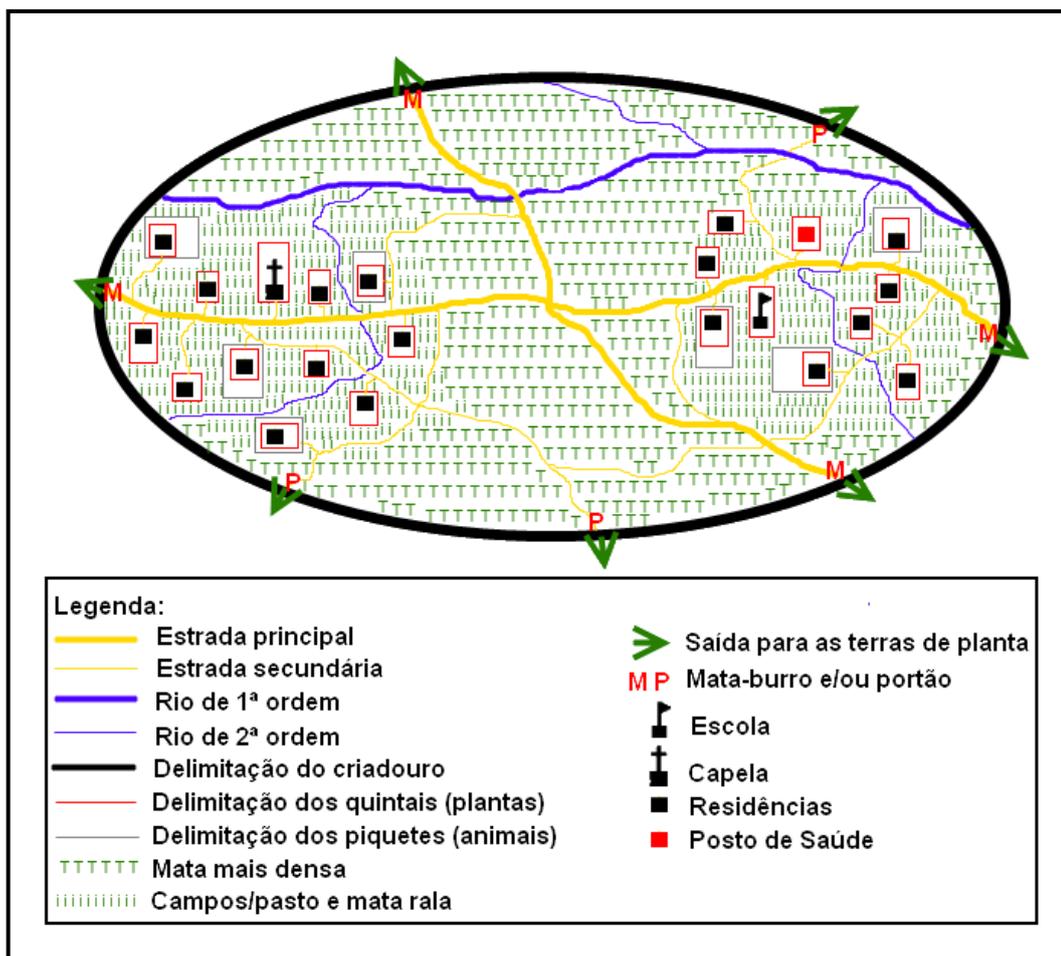
Esta tipologia é bastante comum em comunidades com maior número de habitantes e onde em sua gênese apresentavam uma forma de povoamento mais esparsa. Acredita-se que as propriedades eram maiores e que por meio da divisão por herança, os filhos foram instalando suas casas à beira da estrada, nos terrenos que eram de seus pais, gerando assim tal particularidade.

Quanto aos rios, cabe apontar que em muitas comunidades a estrada, quando da sua construção, seguiu os contornos dos rios. Assim, uma característica que pode ser apontada nesta tipologia é a proximidade das residências a estes dois elementos estruturais.

No caso apresentado na Figura 22, observa-se um rio de primeira ordem no centro da comunidade. As residências estão na área mais baixa, ficando as terras de planta nas encostas. As terras mais baixas, ou seja, próximas aos rios não eram boas para a agricultura quando da gênese destas comunidades, pois a época não havia insumos para a correção destas. Já as terras localizadas em locais mais altos apresentavam melhores condições para a agricultura. Sendo assim, a forma mais propícia para utilizá-las foi como área de criação e residência, deixando as terras mais altas e férteis para a agricultura. Isso acaba também por influir e caracterizar esta estrutura de povoamento.

c) Comunidade com estrutura de povoamento polinuclear

Esta tipologia assemelha-se as configurações da comunidade com estrutura nucleada, contudo, há normalmente um núcleo principal, com maior número de habitantes ou elementos comunitários, tendo nos arredores núcleos menores. Pode-se também ser encontrados diversos núcleos com certa similaridade em tamanho. Os núcleos apresentam algum dos elementos comunitários, como a capela, a escola ou o posto de saúde. As terras de planta estão fora da área de criação, para as quais os habitantes se deslocam diariamente para trabalhar na agricultura (Figura 23).



Fonte: Elaborada pelo autor.

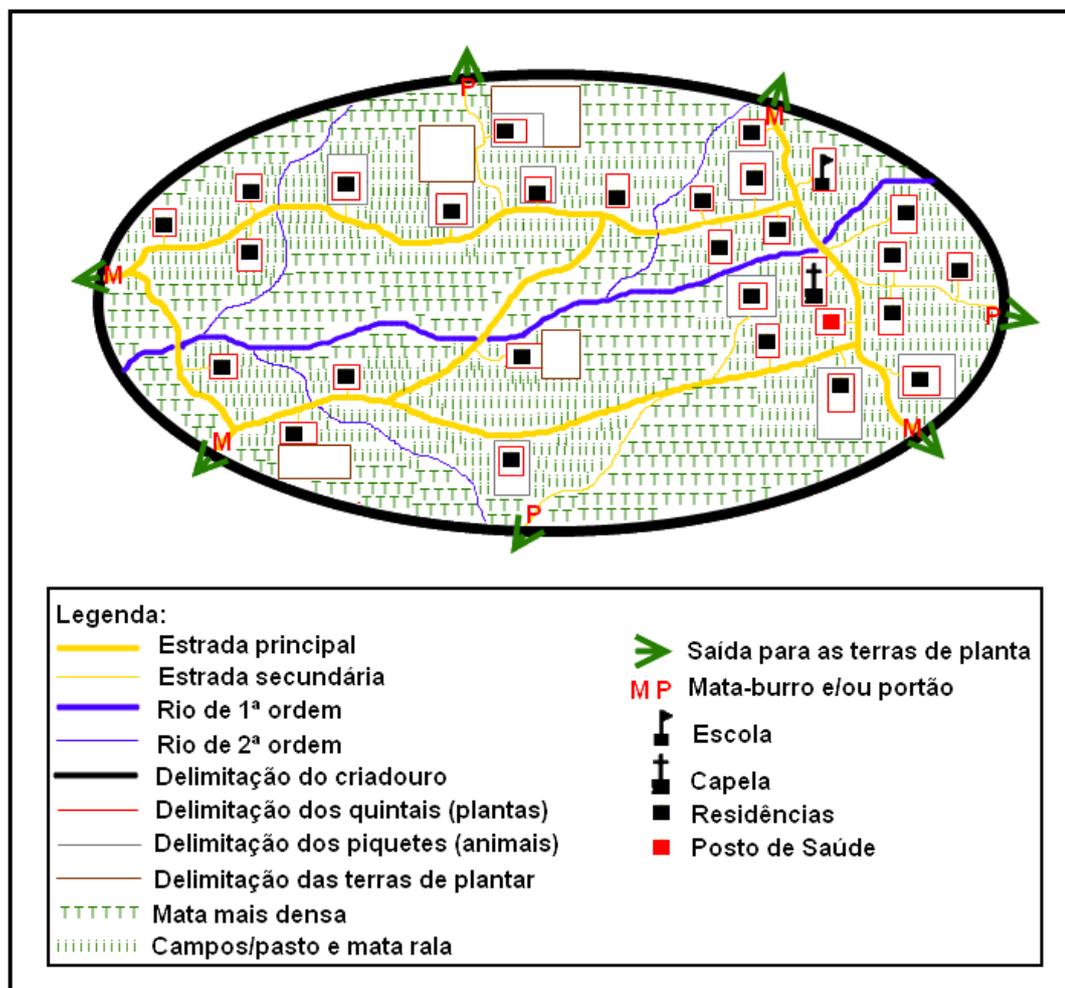
Figura 23 - Comunidade com estrutura de povoamento polinuclear

Observando a Figura 23, onde está representada a forma de povoamento polinuclear, nota-se a existência de dois núcleos de povoamento, sendo que um deles abriga a capela e o outro a escola e o posto de saúde. As residências estão localizadas de forma concêntrica aos equipamentos comunitários.

As áreas de mata mais rala e campos estão nas proximidades das residências, tendo entre estes um espaço de mata mais densa. Não há terras de planta no interior do espaço de criação, contudo há presença de piquetes. No interior dos núcleos nota-se a presença de rios de segunda ordem, que como já salientado, se apresentam como uma facilidade para os membros da comunidade.

d) Comunidade com estrutura de povoamento mista

Neste tipo de comunidade pode-se observar a existência das duas formas de povoamento mais comuns, tanto a de estrutura nucleada como a linear, podendo se sobressair uma das tipologias (Figura 24).



Fonte: Elaborada pelo autor.

Figura 24 - Comunidade com estrutura de povoamento mista

Ao observar a Figura 24, pode-se notar que há um núcleo principal, no qual se encontram os elementos comunitários, sendo estes a capela, a escola e o posto de saúde. Há uma concentração de residências nas proximidades, caracterizando a forma de comunidade nucleada. Contudo, há também, a certa distância deste núcleo, residências que acompanham a beira das estradas e rios, apontando para características de comunidade linear. Nestas, as terras de planta encontram-se mais próximas. Tem-se assim, uma simbiose entre povoamento nuclear e linear.

Esta tipologia tem uma ligação eminente com a gênese e dinâmica da comunidade. Uma comunidade que em um primeiro momento apresentava um

núcleo, assumindo a forma de aldeia nucleada, em função de seu crescimento produzirá novos espaços povoados, que vão tomar formas de aldeia linear devido às facilidades de localização das residências. Pode, todavia, ocorrer o contrário, ou seja, uma comunidade que em um primeiro momento apresentava-se como aldeia linear, em função da instalação de novos elementos comunitários, produzirá a concentração de novas residências concêntricas a estes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades rurais são dinâmicas, se transformam quando cada influência externa passa a fazer parte de seus ambientes de vivência, e também quando cada fator interno exige um novo movimento, seja simplesmente para se reproduzir, seja para assumir novas posições. Essas transformações, muitas vezes, se tornam imprescindíveis por algum motivo ou objetivo, onde se busca suprir alguma necessidade.

Neste sentido, qualquer estudo que verse sobre conhecer relações e transformações socioespaciais em comunidades rurais, precisa estar baseado no conhecimento de diversos fatores, sejam eles: a) a origem e os grupos étnicos que as povoaram e as povoam, os quais com suas particularidades moldam o espaço, organizando elementos de uso próprio e para o uso comum dos membros; b) quais foram no passado, e quais são na atualidade as atividades geradoras de renda e as dinâmicas que estas imbuíram nas comunidades; c) como se dão as relações no espaço, se através de processos sociais solidários ou antagônicos, se existe participação e interação social por parte dos membros na comunidade, ou se isso já se perdeu e cada um vive de forma mais individualizada; e d) é imperativo que o pesquisador observe, e leve em conta, as formas espaciais de uso do solo e de povoamento, uma vez que estas refletem aspectos inerentes a todos os outros fatores citados, que vieram se desenvolvendo desde a gênese destes espaços.

A partir da análise destes fatores, é possível notar que cada comunidade apresenta aspectos intrínsecos, que geralmente derivam da cultura do povo que a integra, dos seus hábitos e necessidades, e das suas formas de se distribuir e se utilizar de determinado local para sobrevivência. Estes aspectos se sobressaem através da prática de ações diárias no espaço, executadas pelos membros das comunidades, que formam e transformam os espaços, adaptando-os as lógicas de vida que se transformam com o tempo.

Com vista aos aspectos apontados, o presente estudo buscou apreender a gênese, as dinâmicas temporoespaciais e também as formas de povoamento e uso do solo em comunidades rurais, sobretudo, as comunidades faxinalenses, indicando possíveis tipologias de povoamento nas mesmas. Verificou-se que as comunidades de faxinais, assim como outras comunidades rurais, são espaços de vida onde ocorrem diversas relações sociais, sejam elas permeadas por processos sociais

solidários, onde ocorre um convívio em comum, reafirmando o sentido de comunidade; ou relações permeadas por processos sociais antagônicos, onde a comunidade deixa se perder o seu principal sentido, que versa sobre a vivência em comum, imbuída dos laços de solidariedade, dos familiares e de compadrio. Tanto os processos solidários como os antagônicos trazem reflexos na configuração dos padrões espaciais da comunidade.

As comunidades de faxinal, porém, apresentam formas de uso do solo inerentes ao seu arranjo socioespacial, tendo as terras de criar, ou criadouros comunitários, separados por cercas das terras de plantar, que tradicionalmente as circundam. Entender estes aspectos e as relações socioespaciais que ocorrem nestas comunidades foi de primordial importância, permitindo analisar as comunidades de forma mais objetiva no que versava os objetivos do estudo.

Ao tratar da questão dos faxinais, também fez parte deste estudo efetuar a análise dos levantamentos já realizados sobre os mesmos no Paraná. Pode-se inferir que os levantamentos tomam enfoques diferenciados, sobretudo quando se referem ao conceito chave de faxinal. Dois dos levantamentos – Emater e IAP - por terem a finalidade de traçar, a partir de seus resultados, políticas públicas, tomam um conceito fechado de faxinal. Já o terceiro levantamento – APF – por se tratar de um estudo efetuado pelo movimento que defende a causa dos faxinais, assume um conceito mais aberto, ampliando consideravelmente o número de comunidades faxinalenses e, assim, sua visibilidade e, conseqüente, poder reivindicatório.

O recorte espacial de pesquisa a partir do qual se tornou possível todas as reflexões apresentadas ao longo da dissertação, foi o atual município de Rio Azul. A origem da localidade de Rio Azul esteve atrelada, principalmente, a criação do pequeno povoado de Roxo Roiz, devido à passagem da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande, o que fez com que não somente Rio Azul surgisse, como também vários outros povoados da região Centro-Sul do Paraná. Outro fator de grande influência no povoamento refere-se à imigração eslava, principalmente de poloneses, que chegavam e começavam a habitar os espaços rurais, dando origem as várias comunidades. Algumas destas já eram anteriormente habitadas por caboclos.

De toda forma, a chegada dos imigrantes traz uma série de conflitos entre as formas de se utilizar do solo - já que estes começam a cercar e delimitar suas propriedades, uma vez que trouxeram outra forma de concepção de propriedade de

seus países de origem. Em 1920, a partir do momento que ocorre a divisão pelo poder público da área rural de Rio Azul em quarteirões, estes imigrantes se vêem, em termos, obrigados a aderir a uma forma de uso de solo em comum, que até então era utilizada pelos caboclos. Pode-se afirmar que essa forma de utilização do solo foi profícua também para os imigrantes, já que as porções de terras que estes possuíam normalmente eram pequenas. Assim, com as terras de uso comum eles podiam utilizar espaços maiores para criação, utilizando suas propriedades individualizadas para planta.

Estas foram as primeiras dinâmicas que ocorreram para se chegar a forma de faxinal com criadouro comum cercado, onde as terras sem limites se dividiram. O meio rural de Rio Azul estava todo povoado, e a estratégia dos quarteirões se tornou necessária para que o poder público pudesse organizar suas comunidades rurais. Tem-se, assim, o poder público como o principal autor da dinâmica, aquele que deu o primeiro passo, para a gênese das comunidades de faxinais com criadouros coletivos cercados.

Contudo, as comunidades passam por períodos diversos quando se trata das atividades econômicas nelas praticadas. A dinâmica econômica também transformou o meio rural. Têm-se na erva-mate e na madeira os primeiros ciclos que vão dar um impulso no crescimento das comunidades e do município como um todo. As serrarias operando na área rural deram origem a várias comunidades, assim como os barbaquás, com o beneficiamento da erva-mate. Cabe ressaltar ainda a importância que os portos fluviais e a ferrovia representaram neste impulso pelo qual passou o município, pois foi por estes que a produção era escoada para outros municípios e regiões.

No entanto, a decadência destes ciclos extrativos interferiu, e muito, nas formas de vida das comunidades. Quando as matas começam a ficar escassas e o trabalho com a erva-mate já não era tão lucrativo, as famílias passaram a trabalhar mais na agricultura. Há que se salientar, todavia, que sempre ocorreu uma agricultura de subsistência nas comunidades, principalmente as dos escravos, com venda de pequenos excedentes ao comércio local. Contudo, novas dinâmicas passaram a vigorar no meio rural de Rio Azul, levando os membros das comunidades rurais a trabalhar com novos cultivos.

Até 1950 e 1960, quando os ciclos da madeira e erva-mate perdem força, a agricultura se referia a gêneros alimentícios. No entanto, já a partir de 1960 e 1970,

com a entrada do tabaco na área rural de Rio Azul, a cultura se voltou para a indústria tabagista, transformando totalmente as relações sociais nas comunidades rurais. Como o trabalho com o tabaco tomava muito tempo de todos os membros das famílias, as relações de auto-ajuda que ocorriam por meio dos mutirões e também as visitas diárias com as rodas de chimarrão passaram gradativamente a diminuir e, em alguns casos, desaparecer, dissolvendo os fortes laços de compadrio.

Assim, a partir da década de 1970 e principalmente na década de 1980, Rio Azul passa a ser conhecido como a capital do fumo. Quase todos os criadouros comuns, derivados dos quarteirões criados pelo poder público, são extintos. Passa-se a predominar uma forma individualista de sobrevivência, onde cada família cuida do que lhe pertence, se utilizando dos recursos sobre os quais tem domínio e propriedade. Estes aspectos ficam estampados nas comunidades a partir da observação de suas características espaciais. Tem-se, atualmente, a presença de poteiros/piquetes/fechos em muitas das antigas áreas coletivas, apontando para transformações dos aspectos sociais. A tradição da vivência em comum é deixada de lado, em detrimento de uma forma de vivência individual.

Desta feita, observa-se na cultura do tabaco o motivo principal das transformações das comunidades de faxinal em Rio Azul no que se refere às áreas de uso comum. Os fatores e transformações inerentes ao trabalho com o tabaco, aliados a conflitos que já ocorriam nas comunidades, trouxeram conseqüências, incidindo, principalmente, na forma de convívio mais individualizado, que se alia a outras questões que findam na desestruturação dos criadouros comunitários.

Essas dinâmicas resultaram na extinção de 28 criadouros comunitários em todo o município até o ano de 2011. Restam apenas cinco comunidades que apresentam a forma de uso comum do solo, onde os laços de solidariedade permanecem, ao menos em parte. Algumas destas, contudo, também apresentam sinais de desestruturação. As comunidades de Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mello, Taquari dos Ribeiros e Vila Nova, permanecem com o criadouro mais preservado, tendo criação alta e baixa criada à solta, assim como áreas de Mata com Araucária preservada. Já na comunidade de Água Quente dos Rosas nota-se mudanças mais evidentes, tendo somente criação alta solta no criadouro, apontando para uma possível desestruturação do espaço de criação.

Sendo assim, têm-se cinco comunidades que apesar de terem passado por inúmeras dinâmicas, conseguiram se reorganizar, se retradicionalizar ou manter

aspectos inerentes a sua tradição. Algumas estão enquadradas como ARESUR – Água Quente dos Meiras, Lageado dos Mello e Taquari dos Ribeiros – que devido aos subsídios que recebem, mantêm as cercas em bom estado, reduzindo os potenciais conflitos. A comunidade de Vila Nova, que atualmente luta para conseguir se enquadrar como ARESUR, vê nas mãos do poder público municipal o impasse e o impeditivo de isso acontecer, pois por interesses diversos, externos a comunidade, o processo para torná-la ARESUR está a cerca de um ano parado.

No decorrer da pesquisa, buscou também entender e apresentar quais são as formas de povoamento que ocorrem nas comunidades faxinalenses, identificando características e transformações nas formas de uso do solo. Neste sentido, ao analisar as dez comunidades, onde se aprofundaram os estudos, pode-se inferir que estas se apresentavam em 1960, em sua maioria, com estruturas de povoamento nucleadas. Contudo, diversas dinâmicas referentes tanto ao aumento da população quanto à mudança em suas atividades econômicas fizeram com que estas comunidades apresentassem em 2011 formas de povoamento lineares, principalmente naquelas em que o criadouro comunitário foi extinto. Naquelas em que este permanece, as formas de aldeia nucleada se sobressaem, isto devido às dinâmicas de utilização do espaço de criação em comum. Algumas comunidades apresentaram formas similares tanto em 1960 como em 2011, tanto com estruturas lineares quanto com nucleadas.

A análise efetuada nas dez comunidades possibilitou que fossem apresentadas tipologias de povoamento para comunidades de faxinal, proporcionando, uma nova forma de análise para este tipo de comunidade. Sendo assim, quatro formas de povoamento foram identificadas, tendo como base o estudo das comunidades de Rio Azul, sendo elas: a) Faxinais com estrutura de povoamento nucleada; b) Faxinais com estrutura de povoamento linear; c) Faxinais com estrutura de povoamento polinuclear e d) Faxinais com estrutura de povoamento mista.

Como se observa, o estudo aqui apresentado, através de seus vários enfoques, traz a baila as várias dinâmicas que interferiram e fizeram com que as comunidades faxinalenses se encontrassem com as características que estão hoje. Algumas deixaram aspectos mais tradicionais de lado, outras passaram por processos de retraditionalização, se reorganizando no que diz respeito as suas formas de uso do solo e, por conseqüência, modificando suas relações e processos sociais. Nas comunidades que foram mais atingidas e que interiorizaram as

influências antagônicas ao seu modo de vida tradicional, nota-se mais claramente as adaptações dadas à utilização do espaço, demonstrando diversas ressignificações.

Embora as comunidades estudadas mantenham aspectos similares entre si, estes tiveram grandes transformações ao longo do tempo. Na sua gênese, as similaridades se encontravam na existência do criadouro comum, nas etnias que as povoaram e nas atividades econômicas que praticavam. Atualmente, a maioria das comunidades passou a deixar o convívio comum para se subjugar às práticas da agroindústria. Há, todavia, aquelas que devido à união dos seus membros, permaneceram ou transformaram suas formas de convívio, preservando o seu criadouro comunitário e parte das relações de compadrio e solidariedade que ali se davam e eram os principais elos para a manutenção de um viver mais harmônico com base na tradição e nos seus costumes seculares.

De toda forma, cabe esperar, e através de estudos futuros inferir sobre possíveis mudanças e dinâmicas nas comunidades rurais, não só de Rio Azul, mas nos diversos municípios onde há ainda faxinais ativos. Espera-se que os faxinais consigam subsistir, e que ocorram mais ações das diversas esferas do poder público, que tenham como objetivo preservar este modo de vida tradicional. Espera-se ainda, que sejam ações integradas e que as comunidades sejam ouvidas, para que novos projetos e ações condigam com sua realidade social e cultural.

Contudo, a principal iniciativa deve partir da comunidade, da vontade de seus membros, de lutarem para manter o faxinal ativo, aliados aos movimentos sociais que as representam e, assim, tendo mais força perante o poder público. Se esse anseio não estiver presente nas comunidades, o tempo e as dinâmicas internas e externas novamente mostrarão os caminhos que elas irão seguir.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. **Quilombos**: geografia africana, cartografia étnica, territórios tradicionais. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2009.

BACH, Arnaldo Monteiro. **Carroções**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2005.

BACH, Arnaldo Monteiro. **Vapores**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2006.

BARBOSA, Thiago Augusto. **Território e territorialidades do Sistema Faxinal**: análise a partir da reconstrução histórica familiar na comunidade de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul-PR. 2007. 85p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

BARBOSA, Thiago Augusto. **Estrutura familiar e capital social em faxinais**: o caso de Taquari dos Ribeiros em Rio Azul-PR. 2010. 113p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

BARRETO, Marcelo. **A produção camponesa e o monopólio pelo território do capital**: espacialidades distintas na extração da erva mate na região da floresta com araucária do Paraná. 2009. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

BERTRAND, Alvin L. **Sociologia rural**: uma análise da vida rural contemporânea. Porto Alegre: Atlas, 1973.

BRASIL, Ministério do Exército – Diretoria de Serviço Geográfico. **Carta Rebouças**. Levantamento: 1966/ Impressão: 1973.

BRASIL. DECRETO nº 6040 de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 08 de fev de 2007, p. 316.

CAMPOS, Nazareno José de. **Terras de uso comum no Brasil**: abordagem histórico-espacial. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Da aventura à esperança**: a experiência autogestionária no uso comum da terra. Curitiba, 1984.

CLAVAL, Paul. **A Geografia cultural**. 3 Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.

COSTA, Cristina. **Sociologia**: introdução a ciência da sociedade. 3 Ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2005.

CHANG, Man Yu. Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. In: **IAPAR, Boletim Técnico**. Londrina, 1988.

DEMBESKI, Priscila. **Sabores e saberes do sistema faxinal de Água Quente dos Meiras do Município de Rio Azul-PR**. 2009. 80p. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória, Paraná.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil**. NUPAUB-USP/PROBIO-MMA/CNPq: São Paulo, 1999.

DSJ. Divisão do Sertão do Jararaca (DSJ) **Livro de registro de terras do Sertão do Jararaca/ Roxo Roiz/Rio Azul entre 1910 – 1950**. Acervo da Família Pissaia de posse do Sr. Eloy Pissaia Junior.

EMATER. **Levantamento dos faxinais no estado do Paraná**. Apontamentos, Curitiba, 1994.

FERREIRA, Patrícia. **Estudos sobre os faxinais Lageado de Baixo e Lageado dos Mello – PR: a construção do conhecimento através da ecologia social como subsidio para um projeto de turismo comunitário**. 2008. 136p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**, São Paulo: Hucitec, 1997.

GOOGLE EARTH. Disponível em: <<http://earth.google.com/>> Acesso em: jan. de 2011.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRZEBIELUKA, Douglas. **Comunidades de faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais: da Formação à Desagregação de uma tradição no município de Tibagi (PR)**. 2010. 146p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11 Ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HAURESKO, Cecilia. **Entre a tradição e a modernidade: o lugar das comunidades faxinalenses na contemporaneidade**. In: Anais do IX Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP Rio Claro. São Paulo: 2009.

HILLMAN, Arthur. **Organização da comunidade e planejamento**. 3 Ed. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

IANNI, Octavio. **A era do globalismo**. 9 Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **ICMS Ecológico: Informações gerais**. 2012. Disponível em: <<http://www.uc.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=57>> Acesso em: 25 de jan. 2012.

IAP. Instituto Ambiental do Paraná. **Memória de calculo e extrato financeiro do ICMS ecológico por biodiversidade em reais acumulado por mês e individualizado por município e por unidade de conservação ou área protegida**. 2010. Disponível em:

<<http://www.icmsecologico.org.br/tabelas/pr%20tabela%202010%20UCs.pdf>>
Acesso em: 18 jan. de 2012.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Histórico do Município de Rio Azul-PR**. 2011. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=412200#>>. Acesso em: abr. de 2011.

IPARDES, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Social e Econômico. **Caderno estatístico do município de Rio Azul**. 2010. Disponível em: <www.ipardes.gov.br>. Acesso em: 02 out. de 2010.

JORNAL VIDA PRINCESINA. **Uma firma que com seu trabalho concorre para a prosperidade de Rio Azul**. Jan. de 1943. Acervo da Família Pissaia de posse do Sr. Eloy Pissaia Junior.

LEONARD, Olen. CLIFFORD, Roy. **A sociologia rural para os programas de ação**. São Paulo: Pioneira, 1971.

LLIIPRR. Livro de Lançamento de Impostos Industriais e Profissões de Roxo Roiz. **Lançamentos**: de 1919 a 1938. Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Azul-PR.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. **Faxinalenses**: populações tradicionais no bioma da mata com araucária?. In: Anais do 1º ENCONTRO DOS POVOS DOS FAXINAIS. Irati: 2005a.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. **Os faxinais enquanto populações tradicionais e territórios sociais**: algumas reflexões. In: VI ENCONTRO DA ANPEGE. Anais de artigos. Fortaleza: 2005b.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. Os “mundos faxinalenses” da Floresta com Araucária do Paraná: racionalidades duais em comunidades tradicionais. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 213-226, jul./dez., 2008.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. A questão socioambiental nos faxinais paranaenses: caminhos para se pensar numa pedagogia holística e integrativa. In: **Percursos: Sociedade, Natureza e Cultura**. Curitiba, a. 8, v. 9, p. 35-54, 2009.

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza; IEGELSKI, Francine. **O Sistema Faxinal no Município de Ponta Grossa**: Diretrizes para preservação do ecossistema, do modo de vida, da cultura e da identidade das comunidades e dos espaços faxinalenses. Ponta Grossa: PMPG, 2003 (Relatório Técnico).

LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. CUNHA, Luis Alexandre Gonçalves. O significado social e ecológico dos faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária do Paraná. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 89-104, 2005.

LUZ, Coaracy Eleutério da. **Rede e Região – Desmistificação do determinismo tecnológico**: o caso da linha férrea Ponta Grossa – União da Vitória nos Campos

Gerais/Mata com Araucária (PR). 2006, 180p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Paraná.

MAIA, Zilda. **A pessoa humana e a dimensão social da comunidade:** fundamentos do processo de desenvolvimento da comunidade. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1967.

MARQUES, Claudio Luiz. **Levantamento preliminar sobre o Sistema Faxinal no Paraná.** Guarapuava, 2004. (Relatório Técnico) – Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

MARTYNETZ, Nestor Leonides. **Município de Rio Azul:** administração do prefeito Nestor Leonides Martynetz. Rio Azul-PR: Impressora Martins, 1973.

MARUMBY. **Ata das seções da Camara de Marumby:** de 18 de setembro de 1924 a 7 de outubro de 1930. Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Azul-PR.

MAY, Tim. **Pesquisa social:** questões, métodos e processos. 3 Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDRAS, Henri. **Sociedades camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

NADALIN, Sergio Odilon Nadalin. **Paraná: ocupação do território, população e migrações.** Curitiba: SEED, 2001.

NERONE, Maria Madalena. **Terras de Plantar, Terras de Criar – Sistema Faxinal – Rebouças – 1950 – 1997.** 2000. 286p. Tese (Doutorado em História) - UNESP, Assis, São Paulo.

NEYVERTH, Nayme. **O estado moderno e as comunidades tradicionais:** o caso do Faxinal Taquari dos Ribeiros – Rio Azul-PR. 2010. 87p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

PARANÁ. **Decreto Estadual n.º 3466 de 14 de agosto de 1997.** Dispõe as ARESUR – Áreas Especiais de Uso Regulamentado – que abrange porções territoriais do Estado, caracterizada pela existência do modo de produção denominado Sistema de Faxinal. Diário Oficial do Paraná, Curitiba.

REBOUÇAS, Prefeitura Municipal (PMR). **Histórico do Município.** 2011. Disponível em: <<http://www.reboucas.pr.gov.br/=HISTORICO.htm>>. Acesso em: jun. de 2011.

RIO AZUL. **Plano Diretor Municipal.** CD-ROM, 2009.

RIO AZUL. Secretaria Municipal de Saúde. **Sistema de informação de atenção básica.** 2010. (Apostila Impressa)

ROXO ROIZ. **Ata de instalação do município de Roxo Roiz. 14 de julho de 1918, Por lei estadual nº 549 – atos municipais:** de 14 de julho de 1918 a 11 de julho de 1924. Acervo da Câmara Municipal de Vereadores de Rio Azul-PR.

RUPP, Marla Luciana Treichel. MARTINS, Valter. **Mudanças culturais nos faxinais**. In: SOCHODOLAK, Hélio. CAMPIGOTO, José Adilçon. **Estudos em História Cultural**: na região sul do Paraná. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

SAHR, Wolf-Dietrich. **Micro-dynamics in the rural space of central Paraná a contribution to regional rural Geography**. In.: III SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – JORNADA ARIIVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA. Anais de artigos. UNESP, Presidente Prudente – SP, 2005.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. 9 Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHUSTER, Wladimir Teixeira. LÖWEN SAHR, Cicilian Luiza. **O faxinal do presente e o faxinal do passado**: evolução do uso da terra no faxinal Saudade Santa Anita – Turvo (PR). In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA. Anais de artigos. São Paulo: 2009.

SIMÕES, Willian. **Comunidades tradicionais de Faxinal e gestão de políticas públicas educacionais no estado do Paraná**: compreendendo territórios e territorialidades. 2009. 140p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná.

SMITH, T. Lynn. **Brasil**: povo e instituições. Aliança para o Progresso. USAID, Rio de Janeiro, 1967.

SMITH, T. Lynn. **Organização rural**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

SOUZA, Roberto Martins de. **Transformações econômicas e sociais e trajetória na agricultura familiar**: Estudo de Caso sobre a Desconstrução da Autonomia da Agricultura Familiar no Faxinal Saudade Santa Anita, Turvo – PR. 2001. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

SOUZA, Roberto Martins de. **Mapeamento social dos faxinais do Paraná**. 2009a. Disponível em: <www2.mp.pr.gov.br/direitoshumanos/docs/isad/faxinal/art01.doc>. Acesso em: jan. de 2011.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento social dos faxinais do Paraná. In. ALMEIDA, Alfredo Wagner Breno. SOUZA, Roberto Martins (orgs). **Terra de faxinais**. Manaus: Edições da Universidades Estadual do Amazonas – UEA, 2009b. Disponível em: <www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/Livro_TERRAS_DE_FAXINAIS.pdf>. Acesso em: jan. de 2011.

STRAUBE, Fernando Costa. URBEN-FILHO, Alberto. **Dicionário Geográfico das expedições zoológicas polonesas no Paraná**. 2006. Disponível em: <www.ao.com.br/download/polonesa.pdf>. Acesso em: mar. de 2011.

TEIXEIRA, Jodenir Calixto. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. In. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas, V 2, n.º 2, ano 2, 2005.

TOLEDO, Ilma Aparecida de. **Representações e práticas culturais do sistema faxinal**. In: SOCHODOLAK, Hélio. CAMPIGOTO, José Adilçon. **Estudos em História Cultural**: na região sul do Paraná. Guarapuava: UNICENTRO, 2008.

TÚLIO, Elizete da Aparecida. **O sistema de faxinais no município de Rebouças: o ápice e o declive de uma experiência coletiva de vida no campo**. 2004. Monografia (Pós-graduação em Perspectivas do Ensino de História do Brasil) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Irati, Paraná.

VALASCKI, Reynaldo. WZOREK, Ceslau. **Rio Azul: 70 anos de emancipação política, de braços abertos para o amanhã**. Curitiba, 1988.

VASCONCELOS, Edgard. **Sociologia rural**. Imprensa Universitária - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa: 1977.

ZUB, Rodrigo. **Relatório final**: livro reportagem sobre a História de Rio Azul. 2009. 141p. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo) – Centro Universitário de União da Vitória, Paraná.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7 Ed. Curitiba: Editora Gráfica Vicentina Ltda. 1995.

ANEXO 1: Roteiro para entrevistas nas comunidades onde permanece o faxinal com uso comum

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA
COMUNIDADES ONDE O FAXINAL COM USO COMUM AINDA PERMANECE**

1. NOME DA COMUNIDADE:
2. ENTREVISTADO:
 - 2.1 Idade do entrevistado:
 - 2.2 Gênero:
 - 2.3 Tempo que reside na comunidade:
 - 2.4 Os pais/avós residiam onde:
 - 2.5 Descendência da família:
3. DADOS SOBRE A COMUNIDADE:
 - 3.1 Distância da sede do município, caracterização da mata, e outros;
 - 3.2 Origem do nome da comunidade.
 - 3.3 Primeiras famílias que chegaram na comunidade.
 - 3.4 Famílias que ainda permanecem.
 - 3.5 Situação atual do faxinal/criadouro.
 - 3.6 Mudanças que vêm ocorrendo na comunidade de faxinal.
 - 3.7 Sobre o puxirão/mutirão na comunidade, se ainda ocorre.
 - 3.8 Festas típicas que ocorrem em homenagem a determinado santo.
 - 3.9 Conflitos entre os membros do faxinal, que ameaçam a sua permanência.
 - 3.10 Expectativa da comunidade quanto à permanência do faxinal.

- 3.11 Opinião do entrevistado se favorável ou contra a permanência do faxinal.
- 3.12 Tempo de existência do faxinal na comunidade (na época dos pais/avós).
- 3.13 Conservação das cercas.
- 3.14 Sobre a existência de barbaquá/carijó, moinho, monjolo na comunidade. Sobre a existência de alguma serraria.
- 3.15 Atividades trabalhadas entre a origem e por volta década de 1960.
- 3.16 Atividades trabalhadas atualmente na comunidade.

ANEXO 2: Roteiro para entrevistas nas comunidades onde o faxinal com uso comum foi extinto

ROTEIRO PARA ENTREVISTA

COMUNIDADES ONDE O FAXINAL COM USO COMUM FOI EXTINTO

1. NOME DA COMUNIDADE:

2. ENTREVISTADO:

2.1 Idade do entrevistado:

2.2 Gênero:

2.3 Tempo que reside na comunidade:

2.4 Os pais/avós residiam onde:

2.5 Descendência da família:

3. DADOS SOBRE A COMUNIDADE:

3.1 Distância da sede do município, caracterização da mata, e outros;

3.2 Origem do nome da comunidade.

3.3 Primeiras famílias que chegaram na comunidade.

3.4 Famílias que ainda permanecem na comunidade.

3.5 Sobre a existência do faxinal com a forma de uso comum das terras de criar na comunidade.

3.6 Tempo que persistiu e a quanto tempo deixou de existir.

3.7 Problemas que levaram a forma de uso comum ser extinta.

3.8 Posição dos membros da comunidade, se favoráveis ou contra a permanência do faxinal quando este existia.

3.9 Características que permanecem na comunidade onde o faxinal foi extinto.

3.10 Características que foram perdidas.

3.11 Sobre as festas aos santos padroeiros.

3.12 Sobre a existência barbaquá/carijo, moinho, monjolo na comunidade. Sobre a existência de alguma serraria.

3.13 Atividades que eram desenvolvidas pelos membros da comunidade, desde sua origem, e por volta da década de 1960.

3.14 Atividades são desenvolvidas atualmente na comunidade.

ANEXO 4 – Fotos da comunidade de Água Quente dos Meiras

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 1 – Vista parcial da área do criadouro comunitário com residências



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Animais soltos no interior do criadouro comunitário

ANEXO 5 – Fotos da comunidade de Invernada

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 1 – Animais criados fechados em piquetes



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Residência faxinalense com quintais

ANEXO 6 – Fotos da comunidade de Lageado dos Mello

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.
Foto 1 – Animais soltos no interior do criadouro comunitário



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.
Foto 2 – Mata-burro e portão

ANEXO 7 – Fotos da comunidade de Marumbi dos Elias

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 1 – Posto de Saúde Municipal



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Área com reflorestamento de pinus

ANEXO 8 – Fotos da comunidade de Porto Soares

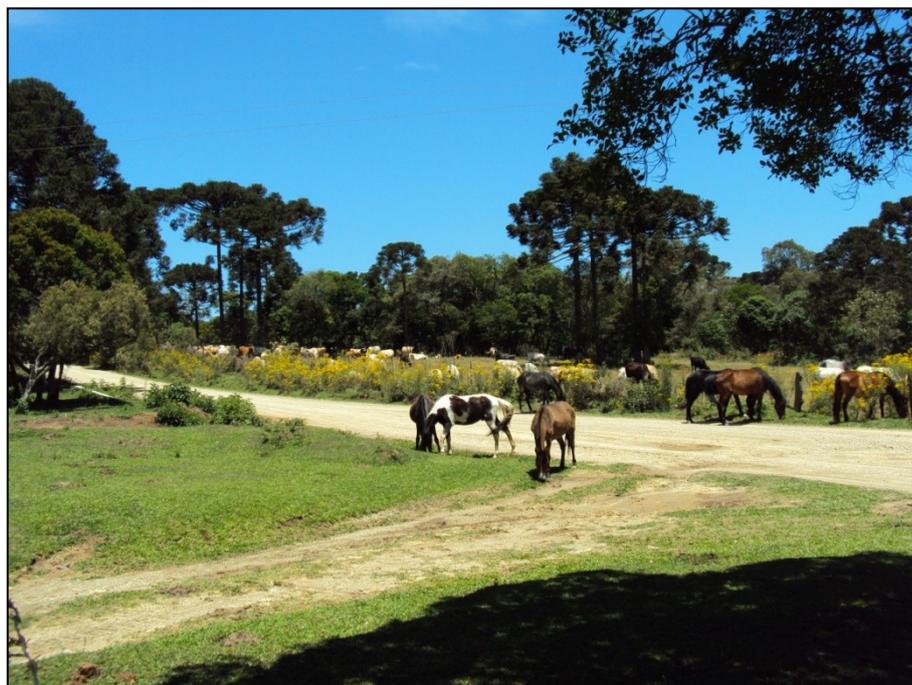
Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Barbaquá



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G..

Foto 2 – Vista parcial das cercas para criação baixa

ANEXO 9 – Fotos da comunidade de Rio Azul dos Soares

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Vista parcial do antigo criadouro comum



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Residência faxinalense com quintais

ANEXO 10 – Fotos da comunidade de Rio Vinagre

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 1 – Vista da antiga área do criadouro comum com as cercas para criação baixa



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Animais criados fechados em piquetes

ANEXO 11 – Fotos da comunidade de Salto Braço do Potinga

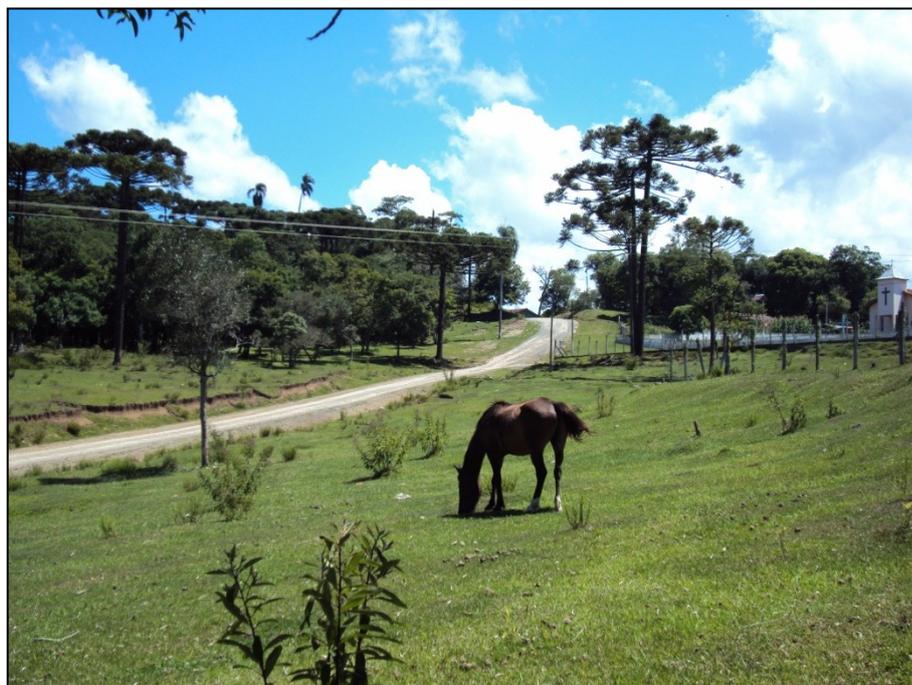
Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 1 – Capela Nossa Senhora Aparecida



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Vista de parte da mata remanescente do faxinal e das terras de plantar

ANEXO 12 – Fotos da comunidade de Taquari dos Ribeiros

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 1 – Vista parcial do criadouro comunitário



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Residências no interior da área do criadouro comunitário

ANEXO 13 – Fotos da comunidade de Vila Nova

Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 1 – Vista parcial da área do criadouro comunitário



Fonte: Pesquisa em campo. Org.: SOARES, J. G.

Foto 2 – Vista parcial das cercas para criação baixa